



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Adriana Simone do Nascimento Barata

**TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NAS ÁREAS
PROTEGIDAS. ESTUDOS DE CASO COMPARADOS E
A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DAS
COMUNIDADES LOCAIS EM PORTUGAL E NO
BRASIL**

Tese de Doutoramento em Geografia, Ramo Geografia Humana, orientada pelo professor Doutor João Luís Jesus Fernandes, apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Março de 2019

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**TERRITORIALIDADES E CONFLITOS
NAS ÁREAS PROTEGIDAS. ESTUDOS
DE CASO COMPARADOS E A
PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE
VIDA DAS COMUNIDADES LOCAIS EM
PORTUGAL E NO BRASIL**

Adriana Simone do Nascimento Barata

Tese de Doutoramento em Geografia, Ramo Geografia Humana, orientada pelo professor Doutor João Luís Jesus Fernandes, apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Março de 2019



**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



Agradecimentos

O final de um percurso acadêmico é sempre enriquecedor, de maior aquisição de conhecimentos que se reverte em empowerment para a nossa vida pessoal e profissional. Os investimentos são altos e nos exigem muito de persistência, equilíbrio e superação de problemas. O doutoramento significa um continuum de um processo (labor) que pertence a cada um - para se alcançar o objetivo da conquista do melhor lugar, em tempos de competição, usurpação e ignorâncias.

Os apoios são necessários e fundamentais para a realização prática, acima de tudo, do trabalho final que se concretiza na Tese. Aqui o registro de alguns nomes, pessoas, amigos com os quais pudemos contar no decorrer do tempo.

Agradeço ao prof^o. Doutor João Luis Jesus Fernandes, pelo aceite à orientação e por todo apoio que me deu desde o início dos trabalhos com a idealização do projeto.

Ao Dept^o de Geografia da FLUC, pelo aceite de ingresso ao curso.

Ao Doutor Campar de Almeida, agradeço pelos incentivos e apoios.

Ao Doutor Lúcio Cunha, agradeço pelos incentivos.

Ao Gaspar da Rocha.

As pessoas amigas que colaboraram: a E. Gonçalves.

Ao L. Leitão e ao R. Salomão, agradeço pelo apoio à cartografia.

À CAPES, pelo incentivo e investimento econômico a este projeto de pesquisa.

À Deus a quem busco força e coragem para seguir.

Resumo

Esta Tese de Doutorado em Geografia Humana, aborda diversas questões geográficas espaciais e territoriais, que em contexto moderno, estão correlacionadas ao tema das Áreas Protegidas, com o título: “Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil”. A intenção inicial foi o da compreensão e crítica sobre os processos de Desenvolvimento em curso, que estão a dinamizar o território, a apropriação e a conservação dos recursos naturais, a gestão ambiental que está institucionalizada nesses recortes territoriais sobrepostos e geografados nos planos da política Ambiental correlacionada a política Econômica dos Estados nacionais. Compreender os *modus vivendi* e as relações de poder estabelecidas entre atores, num processo discursivo e analítico a partir de conceitos básicos da Geografia, percebida a ciência do espaço como a epiderme terrestre, habitável, onde as condições naturais permitem a organização das sociedades humanas, a ciência dos lugares dotados de topofilias e valores simbólicos impressos nos consumos terroir, a ciência do território dotado de relações de poder entre os homens com o meio, de riscos, de signos a-temporais, de conflitos socioambientais complexos, a ciência da região da porção definida do espaço dotada de identidades físicas e humanas, a ciência das paisagens dotadas de peculiaridades bioclimáticas, singularidades cênicas e de estéticas paisagísticas. Logo, a perceber o território como espaço social que é apropriado e construído em diversos aspetos, sejam: da socioeconomia, da sociocultura, da política do Ambiente e econômica e nos aspectos da ecologia. Por fim, a nossa intenção investigativa se voltou para o estudo comparado entre dois territórios, em duas diferentes realidades sociohistóricas e geográficas e, que é o caso da RDS – Alcobaça localizada no Baixo Tocantins – Pará – Brasil e, o caso da PPSA – Paisagem Protegida da Serra do Açor, na Região Centro de Portugal. Essas áreas protegidas estão localizadas em contexto rural e, estão sujeitas a intervenção antrópica. Logo, configuram-se como territórios inseridos em meio ao paradoxo moderno capitalista: o das relações entre o ser humano vs natureza vs recursos naturais. Territórios que ao longo das diversas gerações vem sofrendo com os processos de exploração e degradação da natureza e seus recursos, sejam os hídricos, os florestais ou biodiversidade (caso brasileiro), os florestais, a biodiversidade e os solos (caso português), processos que incidem seus efeitos sobre a socioeconomia e a qualidade de vida das populações locais.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento *Bottom-up* ou Territorialista, conflitos socioambientais, áreas protegidas, paisagens naturais, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Paisagem Protegida, Ambiente, incêndios florestais, ecologia, Brasil, Portugal, comparação de casos de estudo.

Abstract

This Doctoral Thesis in Human Geography addresses several spatial and territorial geographic issues, which in a modern context, are related to the theme of protected areas, with the title: “Territorialities and conflicts in protected areas. Comparative case studies and promotion of the quality of life of local communities in Portugal and Brazil”. The initial intention was to understand and criticize the ongoing development processes that are dynamizing the territory, the appropriation and conservation of natural resources, the environmental management that is institutionalized in these territorial overlapping and geographed in the plans of the correlated environmental policy the economic policy of national states. To understand the modus vivendi and the relations of power established between actors, in a discursive and analytical process based on basic concepts of Geography, perceived space science as the habitable terrestrial epidermis, where natural conditions allow the organization of human societies, science of the places endowed with toponyms and symbolic values printed the terroir consumptions, the science of the territory endowed with relations of power between men and the environment, of risks, of a-temporal signs, of complex socioenvironmental conflicts, of space endowed with physical and human identities, the science of landscape aesthetics. Therefore, to perceive the territory as a social space that is appropriate and constructed in several aspects, namely: socioeconomics, socioculture, environmental and economic policy and aspects of ecology. Finally, our investigative intention was turned to the comparative study between two territories, in two different sociohistorical and spatial geographical realities, which is the case of RDS – Alcobaça located in Baixo Tocantins – Pará – Brazil and, the case of PPSA – Landscape from the Serra do Açor, Central region of Portugal. These protected areas are located in a rural context and are subject to human intervention. Therefore, they are set up as territories inserted in the midst of the modern capitalist paradox: that of the relations between man versus man versus nature and resources, whether they are water, forestry and biodiversity (Brazilian case), forestry and soils (Portuguese case), processes that affect their effects on socioeconomics and the quality of life of local populations.

KEYWORDS: *Sustainable development, Bottom-up development or territorial approach, socio-environmental conflicts, protected landscape, environment, forest fires, ecology, Brazil, Portugal, case study comparison.*

Índice Geral.

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Abstract.....	5
Índice de figuras.....	11
Introdução.....	14
CAP.I. TERRITÓRIO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	19
1.1. O modelo Difusionista de Desenvolvimento.....	23
1.2. O <i>Empowerment</i> socio-territorial.....	25
1.3. O modelo Territorialista de Desenvolvimento.....	29
1.4. Uma crítica aos novos conceitos de Desenvolvimento dos territórios expressos no espaço-tempo das populações locais.....	34
1.5. A construção teórica e prática do conceito de Ambiente e de sustentabilidade no âmbito das áreas protegidas: marcos geohistóricos.....	38
1.6. O papel do Estado e do Desenvolvimento Sustentável – considerações sobre o caso brasileiro e o caso português.....	45
1.7. Estado, sustentabilidade, e o <i>status quo</i> : discussão ambiental atual.....	50
1.8. Ambiente, Desenvolvimento <i>Bottom-Up</i> e a participação pró-ativa dos atores locais: Instrumentos legais no Brasil e em Portugal.....	54
1.9. O Planeamento, o Ordenamento do Território e a Política ambiental no âmbito da União europeia e em Território brasileiro.....	55
1.10. CAP.II. TERRITÓRIO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	64
2.1. Considerações sobre a realidade portuguesa.....	64
2.2. Áreas protegidas: Estrutura Institucional e a gestão dos recursos naturais em Portugal....	67
2.3. Notas e perceções sobre a conservação e a apropriação da natureza. Os recursos naturais e humanos na Amazónia.....	74
2.3.1. A Política ambiental: exploração dos recursos naturais e as áreas protegidas no Estado do Pará. Sustentabilidade, apropriação dos solos e a produção de alimentos no Pará.....	86
2.3.2. A geoestratégia do carvão vegetal e a produção dos territórios da mineração no Estado o Pará.....	89
2.3.3. Situação das áreas protegidas no Estado do Pará e o Mosaico Tucuruí.....	91
CAP. III. ESTUDOS DE CASO COMPARADOS EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DIFERENCIADOS.....	100
3.1. RDS- Paisagem de Desenvolvimento Sustentável e PPSA – Paisagem Protegida.....	101
3.2. Enquadramento cartográfico das áreas de estudo.....	103
3.3. O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça no Baixo Tocantins e Dinâmicas territoriais.....	113

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

3.3.1	Localização da área de estudo.....	115
3.3.2	Aspetos geoambientais, riscos e atores envolvidos com a área de estudo.....	117
3.3.3	Ações comunitárias e aspetos da qualidade de vida no lugar.....	122
3.4.	Caracterização da paisagem protegida da Serra do Açor, Região Centro de Portugal.....	128
3.4.1.	Conceito de paisagem Protegida, Dec. 19/93 e Base cartográfica - PPSA.....	129
3.4.2.	Localização da área de estudo: a Paisagem Protegida da Serra do Açor.....	134
3.4.3	Metodologia.....	135
3.4.4.	Aspetos geohumanos da área de estudo.....	136
3.4.5.	Aspetos da qualidade de vida no lugar.....	141
3.4.6.	A Paisagem Protegida e os riscos de incêndios florestais.....	150
3.4.7.	Dias de trabalho de campo pelo Açor. Os incêndios florestais em 2017.....	156
4.	Análise comparada. Uma discussão para a promoção da qualidade de vida.....	159
4.1	A realidade geográfica percebida em esquemas comparados.....	166
	CONCLUSÃO.....	169
	BIBLIOGRAFIA.....	173
	Anexo I.....	180
	Anexo II.....	188

Índice de Siglas e Abreviaturas.

A1, A2 – rede rodoviária nacional (Portugal)

ABS – Access and Benefit – Sharing (UE)

ANA – Agência Nacional das Águas (Brasil)

APA – Área de Proteção Ambiental

Br – Brasil

BR – rede rodoviária intermunicipal – Estadual (Brasil)

CADA – Comissões de Acessos a Documentos Administrativos (Portugal)

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal.

CAPES – Coordenação e aperfeiçoamento de pessoal do Ensino Superior (Brasil)

CAT – Programa Centro Agro-Ambiental do Tocantins

CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica.

CEE – Comissão Econômica Européia.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

CLT – Código de Legislação Trabalhista (Brasil)

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente (Brasil)

COP – Conferência entre as partes.

CPT – Comissão Pastoral da terra.

BOTTOM-UP / BOTTOM-TOP - Desenvolvimento alternativo Sustentado de baixo para cima.

DJMUC – Diretoria da Gestão das Unidades de Conservação (Brasil)

EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (Portugal)

ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (Portugal)

FAO – Conselho de Alimentos e Organização Agrícola das Nações Unidas.

FEADER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional/Agrícola

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IBAMA – Instituto Brasileiro de meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICLEI – International association for local governments for sustainability.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

ICMBio – Instituto Chico Mendes

ICMS – Imposto sobre circulação de Mercadorias

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

ICN – Instituto da Conservação da natureza.

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (Portugal)

IDEFLOR-Bio. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística (Portugal)

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Brasil)

LPC – Lei de proteção de cultivares.

MaB – Movimento dos atingidos pela Barragem (Brasil)

MARN – Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Portugal)

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MST – Movimento dos Sem Terra.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OMPI – Aspectos dos direitos da propriedade intelectual relacionadas ao Comércio.

ONG – Organização Não Governamental

ONGA – Organização Não Governamental do Ambiente (Portugal)

ONU – Organização das Nações Unidas

PADs – Projetos de Assentamentos Dirigidos

PDMs – Planos Diretores Municipais

PEOTs – Programas Especiais de Ordenamento do Território (Portugal)

PGC – Programa Grande Carajás (Brasil)

PICs – Programas de iniciativa comunitária (Portugal)

PICs – Projetos Integrados de Colonização (Brasil)

PIN – Plano de Integração Nacional (Brasil)

PNAC – Plano Nacional de ações Comunitárias (Portugal)

PNACE – Programa nacional para as alterações Climáticas (Portugal)

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Portugal)

POAP – Programa de Ordenamento de Áreas Protegidas (Portugal)

POEMA – Programa “Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia”.

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POOC – Programa de Ordenamento da Orla Costeira (Portugal)

PPSA – Paisagem Protegida da Serra do Açor (Portugal)

PT – Portugal.

QREN – Quadro de Referência estratégico Nacional (Portugal)

RAN – Reserva Agrícola Nacional (Portugal)

REN – Reserva Ecológica Nacional (Portugal)

RESEX – Reserva Extrativista (Brasil)

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Brasil)

SNPRCN – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Portugal)

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil)

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

TI – Terras Indígenas

UC – Unidade de Conservação (Brasil)

UC – Universidade de Coimbra

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

UPOV – Convenção Internacional para a proteção de novas variedades de plantas

ZEC – Zona Especial de Conservação (Portugal)

ZEE – Zoneamento Econômico e Ecológico (Brasil)

ZPE – Zonas de Proteção Especial (Portugal)

Índice de Figuras.

Figura 1 – Dinâmica e domínios da prática social.....	28
Figura 2 – Dinâmica de transformação territorial aplicado ao Desenvolvimento Sustentável....	57
Figura 3 – Dinâmica de transformação territorial aplicado ao Desenvolvimento Sustentável....	58
Figura 4 - Dinâmica territorial no Sul do Pará.....	62
Figura 5 – Cobertura atualizada das áreas protegidas em Portugal.....	71
Figura 6 - A Paisagem Protegida da Serra do Açor e a Arrabida Fóssil da Costa de Caparica...	74
Figura 7 – Esquema do fluxo de mercadoria da Zona Franca de Manaus.....	76
Figura 8 - Zoneamento geográfico de unidades territoriais e rede hidrográfica da Amazónia brasileira.....	81
Figura 9 – Geossistema amazónico.....	84
Figura 10 – Unidades de Conservação no Estado do Pará	92
Figura 11- Cobertura das áreas protegidas no estado do Pará %.....	98
Figura 12 – Enquadramento Nacional da área de estudo - PPSA.....	104
Figura 13 – Posição cartográfica em modelo digital - PPSA.....	105
Figura 14 – Enquadramento regional – PPSA.....	105
Figura 15 – Vegetação – PPSA.....	106
Figura 16 – Unidades de Paisagens – PPSA	106
Figura 17 – Aspetos da Geologia – PPSA.....	107
Figura 18 – Equipamentos, zonas turísticas e recreativas – PPSA.....	108
Figura 19 – Enquadramento regional RDS Alcobaça.....	109
Figura 20 – Aspetos da vegetação RDS Alcobaça.....	110
Figura 21 – Aspeto da Declividade e Altimetria – RDS Alcobaça.....	111
Figura 22 – Aspetos da Geologia RDS Alcobaça.....	112
Figura 23 – Vista aérea das “ilhas” de Alcobaça.....	113
Figura 24 – Vista aérea da Barragem hidráulica da UHT.....	113
Figura 25 – Localização cartográfica da RDS Alcobaça.....	116
Figura 26 – Representação cartográfica Mosaico tucuruí.....	118
Figura 27 – Detritos orgânicos no lago.....	120
Figura 28 – Ocupação desordenada na RDS Alcobaça.....	120
Figura 29 – Cultivo às margens do lago.....	122
Figura 30 – Aspeto da Região do lago.....	123
Figura 31 - Aspeto da Escola local – RDS Alcobaça.....	124
Figura 32 – Aspeto da Escola local – RDS Alcobaça.....	124
Figura 33 - Residentes em Alcobaça.....	125
Figura 34 – Atividade de subsistência na RDS Alcobaça.....	125
Figura 35 – A pesca em tanques redes RDS Alcobaça.....	127
Figura 36 – A pesca em tanques redes RDS Alcobaça.....	127

Figura 37 – Aspeto da Infraestrutura para o turismo ecológico da pesca – RDS Alcobaça.....	127
Figura 38 – Miradouro da Mata de Margaraça – PPSA	131
Figura 39 – Via de entrada para a Serra do Açor (Secarias).....	134
Figura 40 – A Aldeia História do Piódão na Serra do Açor.....	134
Figura 41 – Localização cartográfica PPSA.....	135
Figura 42 – Habitações da Aldeia de Pardieiros – PPSA.....	138
Figura 43 - O promontório na Serra do Açor.....	138
Figura 44 – Ruas e vielas na Aldeia do Açor – PPSA.....	138
Figura 45 – O extracto florestal da Mata de Margaraça PPSA.....	139
Figura 46 - Recursos lenhosos da Mata de Margaraça PPSA.....	139
Figura 47 – Escadarias alcatroadas na Aldeia de Pardieiros PPSA.....	140
Figura 48 – Aspeto da área de recreio de Fraga da Pena PPSA.....	141
Figura 49 – Habitações Aldeia de Pardieiros PPSA.....	142
Figura 50 – Ornamentação dos quintais na Aldeia de Pardieiros PPSA.....	142
Figura 51 – Gráfico da população da Aldeia de Pardieiros PPSA.....	144
Figura 52 – Gráfico de dados demográficos da Aldeia de Pardieiros na PPSA.....	145
Figura 53 – Gráfico do nível de Literacia da Aldeia de Pardieiros.....	145
Figura 54 – Aspeto da ocupação humana por neorurais PPSA.....	146
Figura 55 – Habitação de neorurais PPSA.....	146
Figura 56 – A Igreja local na Aldeia de Pardieiros PPSA.....	147
Figura 57 – Aspeto da Aldeia de Pardieiros PPSA.....	147
Figura 58 – Cemitério local PPSA.....	148
Figura 59 – O Casarão – Sede do ICNF – Mata de Margaraça PPSA.....	149
Figura 60 – Artesanato em exposição no ICNF PPSA.....	149
Figura 61 – Artesanato em exposição no ICNF – PPSA.....	149
Figura 61 – Efeito do incêndio florestal na Serra do Açor.....	151
Figura 62 – Habitação na PPSA – anterior aos incêndios.....	151
Figura 63 – Habitação na PPSA – anterior aos incêndios.....	151
Figura 64 – Habitação ardirda na PPSA.....	151
Figura 65 – Via de entrada na PPSA.....	152
Figura 66 – Aspetos dos incêndios de 2017 na PPSA.....	153
Figura 67 – Aspetos dos incêndios que atingiram a PPSA.....	156
Figura 68 – Linhas de águas na Aldeia de Pardieiros PPSA.....	158
Figura 69 – Aspeto da pesca cotidiana RDS Alcobaça.....	188
Figura 70 – Uso e ocupação do solo na RDS Alcobaça.....	188
Figura 71 – Ocupação humana nas “ilhas” de Alcobaça.....	189
Figura 72 – Meios de transporte na RDS Alcobaça.....	189
Figura 73 – Ocupação humana na RDS Alcobaça.....	190
Figura 74 – Detritos no lago em Alcobaça.....	190

Figura 75 – A Barragem Hidráulica em Tucuruí.....	190
Figura 76 – A Barragem Hidráulica em Tucuruí.....	190
Figura 77 – Sede do ICNF no Choupal Coimbra.....	191
Figura 78 – Encartes educativos no ICNF Choupal Coimbra.....	191
Figura 79 – Sede do ICNF na PPSA.....	192
Figura 80 – Exposição Educação ambiental e de artesanato no ICNF Choupal.....	192
Figura 81 – A Mata de Margaraça PPSA.....	193
Figura 82 – Logotipo PPSA.....	193
Figura 83 – Incêndios na Serra	194
Figura 84 – Dinâmicas territoriais no Sul do Pará.....	194

Índice de Quadros.

Quadro 1. Conceitos e dinâmicas do Desenvolvimento Sustentável.....	51
Quadro 2. A trajetória política e Ambiental em Portugal.....	64
Quadro 3. Tipologias de áreas protegidas em Portugal.....	69
Quadro 4. Sítios da Rede Natura 2000 em Portugal.....	72
Quadro 5. Áreas protegidas no Pará.....	93
Quadro 6. Áreas protegidas no Pará.....	94
Quadro 7. Áreas protegidas no Pará.....	96
Quadro 8. Resumo do quantitativo das áreas protegidas no Pará.....	97
Quadro 9. População circundante do lago Tucuruí.....	119
Quadro 10. Aspetos demográficos da Aldeia de Pardieiros.....	143
Quadro 11. Caracterização da Biogeografia da serra do Açor.....	154
Quadro 12. Diferenciação e comparação entre as áreas de Estudo.....	166

Introdução

Esta Tese é o resultado de um estudo desenvolvido no curso de Doutorado em Geografia Humana, pelo Departamento de Geografia e Turismo, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2016/2017/2018), depois de termos feito em aulas presenciais, teóricas e trabalho de campo, a escalada das disciplinas obrigatórias do curso nos anos anteriores (2014/2015).

Inicialmente sob a temática “Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil”, este tema está (aqui) explorado para a compreensão do desenvolvimento da política do ambiente, direcionada às áreas protegidas em dois modelos de Desenvolvimento, sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (Bottom-Up ou Territorialista), em abordagem analítica e inovadora.

Este tema, foi pensado como parte integrante da problemática (antes) investigada em nosso mestrado acadêmico sobre o caso brasileiro, que se localiza no Baixo rio Tocantins. A idéia da comparação entre casos de estudo, foi sugerida como uma estratégia metodológica para o melhor know-how no contexto geral do trabalho sobre as áreas protegidas localizadas no Brasil e em Portugal. Foi o caso da escolha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – Alcobaça no Pará e, da Paisagem Protegida na Serra do Açor, Região Centro de Portugal. Estes dois casos de estudo são inéditos no contexto dos territórios protegidos.

Estas áreas protegidas estão associadas a diferentes modelos de Desenvolvimento econômico e social e, em dinâmicas socioespaciais geohumanas e geoambientais dotadas de Histórias, vivências, identidades peculiares, conflitos socioambientais, topofilias e complexidades diferenciadas.

Em geral, as áreas protegidas são os novos recortes geográficos sobrepostos, utilizados e percebidos como um instrumento estratégico para fins de planeamento e ordenamento do território e, para os propósitos governamentais no que se refere ao controle dos processos de exploração dos recursos naturais, do uso do patrimônio natural e da conservação do patrimônio cultural, ou seja, dos espaços e paisagens dotadas de potencialidades naturais biogeográficas, cênicas, de estéticas paisagísticas e de sociodiversidade. Estas, estão incluídas nos planos da conservação, da preservação e dos aspectos ecológicos (conservação das florestas e biodiversidade), da melhor qualidade ambiental (das águas, dos solos, do ar) e por fim, onde se vislumbra a melhor qualidade de vida dos atores que estão diretamente envolvidos com esses espaços – os residentes e suas gerações futuras.

A qualidade de vida nas áreas protegidas envolve as questões dinamizadas pelas escalas da macro e micro-estruturas no âmbito da economia, da cultura ambientalista e da política ambiental, que estão a se desenvolver a partir do local, mas que se correlacionam aos processos

da globalização contemporânea orientados pelos organismos políticos e instrumentos jurídicos internacionais, com efeitos diretos na ordem local.

A IUCN – The World Conservation Union ou União Mundial para a Conservação da Natureza (1948) é o organismo internacional de maior expressão política, ambiental e social, conectada com as redes políticas dos Estados nacionais - órgãos governamentais e as ONGs, no sentido da organização de ações proativas, da orientação científica, jurídica e ética para a conservação e sustentabilidade dos recursos naturais, da biodiversidade e ecossistemas, da melhor qualidade de vida e redução da pobreza das populações locais envolvidas com as áreas protegidas.

Os Congressos mundiais realizados pela IUCN, configuram-se como os eventos políticos ambientalistas de significativa expressão, que vieram fomentar as discussões e ações (planos e projetos) sobre os aspectos conservacionistas e preservacionistas dos recursos naturais e ecossistemas, no que concerne as áreas protegidas distribuídas pelos diversos continentes.

Num movimento progressivo, desde Seattle (1962) e, posteriormente com a participação do PNUMA (1972) e da ONU que realizou a 1ª Conferência Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento - a ECO-1992 (na cidade do Rio de Janeiro), onde, entre outras, se previu a necessidade de um continuum dessas ações, que passaram a ser organizadas nos eventos internacionais dos Fóruns Ambientais mundiais e, das COPs (Conferência entre partes), no sentido da atualização sobre as discussões e a condução do Desenvolvimento Sustentável no planeta, das mudanças em relação ao cumprimento das ações voltadas ao Desenvolvimento Sustentável, e a melhor qualidade de vida no mundo.

Neste sentido, é através de ações estruturantes e assinaturas de acordos políticos e jurídicos de efeitos (positivos) sobre as socioeconomias locais para o empowerment socio – territorial, que o Desenvolvimento Sustentável vem se promulgando e se consolidando segundo os princípios da sustentabilidade ambiental, ecológica e inter-geracional. Intenções e ações que se projetam para as áreas protegidas localizadas em meio rural.

A geografia, na sua essência, se preocupa com as abordagens espaciais e territoriais do mundo contemporâneo, entre estas, as do enquadramento geográfico que contemple a geografia política, a geografia social, a geografia cultural, a geografia econômica, a demogeografia, a geografia física e a geografia ambiental. Tudo isto correlacionado aos territórios protegidos, em problemas que se manifestam sob múltiplos aspectos, quer sejam: o da escassez de recursos, dos conflitos socioambientais, a perda de biodiversidade, habitats e endemismos, os incêndios florestais, a marginalização ecológica, os deslocados ambientais, os impactos ambientais sobre as socioeconomias locais e as populações autóctones, a gestão e o ordenamento do território. Interessa-se, também, pelos processos de empowerments através das ações proativas e da autoafirmação cidadã, que são construídas e dinamizadas pela gestão ambiental e nas relações que as comunidades locais estabelecem com o ambiente e a exploração dos recursos naturais nesses territórios protegidos. Num constante processo de correlações de forças, jogos de interesses, dominação e relações de poder entre os diversos atores, quer sejam os institucionalizados e/ou/com os residentes dessas áreas.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

Logo, a nossa proposta neste trabalho, está colocada na compreensão de alguns conceitos e, na resolução de questões teóricas gerais e, outras mais específicas, previamente levantadas e formuladas, num processo discursivo e teórico o mais simples e objetivo de que nos foi possível elaborar, embora com preocupação a não perder de vista a compreensão crítica dos problemas e, as oportunidades que envolvem os casos de estudos, quer sejam:

I. Questões gerais:

O território, o Desenvolvimento Sustentável e as áreas protegidas, o Desenvolvimento alternativo Bottom-Up ou Territorialista e os estudos de casos comparados: áreas protegidas no Brasil e em Portugal.

II. Questões específicas:

O Desenvolvimento Sustentável e o propósito dos novos modelos de configurações territoriais - as áreas protegidas;

Questões sobre a sustentabilidade ambiental e social - quais os objetivos atingidos no âmbito do Desenvolvimento Sustentável? quais os Instrumentos de compensação?

As áreas protegidas: quais os modelos de Desenvolvimento inerentes á realidade estudada?

Aspectos sobre a gestão ambiental local e o papel dos atores sociais, quer sejam: o Estado e seus técnicos vs os residentes das áreas.

As correlações de forças: anseios e necessidades, a autoestima dos residentes e a consciencialização ecológica.

O papel dos mass média: assédios, visibilidade e exposições.

Quais as potencialidades naturais e patrimoniais?

Quais as atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades locais?

O que é mais importante: o ser humano ou a natureza? qual o valor da natureza?

A questão dos incêndios florestais em contexto Europeu

A Defesa civil e as corporações autônomas: profissionais ou voluntários?

área protegida: espaços de liberdades ou clausuras?

Aspectos gerais sobre a qualidade de vida no lugar.

Quais os interesses que concorrem para as efetivas mudanças nos territórios protegidos? relações de conflitos?

Os riscos, perigos e os impactos ambientais.

Topofilias e a complexidade sociocultural.

Tudo está implícito e explícito nos textos, nos quadros construídos e figuras (fotografias, mapas) apresentadas, nas entrelinhas refeitas diversas vezes, para a melhor elaboração das idéias e, por conta da correção ortográfica, que nos exigiu um esforço com paciência para a conclusão da escrita.

A concretização do trabalho se fez de forma contínua, num primeiro momento com as leituras da bibliografia básica, tal como as leituras mais específicas que nos instrumentalizaram acerca do conhecimento de duas realidades geográficas tão distintas, como é a realidade brasileira Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

e a realidade portuguesa. Ora a analisar a escrita de autores brasileiros, ora a dos autores portugueses. Em cada livro, textos técnicos e científicos, artigos, relatórios técnicos, romances, contos, fomos nos empoderando do conhecimento pertinente, num processo contemplado pelas discussões e sugestões metodológicas e epistemológicas da parte da orientação académica, para assim, se chegar a uma elaboração teórica original e inovadora sobre a proposta investigativa científica que envolve os casos de estudo.

Fizemos o pedido formal e antecipado para acesso as áreas protegidas, junto as autoridades competentes e ao órgão gestor para a realização do trabalho de campo.

O tempo da recolha de dados empíricos se deu em etapas distintas, em idas ao campo, a contactar os diversos atores, num processo interativo, o da observação e de aproximação com as problemáticas ambientais, os *modus vivendi*, a socioeconomia, a sociocultura *in situ*, a gestão ambiental e as formas alternativas de desenvolvimento das comunidades locais.

Um trabalho que se fez em conversas informais com a população, com os agendamentos e entrevistas feitas aos agentes do governo (técnicos superiores da gestão ambiental, o interlocutor de campo, diretores de departamento) e a população de residentes.

A aplicação de inquéritos será de fundamental importância para a observação de variáveis e a conclusão objetiva da análise geográfica espacial, da caracterização geohumana e demográfica e da qualidade de vida que se expressa no território.

Haverá o levantamento da fotografia paisagística do ambiente serrano na Paisagem Protegida da Serra do Açor (Portugal) e, no contexto do lago de Tucuruí (Brasil), em tempos de observação, descontração e turismo científico.

A Tese foi elaborada em três capítulos.

O Capítulo I contempla uma discussão teórica acerca do “Território, sustentabilidade e desenvolvimento Sustentável”, com notas explicativas, tópicos de conceitos fundamentais sobre o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável (Bottom-Up ou Territorialista), construídos para melhor se compreender as peculiaridades históricas e geográficas das realidades *in toctum*, em correlação discursiva direcionada ao tema central.

O Capítulo II está feito de forma a se perceber o papel desses novos recortes geográficos espaciais na modernidade e a importância, destes, para a conservação da natureza, das potencialidades das paisagens e dos recursos naturais, da conservação do património sociocultural e a valorização das comunidades locais, em discursões sobre os aspectos da política ambiental que se desenvolvem tanto no Brasil, na Amazônia e no Estado do Pará, quanto em Portugal, sob o título: “As áreas protegidas enquanto atores de inovação institucional”.

O Capítulo III está sob o título: “Estudos de caso comparados em processos de desenvolvimento diferenciados”. Neste capítulo procuramos nos ater na discussão específica, ou seja, aspectos gerais do trabalho prático (empírico) sobre os dois casos de estudo, objetos de nossa investigação. Os tópicos referem a abordagem metodológica conduzida com a análise documental, estudo bibliográfico, representação cartográfica espacial em mapas temáticos e trabalho de campo (contactos, entrevistas, percursos, a observação direta, fotografia temática, Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

conversas informais, inquéritos fechados e abertos), e por fim, a análise ambiental sobre os aspectos geohumanos e o geoambiente, com as propostas de intervenção local, para a melhor qualidade de vida das populações locais e suas gerações.

Na atualidade, os fenômenos geográficos se apresentam de forma complexa e diferenciada, em processos locais interconectados a fatores múltiplos que, também, estão globalizados. Por outro lado, os estudos comparados em geografia, para além da positividade didática e metodológica das abordagens, tornam-se em estudos mais abrangentes e completos, no sentido da compreensão das problemáticas que se quer investigar. É o caso dos dois casos de estudo aqui apresentados, a Reserva Sustentável de Alcobaça localizada no Sudeste paraense - Amazônia Oriental e a Paisagem Protegida da Serra do Açor, localizada na Região Centro de Portugal, que nos últimos anos, estão a ser alvo de significativas mudanças geográficas espaciais e territoriais provocadas pelas políticas econômicas e pelas políticas do ambiente nacionais/locais.

CAP. I - TERRITÓRIO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão conceitual em torno do Desenvolvimento perpassa pela crítica sobre as dinâmicas sociais e as perspectivas económicas, culturais, políticas e ecológicas, estabelecidas pelos seres humanos em sua relação com o ambiente, seja este o natural e/ou aquele que é construído ao longo dos tempos em diferentes lugares, escalas de análise, diversas conjunturas e contextos.

O Território¹ será (aqui) percebido como categoria elementar da ciência geográfica para a elaboração de uma primeira discussão que envolve os aspetos acerca do Desenvolvimento Sustentável e da cidadania², no âmbito das comunidades locais que estão sob a influência dos territórios protegidos, a partir das quais se insere uma nova ordem socioeconómica, cultural e ecológica moderna globalizada, que se projeta para esses espaços dotados de História, identidades, de vivências e laços de afeto, de peculiaridades simbólicas, de relações de poder, de redes técnicas urbanísticas espaciais e informacionais, mas também de riscos e de conflitos socioambientais.

É a partir das práticas alternativas de Desenvolvimento e à escala local, que os territórios podem ser concebidos sob a lógica do Desenvolvimento Sustentável e do empowerment social através da participação proativa dos diversos atores envolvidos.

¹ O termo Território surge no âmbito do universo das ciências naturais – como a biologia e a zoologia. Entre os geógrafos precursores do uso do termo, destaca-se Friderich Ratzel, que associou o território ao “espaço vital”, para explicar o avanço imperialista de conquistas territoriais no século XIX. O território configura-se como a categoria geográfica mais utilizada nas abordagens geopolíticas-regionais/locais, no âmbito da espacialização, dinamização dos fenômenos e das relações de poder estabelecidas por grupos económicos, empresariais, empreendimentos industriais locais, modos de produção em condições de tempos e mais-valias desiguais *apud* (Raffestin, 1993). Em Gama Mendes (1988) esta categoria da geografia aparece como uma “inscrição do poder” que se manifesta através das relações de poder estabelecidas em meio as territorialidades, “teias”, jogos sociais, que, segundo o autor, à maneira de um *palimpsesto* reconfiguram os espaços territorializados. O autor concebe que o território se representa ao espaço, é posterior a ele, aparece em signos reveladores das relações (de poder) do homem com o seu meio.

² A cidadania se expressa pelo exercício dos direitos civis, políticos e sociais, concebidos por Carvalho (2013), que abordou o tema sob o ponto de vista da sociedade brasileira, nos diferentes aspetos (socio históricos, económicos, políticos e culturais), embora, sejam as assimetrias complexas que dinamizam a evolução das sociedades, nos diferentes espaços-tempos, de acordo com o processo de Desenvolvimento territorial local. Estes se desenvolvem no universo das vivências de determinada nação, região ou de uma comunidade, no sentido de pertença no âmbito da solidariedade (inclusivamente na relação que os homens estabelecem com a natureza), de identidade (no âmbito da pluralidade e da singularidade) e da consciência social – ambiental e ecológica (no âmbito da ética e da moral). Logo, a expressão da cidadania está correlacionada com a melhor qualidade de vida e de *modus vivendi*.

No Desenvolvimento alternativo *Bottom-Up* e Territorialista, se compreende que os territórios podem ser concebidos a partir do empowerment e, da qualidade de vida³, da distribuição ecológica e da qualidade ambiental, das relações que se estabelecem com a natureza, da resolução dos conflitos socioambientais, da gestão ambiental, das ações proativas para a conservação da natureza e a autoafirmação das comunidades locais.

Neste contexto, partimos de questões expressas na compreensão e na crítica de alguns autores, como: J. Friedmann (1996), S. Baumann (1998; 1999), T. Homer-Dixon(1999), J. Fernandes (2012), J. Lojkin (2002), M. Castells (1996; 2008), R. Haesbaert (2010), A. Gama Mendes (1988), Boaventura Santos (2002; 2004), H. Leff (2015), Yi-Fu Tuan (1980), P. Claval (2007), L. Boff (2012), Soromenho-Marques (2004), Luísa Schmidt (2005; 2016), entre outros.

Compreende-se que na atualidade o conceito de território está a ser explorado devido a complexas mudanças sociais, políticas e ecológicas ambientais globais, postas nos diversos contextos geofísicos, geohumanos e geoambientais, onde se busca nas condições essenciais ao direito e uso dos espaços e dos recursos naturais disponibilizados na natureza, a racionalização nos processos de empowerment, apropriação e uso desses recursos pelos diversos atores sociais.

No caso em que o território é percebido em sentido estrito - como uma parcela do espaço natural humanizado para a reprodução da condição humana mais elementar, este será percebido a partir da lógica zonal/local ou da (des)territorialização, conceitos explorados em Haesbaert (2010). Neste trabalho compreendido sob o viés conservacionista e preservacionista da sustentabilidade e do establishment de propostas para o desenvolvimento em prol da melhor qualidade de vida das populações locais.

Vamos considerar a peculiaridade do lugar, suas características e potencialidades geofísicas paisagísticas e humanas, as relações de poder entre os diversos atores, mas, sobretudo os comunitários envolvidos nas dinâmicas socioeconômicas e culturais que, de geração em geração, repassam seus conhecimentos reprodutivos através de técnicas bricolage (habilidades

³ Compreende-se a qualidade de vida como um instrumento de análise aplicado à pesquisas, resultam em amostras e variáveis, em estudos sobre as condições humanas, ambientais e territoriais, em sentido *lato e stricto sensu*, em diferentes aspetos do mundo da vida, e da condição humana (a do *ser* e do *estar* no mundo) quer sejam: no/com o trabalho, na/com a família, no/com o lazer; nas práticas e convicções religiosas; no saneamento urbano, no destino dos resíduos sólidos, acessos e mobilidades nos espaços de vida, infraestruturas, ou seja, em diversos campos das relações sociais/ambientais, e no que refere ao Ordenamento do Território e as condições de vida no território. A qualidade de vida também implica a verificação da qualidade do estado de saúde (p. ex: enfermidades *versus* socio demografia), de segurança, das informações midiáticas e da educação. No Ambiente natural refere à avaliação da qualidade: do ar, dos solos, das águas superficiais e subterrâneas, das águas destinadas ao consumo humano, do acúmulo das águas fluviais (ou não) em reservatórios para diversos fins, que incidem efeitos nas condições de vida e no ambiente. Entre os métodos utilizados nos estudos e aplicações destaca-se o WHOQOL – *World Health Organization Quality Of Live* aceito por diversos países e consoante à OMS sobre os aspetos da Saúde humana.

artezanais adquiridas), no que diz respeito a reprodução social enraizada nos lugares, observada nos remanescentes de populações tradicionais e rurais, e que, a partir das alternativas de Desenvolvimento dinamizadas pelos programas e planos de governos, ou pela aquisição informal e formal de conhecimentos, procuram otimizar saberes e tecnologias, para além das limitações impostas pela lógica territorial capitalista, no sentido de se auferir melhores condições de vida nos espaços de vida territorializados.

A ter em vista que o território está inserido nas dinâmicas globalizadas, amplas e conectadas entre si em diversas escalas, onde se concebe que, ao contrário da lógica cartesiana moderna contraditória, que dá ênfase ao uso utilitarista do espaço físico-material e natural, os territórios são reveladores de signos, identidades, estéticas paisagísticas, novos valores, afetividades e de lutas políticas cotidianas em lugares humanizados, dotados de cultura, de topofilias e autopoieses, conceitos referidos por L. Boff (2012) e Yi-Fu Tuan (1980). Daí a necessidade do empowerment das populações locais acerca de conhecimentos mais abrangentes, de educação e alfabetização ecológica e ambiental sobre as dinâmicas e potencialidades de seus territórios.

Neste contexto, o direito à cidadania envolve as vivências no território, a mobilidade espacial, a participação política cidadã, a autoafirmação, o que também implica a reivindicação por investimentos em infraestruturas locais (equipamentos urbanísticos, saneamento, habitação, energia, telecomunicações) da parte daqueles que estão inclusos na ordem das políticas públicas locais, atreladas ao arcabouço legal e desenvolvidas pelos diversos atores institucionalizados, quer sejam os agentes Estatais ou os planeadores territoriais.

Neste sentido, segundo Fernandes (2012), o Desenvolvimento incorre na análise de categorias assentes na perspetiva inter, trans e pluridisciplinar, ou seja, em uma sistematização complexa e transversal, que envolve não somente o território e os seus aspetos espaciais socioeconómicos, sociais e culturais, mas as áreas científicas associadas às componentes técnicas e ético-morais e comportamentais destas, como a da antropologia, da ciência política, da filosofia, da psicologia, da biologia, da ecologia, da história, entre outras áreas temáticas que se envolvem na discussão do desenvolvimento das comunidades locais.

Para Fernandes (2012), o conceito de Desenvolvimento pode ser analisado tanto na perspetiva positiva e continuada de “progresso de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito que o anterior”, quanto na perspetiva descontínua negativa que pode ser compreendido inclusivamente como reflexo da modernidade e pós-modernidade. Ou seja, o Desenvolvimento “resulta da tomada de decisão, de ações por atores que se envolvem no processo, que se apresenta como artificial e descontínuo cada vez mais imprevisível e afastado de qualquer tipo de regularidade sequencial (...)”, como o que nos é apresentado pelo meio mediático massificado (nos mass media), sobretudo, o televisivo, que em muito influencia a perceção cotidiana do espaço, através da estética informacional (o marketing e a publicidade), que se mostra, por vezes, desconexa das realidades recetoras ou como se compreende em Lojkin (2002) “o que separa mecanicamente sistema e mundo da vida”.

Em Fernandes (2012) compreende-se de forma mais crítica, ser o Desenvolvimento “a construção de uma nova realidade, diferente da pré-existente, mas diferente desta por ser mais positiva”, o que pode ser verificado nas práticas proativas de cidadania, no fazer e refazer das ações voltadas ao Desenvolvimento Sustentável.

Para este autor, é facto que o Desenvolvimento se configura como produto de uma conceção que tem raízes no ocidente, alicerçado nas conquistas territoriais ultramarinas desde o século XVI e no avanço científico e tecnológico dinamizado pelo progresso euro-americano em relação ao conhecimento da natureza e a dominação humana sobre esta, mas, que este conceito se promulga pela própria dinâmica histórica e dialética das sociedades modernas. Logo, também, a conviver em meio às contradições atroz dos conflitos sociais (étnicos e religiosos) políticos e militares e suas consequências, com efeitos sobre as desigualdades sociais que colocam em causa o futuro da existência humana e da vida no planeta, a fé no progresso e no futuro da humanidade com sustentabilidade.

É, portanto, a conviver com a má distribuição da riqueza e com a degradação das relações: ser humano *vs* natureza *vs* recursos naturais, que ao longo dos tempos vem se aprofundando as assimetrias e dissimetrias entre o norte e o sul geoeconómico, o Desenvolvimento e o Subdesenvolvimento, o Centro e a periferia global, a partir de planos económicos e políticas desenvolvimentistas como: a Difusionista e a Funcionalista, que se apresentam verticalizadas descendentes (*Top-Down*), onde o desenvolvimento dos territórios estão (aqui) correlacionados à escala do espaço/tempo - o tempo do desenvolvimento de base material que imprime aos lugares as dinâmicas mais ou menos modernas (através de malhas e redes) sofisticadas (ou não) de setores industriais no âmbito económico, técnico-científico e informacional, em escalas de apropriação do espaço e uso de recursos, tecnologias, instrumentos, técnicas e saberes em tempos e condições de empowersments (socio-territorial) desiguais.

Foi o que ocorreu p. ex. no domínio amazónico (Sul e Sudeste paraense, nas décadas de 1970/1980) às populações locais tradicionais e a seus *modus vivendi*.

Foi Vidal de La Blache quem trabalhou o conceito de geografia dos lugares e o conceito de *modus vivendi*, enfatizando os gêneros de vida e suas relações com o meio, substituindo o conceito de antropogeografia pelo de geografia Humana, para assim se interpretar as primeiras formas de desenvolvimento do ser humano com o meio natural, do ponto de vista da possibilidade da humanização das paisagens naturais, na perspectiva dos aspectos culturais, técnicos e económicos, em finais do século XIX, *apud* Claval (2007); Rodrigues (2008).

Em Raffestin (1993), podemos interpretar em sua escrita e análises em forma de desenho logístico espacial, p. ex., a implantação dos grandes projetos industriais nas macrorregiões amazónicas, assim como, os seus impactos nas populações tradicionais e locais. Ou seja, o establishment de tessituras assimétricas e dissimétricas, o que gerou diversas perdas e conflitos sociais e ambientais ao longo dos tempos para as comunidades locais e, simétricas - resultando em ganhos e “estabilidade” para o grande capital, em condições de mais-valias contraditórias e desiguais, de desordenamento, impactos socioambientais e alterações ecológicas, onde se teve Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

como reflexo a expropriação fundiária e os conflitos agrários, a marginalização ecológica e a escassez dos meios de subsistência, e por fim a mobilidade de populações carentes para áreas impróprias do ponto de vista geoambiental, problemas que resultaram nos desequilíbrios ecológicos e socioambientais.

No caso do contexto português os problemas ambientais e ecológicos atuais aparecem em fenômenos complexos, é o caso dos incêndios florestais, que causam danos patrimoniais e ecológicos em diversas escalas no território, onde as políticas econômicas desconexas com as políticas ambientais e com o ordenamento do território, acabam por colocar em causa a sustentabilidade dos sistemas ecológicos (solos e a biodiversidade) e, dos sistemas sociais em meio rural, estes se desenvolvem com base na cultura do simbólico (de topofilias), na autosuficiência das socioeconomias locais e nos planos e programas para a conservação da natureza no âmbito das áreas protegidas, que, em tempos de impactos causados pelos grandes incêndios, ficam-no a espera dos meios de resiliências a partir dos apoios e investimentos do governo.

1.1. O modelo Difusionista de Desenvolvimento.

O modelo Difusionista de Desenvolvimento, disseminado nos diversos contextos locais, no período em que corresponde o pós - segunda guerra mundial e posteriormente com a crise deflagrada em 1970 em torno dos preços elevados do petróleo (por conta da escassez) que previu da parte do norte geoeconómico a transnacionalização/implantação das grandes empresas (indústrias) capitalistas, no sentido da polarização económica dos espaços periféricos global em relação à economia centro, este contexto se configurou como o exemplo prático das macropolíticas geoeconómicas globalizantes induzidas de forma exógena e uniforme centralizada, no sentido da capitalização e da exploração in situ das riquezas regionais/locais, em detrimento da participação das populações locais situadas nas áreas débeis.

Para Fernandes (2012, p. 40), a crítica em torno da teoria da polarização, expressa inicialmente na tese de François Perroux, baseou-se na difusão da idéia de que:

(...) o crescimento não é uniforme, e está sempre vinculado a certos pontos motores (...), (...) embora se tenha considerado o resultado “positivo” desse processo (...), (...) das atividades industriais capazes de induzir efeitos multiplicadores – com forte poder de difusão e aglomeração por ondas concêntricas – como ocorreu em Espanha, França, Itália e Portugal (...), (...) de efeitos de difusão do crescimento económico nos espaços circundantes (...).

Este foi um processo responsável pelo desenvolvimento do local com base na sobrevalorização dos investimentos públicos, em detrimento dos atores privados menos empoderados e, ocorreu em grandes empreendimentos, macro-projetos industriais situados nas regiões pólos estratégicas concentradoras de potencialidades e recursos naturais estratégicos⁴. Ou seja, recursos naturais entendidos a partir do valor de uso, atribuídos à natureza e, o valor de troca às comodities, mas também às relações mercantis diretas (embora extraterritorializadas e contratualizadas) estabelecidas em longo prazo, como refere Mauss e Lévy Strauss *apud* Lojkin (2002).

Na segunda metade do século XX, em contexto latino americano, difundiu-se esse modelo de crescimento económico que, a partir das economias centro em função da captação do potencial (do capital natural e humano) pelos pólos difusores secundários, em meio à crise económica estrutural, via interesses de classes, acompanhados pelos movimentos sociais contestatórios locais, em meio a modernidade dominante, sustentada, por vezes, pelos meios de comunicação, que a favor dos grupos dominantes, terminaram por reproduzir os processos expropriativos dos recursos naturais e das populações locais.

Assim, segundo Fernandes (2012), a problemática ambiental, que culmina com a dilapidação e degradação dos recursos naturais, consoantes aos problemas socioeconómicos, culturais e ambientais globais e, que tende ao aumento das desigualdades, da pobreza generalizada e a dilapidação do meio ambiente, trouxe para o bojo das discussões ideopolíticas, a contestação e a problematização da modernidade dominante e sua crise estrutural.

No contexto deste trabalho em modelo económico percebido como Top-Down.

Em tese todas estas questões configuram-se como conjunturais, estruturais e ideológicas, defendidas no campo epistemológico do social-liberalismo e do neodesenvolvimentismo (sul americano), dos anti-colonialistas, dos estruturalistas, dos marxistas, neomarxistas e pós-modernos, de autores como: E. Morin (2000), T. Homer- Dixon (1999), J. Lojkin (2002), Soromenho-Marques (2004), J. Friedmann (1996), M. Castells (2008), R. Faoro (2004), S. Bauman (1998), C. Prado Jr. (1994), J. Fernandes (2012) entre outros, onde trazem à crítica o carácter ético da inviabilidade das políticas económicas descendentes que negligenciaram as peculiaridades e as diversidades dos lugares, a ruralidade e a participação das populações locais, numa tentativa de homogeneização e expropiação social, cultural e económica, de expropiação e da degradação de valores, culturas, saberes e, em detrimento da autossustentabilidade ecológica e social regional/local, de valorização do urbano em detrimento do rural, a implicar efeitos, como: a pobreza, a violência e a escassez de recursos, a exclusão social e a degradação ambiental, o aumento da dependência e da subserviência das periferias em relação aos centros geoeconómico.

⁴ Na década de 1970/1980 a macro-região do Sudeste paraense – na Amazônia Oriental, os investimentos no território (macro-projetos industriais), sobretudo para exploração dos recursos minerais, madeireiros e energéticos, se deu sob a iniciativa das empresas, quer sejam públicas ou privadas. Ou seja, em investimentos de capital (misto) de fundo público ou privado.

Um modelo, também, sustentado pelas *theories of underdevelopment* ou o *Top-Down development*, como refere Boaventura Santos (2002), em contexto para os médios e grandes projetos de desenvolvimento locais, implementados “a partir de cima”, com base nas políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais (atreladas às políticas mediatizadas pelo Estado nacional) e internacionais, sem a participação efetiva das comunidades locais afetadas por essas políticas.

Estas políticas estão em planos de crescimento económico a partir do setor industrial, em função da necessidade do deslocamento das indústrias de base dos países centrais para a periferia global ou áreas débeis, que tornaram-se um factor decisivo para as mudanças de paradigmas de acumulação com base na expoliação social e ambientais locais acentuadas, assentes nas vantagens comparativas dos processos de desenvolvimento extraterritorial, atreladas às políticas neoliberais e a conseqüente diminuição do Estado de Bem-estar social a partir da reprodução ampliada do grande capital.

1.2. O *empowerment* socio-territorial.

É na prática política participativa e nas atividades económicas criativas e proativas coletivas que se pode racionalizar o discurso do uso dos recursos e valorização das potencialidades das paisagens naturais locais, rentabilizando-se o capital natural e humano, para que o processo de Desenvolvimento alternativo tome força, no sentido da autorealização cidadã e da sustentabilidade socio-territorial e ambiental local, a conjecturar e a associar (essas práticas) aos processos de empoderamento social mais elementar a nível de: educação, saúde, desporto/lazer, emprego e qualificação profissional, habitação, saneamento básico, segurança alimentar correlacionada à política agrária, promovidos pelas ações através da estrutura organizada do Estado de Bem-estar através das diferentes políticas públicas socio-territoriais e jurídico-institucionais.

Ao corroborar as ideias, *apud* Friedmann (1996), podemos conceber que o Desenvolvimento alternativo e Sustentável⁵ (pensado na segunda metade do século XX) assenta-

⁵As décadas seguintes a 1960 foram agitadas pelos movimentos políticos e sociais ambientalistas/ecológicos estruturantes advindos da Europa central via sociedade civil e atores individualizados, coletivos intelectualizados institucionizados (ou não), mediante a estruturação de organismos internacionais, a organização de Eventos e Conferências Internacionais, que, difundidas posteriormente, redefiniram as agendas políticas nacionais globais para a promulgação de alternativas pautadas num “novo”(mais equilibrado) modelo de desenvolvimento económico, social e ambiental, a abrir precedentes para o *ecodesenvolvimento*, a exemplo das Conferências da IUCN - *The World Conservation Union* em Seattle (1962) e Yellowstone (1972), do relatório *Meadows* (1972) apresentado pelo Clube de Roma – sobre “os Limites do Crescimento” - *The limits of Growth* que colocou em causa a finitude dos recursos naturais, o crescimento populacional e os modelos energéticos; da Conferência de Estocolmo Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

(1972) – que estabeleceu o Programa do Ambiente das Nações Unidas, onde se pensou o *futuro da humanidade e do planeta* com mais justiça e equilíbrio; A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO); O Seminário de Cocoyo (1974) Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – que discutiu os padrões de utilização dos recursos naturais e ambientais e as “novas” estratégias para o desenvolvimento económico mundial, com a promulgação do desenvolvimento *Bottom-Up* ou *desenvolvimento alternativo*. Em 1987, a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento da ONU publica o Relatório Brundtland – “*O Nosso futuro Comum*”- um instrumento de orientação ético-jurídico-político que viria a promulgar o *Desenvolvimento Sustentável* segundo os princípios: ambiental e inter-geracional; o que teve ressonâncias na ECO (1992), a 1ª Cimeira da terra – Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, onde elaborou-se a Agenda 21 que influenciou notoriamente para a elaboração de políticas locais (Agendas 21 locais), no âmbito das cidades da UE para a promoção da cidadania e da participação proativa dos cidadãos, informações disponíveis para acesso no ICLEI – *International association for local governments for sustainability* – <http://www.iclei.org>. Posteriormente realizaram-se as Cimeiras em Nova York (1997) e em Joanesburgo (2002) com propósito, entre outros, de ratificação dos acordos iniciados na 1ª cimeira; e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (aberta ainda na Rio 92) – com decisões de implementação discutida na COP – Conferência das Partes (Convenção quadro sobre a mudança do clima – ONU, a começar em 1995 Berlim na Alemanha) que entre, outras questões, discute a racionalização do mercado de carbono para a diminuição da poluição atmosférica e os impactos no clima global – que culminou com o estabelecimento do protocolo de Kioto em 1997 (em acordo ambiental multilateral) rediscutido para substituição na COP de Copenhague em 2009; o Protocolo de Nagoia *Access and benefit Sharing*, de 2010, que estabelece o acesso aos recursos genéticos (e conhecimentos tradicionais associados) e a distribuição justa e equitativa dos benefícios resultantes da sua utilização (ABS – acordo complementar à CDB – Reg. UE nº 511/2014). Essas (COPs) são organizadas a cada dois anos na tentativa de acordos ambientais e ecológicos, sobretudo entre os países mais ricos. Em 1994, após a Eco 92, realizou-se na Dinamarca (em Aalborg) a Conferência sobre as cidades e vilas sustentáveis – para as ações sustentáveis (em Portugal em grande parte o espaço administrativo está constituído por Distritos, Concelhos, Freguesias, Aldeias e vilas – espaços urbanizados e ruralizados de escalas diferenciadas) sob a orientação da “carta de Aalborg” a partir da qual pensou-se a implementação das Agendas 21 locais no âmbito da UE, a agenda ambiental mundial da ONU e, para além, o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), onde desenvolve diversos projetos a nível mundial no âmbito da pesquisa científica e das ações voltadas ao desenvolvimento Sustentável, a IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza, que elabora estratégias para a Conservação da Natureza no âmbito das áreas protegidas. Instituições internacionais que vem discutindo, no atual contexto os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na perspetiva de implementação a partir da Agenda 2016/2030: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e Bem-estar; 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Género; 6. Água potável e Saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento económico; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação.

se na preocupação com as questões ambientais e com as práticas políticas cidadãs, no sentido da conservação do património natural, da afirmação dos direitos humanos universais e dos direitos individuais de cidadania, especialmente das comunidades com índices acentuados de pobreza e exclusão, como no caso das comunidades rurais, e, sobretudo, daquelas situadas nas realidades dos países mais empobrecidos, como os do subdesenvolvimento.

Inicialmente as práticas alternativas de desenvolvimento local, estiveram atreladas às formas de organização popular ligadas às ONGs⁶ – Organizações não Governamentais, distribuídas pelo espaço global e nas realidades socioeconómicas débeis, através de práticas económicas, cujo empowerment se tornou a palavra de ordem para a promoção da cidadania in situ e, para os processos de emancipação mais abrangentes, a considerar que o local não estaria desarticulado dos processos de Desenvolvimento económico globais, que viessem a incidir efeitos diretos sobre tais territórios. Segundo Friedmann (1996: xi):

A abordagem do empowerment, que é fundamental para um desenvolvimento alternativo, coloca a ênfase na autonomia das tomadas de decisão das comunidades territorialmente organizadas, na autodependência local (mas não autárquica), na democracia direta (participativa), e na aprendizagem social pela experiência (...). “(...) o desenvolvimento alternativo é essencialmente uma ideologia e uma prática dialética (...).

Neste sentido, em Friedmann (1996) compreende-se que é na contradição e nas correlações de forças entre o Estado e a sociedade civil, que as práticas alternativas de desenvolvimento se convertem em ações individuais e coletivas (in)dependentes e interdependentes, em meio as dinâmicas sócio-territoriais locais solidárias, de cooperação, de autonomias, de aprendizados, de trocas de experiências e de conhecimentos com base na criatividade e nos interesses comuns.

Todas estas dinâmicas estariam colocadas nos domínios da prática social, com núcleos autónomos e hierárquicos organizados – a considerar: o Estado (e as instituições executivas e judiciais), a sociedade civil (com o núcleo doméstico), a economia empresarial (p.ex. a corporação) e a comunidade política (e as organizações políticas independentes e os movimentos sociais), *apud* Friedmann (1996).

Os domínios da prática social, indicados por Friedmann (1996), situam-se em modelos de Desenvolvimento que se propõem em formas mais solidárias e autoafirmativas de cidadania, onde na representação das correlações de forças, que se apresentam, por vezes, contraditórias ns

⁶ Em Portugal as ONGA – Organização não Governamentais do Ambiente, até final da década de 1970 tiveram pouca expressão, muito devido à baixa literacia e à repressão política sofrida pela sociedade civil, um quadro que pouco se modificou nas décadas seguintes.

dinâmicas territorialistas, como se pode observar em modelo simbólico *Bottom-Up* ou alternativo Territorialista.

O Domínio da prática social compreendido pelo modelo *Bottom-Up* ou Territorialista local e as correlações de forças entre os atores territoriais, estão expressos de forma simbólica na fig. 1, onde subentende-se as correlações de forças por entre os atores territoriais, quer sejam:

ESTADO - poder estatal, ramos do executivo e poder judicial.

SOCIEDADE CIVIL - poder social, pessoas naturais, unidades domésticas e associações civis (o domínio da cultura e das estruturas sociais)

ECONOMIA EMPRESARIAL - poder económico, Empresas e Instituições financeiras (p.ex. pessoas jurídicas)

COMUNIDADE POLÍTICA - poder político; Movimentos sociais e organizações políticas.

Todas estas dinâmicas estariam colocadas nos domínios da prática social, com núcleos autónomos e hierárquicos organizados, *apud* Friedmann (1996).

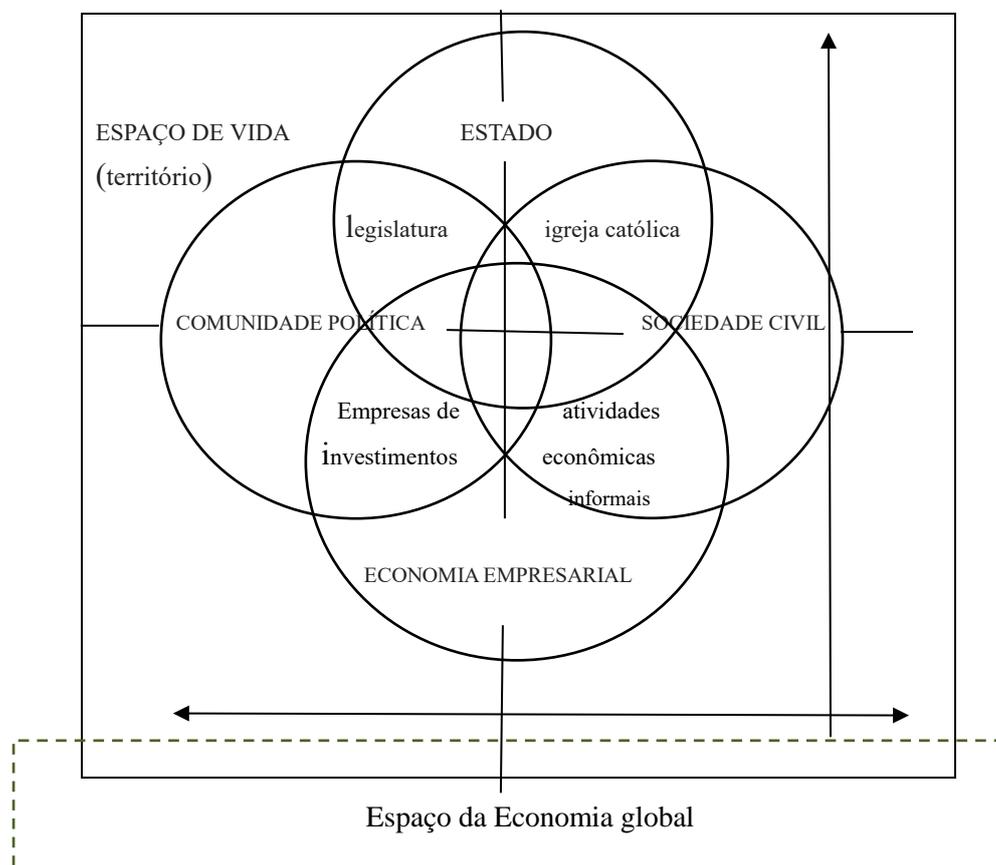


Fig. 1. Gráfico da dinâmica das correlações de forças entre atores no âmbito das territorialidades construídas. Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de Friedmann (1996).

←→ correlações de forças entre os atores territoriais
 ↑ Desenvolvimento *Bottom-Up*

Nesta perspectiva, o Desenvolvimento alternativo e Sustentável se coloca tal como um *continuum* de autodeterminação ambiental e social *versus* imposição Estatal e processos globais, a partir das resistências, iniciativas criativas locais - *empowerments*: consciência cidadã, vontade política, mobilização política e coletiva, valorização do capital natural, social e cultural local, e das lutas e reivindicações pela viabilização de infraestruturas (i)materiais/territoriais, através de ações proativas, democratizadas e descentralizadas; participadas, contrárias aos produtos dos médias globalizantes da cultura de massa, ou seja, aos fracassos comunicacionais ditados por padrões ideológicos massificados e alienantes e, que não condizem com as realidades *in situ*, mas, contribuem para os processos excludentes conjunturais, económico/cultural local.

1.3. O modelo Territorialista de Desenvolvimento.

O modelo de Desenvolvimento dito centralizado, conduzido pelo Estado, nos anos que decorreram a segunda metade do século XX, mediante as políticas macroeconómicas de desenvolvimento, expresso nos planos de Desenvolvimento dos Estados nacionais, em contextos conjunturais regionais/locais, orientados pela política macroeconômica globalizante de acumulação ampliada do capital, esteve integrado aos grandes oligopólios internacionais e trustes, configurados por enclaves industriais. Estes, a partir dos grandes centros econômicos desenvolvidos determinaram as relações de poder entre os Estados nacionais e as economias locais. E que, na óptica das teorias do Desenvolvimento *Top-down* ou Difusionista, assente na negação da participação democrática, proativa e autoafirmativa das populações locais, se tornaram ultrapassadas para os tempos atuais, onde o pensamento científico está para a sustentabilidade do planeta.

Sobretudo, com o advento da modernidade e a promulgação de novas consciências, disseminadas pela cultura de massa, ora em formato americanizado, ora europeizado, de modo a (re)configurar e a (des)estabilizar as estruturas (simbólico culturais/ arquitetônicas e paisagísticas) territorializadas nas paisagens periféricas do Subdesenvolvimento, em meio às convulsões e resistências político-culturais e económicas difundidas pelos movimentos sociais que passaram a reivindicar os direitos de cidadania, estes, foram deflagrados pelas classes mais empobrecidas e médias de conjunturas como p. ex. a Latino americana.

Tal processo estivera circunscrito no bojo das políticas económicas euroamericana e das políticas ditatoriais, a exemplo do que ocorreu na América latina, ainda nos anos 60, 70, 80 e 90 do século passado, mediante o modelo nacional desenvolvimentista orientado pela Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) que posteriormente à década de 70, reorientou sua política por conta do surgimento do neodesenvolvimentismo e da crise capitalista estrutural, que do Oriente Médio veio agravar as dívidas externas latino-americanas, sobretudo, em função do aumento do preço do petróleo deflagrado pela OPEP - Organização dos países exportadores de petróleo – o que levou alguns países a um processo de endividamento sem

precedentes, imposto pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, cujos principais efeitos foram: a desregulamentação (para a abertura aos mercados), a privatização de empresas Estatais, a desvalorização das moedas nacionais e o barateamento de produtos de exportação, *apud* Friedmann (1996).

Neste início do século XXI, a política de austeridade e recessiva, endógena de causas exógenas e endógenas, culmina com a abertura dos mercados e a globalização financeira e que, veio a abalar as estruturas das economias desenvolvidas a ex. da norte americana, e as emergentes do contexto europeu, sob a crise financeira internacional de efeitos negativos sobre as relações de trabalho, o que também, implicaria a deterioração da (re)funcionalização do Estado de Bem-estar, sobretudo, no âmbito da segurança social, em setores como: a saúde, a educação e a previdência social.

Em Portugal, a crise estrutural e as oscilações da economia se estendera à segunda década do século XXI, onde esta, se fez sentir no âmbito da falta de oportunidades de trabalho nos centros urbanos, fato que colaborou para os processos migratórios interno (retorno ao meio rural) e imigratórios para fora do país. Um processo que se fez sentir no retorno de centenas de jovens ao meio rural, com investimentos em projetos sustentáveis voltados à agricultura em baixa escala e a atividades econômicas alternativas, a partir dos incentivos econômicos do governo e dos advindos da UE⁷. Uma forma de minimizar os efeitos da crise estrutural, e de que é o exemplo o fomento em investimentos a programas comunitários de revitalização das socioeconomias rurais com os FEADER⁸ e os LEADERS.

Todas as questões citadas, não se descontextualizam das políticas territoriais económicas localizadas, descendentes e centralizadas, ou seja, dos planos de crescimento económico para determinados territórios, sob a configuração socioeconómico e territorial do Desenvolvimento verticalizado, ora Top-bottom ou Difusionista, como correu na América Latina na segunda metade do século XX. Ora voltado à economia de expressão Bottom-Up ou Territorialista, dinamizadas em Portugal no início do século XXI com as experiências vividas com a participação proativa de cidadania dos atores locais.

O movimento social, de efeitos contrários ao status quo pode, assim, ser observado nas dinâmicas de desenvolvimento emancipatórias e nas alternativas locais de desenvolvimento expressas no território, como resistências via mobilização e a organização política das classes oprimidas pelo processo recessivo nacional e imperialista (financeiro e mercantil) global. Mas, também, a partir das ações políticas e econômicas dinamizadas pelo Estado nacional em modelos de Desenvolvimento mais democráticos.

⁷ A considerar que o país após 30 anos de adesão à UE, se encontra entre uma das economias emergentes neste contexto.

⁸ Fundo Europeu de desenvolvimento Regional/Agrícola. Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

No caso brasileiro, a mobilização e a atuação política, de cunho essencialmente urbano, no período ditatorial, vieram a insuflar as organizações e ações subversivas expressas no movimento de esquerda (acadêmico intelectualizado e politizado) de lutas contra o status quo opressivo e excludente, estes se tornariam em atores à parte no processo da (re)construção de novas mentalidades e territorialidades das realidades in toctum, em prol da participação proativa da sociedade e das populações locais, no sentido da (re)orientação centrada no futuro político emancipado e socialmente mais justo e igualitário.

Este processo culminou com os movimentos emancipatórios no meio rural, a exemplo do surgimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais (Sul do Brasil – com a participação da elite agrária) e das ligas camponesas (norte/nordeste brasileiro - de base popular), ainda que em meio a diferentes viéses ideopolíticos e de interesses políticos e económicos diferenciados de classes, estes, acabaram por acelerar o processo de modernização do setor agrário brasileiro, em meio à implementação do projeto neoliberal deflagrado pelo governo nacional na segunda metade do século XX.

Neste contexto, a igreja católica, atrelada à CPT - Comissão Pastoral da Terra, e, por conseguinte, o MST - Movimento dos trabalhadores Sem Terra, tiveram papel fundamental na organização política e na luta emancipatória dos mais empobrecidos no campo. Embora, as décadas que seguiram aos anos de 1990, e mais recente com os investimentos estatais consolidados no âmbito de programas de geração de renda e emprego, como no programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) e, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o MST como mais expressivo movimento social de reforma agrária, tenha se mantido numa posição refratária e conservadora às demandas emancipatórias das organizações rurais de base popular, facto que culminou para os impasses ideopolíticos aos processos de dinamização e das mudanças sociais no Brasil, *apud* Boaventura Santos (2002), sobretudo no meio rural, que na atualidade já está mercantilizado e globalizado pelo médio e grande capital no Brasil.

O modelo de Desenvolvimento *Bottom-Up* ou Territorialista, disseminado em conjunturas como p. ex. na Índia, nos mostrou que os fenómenos políticos participativos e articulados, ao tempo da modernidade mais recente, se deram através da mobilização popular em prol da sustentabilidade dos recursos naturais a nível local, com projeção (política e midiática) em escala global.

Esse processo veio a concorrer para a construção de redes e ações autoafirmativas neste país, que a partir das lutas políticas, historicamente vinculadas ao amplo movimento social e ambientalista, pela biodiversidade e pelo direito dos agricultores criadores, indígenas e de camponeses, passaram a reorientar as políticas sociais. Entre estes, o “*grupo neem*”⁹, o

⁹ A *Neem* - nome atribuído a árvore “livre”, tem sido utilizada na Índia para diversos fins: medicinais, na agricultura e na fabricação de pesticidas agrícolas. Embora de patente privatizada, as propriedades da *Neem* estão globalizadas.

“*Satyagraha das sementes*”, o “movimento de libertação do biocolonialismo e da biopirataria” e o “*Jaiv Panchayat Movement*” (Movimento para uma democracia viva), onde intelectuais locais, como Vandana Shiva que expôs o problema da exploração em torno da biodiversidade e dos processos de *(dis)empowerment* social, que se tornaram (entre outros) o fundamento das desigualdades sociais, em meio ao processo de acumulação por expropriação, conduzido pelo sistema capitalista global, p. ex. mediante a OMC e a transnacionalização dos investimentos em pesquisas genéticas.

O problema da biopirataria de patentes, segundo Vandana Shiva *apud* Boaventura Santos (2004), veio submeter os pequenos agricultores indianos locais a uma espécie de biocolonialismo moderno, de usurpação de direitos e saberes que se traduziram em ganhos e lucros para as grandes empresas transnacionais, em detrimento da qualidade de vida das populações locais (agricultores, criadores de espécies vegetais, camponeses). A par da organização política de intelectuais e comunitários, no sentido de mudanças e reorientações ético-político-jurídicas em torno da questão.

Organizados politicamente, procuraram o amparo através da orientação na Convenção UPOV (Convenção Internacional para a Proteção de novas variedades de plantas – *Union Internationale Pour La protection des obtentions végétales*), apesar de alguns conflitos enfrentados, segundo a autora, que estariam ligados a OMPI (aspectos dos direitos da propriedade intelectual relacionadas ao comércio – *Organization Mondiale de la propriété Intellectuelle*) e a OMC – Organização Mundial do Comércio, e que constituíram em instrumentos de garantia dos processos de globalização das espécies vivas, inclusivamente, das identidades genéticas de micro-organismos vivos, a favor do grande capital, em detrimento dos pequenos agricultores. Foi o que ocorreu na Índia.

No caso brasileiro, a proteção aos melhoristas de plantas, na atualidade, está regulada na lei de proteção de cultivares (LPC) nº 9.456/97 que orienta a questão em torno dos melhoramentos genéticos das variedades vegetais.

Em Portugal, os conhecimentos tradicionais, a utilização dos recursos genéticos e sua partilha estão postos no regulamento ABS – Access and Benefit – Sharing da UE nº 511/2014 orientado pelo protocolo de Nagóia instituído em 2014.

Segundo Fernandes (2012), alguns instrumentos, como a Declaração de Cocoyoc (1974) – discutida no âmbito da Conferência das Nações Unidas no México, sobre Comércio e Desenvolvimento, passaram a levantar questões sobre o processo de desenvolvimento global unívoco e centralizado, a colocar em causa as questões em torno da sustentabilidade do ambiente natural e da sustentabilidade social local, com base na interdependência dos sistemas em macroescala em nível nacional. Ora, através do movimento político de esquerda intelectualizado organizado e institucionalizado instrumentalizado pelos acordos (promulgados pela ONU e a OIT) em prol do Desenvolvimento Sustentável e da política de redistribuição da riqueza. Ora, através das práticas *in loco*. Ora, nas lutas e reivindicações por emprego, política agrária

sustentável, créditos ao pequeno produtor, segurança trabalhista, ou seja, de embates ideopolíticos associados às conjunturas sociais adversas locais.

Desta feita, o desenvolvimento alternativo *Bottom-Up* ou Territorialista, pode assim, ser concebido nas análises teóricas, mas também, nos estudos empíricos, de Boaventura Santos (2002, p. 46) sob alguns pressupostos que sustentam a teoria, entre estes:

“(…) Com base em uma crítica de fundo a estrita racionalidade económica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes, contra a idéia de que a economia é uma esfera interdependente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não económicos – sociais (v.g. igualdade), políticos (v.g., participação democrática), culturais (v.g. diversidade étnica) e naturais (v.g. o meio ambiente) – o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins económicos à proteção destes bens e valores. (...) o desenvolvimento económico é concebido como uma forma de promover melhores condições de vida para a população em geral, e para os setores marginalizados em particular”.

Neste contexto, o Território passa a ser concebido como o locus da preservação e conservação do ambiente e seus recursos naturais (valor de uso) e, do desenvolvimento humano na perspectiva da satisfação das necessidades básicas e da autorealização cidadã (valoração do capital humano), onde as ações e políticas públicas estão baseadas na história, na cultura, nas condições e estruturas institucionais ético-jurídicas e no conhecimento das potencialidades dos lugares e de seus recursos naturais, como: a água, os minerais, o solo e recursos agrícolas e a biodiversidade, como valoração do capital natural.

Assim, mediante os movimentos sociais, os diversos atores, territorializados e mobilizados, projetam a atenção do valor do capital humano, do patrimônio e recursos naturais percebidos como valor bargain (troca), uma mais-valia no mercado externo. Por outro lado, estes passam a constituir em principais mecanismos de expressão política das populações locais mediante as interlocuções do poderes representativos das comunidades locais e de representação político-partidária de atores protagonistas organizados em sindicatos, cooperativas, pequenos agricultores, colônia de pescadores, associações de pequenos empresários locais, ONGs, instituições do Estado, intelectuais, entre outros, para se auferir os acessos a investimentos do governo, exploração e exposição midiática positiva, Fundos econômicos, investimentos e aprovação de projetos alternativos de desenvolvimento, de efeitos positivos nas socioeconomias locais e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

1.4. Uma crítica aos novos conceitos de Desenvolvimento dos territórios, expressos no espaço-tempo das populações locais.

Na contemporaneidade, as atuais políticas de desenvolvimento preconizam uma visão integrada da realidade, ultrapassando velhas concepções que separavam os fenómenos naturais dos fenómenos sociais. Isto se deve a evolução do próprio pensamento geográfico, no sentido da transposição de dicotomias analíticas, onde na atualidade se busca a análise em pormenor e integrada dos fenómenos que se manifestam de forma complexa no âmbito social/cultural/ambiental através das relações políticas de poder via territorialidades construídas.

A trajetória do conhecimento limitado, que visava o desenvolvimento das ciências sociais com base nas ciências físicas e naturais, foi gradativamente superado em prol de uma visão mais integrada das ciências, para assim, se explicar a realidade e as relações socio-históricas e geográficas dos seres humanos nos espaços de vivência.

No campo da geografia, esse processo se deve ao esforço contínuo de alguns geógrafos modernos, como Vidal de La Blache apud Rodrigues (2008), que buscou estabelecer em seus primeiros estudos a coesão territorial, embora utilizando a região como categoria geográfica de análise, mas, útil como ponte de ligação para as análises territoriais de cunho mais particular/singular, onde objetivou integrar os aspetos físicos e humanos concebendo-os da escala local para a global sob o ponto de vista dos fenómenos, cuja tendência nos tempos atuais é a complexidade política e sócio-económica-cultural.

Hoje assiste-se a quebra de barreiras (das distâncias físicas e de controles fronteiriços débeis), em pleno advento da informática e da revolução informacional que estão sob a influência dos meios de comunicação, onde podemos observar um mundo cada vez mais virtual, conectado pelas redes dos computadores e das novas tecnologias da informação conectadas ao tempo real. Cita-se os aparelhos inteligentes ligados à internet – a chamada Internet dos Objetos (IdO), que funciona a partir das aplicações (utilizadores) do Sense (nos smartphones) conectados por uma Wi-fi e router são os novos recursos de vigilância em tempo real. Trata-se de novas tecnologias que, embora, instrumentos de vigilância e segurança, também podem atentar contra a privacidade dos usuários mais expostos a cibercriminosos que se vendem (e vendem outréns) a interesses inescrupulosos.

Este é o mundo que se caracteriza pela falta de controle sobre o espaço nas mais diversas escalas, pela desterritorialização, pelos conflitos, pela ingerência, por vezes ilegal, na vida privada dos outros e, que tende a (re)configurações socio-espaciais em escalas diferenciadas, e cada vez

mais segregadoras e perigosas, configuradas pelos Territórios rede, como concebe R. Haesbaert¹⁰ e M. Castells, ou pelos Territórios de exclusão concebidos a partir da compreensão do arcabouço teórico de T. Homer-Dixon e S. Bauman, é o exemplo os fenómenos que ocorrem em algumas escalas, como no Oriente Médio, na Ásia oriental (zonas de risco), em tempos de conflitos militares, étnicos, religiosos e civis, que levam milhares de pessoas à condição de desterritorializados, refugiados, deslocados ambientais e às diásporas. É o caso atual do êxodo dos rohingya sob ditadura e limpeza étnica (mulçumanos de Myanmar e a perseguição dos militares Birmaneses) rumo à fronteira do Bangladesh. Ou, a questão atual em torno da anexação e uso do território entre a Rússia (Crimeia) e a Ucrânia no leste europeu – duas pátrias – duas identidades.

Assim, determinados estudos investigativos, estão a concentrar-se nas análises localizadas dos conflitos e fenómenos geográficos espaciais, territoriais, socioeconómicos e socioambientais. Fenómenos que estão diretamente relacionados à interrelação entre os fluxos de redes globais que se dão no âmbito do território, e das conexões concretas e materiais (in)visíveis na realidade, ou seja, no contexto da reprodução humana no espaço. Estes, são observados pela configuração das infraestruturas físicas e informacionais espaciais, ou através das correlações de forças políticas e as relações de poder estabelecidas no/entre territórios e atores envolvidos.

Este processo é, também, dinamizado pela lógica da formação de redes institucionais privadas e estatais, ou seja, das organizações dominantes instituídas, a nível de articulação política e económica de grupos e de indivíduos, o que levava à defesa de identidades em torno das resistências políticas e dos princípios comunais em âmbito local, *apud* Castells (2008).

Noutro sentido, o território, percebido sob o ponto de vista da globalização, está posto na tendência de um mal-estar e de uma crise civilizacional, onde a dependência económica e as instabilidades políticas fragilizam tanto o espaço quanto as instituições estatais – através de processos que se expressam na bifurcação entre a ordem (burocratizada) e a nova ordem económica ditada pelo livre mercado, *apud* Bauman, (1999). Em fenómenos tais como o da individualização, portanto, que passam a refletir uma crise civilizacional, observada, sobretudo no contexto dos países desenvolvidos, onde os direitos sociais são representados pelos direitos individuais “garantidos” em meio ao paradoxo social e territorial do risco, nos quadros de aumento da pobreza e das desigualdades sociais distribuídas por todo o espaço global, tal como concebe Beck (2000).

Tomas Homer-Dixon (1999), ao investigar os contextos territoriais na perspetiva ambiental da escassez e da violência, elaborou seu pensamento explorando os estudos de caso, em diversas escalas territoriais e, conjunturas socioeconómicas, políticas e culturais, no sentido da melhor compreensão acerca dos conflitos e problemas ambientais, em torno dos recursos naturais estratégicos e a escassez ambiental, como má disponibilidade da água no Oriente Médio,

¹⁰ O autor fez a análise em estudos de caso no Brasil, a propósito dos processos de migrações e des-re-territorialização no Mato Grosso pela população sulista na segunda metade do século XX.

os desmatamentos, os desabastecimentos de alimentos, o esgotamento dos solos, entre outros. Problemas que ao atingir as populações locais, contribuíram para os desequilíbrios ecológicos, sociais e ambientais, ou seja, para o aumento dos quadros de instabilidades políticas, insegurança ambiental, violência social e desordens generalizadas no território, em países localizados na América latina e Oriente Médio.

Na Índia, segundo Vandana Shiva *apud* Boaventura Santos (2004) desencadeou-se uma crise em torno da apropriação da propriedade intelectual dos produtores agrícolas efetivado pelos oligopólios. Um exemplo de problema local/global relacionado aos interesses comerciais e de patentes cobijadas pelo mercado das Indústrias: farmacêutica, bioquímica e da engenharia genética agrícola transnacionais. Problemas que marginalizaram os pequenos produtores rurais locais, contribuindo, em contexto, para o aumento dos quadros de pobreza naquele país.

Neste sentido, o fenômeno da globalização tende a imprimir ao local a (des)ordenação do território, no sentido da perspectiva da prevenção (ou não), do confronto e colapsos entre as Empresas e do Estado, e noutro sentido, a indução destes (fenômenos) e seus efeitos nos sistemas naturais, que envolvem as comunidades em conflitos sociais, económicos, ambientais e ecológicos locais.

Em Bauman (1999, p. 35) os processos da globalização são compreendidos, portanto, como:

De caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais, a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a “nova desordem mundial” (...), a globalização nada mais é do que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspetos da vida.

Assim, para Bauman (1999) o território é percebido na perspectiva da extraterritorialidade e, do livre movimento do próprio capital (no âmbito do comércio, das finanças e da produção industrial), agora com a tendência a proliferação da quebra das fronteiras de segurança e da estabilidade, com a conseqüente fragmentação política que torna os Estados mais ou menos fracos.

Desse modo, os Estados-nação na atual estrutura e conjunturas, acabam por limitar sua intervenção no sentido das garantias dos direitos de cidadania das populações locais, sobretudo no âmbito das economias mais afetadas (e não somente) pelos efeitos nefastos do capitalismo moderno, a cujos sintomas se faz sentir na minimização do Estado de Bem-estar.

Este processo incide suas conseqüências diretamente sobre a proteção do Ambiente, ou seja, nas políticas destinadas à conservação da natureza. Onde, nalguns casos, as reservas dos sistemas naturais estão localizadas próximas as influências de uma modernização complexa pós-moderna – urbana, onde se propaga um mal-estar civilizacional sem controle, sob o ponto de vista do consumo, que encontra no próprio Estado as barreiras operativas e técnicas para se dar conta

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

da pobreza acentuada, da degradação dos serviços públicos, do destino adequado dos resíduos sólidos e não sólidos produzidos, uma cultura generalizada, que contribui para os processos críticos de degradação dos ambientes e dos sistemas naturais.

Em Beck (2000), o território é percebido sob o ponto de vista do desenvolvimento de uma modernização reflexiva, no sentido da autoconfrontação e análoga à civilização Industrial ocidental.

Nesta perspectiva, podemos conceber o território como o locus de confrontação das mudanças em curso, que caminham para a sociedade de risco no âmbito sociocultural e socioambiental.

Assim, podemos dizer que na atualidade os conflitos geográficos territoriais, sociais e ambientais se encontram em torno da distribuição globalizada dos males, quer sejam estes: o desemprego e a precarização do trabalho, a concentração da terra e a especulação imobiliária e da renda da terra, as irracionalidades ecológicas e a degradação do ambiente, a corrupção e a instabilidade política, o disempowerment e a pobreza, a escassez e a violência, as expoliações e conflitos em torno dos recursos naturais hídricos, dos solos, os minerais, os madeireiros e a biodiversidade.

Estes se coadunam aos processos do modelo produtivo atual (à informatização e modernização das empresas, à flexibilização, acumulação e concentração do capital nas diversas escalas, o não respeito às legislações ambientais e aos saberes tradicionais, ao fosso que se dá no âmbito da extratificação de classes sociais nas diferentes conjunturas, às instabilidades políticas, ao desenvolvimento da indústria da biotecnologia amparada pela globalização institucionalizada, o que fragiliza o futuro, através dos riscos, ameaças, danos, limitações e vulnerabilidades socioambientais e ecológicas locais.

Neste caso, os investimentos em educação, saúde, empregabilidade, ciência e tecnologia, infraestruturas, qualificação profissional, política ambiental estratégica, segurança alimentar, política energética sustentável, política agrária sustentável, ou seja, em justiça socioambiental se configuram como fatores de prevenção e superação dos perigos e vulnerabilidades em relação aos conflitos nos processos de exclusão, estagnação e debilidades territoriais.

Logo, de acordo com os riscos e as vulnerabilidades enfrentadas pelas populações locais, estas estarão mais ou menos expostas aos danos causados pelos riscos, não somente naturais, mas antrópicos, que se refletem nos problemas de ordem socioeconómicos e ambientais vividos pelas comunidades locais.

A questão que se coloca, na atualidade é: Em que medida os processos de Desenvolvimento alternativo, em âmbito local, estão a se articular em coerência jurídico-político-ideológica com as redes institucionalizadas e globalizadas, no sentido do enfrentamento das mudanças subjacentes a realidades específicas, dotadas de peculiaridades e diversidades, mas também, das influências externas globalizadas?

Este se torna, portanto, o desafio que se fazem para os tempos atuais, no âmbito da gestão ambiental dos recursos naturais, dos conflitos socioambientais locais e, da qualificação das ações voltadas a melhor qualidade de vida das populações locais.

1.5. A construção teórica e prática do conceito de ambiente e de sustentabilidade no âmbito das áreas protegidas: marcos geohistóricos.

Ao longo das várias civilizações humanas, o homem tem procurado racionalizar ações, aprimorando instrumentos e técnicas, saberes e práticas, no sentido da otimização dos meios tecnológicos para interagir junto a natureza e explorar recursos, de modo a evoluir na gestão ambiental dos recursos naturais, a melhorar a qualidade do ambiente e de vida nos mais diversos territórios e lugares.

Contudo, é consenso no meio académico, o carácter problemático referente as questões ambientais na contemporaneidade, tendo em vista a oposição e analogia (social, económica e ecológica), referentes à natureza humana, como seres humanos, que desenvolvem-se sob um duplo contexto: o natural e o social, o ambiental e o cultural, ou seja, sob a necessidade de crescimento económico e evolução cultural em meio às limitações da disponibilidade e exploração dos recursos naturais do planeta, a falta de infraestruturas materiais e técnicas e a oferta em meios governamentais ecológicos locais para o enfrentamento das crises e colapsos de ordem ambientais.

Este facto é relevante uma vez que tudo se transfigura numa panacéia, com dinâmicas associadas à crise estrutural capitalista contemporânea.

A questão que se coloca, portanto, é: como ser possível compatibilizar interesses económicos com a sustentabilidade ambiental do planeta diante das necessidades humanas infinitas, postas no atual modelo produtivo infinitamente repleto de necessidades “básicas” e sofisticadas, cada vez mais fúteis e efêmeras?

Foi a partir da limitação tecnológica vivenciada pelas diversas civilizações e sua relação ecológica de integração com as paisagens naturais, que os sistemas ecológicos se mantiveram relativamente equilibrados, até pelo menos o advento da industrialização na Europa do século XVIII e sua consolidação no século XX. Essa é uma questão considerada de ordem paradoxal.

A preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais, dos sistemas ecológicos e, com os aspetos da conservação da natureza se tornou, portanto, um processo análogo à urbanização, ao crescimento das cidades, ao progresso tecnológico e, surge como uma necessidade à mudança de valores e mentalidades acerca da dependência humana em relação aos recursos naturais e ao consumo, que, em meio às iniquidades e contradições ao longo das várias décadas está a deflagrar o colapso das reservas de recursos naturais (minerais, madeireiros,

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

recursos pesqueiros marítimos, os sistemas costeiros, os energéticos, os solos e a biodiversidade), dos modos e meios de exploração das reservas naturais e do capital social, generalizando-se a crise ambiental por todo o globo.

Em Pessoa (1985), percebe-se que alguns países da Europa ocidental, se tornaram historicamente os detentores dos limitados recursos energéticos e de matérias primas, por terem sido as civilizações mais antigas a depender dos recursos naturais e do equilíbrio das paisagens, que sofreram com o progressivo advento da modernidade, da industrialização e da urbanização acelerada das cidades iniciados nos séculos anteriores ao XX, onde esgotou-se grande parte dos recursos naturais, como os estoques de florestas originais e dos solos férteis.

Esta crise no atual contexto de desenvolvimento técnico-científico e informacional, se estende às paisagens mais isoladas, estejam estas localizadas nas regiões mais remotas, sejam os cumes ou vales de Serras e Montanhas, ou em meio a imensidão das formações florestais nos trópicos, onde, embora a ação humana esteja dificultada pelos fatores físicos-naturais, e por isso (em tese) tornam-se espaços de difícil acesso e gestão, estes estão a ser alvo da ação antrópica (ainda que, indireta e relativamente em menor escala), mas, à escala das paisagens que estão sujeitas aos processos de exploração dos recursos, como os solos, os minerais e a biodiversidade.

Neste aspeto, na atualidade, considera-se ser o conhecimento científico (e não somente este) relativo aos problemas acerca da sustentabilidade e da preservação da natureza, ou seja, das ações no âmbito do ordenamento territorial e da gestão ambiental, condição indispensável à construção de novos paradigmas, assentes na conservação do património natural, do uso dos recursos e/ou das paisagens naturais, assim como, para se lograr melhores condições nos padrões de qualidade ambiental e de vida, como veio a ser discutido em diversos eventos nacionais e internacionais, a exemplo do que ocorreu na Rio 92, na atualidade nas COPs (Conferência das Partes) e nos encontros políticos internacionais, no âmbito das organizações internacionais como a IUCN, a ONU e o PNUMA, para a compatibilização de interesses e na imposição de compromissos, no que refere ao Desenvolvimento Sustentável, na execução de programas e das agendas ambientais locais.

Historicamente desde o século XIX, ações conservacionistas já faziam parte das preocupações com a fauna e a flora autóctones, onde, governantes da época passaram a instituir meios legais para orientar as condutas humanas em relação a Proteção da Natureza na Europa¹¹, muito em função da necessidade em se resguardar reservas de recursos, como a caça e a lenha.

¹¹ Segundo Flores (1939) na Inglaterra de 1888 a primeira Lei de Proteção da Natureza esteve voltada para a “*lei proteção das plantas bravas*”, onde proibiu-se a “*desenraização de fétos ou outras plantas que crescessem nos caminhos, estradas, vedações ou sebes, ou a outros lugares de acesso público*”. Nos séculos que seguiram a iniciativa Inglesa, na Alemanha (em 1935 – período do entre guerras mundiais) promulgara-se a *lei de Proteção da Natureza do Reich*, cujo princípio baseou-se “*na proteção e cuidados para com a natureza Pátria em todas as suas manifestações (...)*”, e mais: “*(...) segundo a lei constituem objetos de proteção: 1. As plantas e animais não cinegéticos; 2. Monumentos da Natureza e seus arredores; Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.*

Esse processo se modificou com o movimento ecológico romântico e politizado, em torno da conservação das paisagens naturais e das potencialidades cênicas inerentes e, para além destes, emerge no século XX a preocupação com a preservação e conservação dos recursos faunísticos e florísticos para fins científicos, *apud* Flores (1939).

Segundo Pessoa (1985), foi na Europa do final do século XIX que as preocupações com os aspetos da conservação se tornaram uma problemática a ser considerada, sobretudo por biólogos, ecólogos e outras áreas ligadas ao estudo da natureza, inclusivamente os da área humanista, ligadas ao movimento de consciência ecológica incipiente, muito por conta do desenvolvimento urbano-industrial responsável por eliminar grande parte dos sistemas naturais e da biodiversidade inclusa.

Estendido para o século XX, p. ex., com o movimento de contracultura nos anos a partir de 1970, e que dos Estados Unidos em 1967 se revelara na versão explosiva e efêmera, um tanto quanto romântica, através do movimento *hippie* [a geração das flores!]. No Brasil, teve o auge na década de 1970, despoletado pela classe média e de intelectuais em plena Ditadura militar. Em Portugal, culmina com a revolução política do 25 de abril (Revolução dos Cravos) em 1974.

O contracultura se revelou do meio urbano, onde se elencara grandes áreas naturais livres para encontros e convívios culturais simbólicos, foi o caso do verão de 1967 em São Francisco, o *summer of love*, de onde se projetara as sociedades alternativas e naturalista moderna, em meio a polêmicas e choques de valores, circunscritas na consciência ecológica e social, na emancipação sexual, na igualdade de gênero, e finalmente nas polêmicas denúncias, expressas na subversão aos tempos hodiernos de Guerras, este, havia revelado uma geração *esquálida*, expressa na realidade dos jovens norte americanos nascidos no pós 2ª Guerra, imersos no mundo das drogas (psicodélicas) – a geração LSD, o que se refletira num (des)humanismo e na selvageria social, sintomática de milhares de desempregados - um estado de coisas, em meio ao Movimento ambientalista em curso e a crise estrutural do capital, cujo efeito, teria sido deflagrado com a alta nos preços do petróleo, que do Oriente Médio atingiria drasticamente as economias mundiais, entre outros eventos desestruturantes da economia capitalista global.

Enfim, a revolução cultural excêntrica dos *hippies*, viera a se personificar, posteriormente, na arte da moda, na indústria têxtil e alternativa do algodão, do algodão da Índia, do linho cânhamo, do jeans rasgado, envelhecido, das viscoses e lenços coloridos e estampados, associados a outros adereços criativos. Em estilos de vida, observados nas academias de *ioga*, no consumo e venda de produtos naturais e artesanais nas bancas de feiras, de pontos comerciais e vendedores ambulantes.

Ainda em contexto, no século anterior, os norte-americanos haviam tomado para si a causa ecológica da preservação, a princípio, de extensas áreas naturais estratégicas, para

3. *Territórios de proteção da Natureza e 4. Outras partes da paisagem (...)*”. Embora tenha sido a *Lei de Proteção dos Animais – em 1933* e a *lei de proteção à caça do Reich - em 1934* as primeiras a serem promulgadas.

salvaguardar os valores ecológicos, biodiversos, paisagísticos e cênicos, em meio ao desenvolvimento industrial e crescimento da urbanização que iniciara no século XIX.

Assim, surgiram na América do Norte os Parques Nacionais e na Europa os Parques Naturais – NaturPark, como áreas naturais protegidas.

Os NaturPark – Parques naturais europeus, constituíram em áreas (a princípio pouco alteradas) onde incluíam-se as antigas formas de ocupação humana de influência rural, de diversos e peculiares hábitos culturalmente enraizados na autosubsistência, nas tradições e modos de vida intrínsecos à terra, utilizada para múltiplos usos.

Historicamente, neles, vivera-se a constância do equilíbrio homem versus natureza, mas também, da convivência do público (comunitário) e do privado, onde o imaginário popular construiu-se em torno do produzir para viver.

Nas serras e montanhas caracterizadas pelas paisagens naturais, vieram a se concentrar as áreas protegidas, estas foram (e são) entendidas como parte do património (mais valor bargain) localizadas em meio rural, que apesar das potencialidades naturais e do relativo equilíbrio natural e humano inerentes, ao longo dos tempos despovoaram-se, é o exemplo do que ocorre atualmente em Portugal.

Os NaturPark surgiram, portanto, a partir da ideia de conservação e preservação em recortes idealizados pelos europeus do séc. XIX – inicialmente como reservas de caça, madeira, lenha, por vezes abrigo e refúgio.

Foi o exemplo a reserwat Bialowieza (Reserva Natural demarcada em 1921) localizada numa área de floresta primária na Lituânia, utilizada (na Polónia) na Segunda Guerra Mundial pelos nazistas como reserva de caça para os fins e usos dos militares.

Teria sido, este, um provável ambiente palco da perseguição aos judeus e aos camponeses que a ocuparam como abrigo? e que viveram nos arredores, num tempo em que a floresta teria sido útil para esse fim? e, posteriormente, para se (re)pensar o conteúdo (anti)semita? tal como, se frequentara os cenários projetados em arranjos a partir da insigne obra de R. Wagner, em espetáculos e concertos visitados por personalidades e personagens do nazi-facismo em tempos de Guerra, para efeitos de regressões, higiene mental e convívios com a realidade social, nada ecológica – mas, às avessas.

Na Alemanha de 1920, se estabeleceu uma reserva natural – a Luneburger Heide, que passou a integrar uma imensa área naturalmente coberta por xerófilas, localizada próxima a Hamburgo.

Nos Estados Unidos durante o séc. XIX, criaram-se os parques nacionais configurados como áreas federais nacional estratégicas, para a preservação e conservação em larga escala de seus recursos e potencialidades naturais, foram os casos: de *Hot Spring* em 1832 (localizado em Arkansas e, visitado pelas nascentes quentes), o *Yosemite Valley* criado em 1890, localizado na Califórnia (aberto para o recreio, imponente e coberto pelas montanhas da serra nevada, por imensas quedas d'água e pelos povoamentos de Sequoias gigantea), e o *Yellowstone National Park* inaugurado em 1872, em primeira versão institucionalizado (em parte sob os aspetos da Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

preservação, em função das grandes potencialidades e peculiaridades dos fatores bióticos e abióticos, assim como, dos diversos biótopos inclusos), *apud* Flores (1939).

Os parques em Portugal, desde sua conceção estiveram inseridos nas áreas rurais humanizadas, daí possuírem na prática as funcionalidades de parques naturais de influência antrópica. A primeira versão em Parque Nacional surgiu na região que compreende o extremo nordeste do Minho até o Trás-os-Montes. Foi pela Comissão Nacional do Ambiente que se criou legalmente o então Parque Peneda do Gerês – no início dos anos de 1970, coincidindo com a 1ª Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (1972) na Suécia.

Neste contexto, a figura do Arquiteto Ribeiro Telles se destaca no âmbito das iniciativas positivas para o território, na criação da Secretaria de Estado do Ambiente, dos Parques, das reservas ecológicas e das reservas agrícolas em Portugal, no sentido da reorientação de modelos e classificação de áreas. Andrade e Silva, viria a se destacar na política de fomento de bosques e florestas no território continental português, uma política que descambou para os desastres ecológicos, com as irracionalidades e a indução dos incêndios florestais.

No início do século XX em Portugal, a preocupação com a proteção à natureza inaugurou alguns instrumentos legais (em 1918, 1919, 1929 e 1931) – a princípio sob critérios estéticos e cênicos. Foi o caso da proteção dos arvoredos da Serra de Sintra e decretos leis que referiam: “todos os arranjos florestais e de jardins de interesse artístico ou histórico e bem assim os exemplares isolados de espécies vegetais dos quais, pelo porte, idade ou raridade se recomenda a cuidadosa conservação”, *apud* Flores (1939).

Considera-se que as muitas ações protetivas¹², ao longo das várias décadas do século XX, se tornaram fundamentais para o desenvolvimento dos aspetos legais e das iniciativas governamentais e científicas em relação à proteção à natureza, como: a obrigação da restauração florestal mediante a lei da arborização dos baldios (inicialmente ao N do Tejo), os estudos das áreas relevantes à conservação, no caso: do Gerês, o de Trás-os- Montes, da Serra da Estrela, a costa de Quiaios e Mira (zonas para proteção de dunas), a Serra da Guardunha, a Charneca de Idanha, os Pinhais de Leiria (à época insignes), do inventário de aves marinhas na lagoa de Óbidos, a formação florestal climática da Arrábida, entre outras.

Flores (1939) alertou, ainda, para os riscos de extinção de espécies cinegéticas derivados da economia de rapina no período que seguiu a Segunda Grande Guerra. Um problema que em Portugal já se constituía uma realidade cruel para os ecossistemas naturais e espécies autóctones, como: o lobo, a raposa, o texugo, o lince, as águias, falcões, os peneireiros, os bufos, as cobras, o ouriço cacheiro, entre outras.

No Brasil, foi D. João VI em 1808, que efetivamente esboçou os interesses para a Proteção à Natureza, onde criou as áreas naturais protegidas para se resguardar o valor cênico,

¹² Ver Flores (1939).

paisagístico e das propriedades botânicas das espécies autóctones e não autóctones, a princípio, com o incentivo da criação e cuidados aos jardins botânicos.

A criação dos Jardins Botânicos¹³, ainda no século XVIII, em Belém-do-Pará esteve atrelado aos investimentos da coroa portuguesa em pesquisas botânicas dos naturalistas, foi o caso de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua odisséia nos finais do século XVIII pela amazônia. Foi, portanto, nos anos de 1798 que surgiu o Jardim do Grão-Pará, como um espaço (das ciências naturais) de cultivo e intercâmbio de exóticas, sobretudo a partir das colônias francesas, cujo principal horto o La Gabriele (em Caiena), e que teria passado à propriedade dos portugueses, pelas autoridades brasileiras que começara a ordenar espaços livres para a conservação e proteção de espécies da flora autóctone e não autóctone. O uso destes espaços continuou a funcionar para fins científicos, de intercâmbio, para o recreio e lazer, nos anos após a chegada da corte real no Brasil até os tempos atuais.

Destaca-se o exemplo da transferência de exóticas de potencial comercial (especiarias) e de frutíferas da amazônia para o nordeste e para o sudeste, as enviadas à Portugal e à África, assim como, as advindas de África, Índia, Malásia, México, da China, e de Caiena muito comum desde o século XVII, como: a pimenta, a canela, a cochonilha, o cacau do mato, o capim colômbio, o tabaco, o arroz, o trigo, o cânhamo, o anilim, noz moscada, cânfora, cravo, fruta-pão, carambola, espécies de chás, o gengibre, a soja, o inhame, a mandioca, a manga, o açafraão, a cana taitiana. Cultivadas em áreas demarcadas para fins científicos, ou em áreas livres, *apud* Dean (1991).

No Rio de Janeiro, as autoridades científicas e políticas passaram a investir no Real Horto Jardim Botânico no Rio de Janeiro cobrindo uma área aproximada de 2.500 ha. Este, passou a receber espécies botânicas tanto de Belém como de Caiena.

É consenso que as áreas protegidas na versão de Parques, no Brasil, surgem em 1937 nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, cobrindo grande parte dos ecossistemas da Mata Atlântica, denominado como parque nacional de Itatiaia. Posteriormente, no final dos anos de 1950 e início dos anos 1960, André Rebouças propôs a criação dos parques nacionais de Sete Quedas (no rio Paraná) e do parque nacional da ilha do Bananal (no rio Araguaia).

A promulgação dos instrumentos políticos e jurídicos, em relação à conservação e preservação das paisagens e recursos naturais do Brasil ocorre com a aprovação do código florestal (1934), do código das águas (1934), do código de caça e pesca (1934) e do decreto de proteção aos animais (1934), concomitantemente ao que ocorreu na Alemanha e em Portugal.

Na segunda metade do século XX, a Conferência Brasileira de Proteção à Natureza esboça a preocupação com o património natural existente no país, no sentido da valoração do capital natural nos processos de desenvolvimento.

¹³ O Horto Jardim Botânico paraense (na versão científica) entrou em degradação após o período da Cabanagem (1835-1840), transformado num “viveiro de plantas” e por conseguinte em jardim público. O Jardim Botânico do Grão-Pará abriu o precedente para a criação do Museu Emílio Goeldi – a mais expressiva Instituição científica do Estado criado em 1866, *apud* Sanjad (2001).

O conceito de áreas protegidas na modernidade construiu-se, portanto, pela difusão das idéias conservacionistas, em função da necessidade de se compatibilizar equilíbrio ecológico das paisagens, a valoração das potencialidades naturais cênicas e paisagísticas dos lugares, da preservação e conservação dos ecossistemas naturais bióticos e abióticos, e dos refúgios ecossistêmicos tidos como verdadeiros santuários ecológicos e posteriormente como reservas genéticas biodiversas para fins científicos, a exemplo do património florestal e a biodiversidade existente nos refúgios nativos da Europa.

A criação de áreas naturais protegidas configura-se, também, como atenuadores de consciência aos processos geohistóricos sócio-económicos-culturais descendentes *Top-Down*, promovidos pela dinâmica urbano-industrial das sociedades europeias e norte-americana, e que acarretaram em assimetrias socioambientais regionais-locais, ou seja, de tendência à valoração do urbano-industrial em detrimento do rural e a desvalorização dos lugares dotados de um modo de vida peculiar, de potencialidades e de paisagens naturais já antropofizadas.

Logo, os processos de desenvolvimento pautados nos excessos da sociedade de consumo em detrimento da preservação e conservação da natureza nos lugares, sobretudo nas décadas seguintes a 1960, refletiram o pouco cuidado das políticas verticalizadas *Top-Down* às áreas protegidas, no sentido da conservação do património natural.

Por outro lado, esses processos estiveram também análogos ao desenvolvimento global colonialista e pós-colonialista que colocou em causa a exploração “limitada e ilimitada” dos recursos naturais em reservas, nas áreas de influência colonialista. concebidos sob o ponto de vista da estrutura imperialista de colonização tanto em sentido estrito a nível dos lugares, quanto das externalidades nacionais, apud Fernandes (2012). Ora explicado pela Teoria da dependência do intercâmbio desigual. Ora, pelos processos históricos expropriativos da economia centro em relação ao subdesenvolvimento, como concebido por Celso Furtado e Caio Prado Jr., em perspetiva mais ampla sobre as relações estabelecidas entre o centro e a periferia do espaço global no século XX.

Posteriormente, a lógica conservacionista se transforma em instrumento de ordenamento (e controlo) territorial para se resguardar e conservar recursos, como a biodiversidade, os estoques das águas superficiais e subterrâneas potáveis, os solos agricultáveis, a qualidade do ar e, no sentido da valoração do património simbólico-cultural e científico, do bem-estar e da melhoria na qualidade de vida dos que vivem em diferentes contextos de vida e gerações humanas, por vezes, submetidos a assimetrias sociais adversas, estejam estas na influência direta ou indireta das áreas naturais protegidas.

É neste contexto, que emerge e se desencadeia a crise ambiental pautada na oposição entre o homem e a biosfera, na incompatibilidade entre os interesses do sistema global produtivo e a conservação dos sistemas naturais, onde se projeta nas áreas protegidas o desenvolvimento de populações locais.

As condições sociais que refletem os níveis educacionais e de cultura dos grupos sociais, assim como, as questões agrárias, que envolvem o direito à propriedade privada, a posse da terra Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

de direito e de facto, representam, enfim, o grande desafio para as questões ambientais atuais, no âmbito da gestão e do manejo dos recursos naturais nos espaços demarcados para fins de proteção.

1.6. O papel do Estado e o Desenvolvimento Sustentável – considerações sobre o caso brasileiro e o caso português.

A ideia de globalização trouxe para os processos de Desenvolvimento, a produção da (des)ordem em escala universalizada.

O Desenvolvimento Sustentável surge para dar um novo sentido a nova ordem global ditada pelo grande capital, ou seja, a de tornar o mundo habitável, em melhores condições de vida a todas as espécies vivas, em escala global, mas sobretudo às populações humanas, no sentido da diminuição das desigualdades sociais e ambientais locais, e da promoção da melhor na qualidade de vida.

Neste sentido, a compreensão do papel do Estado, como um dos principais atores no contexto da discussão e percepção das práticas, no que refere ao Desenvolvimento Sustentável, será de fundamental importância para a percepção dos efeitos da globalização, nessa nova (des)ordem que se expressa em directo no território, para que se possa explicar a coesão social e territorial e a participação dos atores responsáveis pela dinamização dos territórios, como no caso das áreas protegidas.

É de grande importância, portanto, entender os níveis de qualidade de vida dos residentes inseridos nesses territórios, já que os mesmos se encontram sob estatutos de proteção e sob a influência de grupos económicos empresariais e/ou das ONGs – Organizações não Governamentais de interesses particularizados e diversos nas áreas, onde passam a conviver no território em meio às infraestruturas materiais e simbólicas, aos fluxos e ao movimento dos contrários nos tempos atuais.

Ao citar Castoriadis, Bauman (1999, p. 45) reflete sobre o papel do Estado. Assim (em Castoriadis) o autor entende que:

(...) confundir o Estado com o poder social enquanto tal: “Estado”, insiste ele, refere-se a uma forma específica de distribuir e condensar o poder social, precisamente tendo em mente a capacidade reforçada de “ordenar”. O “Estado”, diz Castoriadis, “é uma entidade separada da coletividade e instituída de modo tal a garantir a permanência dessa separação”. Deveríamos reservar o nome “Estado” para os casos em que ele é instituído na forma de Aparelho de Estado – o que implica uma “burocracia”, separada, civil, clerical ou militar, ainda que

rudimentar: (...) uma organização hierárquica com área de competência delimitada.

Nesta reflexão, Bauman nos leva a pensar o caráter relacional de um devir, pois o Estado constitui uma estrutura organizada que deve ser construída em prol dos direitos de cidadania e do Desenvolvimento pro-ativo inclusivo, que segundo Soromenho-Marques (2001), já viável a algumas conjunturas, a exemplo da realidade francesa, alemã e de alguns dos países mais desenvolvidos como os escandinavos.

Para Bauman (1999) a soberania institucionalizada inerente ao Estado se deve a uma construção histórica, que com base no tripé: militar, económico e no cultural, desenvolvida no sistema burocrático liberal, conseguiu se estabelecer e manter através p. ex. da formação dos blocos de poder. Afirma também que hoje, a nível global, o que está em movimento é uma utópica soberania política, reguladora das fronteiras territoriais (comerciais, culturais) e de controle da população, que se efetiva apenas no sentido do policiamento e da fiscalização de entrada e saída nas fronteiras transnacionais, uma vez que, a mobilidade socio-espacial depende mais das condições económicas de que os indivíduos usufruem, em meio a globalização económica, cultural e tecnológica, do que das barreiras políticas fronteiriças físicas espaciais.

Em Bauman (1999) podemos compreender que o mecanismo de ordenação supra Estatal representa-se tanto no âmbito sociocultural quanto no âmbito do “equilíbrio dinâmico do mercado” global. Este (equilíbrio dinâmico), representa-se em cenários que se desenvolvem a curto e a longo prazo. A propósito do que explica E. Lorenz apud Vitte (2004) sobre os fenômenos percebidos sob a dinâmica do caos determinístico não-linear e/ou dos sistemas complexos não-lineares, expressos no “efeito Borboleta” ou na dependência sensível das condições iniciais, não no sentido da desordem, mas de uma ordem antagónica que é dinâmica e transmutada.

É, portanto, na oscilação dos mercados globais, que podemos observar os efeitos negativos consequentes do desequilíbrio das bolsas de valores, que associados aos problemas das más infraestruturas locais causam os impactos desastrosos nas economias regionais – locais, por conta das crises conjunturais globais (in)visíveis, uma vez que se movimentam em escalas diferenciadas no mercado financeiro extraterritorial, de que é exemplo o que ocorre com os valores relacionados às exportações de commodities primárias, negociadas a partir de regiões centrais e que atingem as regiões monocultoras “dinâmicas” brasileiras – como a do centro-oeste, que veio a se destacar no mercado nacional e internacional de grãos na primeira década do século XXI, como se observa na análise de Lopes (2010) correlacionada as questões atuais da globalização.

Contudo, embora se possa considerar a autonomia do Estado presente em seu funcionamento através das instituições dominantes, não se pode omitir deste, o caráter instrumental de dominação de classe, aonde a classe burguesa tem, neste, as condições de reprodução de sua própria condição, como elucidado por Harvey (2005).

Autores como Aron (2000) descreveram o sistema Weberiano (de Max Weber) para entender o Estado na perspectiva da dominação (do latim ser senhor) que sugere obediência e mando em determinado contexto através das condutas legitimadas e orientadas por um determinado arcabouço jurídico legal, ora justificado pela figura do elemento carismático, ora pela tradição atrelada a um arcabouço burocrático (visto como uma espécie de calcanhar de Aquiles,) para o que se vislumbra como flexibilidade, racionalidade e modernização burocrática para as relações estabelecidas entre o Estado e determinadas estruturas e conjunturas dos tempos atuais. Aonde Weber fez a distinção entre a essência da economia e a essência da política a partir de processos subjetivos das condutas humanas “engajadas e não passivas” ao movimento da economia.

O trabalho (em Weber), portanto, terá lugar enquanto categoria fundamental para se analisar o desenvolvimento econômico e social das sociedades modernas, consubstanciado pela intervenção do Estado através da subjetividade e inteligibilidade humana, no sentido da dinamização econômica da nação, num contexto conjuntural e estrutural particular – no caso de Weber, foi o contexto Alemão do final do século XIX que se tornou o ponto de referência para sua análise.

Desse modo, a considerar os aspetos universalizados e comparativos de compreensão das sociedades, e mais: dos aspetos singulares e da flexibilização inerentes às macro instituições (do Estado), ou nos regimes sociais sob o ponto de vista das sociedades ocidentais através das tipologias de análise das condutas, que refere a ação de grupos políticos de classe – a exemplo da análise feita sobre a formação do estamento burocrático brasileiro, formada num primeiro momento pelos proprietários rurais e posteriormente pelos lobbies políticos atrelados a condição de classe, que se refletiu na burocracia institucional e na flexibilização jurídica a favor das classes dominantes, como concebe Faoro (1997), ou seja, da dominação, que veio a se expressar no âmbito das instituições burocráticas Estatais.

Na Europa, Weber pensara a sociedade alemã inserida num regime político mais liberal e democrático, para a dinamização dos fluxos económicos.

Por outro lado, é certo que Max Weber acreditava na prosperidade da nação a partir do processo de coesão territorial (aqui, também, no sentido da estruturação e articulação física territorial) para o fortalecimento da nação, que através dos sistemas sociopolíticos e económicos institucionais organizados, se pudesse alcançar o desenvolvimento nacional.

O paradigma ocidental Weberiano de Estado tornou-se, portanto, anacrónico e diacrónico em alguns aspetos, sob o ponto de vista de algumas realidades sociopolíticas e económicas. Podemos citar o caso brasileiro que, ao longo do processo colonialista, contraditoriamente criou-se as bases para o quadro social atual, aqui a refletir o anacronismo das idéias de Weber e a pensar na sociedade absolutista de base escravocrata e da economia latifundiária – monocultora como reflexo da grande empresa comercial ibérica.

Esta realidade na atualidade, passa a ser analisada sob o ponto de vista neodesenvolvimentista, trazendo para a reflexão os resquícios dos processos pós-colonialista, de Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

formação e consolidação sócio-política-institucionais, que sucedeu-se no tempo, e que veio a refletir o sistema Weberiano nos sistemas burocráticos institucionais e na formação de uma “elite” política patrimonialista, detentora do acúmulo e da reprodução de poder (político e consequentemente económico) ao longo de um processo histórico complexo e que, pouco tem mudado devido as grandes desigualdades sociais inerentes ainda à realidade brasileira, em consequência da má burocratização e das falhas do Estado de Bem-estar.

Primeiro porque não podemos pensar para o caso brasileiro, os acessos à cidadania pela grande maioria dos brasileiros, uma vez que este aspeto social esteve completamente desestruturado pelo menos até meados de 1930 no país, *apud* Carvalho (2013), a exemplo da Educação superior, que só foi pensada para o território após a chegada da família real portuguesa – e que teve na escola de medicina da Bahia e no Hospital Militar do Rio de Janeiro o seu surgimento no final da primeira década do século XX, com a extensão em 1910 para a escola de Engenharia e em 1927 à Pernambuco com a inauguração da escola de Direito. No Pará, o Ensino Superior foi inaugurado só em 1942/45, uma modalidade do ensino formal oportunizada a uma parcela muito insignificante da sociedade.

Até meados de 1850 o Brasil ainda importava escravos, uma questão que se estendeu até 1871 com a libertação dos negros que nascessem a partir desta data e, finalmente, com a abolição da escravatura em 1888 que se deu de forma simbólica.

É facto, que nos pós abolição da escravatura, o Brasil continuou com a prática cultural da escravidão, onde era comum pessoas de cor – os negros, escravizarem a si e aos iguais. Um processo que perdurou até meados do século XX, a ter efeitos negativos na formação da sociedade brasileira, *apud* Carvalho (2013).

Logo o processo de construção da cidadania no país caracterizou-se pela lentidão e por uma utopia alienante, *apud* Carvalho (2013). Ora, porque a educação formal, condição sine qua non à liberdade de pensamento, às condutas humanas ético-morais autodeterminadas justas e responsáveis e, ao exercício da cidadania, foi negada à grande maioria da população no Brasil, agravada pelas questões históricas excludentes de condição social, étnicas e de gênero. Um problema que se configurou como um entrave ao processo de desenvolvimento estratégico e mais avançado do país. Ora, em função da dimensão territorial que contribuiu para o isolamento das grandes propriedades e à submissão a toda sorte de arbítrio e usurpação de direitos sofrida por grande parte da população, onde, em contexto, o valor subjacente à justiça social esteve atrelada aos arcabouços jurídicos a beneficiar os mais abastados em relação aos mais empobrecidos, um fato que ainda está presente na realidade social brasileira, sobretudo, em meio rural das regiões mais empobrecidas como o Norte e Nordeste brasileiro. Aqui o trabalho esteve concebido historicamente como relação de favor, o que em muito veio a contribuir para a formação de uma mentalidade passiva e de descrédito (destes), sobretudo em relação às instituições jurídicas. Segundo Carvalho (2013), este é um processo que se configura como um entrave às intervenções do próprio estado, no sentido da promoção e democratização dos direitos de cidadania.

Outrossim, em se tratando da concentração agrária, o Estado brasileiro configurou-se como um dos maiores detentores de bens territoriais (p. ex. as terras devolutas), ao longo dos tempos um problema que teve suas ressonâncias no processo de ocupação e estruturação espacial recente como a amazónia brasileira.

Embora, este tenha sofrido a influência de um desenvolvimento económico moderno conservador de cunho liberal americanizado, mas, no bojo de uma conjuntura política, ainda carregada de uma ortodoxia de base oligárquica tradicionalista e patrimonialista arcaica, que se projetou, sobretudo, à conjuntura que se deu a partir da década de 1970 nesta região, com a implantação dos grandes projetos industriais de cunho político e económico neodesenvolvimentista indutores de grandes levas populacionais, de fora para dentro, dessa região, causando os inchaços e o desordenamento territorial nos pontos concêntricos.

É recorrente no pensar de Faoro (2004) de que o processo de formação do Estado no território brasileiro, desenhou-se, em parte, por conta das experiências políticas tradicionais importadas de Portugal. Ainda que o Estado brasileiro seja de formação recente, que se iniciou com o advento da república e eliminação gradual do sistema patriarcal escravocrata/absolutista, entrando no sistema republicano no final do século XIX e sob a influência política e económica norte-americana, ainda na primeira metade do século XX. O Sul, o Sudeste e em parte o Nordeste, configuram-se como as primeiras regiões brasileiras a receber tais influências políticas e económicas externas ao território, indutoras do processo de industrialização.

Em tempos mais remotos, este autor analisa, ainda, em “Os donos do poder” a origem do Estado português sob um conglomerado de diversos pequenos “reinos”, cenários de lutas e guerras empreendidas entre o século XI ao XIII contra o sarraceno (árabes e muçulmanos) e o espanhol. Segundo este, no século XII, Dom Afonso Henriques (primeiro rei de Portugal) teria designado para si as primeiras terras “nas cercanias” de Évora.

Um Estado que se desenvolveu sob o jugo da justificativa e diferenciação do poder de determinadas classes estamentais extractificadas (em nobres, funcionários da coroa, militares), diferenciados entre si, ou seja, os detentores de alguma posição social (por contrato) que designava um certo status, daqueles detentores de propriedades privadas (riquezas), ultrapassado posteriormente pelo sistema patrimonialista, embora de cunho mais rígido e centralizado (no caso português) ao contrário do que ocorreu no caso brasileiro que se deu de forma mais flexível e descentralizada, inicialmente - como no processo de divisão e distribuição de terras em capitánias hereditárias a *bonne volonté* dos colonizadores.

Uma primeira tentativa de controle e distribuição agrária, neste caso, a dimensão territorial foi determinante. Um processo que mudou de configuração ao longo do período de colonização e, sobretudo, no pós-colonialista.

O Estado feudal se desenvolveu, desse modo, de forma muito particular em Portugal, o que o autor designou como um “feudalismo eclético” de vincado carácter patrimonial, sem as diferenças entre o público, o privado e suas relações com a terra e as “gentes” do reino (um tema

que teve como base as primeiras discussões desenvolvidas por Alexandre Herculano), apud Faoro (2004).

A análise controversa, em que se considera os aspetos contraditórios e antagónicos inerentes ao capitalismo sobre esta questão (a da flexibilização das relações entre o Estado e os interesses da população), traz à luz a reflexão, em que se considera a derrocada do feudalismo, que se deu a partir do século XIV com o declínio do sistema feudal e o advento das grandes navegações, que elevou o Estado português ao status de grande potência comercial marítima (uma condição que só foi possível mediante a opressão tributária e o excedente de trabalho sobre a população) e da complexidade do sistema patrimonialista amparado pelos estatutos legais.

No caso brasileiro, o sistema patrimonialista abriu o precedente para um certo controle territorial, embora às avessas, feito através da burocratização do Estado, que sob os resquícios do Estamento burocrático de diversas nuances, foi desenhando a questão agrária no país, muito em função das lutas, mobilização política das classes subalternas a partir do campo e de alguns avanços legais a favor destes, desencadeado através das correlações de forças entre as classes antagónicas ao longo do processo histórico complexo.

Na atualidade, as sobreposições de grandes extensões de terras para fins de controle territorial, de ordenamento do território, da conservação dos recursos naturais e dos sistemas ecológicos, no caso, das áreas protegidas, portanto, configuram-se como questões que movem grandes polémicas e conflitos de interesses no que refere à propriedade privada da terra, uso do solo e acessos aos direitos de cidadania.

1.7. Estado, sustentabilidade e o *status quo*: discussão ambiental atual.

A sustentabilidade surge como um mecanismo de sustentação do Estado moderno, a partir da lógica e estabelecimento de uma nova ordem ecológica – social - cultural e ambiental, que dê conta do equilíbrio e racionalização das relações entre o homem – natureza – recursos naturais, da conservação e preservação dos sistemas ecológicos, culturais (simbólicos e antropológicos) desenvolvidos ao longo das gerações humanas em diversos contextos, conjunturas e por diversos atores. Onde se vislumbra a diminuição das desigualdades socioeconómicas e o controle dos processos de degradação ambiental a nível local e, na perspetiva global, a melhor qualidade de vida no planeta das gerações atuais e futuras.

Todavia, ao contrário do que imagina o senso comum, a ideia de sustentabilidade não é nova, segundo Soromenho-Marques (2005) ela remete aos tempos de Aristóteles, que desenvolveu a teoria das quatro causas (a *equal footing*), no sentido da reorientação das ações políticas governamentais acerca do desenvolvimento das sociedades modernas.

Soromenho-Marques (2005) organiza este pensamento a acrescentar a dimensão ético-jurídico-político, que concebe ser condição essencial ao processo de transformação e superação Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

dos problemas gerados pelos processos de desenvolvimento contemporâneo. Assim, entende-se, no quadro 1.

Dimensão Político-Institucional (como agente ativo interativo)	aparece como a <i>causa eficiente</i> , princípio da mudança, fator decisivo para a transformação da realidade. Traduz o consenso e a vontade política e operacional de mudança.
Dimensão Económica como <i>causa material</i>	aquilo do qual algo surge, ou mediante o qual algo chega a ser. Traduz a mudança na reprodução cotidiana das condições de vida numa perspetiva da sua continuação e qualificação.
Dimensão Ambiental como <i>causa formal</i>	paradigma que dá forma (e condiciona) a transformação. Traduz o quadro de conhecimento complexo que deve modelar a mudança (incluindo os limites e possibilidades abertos pela aplicação da nossa representação das leis naturais).
Dimensão Social como <i>causa final</i>	o objetivo visa o modelo de sociedade pretendida. Traduz o projeto de futuro onde as relações humanas (e dos humanos com as outras criaturas e ecossistemas) ocupam um lugar central.
Dimensão ético-jurídico-política – como condição para o progresso social comum e sustentável às nações, que se insere no quadro da crise ambiental atual, onde se visa no âmbito das políticas públicas o aumento da coesão social e da solidariedade nacional.	

Quadro 1. Conceitos e dinâmicas de transformação, aplicado ao Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Soromenho-Marques (2005)

Logo, o autor concebe o Desenvolvimento contemporâneo das sociedades como um processo dinâmico, de transformação da realidade, com base nas dimensões do social, do ambiental e do económico, a pensar na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial com justiça social.

A propósito da discussão sobre o presente e o futuro com sustentabilidade, foi no século XIX, que K. Marx em “O Manifesto do partido comunista” sugeriu uma reflexão sobre a dinâmica capitalista que se expressara para o contexto ocidental como mutante, contraditório e ambíguo. Ao estruturar essa idéia a partir de Marx, *apud* Marshall Berman (1986) elucida em: “tudo que é sólido se desmancha no ar”, a fragilidade dos processos de “modernização” e da globalização económica que condicionam culturas e modos de vida e, que segundo Marx, viria também a condicionar valores, hoje ditos sustentáveis, em prol da cultura cosmopolita burguesa promovida, sobretudo, pelos “mass média” quase sempre a divulgar uma cultura de massa manipulatória,

elitista, alienante, consumista e tecnologicamente sofisticada, no sentido da subversão da natureza cada vez mais ao estado bruto, desumanizado. Onde, a tendência do futuro destas questões seria a do aumento do fosso entre o homem e a sua condição humana natural e, do distanciamento da sua responsabilidade social e ética, e também ecológica em relação a exploração dos recursos naturais, ou seja, das relações ecológicas (educacionais-pedagógicas e sensibilizadoras), socioeconómicas e culturais estabelecidas per se.

Questões, estas, que na atualidade, também, se situam numa crítica, onde se entende a relação homem versus natureza não no sentido da “sacralização” ou “satanização” dos ecossistemas naturais, mas, de uma racionalidade ecológica, territorial, ambiental responsável e sustentada, conectada à qualidade biológica do homem (plural e singular) como sujeito histórico parte da natureza.

Questões que também são percebidas de carácter relativizado em termos global, em função do paradoxo contemporâneo que existe entre as relações de produção e de trabalho e das assimetrias inerentes às realidades económicas, sociais e ambientais diferenciadas.

Nas análises de H. Leff (2015), a sustentabilidade implica justamente, na desconstrução de irracionalidades insustentáveis, para assim, se romper com as desigualdades historicamente construídas nas relações de dominação, de desumanização, de poder e controles, de conquistas hegemónicas e da má “distribuição ecológica” nos processos capitalistas contemporâneos, sobretudo ao que se refere à subjugação económica, cultural, científica e tecnológica dos contextos periféricos, a exemplo, dos latino americanos (e não somente nestes) em relação aos fenómenos da globalização, que de tempos em tempos se complexificam.

Assim, a preocupação com a sustentabilidade, na contemporaneidade, se deve, à uma construção histórica da ideia de desenvolvimento Sustentável face a crise ecológica, social e ambiental dos tempos modernos, percebida na sociedade de risco e no futuro insustentável para o planeta.

A terra tende a cenários ambientais e sociais adversos e mutantes, que culminam para o aumento da pobreza e suas consequências e, para os processos de degradação ambiental, onde se vive o dilema e o contrasenso capitalista da urgência da exploração e consumo dos recursos naturais considerados como ilimitados, associado a disponibilidade limitada desses recursos na natureza.

Podem referir-se problemas associados a questões como: o crescimento exponencial da população como um entrave aos processos equitativos de distribuição e consumo, ao mau uso das fontes energéticas renováveis e a escassez das não renováveis, a incapacidade de resiliências dos sistemas ecológicos quanto aos níveis de poluição produzidos pela irracionalidade do consumo humano, ao esgotamento e a contaminação química dos solos agricultáveis, sobretudo, mediante a prática de plantations, a exploração do subsolo e ao esgotamento das reservas minerais estratégicas nos países centrais, a escassez, a má utilização e a má disponibilidade dos recursos hídricos, ao esgotamento das reservas florestais naturais do planeta de efeitos negativos sob a biodiversidade, a problematização das mudanças climáticas e o aumento do efeito estufa, a Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

revolução da indústria e da tecnologia, o desequilíbrio entre a produção, distribuição e o consumo de alimentos, ao aumento das desigualdades sociais e a consequente baixa nos níveis da qualidade de vida das populações.

Os países localizados em contextos periféricos mais débeis, cujas raízes históricas ainda estão atreladas a processos sociais lentos e dependentes do desenvolvimento tecnológico e econômico global, ou aqueles que estão a enfrentar o êxodo rural, a degradação dos sistemas naturais e perda da biodiversidade (em contexto atual) em função dos grandes incêndios florestais, o envelhecimento e as relativas debilidades tecnológicas das áreas rurais a nível dos países em contexto europeu, onde inclui-se o caso português. Estes, estão entre os mais vulneráveis aos efeitos do capitalismo desigual.

Por outro lado, a exploração indiscriminada de recursos estratégicos, é exemplo atual da exploração da areia, que surge em função do crescimento da urbanização nos países industrializados (importa-se a areia da Austrália para o Médio Oriente) e, neste cenário, a China destaca-se como um dos maiores consumidores dos derivados desse recurso na atualidade, isto se sucede devido o acelerado processo de urbanização do país, em tempos de modernização e globalização da economia. Neste caso, os sistemas costeiros e as populações a nível mundial, são os mais afetados pelos danos ecológicos causados pela exploração da areia em contexto global atual.

Por fim, ainda em contexto, de acordo com a Inforegio (2008) são as áreas rurais que estão entre as mais densificadas na União Europeia, e em função dessa realidade devem estar como áreas prioritárias nos planos e programas governamentais, assim como, nos incentivos aos projetos de fundo governamentais e não governamentais, no sentido do desenvolvimento: empowerment socio-territorial e da melhor qualidade de vida das comunidades locais.

A sustentabilidade implica, portanto, numa revolução acerca do conhecimento do desenvolvimento do território, das novas tecnologias, de instrumentos e de saberes, que devem estar disponibilizadas para se otimizar novas formas de prospeção e mudanças qualitativas, no sentido do progresso e da melhoria da qualidade de vida no lugar, assim como o modo de pensar o ambiente, o uso (racionalizado) dos recursos naturais disponíveis, o consumo e a existência humana no território a partir de uma dinâmica evolutiva sustentável, construída historicamente pelos sujeitos individuais ou coletivos orgânicos (ou não) a partir do processo de consciencialização política e consensualização ética e responsável, como preconizado por Meadows & Randers (1993).

É neste contexto que urge a necessidade de uma mudança dos valores éticos e técnicos operacionais em relação à apropriação da natureza e potencialização dos recursos naturais, uma reorientação social (educacional), política e jurídica das condutas humanas no âmbito da cultura, da ecologia e da economia, para a reversão dos quadros da pobreza humana, dos processos de degradação dos ecossistemas naturais, ou seja, das desigualdades sociais, territoriais, ambientais e ecológicas, nas diversas escalas e contextos.

1.8. Ambiente, Desenvolvimento *Bottom-Up* e a participação proactiva dos atores: instrumentos legais no Brasil e em Portugal.

A questão territorial local vem se tornando um tema de ampla discussão e preocupação da parte dos diversos atores envolvidos com o planeamento, o ordenamento do território e o desenvolvimento sustentado das comunidades locais a nível de União Europeia. Questões análogas e pertinentes a outras realidades, como das economias em desenvolvimento, onde se inclui o caso brasileiro.

Este processo vem se consolidando através de planos, convenções legais, acordos políticos, projetos e programas que buscam o desenvolvimento territorial no sentido da diminuição das desigualdades e disparidades regionais e locais em relação a outros espaços geográficos. O objetivo está na sustentabilidade das populações e do ambiente natural, com o efetivo envolvimento político e participativo destas, junto ao poder público, no que concerne aos problemas comuns vivenciados, como: o da viabilização de mobilidades, a melhor qualidade na oferta dos serviços e infraestruturas materiais, a racionalização de usos e rentabilização dos recursos naturais, para assim se lograr melhores perspectivas de sustentabilidade ambiental, valoração e desenvolvimento socioeconômico e cultural local.

Através do movimento ambientalista internacional, promulga-se novas mentalidades, e reorientações jurídico-políticas no sentido da sustentabilidade do planeta e seus recursos. Neste cenário, observa-se a trajetória de atores individualizados (intelectuais, investigadores e Estadistas) organismos políticos e instrumentos normativos internacionais como: o relatório Meadows (do clube de Roma), o relatório Brundtland (o nosso futuro comum), as Agendas 21 locais, o PNUMA e o WWF (com os projetos de Desenvolvimento locais e no âmbito da pesquisa científica), a UNESCO e a IUCN que organiza os projetos e planos para a conservação do património cultural, dos ecossistemas naturais e populações locais nas áreas protegidas. Ao par dos eventos políticos: Cimeiras, Seminários, Fóruns políticos – económicos e ambientais, Conferências entre os países ricos. Tudo a redirecionar na prática, as condutas humanas em prol do Desenvolvimento Sustentado e Sustentável no planeta.

Importam, também, as questões correlacionadas aos, meios de transportes, saneamento básico, saúde, educação, segurança pública, defesa civil e conservação do património florestal, abastecimentos e comércio alternativo, serviços postais, redes de telecomunicações, acessos à prática de lazer e esporte, a conservação dos solos agricultáveis, a preservação e conservação da biodiversidade, alternativas de emprego, renda e qualificação profissional. Ou seja, aos processos de *empowerments* das comunidades locais, no sentido do Desenvolvimento, do bem-estar e da melhoria na qualidade de vida desses atores locais.

Estas questões podem ser visualizadas e (relativamente) vivenciadas em maior escala a nível Europeu, e em menor escala nos países em desenvolvimento, equacionadas na perspetiva teórica e empírica: política, económica, legal e territorial, diferenciadas, de acordo com a especificidade e particularidade de cada contexto nacional/regional e a nível das relações políticas e económicas estabelecidas entre os blocos económicos de poder à escala continental/global.

É, portanto, com base nas políticas públicas do Ambiente e na coesão territorial e social, que os contextos nacionais objetivam a diminuição das desigualdades entre os espaços transnacionais, regionais e sub-regionais/locais, visando o desenvolvimento Sustentável através das políticas de Planeamento e Ordenamento Territorial de acordo com as realidades nacionais/locais.

1.9. O Planeamento, o Ordenamento do Território e a Política ambiental no âmbito da união europeia e em Território brasileiro.

a) **O caso Português.**

A exemplo da União Europeia e da política complementar de coesão social e Territorial, ratificada pelo Tratado de Lisboa, o maior objetivo das políticas de Ordenamento do território, está na dinamização e na sustentabilidade dos espaços que se desenvolvem de forma assimétrica e sob diversas formas de debilidades ecológicas socioeconómicas e ambientais.

Foi no Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001 que se discutiram as Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o contexto Europeu: o “Sustainable Europe for a Better World: A *“European strategy for sustainable development”*”, pela Comissão Europeia e, como suporte à estratégia de Lisboa adotada em 2000. A preocupação com as políticas comunitárias priorizou os seguintes problemas: alterações climáticas, riscos para a saúde pública, recursos naturais e os transportes sustentáveis.

Na União Europeia, o avanço relativamente ao Desenvolvimento Sustentável vem se consolidando através da política da coesão social, económica e territorial, através da elaboração, discussão, revisão e aplicação de alguns instrumentos legais de importância estratégica para o Desenvolvimento e o Ordenamento Territorial sustentável, como: a Agenda Territorial (2007), o Livro Verde sobre a coesão territorial Europeia (2008) e o Tratado de Lisboa (2009), nas quais a partir das práticas governamentais e no âmbito da cidadania, se vislumbra mudanças qualitativas dos padrões da qualidade de vida, da valorização da cultura e do capital social dos territórios, com base na cooperação, diversidade e peculiaridade dos lugares e regiões, na transversalidade, na integração e na articulação das políticas setoriais de atuação, assim como na amenização de seus impactos no ambiente. Assim se busca a coesão social e territorial por entre os espaços,

adaptando-se programas e projetos (ações) às peculiaridades, problemas e debilidades à escala local.

O conceito de coesão foi estabelecido no Tratado de Amsterdã na segunda metade da década de 1990, onde adotou-se o (EDEC) – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário.

No âmbito da União Europeia, a política de coesão social, económica e territorial se concentra no domínio das ações governamentais e das políticas públicas, que através das diversas competências compartilhadas inclui-se a Economia e o Ambiente, entre os países membros, seja no âmbito do desenvolvimento regional ou do ordenamento do território, a qual têm o interesse a dinamização e a cooperação regional, sub-regional/local entre os Estados membros e as suas populações.

Ainda sobre o conceito da coesão, considera-se a gestão territorial e a manutenção de fundos financeiros (estruturais) advindos da União Europeia aplicados para a melhoria das infraestruturas locais, mobilidades e difusão dos valores solidários e equitativos, valorização do património natural, físico-arquitetónico e cultural, acessos e, o bem-estar das populações comunitárias, ser o objetivo da melhor expressão dos direitos de cidadania e erradicação da pobreza no contexto da União Europeia. Este processo dinamizador, orientado pela política de coesão social, económica e territorial, pretende promover o Desenvolvimento Sustentável e equilibrado dos atuais 28 Estados membros, embora, recentemente o plebiscito no Reino Unido tenha decidido pela exclusão deste Estado membro da União Europeia, um processo que está a se dar de forma gradual.

A pensar na sustentabilidade e no progresso do Território, o Livro verde europeu, informa o seguinte:

A noção de política de coesão remete para uma realidade que procura polarizar múltiplos projetos políticos, congregados e entrelaçados pelo desejo comum, de acompanhar, influenciar, ou mesmo determinar a história contemporânea da Europa. (...) uma noção dinâmica, cujo conteúdo e âmbito se alteram com o tempo, em função, entre outras circunstâncias, do confronto de idéias, como o que vem ocorrendo, em torno do Livro Verde”, *apud* Ad Urbem (2007, p. 43).

O Território, em suas múltiplas particularidades e peculiaridades, se configura como a categoria geográfica que aglutina forças (modo e meios de produção, relações de poder, contrapoderes e comunitários) e condições complementares em meio as políticas territoriais nacionais e regionais, que visam a dinamização e o Desenvolvimento Sustentável para o combate à crise estrutural, no âmbito da coesão e, que através do Planeamento e do Ordenamento se converte em Programas e Planos para a sustentabilidade e melhor uso do solo dos espaços regionais/locais da União Europeia em contexto atual (Figuras 2 e 3).



Acampamento de Corticeiros

Fig. 2. Atividade económica desenvolvida para a dinamização do Território – Montado de Sobro em Portugal. Fonte: fotografia ICNF, (2017).



Descortiçamento

Fig. 3. Atividade econômica para o Desenvolvimento e sustentabilidade do Território. Exploração de cortiça em sobreiros. Montado de Sobro – Portugal. Fonte: fotografia ICNF, 2017.

O Livro Verde sobre a coesão social e territorial, elaborado pela Comissão Europeia para a entrada no século XXI, veio propor o desenvolvimento articulado através do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), para a concretização dos objetivos da coesão territorial e social, ou seja, a descentralização das ações mais amplas a nível nacional, no sentido da dinamização dos espaços sub-regionais (rurais) menores articulados aos espaços transfronteiriços, a incidir efeitos à mobilidade espacial e aos acessos infraestruturais no combate as debilidades socio – territoriais espaciais.

De acordo com a Inforegio (2008) em publicação sobre o Livro Verde, algumas prioridades foram estabelecidas nos planos da coesão para o espaço europeu, que de acordo com a Agenda Territorial orientam:

- As políticas nacionais e regionais de Desenvolvimento, no sentido da melhor valorização dos recursos naturais e territoriais;
- Um reforço entre os territórios e a sua integração a promover a cooperação e os intercâmbios;
- O aumento da coerência das políticas da União Europeia em relação aos impactos territoriais.

Segundo Caieiro (2015), no âmbito dos planos de Ordenamento do Território Português, atualmente alguns instrumentos e ações estratégicas de Desenvolvimento Sustentável vem se destacando para os contextos regionais/locais, aprovadas por resoluções elaboradas pelo Conselho dos Ministros, como:

- Plano Nacional de Política do Ambiente de 1995, aonde o Ordenamento do Território passou a ter atenção especial;
- Estratégia nacional de Desenvolvimento Sustentável entrando em vigor em 2006, o que implicou o alcance de metas a serem atingidas até 2015, com base em sete objetivos estratégicos de sustentabilidade e Desenvolvimento e, como documento orientador dos investimentos de fundos comunitários para 2007/2013;
- O Quadro de Referência estratégico Nacional (QREN) – relativamente a aplicação da política comunitária e da coesão econômica e social e a qualificação do Território, a considerar as peculiaridades locais, regionais/sub-regionais, e com base nas agendas operacionais temáticas, observando as intervenções sobre: o capital social, os fatores de competitividade e a valorização do território;
- Estratégia cidades sustentáveis 2020, em Resolução do Conselho dos Ministros – RCM nº 61/15;

Ainda em Caieiro (2015), alguns Planos e Programas setoriais (para as ações estratégicas interligadas) estão em curso no Território Português, onde se destacam:

- O PNAC – Plano Nacional de ações comunitárias;
- O PNACE - Programa nacional para as alterações climáticas e Energia;
- O PNPOT - Programa Nacional da política de Ordenamento do território.

O PNAC correlaciona-se às ações desenvolvidas no âmbito da política de Ordenamento do Território, e prevê estratégias de Desenvolvimento Sustentável para os seguintes temas e problemáticas:

- A Conservação da Natureza e da biodiversidade;

- Os Oceanos;
- A integração da zona costeira nacional;
- O plano nacional das águas, das Bacias hidrográficas e ao programa de uso eficiente das águas;
- O plano estratégico nacional para o desenvolvimento Rural;
- O plano nacional de resíduos.

No âmbito da qualificação do Território e como Plano estratégico Nacional de Desenvolvimento rural/regional e incentivo aos diversos PICs (programas de iniciativa comunitária) estão os LEADERs, e o FEADER (Fundo europeu de desenvolvimento regional/agrícola) e o Fundo de Coesão para a materialização da política de Desenvolvimento Rural.

A gestão do Território em Portugal envolve ações pautadas no arcabouço em instrumentos jurídico-normativos de orientação para o Planeamento, a ter no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (DL 80/2015), as bases para a política dos solos e do ordenamento territorial e de urbanismo em Portugal – Lei nº 31/2014.

Sobre a classificação do solo “rústico” se pode encontrar orientação no decreto regulamentar DR nº 15/2015 que visa a proteção dos solos (entre outros) como: recurso escasso e não renovável para resguardar a aptidão agrícola, pecuária e florestal, assim como, para a exploração dos recursos geológicos e energéticos e a conservação da natureza e da biodiversidade, aonde enquadra-se outros usos e ocupações, mas, que não estejam incluídos no estatuto de solo urbano.

As Florestas portuguesas dispõem dos Planos e estratégias nacionais das florestas, com base na Lei nº 33/96 – ratificada em 1998 pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável das florestas com as orientações para o setor público e privado, no sentido da requalificação ambiental, económica, cultural e social dos processos de exploração, cuidados e produtividade.

A estratégia para a conservação da natureza e da biodiversidade (RCM -152/01, D.R nº 236 série IB/01) está consoante aos princípios da CDB – Convenção sobre a diversidade Biológica.

Os Programas Especiais de Ordenamento do Território (PEOTs) – no âmbito do Ambiente e do Ordenamento do Território dispõem de elaboração própria por equipas técnicas especializadas, de acordo com as diversas temáticas no âmbito da conservação e do interesse nacional sobre questões de interferência espacial – onde se inclui, entre outros: o Programa de Ordenamento de áreas Protegidas (POAP) e o POOC – Programa de Ordenamento da Orla Costeira – estes, com órgão administrativo ao encargo do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. Outros instrumentos específicos como: o Plano diretor Municipal, os planos regionais de gestão florestal, e o plano de Ordenamento das Paisagens Protegidas, constituem em mecanismos instrumentais legais para ações locais.

De acordo com o DL nº 80/2015, os PEOTs são constituídos de:

- Relatórios do programa;
- Relatório Ambiental;
- Programa de execução e plano de financiamento;

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

- Indicadores quantitativos e qualitativos de Avaliação/Monitorização.
- **Sobre a Agenda 21¹⁴ local em Portugal.**

Segundo Schmidt (2005), a implementação da Agenda 21 local em Portugal, vem se tornando um grande desafio para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, no sentido da participação coletiva proativa e para a aquisição de novas práticas de cidadania no âmbito das comunidades locais, questão que está correlacionada a diversos fatores e mudanças no quadro político e económico, pelos quais o país vem se inserindo nas últimas décadas desde o século passado.

Em parte, são resquícios herdados do Estado centralizado e autoritário anterior aos anos de 1974, e ao pós-entrada no bloco europeu do sistema económico e político – a CEE, o que tem se tornado em entraves aos investimentos autárquicos, em déficits da inserção popular em debates públicos e cívicos ou no confronto de ideias para os processos de avaliação de impactos ambientais locais, no que concerne aos problemas do Ambiente e seus impactos na qualidade de vida local, resultantes do crônico desordenamento do território.

Contudo, Luísa Schmidt (2005) enfatiza que algumas ações coadunadas às Agendas 21 locais estão registadas a partir de projetos desenvolvidos em diversas temáticas como: a defesa do ambiente, a defesa do consumidor, a defesa do património, aonde a participação dos cidadãos comuns tem-se dado, também, sob o viés do voluntariado que fomenta o terceiro setor da economia. São relevantes os inquéritos de opinião aplicados à população sobre: a qualidade de vida, a qualidade ambiental, o ordenamento do território, e ainda, as informações (sobre o que pensam das amostras resultantes das pesquisas) colhidas junto aos autarcas, ou às queixas às Comissões de acessos a documentos administrativos (CADA) elaboradas da parte dos cidadãos, no sentido da melhor informação sobre a governança e ações de investimentos e gastos dos autarcas em infraestruturas e em serviços públicos comunitários.

¹⁴ Segundo Schmidt (2005) a Agenda 21 Local da UE se configura como um instrumento de participação proativa dos cidadãos locais relativamente aos problemas de ordem económica, social e ambiental, ou seja, um manual para as ações governamentais e civis no âmbito do desenvolvimento sustentável. Este facto implica, também, a proximidade dos autarcas junto à sociedade em escala local (autárquica), no sentido da discussão para resolução de problemas comuns, a partir da governança transparente e participada. Aqui grupos de interesses, ONGs, Empresas são envolvidos nas ações multisetoriais – (projetos, ideias, informações, programas, prioridades – *empowerments*), com base nas dimensões: da viabilidade económica, da preservação das condições ambientais e do bem-estar social, a pensar no presente e no futuro sustentável. Têm o apoio das organizações internacionais e locais, como a ONU, a OMS, a OCDE – Organização de cooperação e desenvolvimento económico, a OMC, o Banco Mundial e do Conselho Internacional para iniciativas ambientais locais – ICLEI – *International Concil for local environment initiatives*. No caso Português a primeira versão da Agenda 21 Local surge na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS, em 2002 e 2004.

A implementação da Agenda 21 local implica: preparar terrenos, construir parcerias, analisar questões-chaves, colocar em prática os planos de ação, implementação, monitorização e avaliação de projetos. Este processo, em Portugal, se encontra em construção.

Entre os Planos e os Instrumentos de Ordenamento do Território vigentes em Portugal, se pode destacar: os Planos Diretores Municipais, os Planos regionais de Ordenamento do Território, os Planos de Bacias hidrográficas, a Rede nacional de áreas protegidas, a Rede Natura 2000, a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, *apud* Schmidt (2005) e ainda, no âmbito da gestão ambiental local, os Planos de Ordenamento, específicos a cada área protegida.

b) O caso brasileiro.

A Política Ambiental brasileira passou por um processo gradual de institucionalização e estruturação, desde a década de 1970.

Foi inicialmente sob a influência política da 1ª Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo na Suécia, e do Movimento Internacional contra a degradação dos sistemas naturais e afetação das populações via industrialização moderna na Europa e nos Estados Unidos, que o governo brasileiro começa a pensar de forma mais efetiva a política ambiental, onde passa a inaugurar os órgãos de controlo de gestão ambiental e dos recursos naturais a nível nacional, na orientação das políticas locais.

Refiram-se a inauguração em 1973 da Secretaria de Meio Ambiente e do IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Lei 7735/89) atualmente órgão executivo - fiscalizador e, posteriormente, com a criação do Ministério do Meio Ambiente em 1993, da ANA – Agência Nacional das Águas em 2001, e mais recente, a criação do Instituto Chico Mendes – ICMBio, ligado ao IBAMA em 2007, como órgão gestor das áreas protegidas Federais e das comunidades situadas nas Unidades de Conservação Federais. Estas, se configuram, portanto, como as principais agências nacionais, que historicamente, têm a competência dos processos de preservação e conservação da Natureza, dos recursos ambientais e das comunidades residentes nas áreas protegidas federais no país.

Alguns instrumentos jurídicos de apoio à estrutura Institucional destacam-se na atualidade: A política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) – a que define competências, diretrizes e descentralizações, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (define competências e penalidades criminais e administrativas – órgão consultivo e deliberativo), o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA (Ligado ao MMA, ao CONAMA, o IBAMA, os Estados e os Municípios, que funcionam como mecanismos de gestão participativa), a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997), a Lei de Crimes Ambientais (1998), a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/2000), o Estatuto das Cidades 2001, a Lei dos Resíduos Sólidos (2010) e mais recente o Novo Código Florestal (Lei 12.651/12), a nível federal.

A política Ambiental brasileira, para atingir metas da conservação, da preservação e da sustentabilidade dos sistemas naturais, socioeconômicos e socioculturais inerentes às comunidades locais, em âmbito das áreas protegidas, conta, portanto, com as ações governamentais nas diversas escalas: em nível Federal, Estadual e Municipal, assim como, delibera investimentos econômicos para as devidas escalas político-administrativas no que refere às questões ambientais e uso do território.

As legislações específicas a cada realidade macrorregional (nos Estados e Municípios) são criadas de acordo com as orientações da legislação federal e seus respectivos órgãos representativos, tendo nas Secretarias Estaduais e Municipais os órgãos executivos a política econômica, a política ambiental e o Ordenamento do Território.

A par disso, a legislação ambiental em vigor como o código florestal, o código das águas, o código da pesca, a lei de crimes ambientais, a Lei SNUC, que correspondem a legislação Federal reorientam as normas e regras para os Estados e Municípios brasileiros no que refere às questões ambientais no país.

A realidade amazônica prevê a dinamização da monocultura da soja em Território amazônico, uma prática que vem se tornando comum no Sul do Pará, na microrregião de Paragominas.



Fig. nº 4. Cultivo da soja no Sul do Pará – Brasil. Fonte: Fotografia R. Salomão, *in loco*. Fev. 2018.

A descentralização das ações permite, portanto, o maior controle: dos recursos naturais (os solos, hídricos, minerais, florestais e a biodiversidade), processos de degradação dos recursos naturais, dos conflitos socioambientais, do desenvolvimento das comunidades locais, que estão na influência das áreas protegidas e dos territórios dinamizados para efeito de Zoneamento Econômico e Ecológico, a considerar a imensidão territorial, as potencialidades naturais e a diversidade sociocultural de cada região brasileira.

No Brasil, a consciência desenvolvida em torno do Desenvolvimento Sustentável e seu caráter inter-geracional e ambiental, está expressa na Constituição de 1988, art. 22, que institui:

Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No ano de 1992, no Rio de Janeiro, a Convenção sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, promovida pela ONU, abriu o protocolo à CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica através da COP (Cooperação entre as partes), assim como ratificou acordos sobre as alterações climáticas, em tema ambiental discutidos ainda em 1979 em Genebra. Ainda, na Rio 92, se elaborou um programa global entre nações, para se regulamentar o processo de Desenvolvimento com base na sustentabilidade, onde elaborou-se a Agenda 21 para a dinamização do local e cuidados com o Ambiente.

Assim, a política Ambiental no Brasil, vem se estruturando para melhor dar conta das demandas da sociedade, no que concerne aos direitos socioculturais e ambientais, e dos deveres no âmbito da conservação e preservação do patrimônio natural e dos recursos naturais regionais locais.

CAP. II - AS ÁREAS PROTEGIDAS ENQUANTO ATORES DE INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1. Considerações sobre a realidade Portuguesa.

As áreas protegidas configuram-se como um importante instrumento de Planeamento e de Ordenamento territorial no âmbito das políticas públicas do Ambiente, da conservação da natureza e gestão dos recursos naturais.

Essas áreas se configuram com um produto a mais no contexto das mais-valias, no que refere ao desenvolvimento e dinamização do território, ou seja, como iniciativa preventiva aos processos de degradação do património natural e sociocultural, como um importante produto turístico de valoração das potencialidades socioeconómicas do território, sejam estas naturais/ambientais ou socioculturais inerentes, onde, se podem agregar valores ao património natural, à memória, a história dos lugares e às identidades das comunidades locais.

As áreas protegidas são, portanto, instrumentos de ordenamento do território, inseridos e articulados às diversas políticas de desenvolvimento territorial nacional regional/local, onde se objetiva a melhor qualidade ambiental através de novas formas de consciencialização, conservação e preservação do património natural, a dinamização económica do território (p.ex. através do turismo de natureza ou turismo Sustentável). Pretende-se, portanto, a melhor qualidade de vida das populações residentes, que estão sob a influência direta ou indireta das áreas naturais protegidas, (Quadro 2).

Ações e Eventos ambientais globais/locais em Portugal. Séc. XX.			
Evento Histórico	Instrumentos legais	conjuntura geográfica	cronologia
Publicação de “Conservação da Natureza” (1937) por F. Flores. Criação da Liga para proteção da Natureza (1948) – Baeta Neves, e os inventários do património natural Português.	Regulamento da caça (1936), promulgada da colónia de Angola para Portugal (1ª medida de proteção à natureza em território Português). Plano de arborização dos baldios (Tejo, 1938).	Exploração da “economia de rapina”. Avanço das ciências naturais e da agronomia. Construção de estradas para exploração dos recursos vegetais (cortiça, lenha e sementeiras de cereais – nos montados).	Década 40/50

		Promoção da monocultura do pinhal e gradual importância do eucalipto, como incentivo à Indústria madeireira e de celulose. Em contraposição a crescente escala da extinção de espécies faunísticas autóctones, como os carvalhos.	
Adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (1959). Ano Europeu de Conservação da Natureza (1970). Primeiro relatório Ambiental em Portugal (1971) pela Comissão Nacional do Ambiente – José Correia da Cunha. Inauguração do parque nacional de Peneda do Gerês (1971). Criação da Subsecretaria de Estado do Ambiente (1974) - Gonçalo Ribeiro Telles. Criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património paisagístico (1975). Criação da rede Nacional de áreas protegidas (áreas classificadas - 1976) –	Lei nº 9/70 (lei de conservação da natureza)	Dinamização da Indústria - zona costeira, êxodo rural migratório, guerra colonial e desordenamento urbano suburbanização (cheias, incêndios florestais, poluição – contaminação das águas, surtos endémico/epidémicos). reflorestação dos eucaliptos e, ainda, dos pinhais (com a substituição das manchas dos Carvalhos de Coimbra). Revolução política (Revolução dos Cravos - 25 de abril-1974), promulgação do Estado Novo. Sociedade de base rural e agrícola em processos <i>Top-bottom</i> .	Década 60/70.

G. Ribeiro Telles. Protestos em Ferrel contra a exploração da energia nuclear (1976-1978) em ações comunitárias e do Movimento Ecológico Português.			
Criação da Reserva Agrícola Nacional (RAN-1982) e da Reserva Ecológica Nacional (REN-1983). Elaboração dos Planos regionais/locais – PROT (Planos de Ordenamento do Território -1983). Surgimento do conceito de Ecoturismo por Ceballos-Lascuráin – o turismo de natureza em Portugal, para a dinamização do espaço rural.	Lei das associações de Defesa do Ambiente nº 10/87	Proliferação das manchas verdes da cultura do eucalipto e, por conseguinte, dos grandes eventos de incêndios florestais (o da serra do Caramulo – 1969; do vale do Vouga – 1972; da serra do Açor – 1987). 2º período de reflorestação promovida pelo Estado (1981 – 1985).	Década 80/90

Quadro 2. A trajetória da Política Ambiental em Portugal. Fonte: Elaboração da autora, 2017.

Embora, a conjuntura política e económica portuguesa tenha se desenvolvido de forma peculiar, em relação ao contexto europeu até início o final do século XX, a escala da proteção à natureza em Portugal acompanhou a escala dos eventos internacionais a partir do início deste século, sob a influência dos norte-americanos, que organizaram o primeiro Congresso Internacional para a criação de um organismo Internacional de proteção à natureza em solo europeu. Aqui a Suíça teve papel de destaque e influência, sobretudo, na criação da IUCN – União Internacional para a conservação da natureza e dos recursos naturais em 1948. Uma entidade que, também, viria a promover uma imagem dos parques naturais a partir do paradigma clássico da *Wilderness*, ou seja, áreas naturais protegidas sujeitas a quase nula interferência antrópica, como Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

concebido para o *Yellowstone* nos E.U.A em 1872, muito em função dos interesses do Estado em resguardar porções dessas grandes áreas, concebidas como espaços dotados de grandes potencialidades paisagísticas e naturais.

O *avesso* dessa realidade em Portugal foi reinventado ao longo das décadas com políticas ambientais que priorizaram a exploração dos recursos naturais, sobretudo, os florestais, no sentido da evolução das estratégias de sustentabilidade postas nos instrumentos técnicos legais e nas demarcações de áreas relativamente pouco extensas, por vezes, como parte integrante dos grandes complexos biogeográficos e fitogeográficos naturais, que sofreram com a intensa intervenção antrópica ao longo dos tempos.

Em tese, portanto, compreende-se uma área protegida como um ator estratégico incluído nos processos de desenvolvimento das comunidades, do ordenamento do território e no contexto da conservação e preservação, no sentido do *empowerment* em contrapartidas socioeconómicas positivas para a superação dos índices de debilidades locais.

O grande desafio que se coloca à política ambiental em Portugal, é a dificuldade de se conciliar interesses globais com os locais, o que envolve a resolução de problemas políticos crónicos em nível de estrutura e conjunturais de ordem política/técnica e económica. Estes problemas vêm incidir efeitos negativos na resolução de questões territoriais básicas e estruturantes, como a do ordenamento do território e da melhor infraestrutura Institucional responsável pela gestão das áreas protegidas no país, como concebido por Schmidt (2016).

Desta feita, as ações relativamente à conservação da natureza, na atualidade em Portugal, estão a se desenvolver a lentos passos aos processos de inovação, no sentido da melhor qualificação das políticas. Muito embora, haja uma constância na reformulação e modernização dos instrumentos técnicos/legais, dos interesses e atualização da pesquisa científica sobre as áreas protegidas, mas, tudo em contradição aos investimentos destinados à política ambiental.

No que refere às áreas protegidas, estes, têm se mostrado na realidade de forma insuficiente e inadequados, no sentido de dar conta: da demarcação cartográfica e sinalizações educativas no campo, da educação ambiental e gestão ambiental locais, construção e organização de centros técnicos para as ações relativas à conservação da natureza e divulgação de informações técnicas juntos às comunidades das áreas e do entorno, sobre o manejo, valoração das florestas e prevenção contra os incêndios florestais, e ainda, a cooperação técnica entre Instituições (entre a defesa civil, o turismo, as autarquias e as universidades), da contratação de pessoal técnico especializado e não especializado para as ações de fiscalização e monitorização de áreas, assim como, a compra e manutenção de equipamentos para os apoios logísticos no campo.

2.2. Áreas protegidas: Estrutura institucional e a gestão dos recursos naturais em Portugal.

Em Portugal, o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, criado pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, pelo Dec. Lei nº 135/2012, em fusão dos Instituto Nacional da Natureza e da Biodiversidade e da Autoridade Florestal Nacional, que passa a funcionar como um Instituto público integrado a administração indireta do Estado, com o objetivo de promover e acompanhar as políticas da conservação da natureza e da biodiversidade, e de atuar como autoridade florestal nacional dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores e ao combate à desertificação, a pensar na sustentabilidade dos processos de gestão, a incluir as espécies cinegéticas, *habitats* naturais da flora, animais selvagens, de geosítios arqueológicos, dos recursos apícolas, aquícolas e serviços da floresta, em monitorização, inventariação, vigilância, fiscalização e a gestão dos sistemas de informação de recursos e do património natural. Configura-se, portanto, como a estrutura institucional organizada para dar conta da preservação e conservação do património natural do país.

O ICNF possui autonomia administrativa, financeira e património próprio, com sede em Lisboa e jurisdição em todo o território nacional. Dispõe de cinco órgãos estruturantes:

- O Conselho Diretivo;
- O Fiscal único;
- O Conselho consultivo;
- Os Conselhos estratégicos das áreas protegidas de interesse nacional.

Aos Conselhos cabe as ações no âmbito da gestão e orientação; apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do órgão gestor; consulta sobre o funcionamento de cada área protegida a nível nacional.

A criação das áreas protegidas em Portugal, desde a década de 1970, quando da estruturação institucional para a gestão de parques, tais como - áreas classificadas, inicialmente cobriam cerca de 5% do território nacional, os quais contavam com cobertura logística administrativa própria a cada área e, ainda com direção específica, denominadas de: Parques, Reservas naturais, áreas de Paisagem Protegidas e sítios classificados ligados ao Serviço Nacional de Parques e Reservas e à Conservação da Natureza (SNPRCN), inserido no contexto da estrutura do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN) e ao Conselho de Ministros.

A década de 1980 foi marcada pela inovação das RAN – Reserva Agrícola Nacional e as REN – Reserva Ecológica Nacional, que viriam a se configurar como elementos simbólicos, mas, estruturantes em termos de conservação da natureza e do ordenamento do território, aonde se incluiu aí a figura do Monumento Natural, para além dos Parques, Reservas e da Paisagem Protegida.

De acordo com a Rede Nacional de Áreas Protegidas – RNAP, na atualidade, a classificação de uma área protegida em Portugal deve considerar critérios técnicos, como: raridade, valor científico, ecológico, social e cénico, ou alguma relevância especial que justifique as medidas específicas de conservação.

O estatuto obedece a manutenção adequada: da biodiversidade, dos ecossistemas naturais, do património geológico e da valorização da paisagem. Um processo que depende da avaliação técnica direta do ICNF, quando for o caso de se classificar uma área de âmbito nacional ou de âmbito privado.

No caso de a área ser classificada de âmbito regional/local, a avaliação para classificá-la, pode ser feita pelo Município ou Associação de Municípios, de acordo com legislação específica e critérios técnicos, aqui no caso, critérios de alguns decretos leis, como: o Dec. Lei nº 31/2014; Dec. Lei nº 80/2015 e do Dec. Lei nº 142/2008 alterado pelo Dec. Lei 242/2015, que constam no POAP – Programa de Ordenamento das Áreas protegidas a ser incluído nos PDMs – Planos Diretores Municipais e nos Planos de cada área classificada de nível Nacional e Regional/local, no caso das paisagens protegidas são os planos de ordenamento da paisagem protegida que orientam as ações promovidas pela gestão, (Quadro 3).

Tipologias de áreas Protegidas em Portugal.	
Tipologias	Perfil.
Parque Nacional	Áreas de amostras de regiões naturais e humanizadas características, de elementos de biodiversidade e geosítios com valor ecológico, científico e educativo, de âmbito Nacional.
Parque Natural	Predomínio de ecossistemas naturais e semi-naturais, onde a preservação da biodiversidade dependa a longo prazo das atividades humanas, e onde se possa assegurar o fluxo sustentável dos produtos naturais e dos serviços, de âmbito Regional/local
Reserva Natural	Caracterizada pelos aspectos fisiológicos, geológicos, e fisiográficos, ou qualquer outro tipo de valor ecológico, científico e educativo. Onde não se admite a habitabilidade humana, de âmbito Regional/local.
Paisagem Protegida	Área resultante das interações harmoniosas entre os seres humanos e a natureza, de grande valor estético, ecológico e cultural. Lugares de preservação das identidades locais, de âmbito Regional/local. Segundo o Conselho Europeu (2008) paisagem significa “qualquer parte do território tal como é percebido pela população, cujo carácter está no resultado da ação e interação dos fatores naturais com os humanos”.
Monumento Natural	Ocorrência natural, com um ou mais aspectos de singulares, raros e de representatividade ecológica, estética, científica e

	<p>cultural. Onde se exige a manutenção de sua integridade e conservação, p. ex. áreas de património geológico, de âmbito Regional/local.</p>
<p>Área Protegida Privada</p>	<p>Localizam-se em terrenos privados não incluídos em áreas protegidas, de valor ecológico, cénico, científico e social. Obedecem candidaturas específicas à portaria 1181/2009 e reconhecimento da autoridade nacional, integram-se diretamente à gestão da RNAP, de âmbito Regional/local, autorizada pela autoridade Nacional.</p>
<p>ZPE – Zonas (ou sítios) de Proteção Especial (Directiva Aves) e as ZEC – Zonas Especiais de Conservação (Directiva de Habitats) da Rede Natura 2000 – a funcionar como uma versão moderna de REN – Reserva Ecológica Nacional.</p>	<p>Em versão moderna as ZPE configuram em espécies de corredores ecológicos de preservação da biodiversidade autóctones. São Sítios de importância comunitária, classificadas em pequena escala ((unidades territoriais naturais (biogeográficas e fitogeográficas; socioeconómicas-culturais peculiares), localizadas em conselhos municipais. São: as zonas húmidas (Convenção Ramsar); as Reservas Biogenéticas (Conselho da Europa); a Reserva da Biosfera (UNESCO); os Sítios germinados Europeus e outros sítios que constam no Dec. Lei 140/99. Localizadas em regiões e territórios específicas. Estão classificadas de âmbito Internacional - Esfera Federal.</p> <p>Para além de corredores ecológicos, as RENs funcionam como instrumentos de intervenção de impactos (pressão antrópica) sobre os ecossistemas costeiros, linhas de água e os sistemas (aquíferos) subterrâneos. Configuram-se como instrumentos pioneiros de Ordenamento do Território para o âmbito Nacional/local. Estas estão sob a orientação da convenção de Berna (Convenção sobre a vida selvagem e os Habitats naturais na Europa – <i>Convention on the Conservation of European Wildlife and natural Habitat</i>), a Convenção de Bona – sobre a conservação das espécies migradoras da fauna selvagem.</p>

Quadro 3. Tipologias de áreas protegidas admitidas em Portugal, ano 2017. Fonte: ICNF, 2017; Schimidt, 2016.

Em Portugal, portanto, na atualidade, a conservação da natureza e do património sociocultural estão correlacionados à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), o que inclui a Rede Natura e as Reservas Ecológicas, que atuam como instrumentos de Ordenamento do Território e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

território no contexto do planeamento e do Desenvolvimento Sustentável das comunidades locais e da sociedade de um modo geral, são classificadas de âmbito Municipal, Nacional e Federal, geridas pelo ICNF.

Configuram-se, ainda, como recortes territoriais que de tempos em tempos inovam-se, estruturam-se através dos instrumentos legais e das Instituições, colocadas em planos de gestão e de ordenamento do território, pela ação conjunta e reavaliação técnica correlacionada aos estudos científicos sobre as áreas, desenvolvidos por atores privados ou públicos. Esses recortes dinamizam o território através das políticas públicas em âmbito nacional e local.

As ações promovidas pela política do Ambiente em Portugal, direcionam-se aos espaços dotados não só de natureza em sentido *stricto* (como santuários ecológicos), mas de sociodiversidade que desenvolvem ao longo das gerações seus modos de vida consoante às características exclusivas das paisagens naturais, ou seja, a concorrer com os desafios em se conciliar os interesses sociopolíticos e económicos com os ecológicos e educacionais, que embora regulados pelo pragmatismo das práticas sociais cotidianas, estes devem estar subscritos na *práxis* orientada pelo arcabouço ético-jurídico e político, no sentido da evolução dos processos de humanização, ou seja, à *práxis* socioecológica mais complexa.

A seguir a figura 5, representa a cobertura atualizada das áreas protegidas em Portugal em números e %.

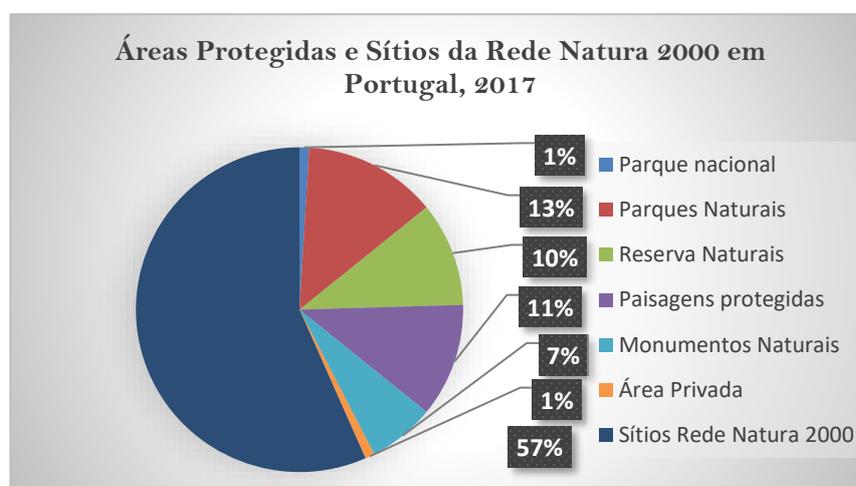


Fig. nº 5. Cobertura atualizada das áreas protegidas em Portugal.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do ICNF, 2017.

Em Portugal, para além das áreas naturais protegidas caracterizadas como Parques e Reservas naturais e os Monumentos naturais de configuração mais antiga, existem as áreas dos Sítios da Rede Natura de configuração mais atual, segundo a orientação da legislação ambiental a nível da União Europeia, (Quadro 4).

Sítios da Rede Natura 2000 em Portugal	
Localização	cobertura biogeográfica
Alvão/ Marão	Mediterrânica
Alvito/Cuba	Mediterrânica
Arade/Odelouca	Mediterrânica
Arquepélago da Berlenga	Mediterrânica
Arrábida/Espichel	Mediterrânica
Azabuxo/Leiria	Mediterrânica
Barrinha de Esmoriz	Mediterrânica
Barrocal	Mediterrânica
Cabeção	Mediterrânica
Cabrela	Mediterrânica
Caia	Mediterrânica
Caldeirão	Mediterrânica
Cambarinho	Mediterrânica
Carregal do Sal	Mediterrânica
Cerro da Cabeça	Mediterrânica
Complexo do Açor	Mediterrânica
Comporta/Galé	Mediterrânica
Corno do Bico	Atlântica
Costa Sudoeste	Mediterrânica
Douro Internacional	Mediterrânica
Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas	Mediterrânica
Estuário do Sado	Mediterrânica
Estuário do Tejo	Mediterrânica
Fernão Ferro/lagoa de Albufeira	Mediterrânica
Guadiana	Mediterrânica
Guadiana/Juromenha	Mediterrânica
Litoral Norte	Atlântica
Malcata	Mediterrânica
Minas de Santo Adrião	Mediterrânica
Monchique	Mediterrânica
Monfurado	Mediterrânica
Montesinho/Nogueira	Mediterrânica
Morais	Mediterrânica
Moura/Barrancos	Mediterrânica
Niza/Lage de Prata	Mediterrânica
Paul de Arzila	Mediterrânica

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

Penêda/Gerês	Atlântica e Mediterrânica
Peniche/Santa Cruz	Mediterrânica
ria de Alvor	Mediterrânica
ria Formosa/Castro Marim	Mediterrânica
ribeira de Quarteira	Mediterrânica
rio Lima	Atlântica
rio Minho	Atlântica
rio Paiva	Mediterrânica
rio Vouga	Mediterrânica
rios Sabor e maçãs	Mediterrânica
Romeu	Mediterrânica
Samil	Mediterrânica
São Mamede	Mediterrânica
Serra de Arga	Atlântica
Serra da Estrela	Mediterrânica
Serra da Gardunha	Mediterrânica
Serra da Lousã	Mediterrânica
Serra de Montejunto	Mediterrânica
Serra de Montemuro	Mediterrânica
Serras de Aire e Candeeiros	Mediterrânica
Serras de Freita e Arada	Mediterrânica
Sicó/Alvaiázere	Mediterrânica
Sintra/Cascais	Mediterrânica
Valongo	Atlântica

Quadro nº 4. Sítios da Rede Natura 2000 em Portugal, ano 2017. Fonte: ICNF, 2017.

• **Outras áreas classificadas em Portugal/localização/caracterização.**

Parque nacional: Em Portugal apenas o Parque Peneda-Gerês (1976) se inclui nessa classificação. Uma área extensa, que congrega vários ecossistemas pouco alterados e antropizados, de grande interesse científico, ecológico e pedagógico, com objetivos específicos de preservação ecológica dos ecossistemas naturais e seus recursos naturais.

Parque Natural: na atualidade são em 13 os parques naturais classificados: Montesinho, Douro, Litoral Norte, Alvão, Serra da Estrela, Tejo Internacional, Serras de Aire e Candeeiros, São Mamede, Sintra-Cascais, Arrábida, Sudoeste alentejano e Costa Vicentina, Vale do Guadiana, ria Formosa. São áreas naturais humanizadas, semi-naturais e ecológicas, de interesse nacional, onde

congregan-se amostras de biomas naturais, por isso a ter no processo de gestão objetivos de valorização das paisagens naturais, semi-naturais e ecológicas inerentes.

Reserva Natural: Portugal conta com 09 reservas naturais: Sapal de Castro Marin e Vila Real de Santo António, as Dunas de São Jacinto, a Serra da Malcata, o Paul de Arzila, as Berlengas, o Paul do Boquilobo, o estuário do Tejo, o estuário do Sado, as lagoas de Santo André e da Sancha.

Paisagem Protegida: existem duas paisagens protegidas classificadas: a Serra do Açor e a Arrábida fósil da Costa de Caparica, criadas respectivamente em 1982 e 1984. São paisagens semi-naturais e naturais alteradas, mas de integração harmoniosa entre os recursos existentes e os usos humanos, com objetivos de desenvolvimento regional/local e de conservação das características ecológicas naturais e semi-naturais.

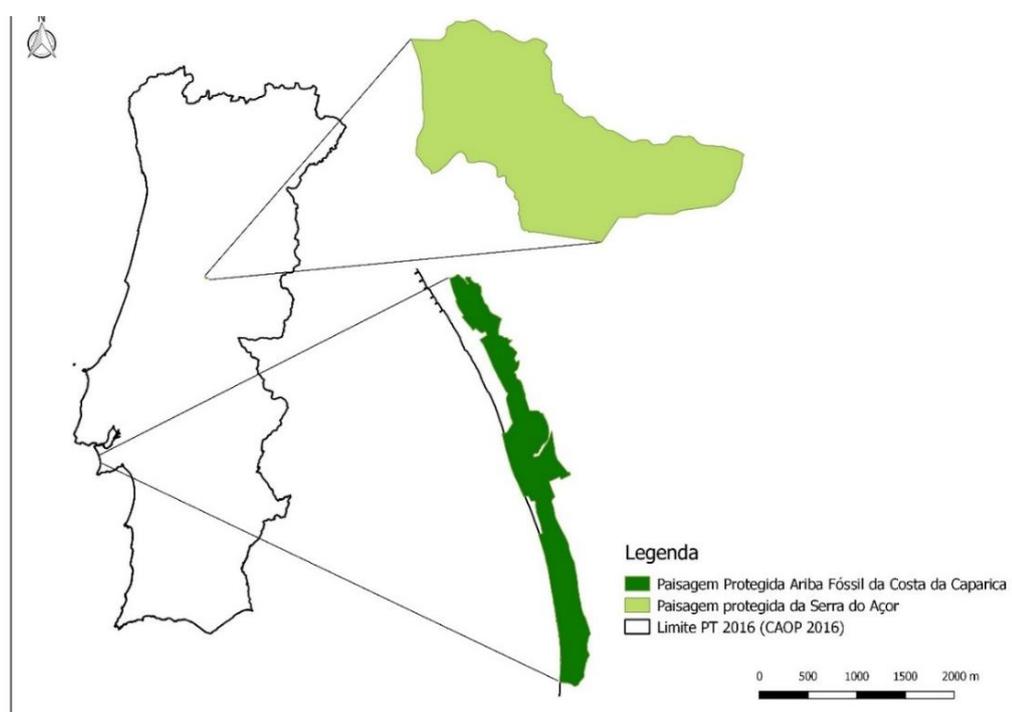


Fig. nº 6 – Paisagem Protegida da Serra do Açor e Arrábida Fósil da Costa de Caparica em Portugal. Fonte: CAOP, 2016.

Monumento Natural: São classificados 7 Monumentos naturais: Pegadas de Dinossáuros de Ourém/Torres Novas, Carengue, Cabo Mondego, Pedreira de Avelino, Pedra da Mua, Lagosteiros e Portas de Rodão.

Para além das tipologias já citadas, Portugal conta com os sítios Ramsar, as reservas da Biosfera e as Zonas de proteção especial.

2.3. Notas e perceções sobre a conservação e a apropriação da natureza. Os recursos naturais e humanos na Amazónia.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

A Amazônia configura-se como uma imensa região dotada de peculiaridades e singularidades naturais e socioculturais, postas nos sistemas ecológicos por entre recursos energéticos (gás, petróleo, energia hidráulica, carvão natural), as diversas formações florestais adaptadas ao clima (quente e úmido) e as estações mais ou menos chuvosas, aos solos e altimetrias topográficas de aspectos morfológicos distintos, em geral sob relevos planos e baixos, inferiores a 300 m de altitude em função de sua localização no setor sul-americano dos climas tropicais e equatoriais das baixas latitudes continental, *apud* AB'Sáber (2004).

Os fatores fisiográficos amazônicos estão condicionados pela bacia sedimentar pouco soerguida, drenada por uma rede hidrográfica centrípeta perene, num quadro geral de solos de baixa fertilidade caracterizados como latossolos e podzólicos tropicais, que estão sobrepostos por uma camada de detritos orgânicos retroalimentados pela própria floresta heterogênea para se manter em pé, *apud* AB'Sáber (2004).

A rede hidrográfica que cobre a região é formada por três tipos de canais em águas de diferentes colorações, sejam: os rios de águas claras (transparentes – com poucos sedimentos e nascem dos maciços cristalinos antigos), de águas escuras (negras – ácidas e baixo teor em nutrientes) e de águas brancas (fluem dos andes e são ricas em nutrientes).

São enormes as potencialidades que se apresentam num anfiteatro *hermético* de aspetos humanos, fisiográficos e botânicos marcantes. Os primeiros naturalistas e ambientalistas (geógrafos), pioneiros do pensamento ecológico científico, tanto em contexto europeu quanto na amazônia, expressaram a preocupação com a ecologia e os meios sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desde Humboldt a AB'Sáber, que em pesquisas exploratórias, discursaram sobre as características geográficas naturais e ambientais da região, em períodos que correspondem aos séculos XIX e XX.

Do cerrado¹⁵ amazônico explora-se a produção agrícola, da floresta heteróclita os recursos biotecnológicos e dos recursos hídricos exploram-se a hidroeletricidade nas hidroelétricas localizadas nas principais bacias dos rios: Uatumã, Tocantins, Madeira, e mais recente no complexo do rio Xingu, construídas em grandes barragens hidráulicas, o que se converte, igualmente, em grandes problemas de ordem socioambientais e ecológicos para a região e populações locais.

¹⁵ Considera-se que na atualidade grande parte do cerrado amazônico está remanescente dos processos de degradação (desmatamentos) pelos quais vem passando a floresta nativa (Ombrófila heterogênea) nas últimas décadas. São considerados como “ilhas de paisagens exóticas interfluviais naturais” em enclaves morfológicos (cerrados e cerradões ou matas secas e ainda avarandados e cocais), devido aos fatores pedológicos tipicamente amazônicos, localizados na área *core*, *apud* AB'Sáber (2004).

Na Zona Franca de Manaus¹⁶ congregam-se setores de montadoras de produtos eletroeletrônicos em peças, para tvs, telemóveis, aparelhos eletrônicos diversos, advindos do Japão, China, E.U.A, que percorrem um longo caminho até o Sudeste brasileiro para retornar à região como bens manufaturados e sobrevalorizados, como no caso do esquema de fluxo de mercadorias.

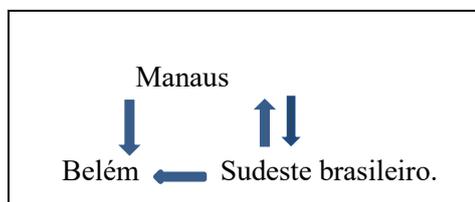


Figura 7. Esquema fluxo de mercadorias da ZFM.

Do Pólo Carajás no Pará exploram-se os minérios, como: ferro, o manganês, o cobre, o alumínio, o ouro, o dolomítico, o níquel e a bauxita. E exportam-se para a China, o Japão, a Alemanha, a Irlanda, o Canadá, E.U.A, a Bulgária, a Holanda, entre outros. O ferro explorado em Carajás é de alto teor, e ultrapassa a qualidade do maior competidor do mercado – o Australiano, *apud* Palheta (2013). A prospeção mineralógica no Pará foi efetivada pelos brasileiros e norte-americanos, em meados da década de 1960.

No Estado do Pará, grande parte dos recursos naturais, como a madeira e os minérios são explorados e exportados à escala internacional, com a otimização em atividades econômicas produtivas de extensão em pequena escala, que compromete o melhor beneficiamento da matéria prima e da empregabilidade da população (não)migrante sem trabalho, com agravantes de perdas, em função dos processos intensos de degradação da natureza e de marginalização técnica e tecnológica, socioeconômicas e sociocultural, ou seja, sem o devido investimento público em

¹⁶Zona Franca de Manaus – refere a um enclave remanescente da teoria dos pólos de crescimento que desde finais da década de 1960 está em funcionamento, este foi regulamentado pelo Dec. 47.754/67. A ZFM funciona como uma zona aduaneira de livre comércio (exportação) com incentivos fiscais sob acordos bilaterais, instituídos em legislação específica, para o controle e Desenvolvimento do território, a partir da SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus, onde se delimitou algumas áreas de Livre Comércio – ALCs. As modalidades de incentivos fiscais e tributários estão na Isenção – Dedução e Tributação de impostos. Entre outros a Isenção está: na produção e venda de produtos ou IPI – isenção sobre produtos industrializados; importação de insumos; máquinas e equipamentos, imposto predial, ICMS – imposto sobre circulação de mercadorias. Dedução, sobre: financiamento de ativos fixos; recuperação de gastos e financiamento em ativos fixos e aplicação em fundos de investimentos. Foi pelo Dec. Lei nº 356/68 que os incentivos passaram a incluir os Estados da amazônia ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima). Em 1996 os territórios da amazônia oriental: Amapá-Santana (em Macapá) passaram a fazer parte da jurisdição da SUFRAMA.

qualificação e formação de mão-de-obra regional especializada e capacitada para o possível crescimento econômico, em infraestruturas construídas para ampliação do mercado de trabalho (industrial) especializado interno.

Os cenários que se apresentam em processos de conurbação urbana¹⁷, exclusão e marginalização da população nas grandes e médias cidades da região desenham-se, portanto, como um grande paradoxo no contexto atual da contemporaneidade, aonde as agendas governamentais colocam em pauta a erradicação da pobreza e da fome, com trabalho e empregabilidade e crescimento econômico.

A região amazônica pode ser ilustrada a partir de diversos paradigmas, ora simbólicos, ora reveladores, como: a lenda do *El Dorado*, o dos *muiiraquitãs*¹⁸, a do “*Inferno verde*” (da obra de Humboldt), a do *Folclore* com base no *ethos* tipicamente amazônico (referido na obra de Paes Loureiro), a curiosa amazônia *pré-histórica* – análoga a “*Quando o rio Amazonas corria para o Pacífico*”! (inscrita na obra de Evaristo de Miranda), e, pelos *descobrimientos e colonização portuguesa* - a propósito do Movimento naturalista, entre os muitos autores que trabalharam o tema, a fazerem-no em registro dos diversos aspectos históricos, antropológicos, botânicos, arqueológicos, etnográficos, econômicos, cartográficos, geográficos (geopolíticos, geoeconômicos, fisiográficos, demográficos, biogeográficos e fitogeográficos), analisados, descritos, e compreendidos a partir das incursões científicas e militares, de ocupação da região pelos ibéricos (portugueses e espanhóis) e da *invasão* por *córsários*: franceses, holandeses, irlandeses, ingleses, sempre a observar os aspetos de entusiasmo e euforia¹⁹, de espanto e letargia! na escrita de *cronistas, civis, cientistas-naturalistas, religiosos e militares*, em épocas distintas.

Na atualidade, a *ordem do dia* apresenta a preocupação com os aspectos ecológicos, ambientais, socioambientais e geopolíticos, expressos na obra de diversos autores brasileiros e estrangeiros, que se dedicaram às pesquisas sobre a região, às questões ambientais, à geografia física e humana. Estas questões são discutidas por geógrafos e ecólogos brasileiros, que nortearam

¹⁷ A conurbação na Amazônia aparece p. ex. para os casos de Tabatinga e Manaus, e em Ananindeua e Belém-do-Pará.

¹⁸ Segundo a lenda das *amazonas* os *muiiraquitãs* ou *pedras verdes* constituem em peças moldadas em desenhos de rãs (amuletos) e eram oferecidas aos visitantes da aldeia como amuletos de proteção e sorte.

¹⁹ Aos olhos dos aventureiros viajantes, o ambiente tropical esteve dotado de *exotismo geográfico*, expresso nos registros, como dos religiosos da Companhia de Jesus sobre os povos gentis em suas concepções acerca do “*bom selvagem*”. A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loiola (espanhol) a partir dos *collegium inaugurados* em 1540-1542 em Lisboa e Coimbra, em casas residenciais doadas por D. João III (1541), sob o método da *Ratium Studiorum* estruturados (inicialmente por Inácio) nas *Constituições (Ratiuns)* com base na filosofia Tomista cristã humanista, *apud* Lopes (2012).

a nossa compreensão, embora nem todos citados neste trabalho, entre estes: B. Becker, M. Neto, E. de Miranda, AB'Sáber, C. Porto Gonçalves, E. Salati, entre outros.

A Amazônia está dotada de sociodiversidade complexa, em grande parte formada por uma população tradicional com aquisição de conhecimentos e saberes repassados em processos de solidariedade inter-geracional. Uma população oriunda da miscigenação étnica de base indígena, iniciada no início do século XVII com a colonização portuguesa nesse território²⁰, personificada no biotipo e identidade sociocultural regional do *caboclo* amazônico e, posteriormente, a aparecer a figura do mestiço advindo do contexto geral brasileiro.

O reflexo da interação entre raças pode ser observado na sociedade *mestiça* de *pardos* que aparece de forma muito mais expressiva no Norte do que em qualquer outra região brasileira, ao tempo das condições de pobreza e exclusão a que grande parte da população está submetida, tanto em meio rural, quanto em meio urbano. O Norte apresenta o menor IDH²¹ do país.

Evaristo de Miranda (2004) considera que a mais antiga presença humana do Brasil está na amazônia há cerca de 400 gerações. Segundo Hébette (2004) em todo Brasil até poucas décadas atrás, existiam pelo menos 220.000 indígenas, distribuídos em aproximados 180 grupos étnicos distintos, ainda em processos de miscigenação com a população mestiça.

No período colonial a atividade extrativista (em pequena e grande escala) foi responsável pelo recrutamento de mão-de-obra para o meio rural e urbano, tanto de colonos portugueses, quanto de indígenas e de negros africanos para o trabalho no comércio e negócios e, nas lavouras: do açúcar, do tabaco e, posteriormente, da pimenta-do-reino, da juta (pelos imigrantes japoneses), do arroz, do café, do algodão, assim como, para a extração e coleta do cacau do mato, o cravo, a

²⁰ Segundo Domingues (2012; 1991) o recrutamento de colonos portugueses para fins de miscigenação induzida (povoamento) e otimização das atividades econômicas extrativistas, inicia-se a partir do final do século XVII e século XVIII, em parte advindos da região das ilhas (Açores) e de Lisboa para o Pará, onde também se tentou uma colonização de Suíços. Na amazônia o processo de miscigenação foi administrado inicialmente pelos religiosos missionários que agregaram grande poder de posse sobre os indígenas, com destaque para a Companhia de Jesus, Carmelitas, Capuchos, Mercedários e os Franciscanos (primeiros missionários a chegar pela região estuarina e de Belém-do-Pará). O poder dos religiosos teria sido suplantado pelas incursões pombalinas que acabou por ofuscar o poder dos padres da Companhia de Jesus na região. Em 1757, os Jesuítas foram expulsos das Aldeias do Pará. Em contexto, o contacto de portugueses com as raças exóticas já havia sido digerido devido as invasões árabes, aonde se estendera pelo século XV em hibridismos com os mouros e na experiência colonial com África.

²¹ O IDH – Índice de desenvolvimento humano de capitais como Belém e Manaus em 2010 ficaram com o registo de 0,746 e 0,737 – respectivamente em relação a São Paulo, Porto Alegre e Vitória (ES): 0,805; 0,805, 0,845. Cidades como: Juruá (AM); Breu Branco (Pa), Coari (AM) ficaram com IDH respectivo de: 0,522; 0,568; 0,585. E, Jaú (SP), Cafelândia (SP), Cruz Alta (RGS) com IDH resp. 0,778; 0,742; 0,75. Ver: <https://cidades.ibge.gov.br> – sítio IBGE (2017).

canela, a castanha, a salsaparrilha, a madeira, a baunilha, o ipadú (coca), em grande parte em territórios do delta/estuário amazônico e rio Negro, em áreas inicialmente de fácil acesso. Para além disso a comercialização de carne, ovos e óleo de tartaruga e do *manacuru* (peixe-boi) foi explorado em grande escala na região nesse período, *apud* Prado Jr. (1994).

As culturas exóticas, utilizadas para efeito de dinamização agrícola comercial e doméstica, foram introduzidas em território amazônico pela iniciativa dos governos, p.ex. o de Souza Coutinho (início do séc. XIX) que incentivou a aclimação de espécies exóticas no jardim Botânico de São José: a caneleira, craveiros da Índia, o milho, canfoneiras, pimenteiras e, a introdução do arroz, do cânhamo, do café, as jaqueiras e mangueiras (entre tantas) plantadas nos quintais comunitários²² e ainda, a incentivar a coleta e a exportação de espécies *autóctones*, o cacau-do-mato (explorado no Pará e no Amazonas) enviado para a Bahia e Maranhão, *apud* Domingues (2011).

O processo de colonização e urbanização da Amazônia foi mais tardio e se deu de forma muito diferente do que ocorrera com as outras regiões brasileiras.

Primeiro, devido, as peculiaridades naturais dos extensos espaços em imenso território, que permitiram apenas a introdução de atividades espontâneas, em meio às organizações sociais muito rarefeitas e diferenciadas no território, facto que (no período inicial da colonização portuguesa) dificultou o processo de penetração geográfica militar e a escravização da mão-de-obra indígena, onde as ações missionárias tiveram papel fundamental, estratégico e de mediação nos processos de dominação, pacificação, integração e aculturação (inclusivamente na construção caricata dos *Eus*?²³ a ameríndios e *vice & versa*) e dos conflitos, no difícil projeto de colonização da região.

Segundo, porque os diversos grupos étnicos, que se diferenciavam pela língua falada e códigos verbais, sobreviveram durante séculos em *modus vivendi* adaptado às intempéries naturais regional: de clima tropical/equatorial, em meio a extensa rede hidrográfica e da formação

²² Note-se aqui em questões que se relacionam ao Brasil que a prática agrícola de subsistência (em terrenos de cultivo) até meados dos anos 1950 se configurou como a base da economia nacional em Portugal. Uma atividade que até os dias atuais (embora em menor escala) é uma constante no meio rural, e nas cidades simbolicamente preserva-se o plantio de pequenas hortas, de frutíferas, como as laranjeiras, limoeiros, macieiras, oliveiras, figueiras, cerejeiras, videiras, em cultivos análogos aos jardins ornamentais ou não, em paisagens correlatas ao extrato e *status* social das propriedades... A preocupação com a cultura das plantas foi observada em prospeções científicas enviadas à amazónia (fins do século XVIII), como a de Alexandre Rodrigues Ferreira para fins de conhecimento (científico e estratégico) das potencialidades botânicas e biogenéticas da Província, onde houve o empoderamento do J. Botânico *La Gabriele* e a inauguração do Museu paraense Emílio Goeldi – uma versão em Parque Zoobotânico construído para fins científico, idealizado em 1866 e inaugurado em 1871 por Domingos S. Ferreira Penna.

²³ Ver: Domingues (2012).

florestal, o que condicionou a formação sociocultural, étnica e a defesa dessas populações, que utilizavam (utilizam) o meio natural como meio de vida, que passou a se configurar como porto seguro com a chegada do europeu, devido o alto conhecimento que tinham da floresta e dos rios, isso lhes possibilitava o constante abrigo e refúgio.

A sobre-tarefa enfrentada pelos portugueses e espanhóis, esteve nos processos de diplomacia, inicialmente com as demarcações geodésicas/cartográficas e, posteriormente com a expulsão de *corsários* que tinham interesses diversos sobre a região (p. ex. sobre o comércio de produtos agrícolas e na captura de espécies da fauna e da flora para fins de intercâmbios), ou mesmo, dos diversos tipos de moléstias contraídas por conta das insalubridades dos percursos e na fixação ao território²⁴.

Facto que se sucedeu nos conflitos travados contra os franceses (entre outros *corsários*) no delta, no golfo marajoara, na zona estuarina amazônica, no Oiapoque, no Araguaia e no Maranhão, e pelas expedições de reconhecimento do território nas internitentes do grande curso de águas, inicialmente denominado de rio *Orellana* e posteriormente rio *das amazonas*, hoje constituído pela imensa bacia do Amazonas.

A par de se conceber que o projeto do colonizador, na amazônia, foi lento e penoso, mas, extremamente dinâmico e revelador de curiosas aventuras.

Nos séculos de setecentos e oitocentos, a região esteve vinculada ao governo e controle político direto da coroa portuguesa, que designava os estadistas para os governos das capitânicas do Grão-Pará, Mato Grosso e do Rio Negro. A estes, cabia a incumbência das nomeações políticas e militares, como para os comandantes nas fortalezas de Santarém, Gurupá e Macapá. E para a tomada de decisões políticas estruturantes, como a extinção do *Directório*, sugerida pelo então governador do Grão-Pará Francisco Maurício de Souza Coutinho, *apud* Domingues (2012).

A caracterização fisiográfica regional envolve a fragilidade dos ecossistemas naturais, estes estão correlacionados aos ciclos das águas. Um complexo configurado num imenso mosaico em coloração e composição hidroquímica e hidrobiológica muito diverso, distribuídos pela rede de drenagem de canais configurados por perfis longitudinais e transversais meândricos e múltiplos (tortuosos, irregulares, anastomosados, ramificados) nas bacias hidrográficas que cortam a região, *apud* Salati (1983). Onde ainda aparecem os hidrobiomas (manguezais na costa paraense e no NO do Maranhão formadas a partir das alterações climáticas (descida das águas marinhas) ocorridas no holoceno a 6000 AP, ou seja, dos dias atuais, a sofrer na atualidade os constantes processos de degradação das cadeias tróficas, *apud* AB'Sáber (2004).

Na atualidade, a Amazônia brasileira apresenta um total populacional de aproximados 20 milhões de habitantes até o ano 2007, distribuídos tanto pelo espaço urbano quanto pelo espaço rural regional, *apud* IBGE (2017).

²⁴ Ver Domingues (2012).

A mesorregião do Marajó, o Baixo Tocantins (em parte no Sudeste paraense), o Baixo Amazonas, as ilhas de Belém, a mesorregião do Nordeste paraense e mesorregião do Salgado, estão cobertas por este sistema de mobilidade espacial e *modus vivendi*.

Neste território se vive da pesca artesanal, da coleta de mariscos no setor costeiro (o camarão, o carangueijo, o mexilhão) e, da coleta de frutos tropicais diversos, da venda do açaí, da criação de pequenos animais, da agricultura de subsistência (milho, batata-doce, macaxeira), do pequeno comércio, da produção da farinha de mandioca - base da alimentação regional e dos produtos com as matérias primas naturais em geral: produção de cerâmicas, artesanato/jóias/adornos (com ouro, prata, fibras, pedras preciosas e sementes), movelaria, pinturas, fibras têxteis, tecelagem e tecidos tradicionais (linho e algodão), produção de redes, atividades econômicas, por vezes, dinamizadas pelos projetos de desenvolvimento de comunidades locais específicas e com as comunidades tradicionais (indígenas), fomentados por ONGs, instituições privadas e instituições públicas.

Refere-se, ainda, o dinamismo dos espaços urbanos nas grandes capitais, que congregam os imensos aglomerados populacionais como Belém e Manaus, onde se convive com os altos índices de marginalização, pobreza, periferização, violência e meios de transportes precários e penosos.

A mobilidade entre cidades rurais, somente recentemente, nesta segunda década do século XXI veio a se qualificar. É possível uma viagem de 36 horas via terrestre de Belém para Santarém, um tempo que pelos canais hidrográficos custa cerca de quatro dias (o que significa mais lixo, dejetos, poluição para os rios e desconforto às populações) e por via aérea cerca de 45 minutos. Embora, também se possa perceber na paisagem amazônica uma mobilidade mais ágil e confortável, como nas viagens, p. ex. entre Santarém e Óbidos; Santarém e Alenquer na mesorregião do Baixo Amazonas, onde embarcações mais modernas (barcos voadeiras) já contam com um tempo de percurso reduzido pela metade, o que significa um ganho à qualidade de vida para as populações locais.

A dinâmica e a lógica de tempos e mobilidades em ambiente amazônico, observados na paisagem e no cotidiano dos ribeirinhos, também condiciona a sua *cosmovisão*, que pode ser concebida sob diferentes perspectivas (inclusivamente pelas representações simbólicas dos mitos) e, de acordo com as experiências de vida que se processam de forma particular aos grupos sociais e/ou aos indivíduos e nos lugares, ora a partir de uma linearidade²⁵ (um *continuum* mecânico e

²⁵ Em Camargo (2012) o paradigma cartesiano-newtoniano-baconiano das ciências naturais e da física social de Conte, apresenta a percepção da natureza em suas partes fragmentadas do todo num determinado espaço com as características do fixo e do imutável – definido, assim, por Newton nos postulados do seu *Principia* como *espaço absoluto*. No caso amazônico, em parte, onde se vive sob a influência do espaço flutuante das águas em meio aos sistemas rio-várzea-floresta, a exemplo da percepção ingênua para se explicar fenômenos naturais e sociais, estes estão postos no imaginário lúdico assente em mitos, lendas e no Deus Tupã estão como parte do conhecimento lógico, que também serve Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

fragmentado, posto na aparência da realidade, no espaço absoluto e no tempo cíclico), ora em uma não-linearidade dos fenômenos, na sua concretude, na totalidade que se apresenta em diacrônico a partir das percepções elaboradas de forma mais crítica, observadas na complexidade e na concretude desses fenômenos que imbui o espaço geográfico de redes e interconectividades, ainda que, aparentemente, de baixa densidade e integração interna.

A relativização e relacionalidade ao conjunto de variáveis, são observadas tanto para o espaço-tempo sociocultural, quanto para o espaço-tempo da natureza em escalas diferenciadas.

Esta percepção da complexidade dos fenômenos pode ser concebida, enfim, para a dinâmica da própria natureza, inclusivamente dos padrões geoecológicos, que embora apresentem um padrão único, o são em função da indissociabilidade de relações constituídos por variáveis específicas, organizadas ao longo das eras geológicas, por. ex. cada período ou era geológica é em si uma determinada formação ecológica-geológica irrepitível, *apud* Camargo (2012).

Igualmente, para o que se processara no âmbito do desenvolvimento do espaço urbano, onde desde o século XIX com o ciclo da Borracha se estabelecera os laços com a vida cosmopolita de base européia, sobretudo com o advento de uma cultura erudita, culta e civilizada, cuja expressão se fez sentir nos cenários artísticos dos objetos geográficos e paisagísticos arquitetônicos construídos, como no teatro da Paz em Belém e o teatro Amazonas em Manaus.

A urbanização arquitetônica e cultural das principais capitais na Amazônia foi, também, fomentada, posteriormente, pela Educação Superior inaugurada no âmbito das universidades localizadas nos centros de convergência sociocultural, agora científicos, ou seja, em Manaus (1908) e em Belém (1945), onde veio a se dinamizar e reproduzir uma elite de intelectualizados e artistas no campo da arte, da moda e da música essencialmente de raiz, a contribuir para uma formação identitária cultural mais moderna e requintada observada no *modus vivendi* das classes médias e abastadas.

A figura 9, está a representar de forma simbólica, o geossistema amazônico em ecossistemas alterados, a referenciar o modelo de Desenvolvimento *Top-Down*, onde se situa a Reserva Sustentável de Alcobaça no Baixo rio Tocantins. Em dinâmicas territoriais na amazônia oriental.

para expressar os medos e perigos impressos nas paisagens naturais, nas práticas educativas informais repassadas de geração a geração – a considerar que as redes de integração e interconectividades diversificam-se no espaço-tempo.



Fig. 9. Geossistema amazônico. Fonte: elaboração da autora.

D
e
s
e
n
v
o
l
v
i
m
e
n
t
o
T
o
p
-
D
o
w
n

No século XXI, os espaços regionais já abertos ao “progresso” e, à exploração dos recursos em processos de más-valias desiguais a partir da exploração dos químicos minerais, dos hídricos, dos recursos madeireiros e a biodiversidade, estão a demandar novas configurações de gestão dos territórios, que devem estar viabilizadas através de planos de ordenamento do território, da conservação da natureza, do manejo adequado dos recursos naturais através da Educação ambiental, do Zoneamento Econômico e Ecológico e da valorização das populações locais, no âmbito das políticas públicas nas diferentes escalas e esferas governamentais, e de que é o exemplo o recorte em áreas protegidas.

Na atualidade, o Ministério do Meio Ambiente no âmbito do programa ARPA – programa de áreas protegidas para a Amazônia e do Bolsa verde concedem incentivos econômicos às populações residentes em reservas extrativistas e em assentamentos, para que estas promovam ações de conservação dos ecossistemas naturais, como as florestas nacionais nativas, os Parques, os mosaicos florestais e nas UCs – Unidades de conservação, definidas e caracterizadas no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei 9985/00).

Outros projetos de intervenção, fomentados com recursos públicos ou privados (como as ONGs) para o desenvolvimento das comunidades locais, desenvolvem ações participativas, inclusivamente em cooperativas e em pequenas atividades econômicas extensivas para exploração e comercialização de produtos da floresta, através do extrativismo da castanha-do-pará, do cupuaçu, do açaí, do guaraná, do plantio da banana, do cacau, da mandioca, ou a otimização alternativa dos solos com o incentivo das atividades agroflorestais, agricultura de subsistência, da Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

produção e incentivo ao artesanato com a cerâmica, sementes, a pintura, a movelaria e a carpintaria, a apicultura e o turismo ecológico.

A Amazônia, desde os primeiros tempos dos *descobrimientos* vem se configurando como uma realidade fisiográfica aberta, sobretudo, para onde se converge a prospeção científica oriunda de diversos países, cujo maior interesse está na aquisição do conhecimento sobre os recursos biogenéticos e tecnológicos, ao tempo da demanda nacional e internacional pelos recursos naturais estratégicos como a água, os minérios e a madeira.

No século XXI, é certo, que o desafio amazônico está posto na compreensão e na apropriação ética do conhecimento no que refere a lógica complexa dos sistemas naturais e de modos de vida das populações *amazônidas*, ainda submetidas aos índices alarmantes de pobreza, visivelmente nas paisagens humanizadas, em quadros de exclusão e marginalização social, que se apresentam como imutáveis (e *naturalizados*) às percepções menos críticas do senso comum, por vezes, assente em concepções ideológicas-simbólicas repassadas, apenas, como parte da realidade interativa e socioeducativa locais, o que pode consubstanciar e justificar as políticas públicas econômicas e ambientais para ações pontuais de desenvolvimento e “sustentabilidade” sobre a região.

Tudo ainda persiste no tempo-espaço em processos complexos (p. ex. o antropocentrismo) de negação do “*outro*”, em práticas políticas opressoras, a subverter as populações locais a quadros que culminam para o estado de exposição a riscos em processos de violência socioambientais (reflexos dos problemas agrários e da posse da terra ou da *escassez* de recursos de subsistência), velhas questões que se tornaram problemas comuns e de resistência e sobrevivência no território. Questões, estas, dinamizadas pelos planos governamentais provenientes de macro-projetos econômicos de “desenvolvimento” direcionados aos territórios amazônicos, foi o exemplo da implantação de grandes projetos industriais e das barragens hidráulicas na amazônia oriental, que contribuíram para os processos de degradação dos ecossistemas naturais e populações locais.

Neste contexto, é fato e notório que no *status quo* do “*salve-se quem puder*”, a população da região, ficam-no expostas a processos de marginalização socioeconômicas, ecológicas e ambientais, tudo em função dos interesses capitalistas antiecológicos em relação à natureza, à valoração e apropriação dos recursos naturais tidos como inertes e cíclicos, logo, também subservientes aos interesses e mais-valias do grande capital.

O atual governo brasileiro, apresentou no Fórum Político das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em Jul/2017 em Nova York, alguns objetivos inclusos na Agenda 2030, para implementação do Desenvolvimento Sustentável na realidade brasileira, onde se inclui a Amazônia.

Sobre os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável a serem implementados nas Agendas locais, se considerou os seguintes objetivos: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero; 3. Saúde e bem-estar; 5. Igualdade de gênero; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 14. Vida na água; 17. Parcerias e meios de implementação.

Assim, considera-se que os problemas na Amazônia são complexos, cujo processo de desenvolvimento atrela-se aos diversos componentes do território: como, o das políticas públicas dirigidas pelo Estado nacional (aqui a pensar nos estoques e remanescentes dos ecossistemas naturais e recursos inerentes) que vem conjungando esforços para fomentar ações de excelência (ético-jurídico, econômicas, ético-político-institucionais, sociais e ecológicas), aonde nas práticas sociopolíticas se pode verificar o refazer *contínuum* das relações homem-natureza-recursos naturais, no sentido da equidade social e da sustentabilidade ambiental, embora, ao tempo de investimentos em desenvolvimento regional, por vezes, posto em concepções *utópicas*, devido a lógica e a complexidade das dinâmicas territoriais e do modelo produtivo em curso, mas, que devem estar colocadas na relacionalidade do *dever* histórico construído, como parte integrante da realidade ecológica, ambiental e socioterritorial, no sentido de se resguardar recursos, saberes e o património sociocultural às futuras gerações na região.

2.3.1. A Política ambiental: exploração dos recursos naturais e as áreas protegidas no Estado do Pará. sustentabilidade, apropriação dos solos e a produção de alimentos no Pará.

Históricamente o ambiente natural amazônico, posto nos diversos ecossistemas, configura-se como espaços cujas populações ao longo de várias gerações, desenvolvem métodos e técnicas consoantes com a conservação e a preservação dos recursos naturais utilizados para a sobrevivência no território, entre estes, o solo.

A *coivara* na várzea e na terra firme, constitui a prática mais comum de se trabalhar a terra, uma atividade realizada pela população tradicional no terreno (após) ardido, sob uma cobertura de cinzas e detritos sustentáveis ao solo, que é preparado para os cultivos. Este solo, que se mineraliza em nutrientes (*húmus*) facilita o plantio das diversas *culturas agrícolas de subsistência* das comunidades locais e tradicionais em meio rural, p. ex. para os roçados da maniva e a produção da farinha de mandioca.

Uma atividade rural, que noutros tempos e de pouco conhecimento da região, se tornara mito, uma vez que se percebia que, a qualidade dos solos amazônicos eram (são) áridos, ácidos, de alto e baixo *ph* e baixos nutrientes (a sofrer a perda natural de cálcio (*ca*), magnésio (*mg*) e potássio (*K*) por *percolação ou escoamento superficial* e a consequente perda de húmus, expostos a atividade climática, com os 2.700 mm de água de chuvas anuais e temperaturas médias de 28°C a 32°C, fato que colabora para os intensos processos de intemperismo químicos e físicos (*meteorização*) e a consequente liberação do *al* (oxidação) e do *fe* (acidez), a obrigar o pequeno e médio produtor a constante correção e fertilização dos solos.

Por outro lado, as atividades antrópicas dos desmatamentos, deixam os solos amazônicos mais expostos à *meteorização*, embora, esse processo se configure como o preparo, destes, para a prática agrícola em larga escala na Amazônia paraense, ou para a formação de pasto para a prática da pecuária. O processo de desmatamento em extensas áreas deixa os solos mais expostos à lixiviação, e por vezes em parte, áreas são abandonadas a causar a *laterização* e os prejuízos ao ambiente natural.

Incomum, a chamada “terra roxa” (*rossa-vermelha*), natural da classificação dos latossolos se diversifica em manchas distribuídas pelo território, úteis ao plantio do café (cultivado em áreas sombreadas), introduzido no Estado do Pará em finais do século XIX com a facilidade de adaptação ao clima e solos.

Na mesorregião do Marajó o desenvolvimento desse tipo de solo, aparece na paisagem devido aos cemitérios (depósitos antrópicos) de *sambaquis* (im)plantados pelos primeiros habitantes indígenas.

Os solos marajoaras, desde o processo de colonização têm sido utilizados para a prática da pecuária extensiva com o aproveitamento dos campos naturais.

No Baixo Tocantins, micro-região de Tucuruí (zona rural), aparecem com frequência os solos espessos (em terrenos ondulados – os *inselbergs*) na classificação dos latossolos vermelhos-amarelados, onde se tornaram comum a prática agrícola de subsistência (do feijão, milho, mandioca, macaxeira, acerolas, bananas).

A propósito de *lições esquecidas*, no Pará (Marabá, Altamira e Santarém), se dera o fracasso de alguns dos projetos agrícolas²⁶ que, embora, devessem estar bem intencionados, foram (mal) induzidos pelos contrapoderes para o efeito de colonização, uso e ocupação do solo, em geral em áreas devolutas, em pequenos e extensos lotes “empoderados” por migrantes nordestinos (colonos), que desconheciam as formas de manejo (como nos PICs, PAR, PAD²⁷), ao longo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém em finais da década de 1960, de 1970, 1980 e meados de 1990.

Estes fracassos se tornaram a explicação tecnocrática comum para as falhas técnicas, dos mal sucedidos assentamentos localizados em solo amazônico, quase sempre sem o devido acompanhamento técnico e apoio econômico ao manejo agrícola dos pequenos produtores, facto que se projetou para a formação de mentalidades de que em terras amazônicas a prática agrícola diversificada seria uma atividade de menor importância e de pouca rentabilidade.

Neste caso, o Estado mal cumpriria o seu papel e o solo a sua principal função, onde, não se criaram as formas de solidariedade comunitária, ao contrário, proliferaram-se o abandono e venda dos lotes desses pequenos “produtores” (que haviam de ter necessidades variadas de

²⁶ Este tema foi intensamente explorado nas pesquisas empíricas por Hébette (2004. Vol. III; IV).

²⁷ PIC – Projetos Integrados de Colonização; PAR – Projeto de Assentamento Rápido e PAD – Projetos de Assentamentos Dirigidos.

cultivo), e mais, se criara a oportunidade de *empowerment* aos especuladores de terra (“das *glebas*” - fazendas) em geral mineiros, goianos, paulistas e sulistas, com necessidades específicas de produção. A monocultura em larga escala, hoje atividade comum no cultivo da soja e do milho. Fatos que viriam a contribuir para a organização política campesina e “*um novo campesinato*”²⁸ posto às futuras gerações, que passaram a reivindicar as áreas “improdutivas” tomadas de posse e especuladas em solo amazônico.

Na atualidade, já se sabe que os solos conservados e corrigidos em áreas apropriadas, com a utilização de técnicas modernas, de irrigação e de fertilização químico/orgânica se tornam produtivos à agricultura interna, a partir das práticas alvisilviculturais (sistemas agroflorestais com frutíferas de pequeno porte e horticulturas em estufas) em produção na pequena e média escala.

Num movimento contrário aos sistemas alternativos, a *plantation* introduzida pelo grande capital, estas, estão a ocorrer de forma insustentada, de que é o exemplo a introdução da soja em larga escala e em grandes áreas devastadas, que surgem como o reflexo da expropriação do campesinato agrário, da especulação da terra, da demanda global e da expansão do grande capital para a imensa fronteira agrícola amazônica, especialmente a O e NW da amazônia oriental (Santarém e micro-regiões) e S do Pará (Paragominas). Um processo que continua a impor a cultura da desertificação, da erosão e da infertilização, embora com a melhora da logística (em infraestruturas espaciais) para o escoamento da produção da soja, mas com a insuficiente logística para os produtos agrícolas essenciais à pequena e média escala, logo, o mito da “terra seca”, associado a especulação do capital, se justifica em detrimento da produção de alimentos básicos, para o abastecimento e consumo nas médias cidades e na capital do Estado, o que incide efeitos diretos na má qualidade de vida e nos baixos índices nutricionais das populações.

Ao citar a *Agenda 21* da Rio 92, Lepsch (2002) recorda mediante a orientação da FAO – Conselho de alimentos e Organização Agrícola das Nações Unidas, que houve a conscientização de que:

O desenvolvimento agrícola sustentado é o gerenciamento e conservação da base dos recursos naturais, bem como, a orientação da mudança tecnológica e institucional, assegurando a realização e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras.

Desse modo, se entende que a questão da fome e da (des)nutrição, ainda se constitui um dos maiores desafios políticos a se resolver nas diversas escalas mesorregionais e microrregionais, no sentido da melhoria dos IDHs e a consequente melhoria da qualidade de vida das populações locais amazônicas.

²⁸ Ver: Hébette (2004, Vol. IV).

2.3.2. A geoestratégia do carvão vegetal e a produção dos territórios da mineração no Estado do Pará.

*pau queimou, ardeu, caiu
no meio da floresta,
ninguém viu.
Do folclore.*

No Pará, grandes extensões de terras nas mesorregiões do SE, NO e SW foram apropriados, como forma de *trabalho-poder dominação*²⁹, no sentido da subjugação da natureza e do capital humano, aos interesses e demandas do médio e do grande capital instalado no Estado, para fins de aproveitamento dos recursos naturais e da submissão ao flagelo a que a mão-de-obra – quer sejam, os “trabalhadores agropecuários, florestais, de pesca e assemelhados”- (CLT), ou carvoejadores, e pequenos agricultores, que passaram a viver em pequenos aglomerados populacionais, distantes dos médios e grandes centros urbanos, ou seja, longe do alcance do poder político-jurídico instituído, fato que se revelou ser a mais vil e fácil condição de exploração do trabalho humano: a de usurpação do próprio *valor trabalho*, de sua *força de trabalho*, por vezes, submetidos à condição de trabalho escravo, como veiculado em alguns casos pelos *média* ao longo dos anos sobre a produção do carvão vegetal associado à devastação florestal no Estado.

Esse modelo produtivo – dos pólos siderúrgicos dependentes das carvoarias artesanais locais, localizadas em Marabá, Paragominas e no corredor Carajás-São Luis, foi introduzido no início do processo produtivo do extrativismo e de transformação mineral, para atender as indústrias siderúrgicas de ferro-gusa e de ligas de ferro-manganês instaladas no Estado. Ou seja, homens na produção do carvão vegetal, embrenhados nas localidades mais distantes em meio as formações florestais secundárias, expostos a doenças e à fome, se tornariam em atores à parte nos processos de degradação dos ecossistemas naturais consoante a degradação da condição humana na amazônia paraense.

Na atualidade, o pólo siderúrgico do complexo Carajás, está em decadência, onde diversas guseiras fecharam os setores de trabalho, fato que se reverteu em milhares de desempregados, sobretudo, em função da fiscalização ostensiva dos órgãos ambientais sobre os desmatamentos indiscriminados feito sem o adequado reflorestamento de áreas, que colapsou o processo produtivo até a escassez do carvão, e da baixa na demanda pelo ferro a partir do mercado internacional. Uma questão social e ambiental que vem sendo explorada pelos *mass média* do Brasil nestes últimos anos.

²⁹ A propósito do *modo-de-ser-trabalho*, do *modo-de-ser-cuidado* e do *modo-de-ser-trabalho-domação*, por L. Boff (2012).

No caso das grandes e devastadoras queimadas, que aparecem na paisagem amazônica em ambiente de florestas primárias, em fenômenos induzidos, também, para aquisição da matéria-prima (o carvão vegetal), cuja maior expressão nos anos de 1980 e 1990, ao longo do chamado *arco do desmatamento*³⁰, revelariam a entrada da região no cenário mundial dos processos de degradação da natureza (dos riscos em incêndios florestais), ou seja, nos cenários locais dos prejuízos ecológicos (ameaças e extinção de espécies da fauna e da flora³¹) e sociais, onde os pequenos agricultores e criadores de gado estiveram como os principais atores atingidos pelos fogos (embora úteis à expansão das fronteiras agrícolas), mas, que se tornariam sem controle, com o agravamento da precariedade dos meios técnicos adequados de combate e gestão de crises, isolados em meio à imensidão da floresta, passaram a práticas de queimadas ilegais.

Estas queimadas se tornaram frequentes em solo paraense, em tempos de clima mais quente e secos, ocasionando em danos maiores à vegetação, quer seja a autóctone ou a de remanescentes. Um fato, que no atual contexto, ainda se configura em grande os riscos de fogo e focos incêndios aos estoques remanescentes de floresta nativa. Embora, desde a década de 1990 os investimentos do governo brasileiro e estaduais se concentram na demarcação de áreas protegidas (UCs), que se configuram como um importante instrumento de ordenamento do território e a solução mais imediata para se coibir crimes ambientais contra o patrimônio natural.

Segundo o boletim de monitoramento de queimadas e incêndios florestais, os municípios de Paragominas e Ipixuna do Pará (no SE e S do Pará) foram as áreas de maior risco apresentados nos levantamentos por imagens de satélite (Semas, 2016).

Estudos realizados pelo Imazon sobre desmatamentos nas UCs, entre 2012 e 2014, demonstram que entre os Estados mais atingidos pelos desmatamentos neste período estão o Pará (48%) e Rondônia (39%), Araújo (2015), onde parte das áreas atingidas estão associadas aos incêndios, como a forma mais comum de limpeza do solo para fins de ocupação e mais-valias.

Ao longo dos anos, fragmentos de áreas empobrecidas de vegetação rasteira e invasoras (em capoeiras e cerradões), viriam a aparecer como as formas mais comuns de resiliências, ao tempo dos riscos ainda maiores para as paisagens naturais, por conta da formação de grande quantidade de combustível.

Os estudos de Nepstad (1999) realizados em 202 propriedades ao longo das áreas configuradas como de ocupação recente, e que atingiram o S e SE do Pará, demonstraram que a

³⁰ Este problema foi explorado nos estudos em sensoriamento remoto e empírico, por Nepstad, *et al.* (1999) e do IMAZON (2010).

³¹ Na atualidade o Leste do Pará (regiões de integração e ocupação consolidada: lago Tucuruí, Rio Capim, Rio Caeté e Tocantins) configuram-se como as áreas de maior risco e perigo para a extinção de espécies e perda de habitat, o que se torna uma contradição uma vez que essas microrregiões, que estão classificadas como áreas *Hotspots* ((em imagens: as áreas quentes) em grande riqueza de espécies raras e endemismos) estão localizadas em imensas áreas (remanescentes florestais) de propriedade privadas, Anjos *et al* (2016). Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

maior porcentagem de incêndios florestais, foram deflagrados pelos pequenos proprietários (< 100 ha de terras) de forma intencional. Em Paragominas, por imagem de satélite, foi verificado que 94% das florestas primárias foram severamente afetadas pelas atividades antrópicas. Na atualidade uma fronteira aberta para o cultivo da soja (ver figura nº 63 - anexos).

Os incêndios florestais no Pará, que contribuíram para a expansão das empresas agropecuárias e da indústria madeireira, estiveram, portanto, associados à cadeia mineral produtiva (inicialmente do manganês tido como elemento indispensável à revolução tecnológica da engenharia aeroespacial norte-americana, *apud* Hébette (2004)) que demandaria o fomento do mercado de carvão vegetal, como elemento indispensável e mais rentável às indústrias siderúrgicas, que viriam favorecer a 2ª revolução industrial *apud* (Castels, 1996), no caso ao que refere a era do aço no Japão e posteriormente na China, no mercado europeu e norte americano, pela demanda sobretudo, do ferro, mas também, do níquel, do cobre, do ouro e da bauxita.

Assim se reproduziram os territórios da mineração no Pará, onde desde a década de 1970, com a iniciativa dos governos e os incentivos fiscais do governo brasileiro em empreendimentos (mínimo-metalúrgicos, guseiras, indústrias de celulose, serrarias - madeiras, a agropecuária) situados e integrados, inicialmente, no programa *Polamazônia* – às redes de telecomunicações, de produção da energia hidráulica, de infraestruturas das indústrias mínimo-metalúrgicas, o grande capital expandiu as fronteiras migratórias, no sentido da formação do mercado de trabalho com mão-de-obra a baixo custo, para se explorar a madeira, minérios, energia e anexar territórios ao que se denominou de 2ª Revolução Industrial.

2.3.3. Situação das Áreas Protegidas no Estado do Pará e Mosaico Tucuruí.

O Estado do Pará criou sua primeira área protegida em 1989 na mesorregião do Marajó, com extensão de 5.904.351,6 ha, a abranger 12 municípios e comunidades locais, a surgir como uma APA – área de proteção ambiental (Figura nº 10).

A pensar na sustentabilidade dos ecossistemas e das populações tradicionais, assim como, de suas futuras gerações, o Estado do Pará, vem aperfeiçoando estruturas e infraestruturas institucionais e técnicas para melhor dar conta da política de Conservação da natureza e ambiental, no âmbito das UCs (áreas protegidas Estaduais e Federais) .

No âmbito institucional, a política pública do Ambiente conta com o trabalho realizado pelo IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade, com a administração ligada diretamente ao poder Executivo Estadual, no Estado do Pará.

O IDEFLOR-Bio³² está estruturado em 04 Diretorias de trabalho, entre estas a DJMUC – Diretoria de Gestão das Unidades de Conservação, onde conta com as coordenações regionais

³² Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

locais (Unidades de gerências de campo), para o trabalho de Gestão de áreas. Este órgão Ambiental Estadual localiza-se no interior do Parque ambiental do Utinga (uma imensa área verde natural preservada, com trilhas ecológicas no interior da Mata, vias alcatroadas para a prática do desporto, fontes de água mineral, iluminação pública, lago natural e guias técnicos) com Sede em Belém, aberto ao uso público.

Todas as atividades desenvolvidas são planejadas através dos Programas e prioridades específicas, aqui no caso - das UCs do Mosaico Tucuruí. Tanto pela equipe que se encontra permanente na DJMUC em Belém, quanto pela equipe técnica que permanece no campo (no escritório) em Tucuruí para a realização do trabalho da gestão ambiental realizado junto aos residentes da Reserva. Onde se faz reuniões entre os residentes, técnicos da gestão, governança local, representantes comunitários e das organizações políticas e de trabalhadores locais (colônia de pescadores, colônia dos pequenos agricultores, médio empresariado).

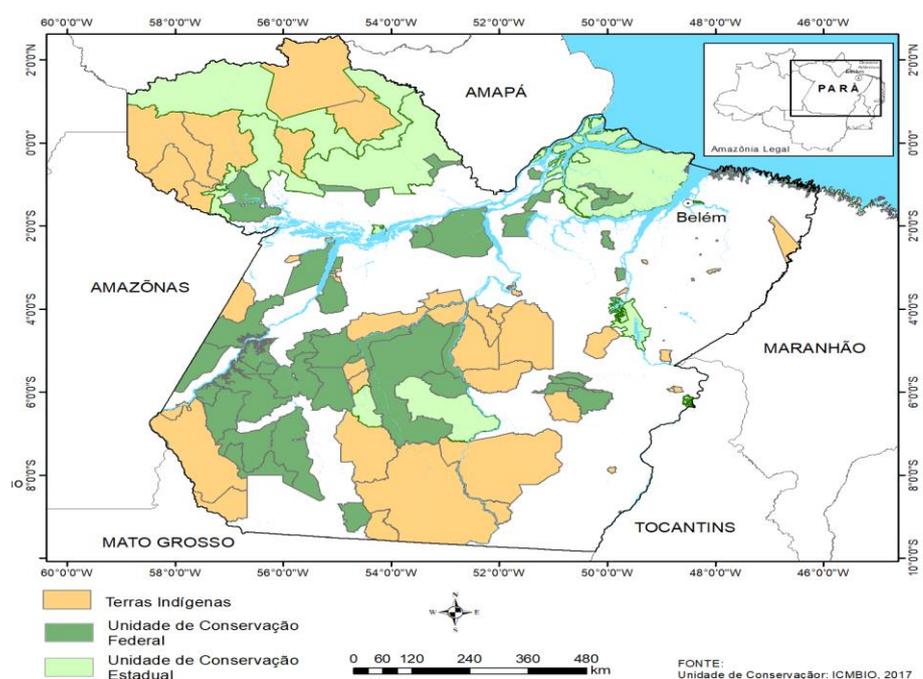


Figura 10 Unidades de Conservação no Pará – Brasil. Fonte: ICMBIO, 2017.

Às gerências das unidades cabe a administração e otimização de recursos destinados à aplicação de projetos, educação ambiental, monitorização e regularização fundiária, infra-estruturas, comunicação e intervenção junto ao Conselho gestor, fiscalização e orientação sobre o manejo dos recursos naturais e o Desenvolvimento e valorização das comunidades locais.

De acordo com a realidade atual, informa-se nos quadros a seguir, a situação quantitativa de áreas protegidas existentes no Estado do Pará – Brasil (Quadros 5, 6, 7 e 8).

Áreas protegidas no Estado do Pará.					
Nº	Grupo de Proteção Integral	Área por ha	% de cobertura.	Ato legal de criação e alteração.	Municípios
01	Parque Estadual do Utinga (sobreposto na APA Belém)	1.393,08	0,00	Dec, nº 1.552, de 03/05/1993-1.340,10 há. Dec. Nº 265, de 30/11/2011 – amplia. -	Belém
02	Parque Estadual da serra dos Martírios/ Andorinhas	24.897,38	0.02	Lei nº 5.982/96	São Geraldo do Araguaia
03	Parque Estadual Monte Alegre	3.678,00	0,00	Lei nº 6.412/01 – 5.800.00 há, Lei nº 7.692/13 desafeta.	Monte Alegre
04	Parque Estadual Charapucu (sobreposto na APA Marajó)	65.181,94	0,05	Dec, nº 2.592/10	Afuá
05	Reserva Biológica Maicuru	1.151.760,95	0,92	Dec. nº 2.610/06	Almerim e Monte Alegre.
06	Estação Ecológica do Grão-Pará	4.245.819,11	3,40	Dec. nº 2.609/06	Alenquer, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

07	Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia	6.367,27	0,01	Dec. nº 2.211/10 Dec. nº 2.622/10 - retificado	Ananindeua, Benevides, Marituba e Sta Isabel.
08	Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal	4.033,94	0,01	Dec. nº 1.566/16	Senador José Porfírio
09	Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto	339,28	0,00	Dec. nº 1.567/16	Maracanã.
09	Subtotal	5.503.470,82	4,41	*****	*****

Quadro nº 5. Situação atual das áreas Protegidas no Estado do Pará. Fonte: Diretoria de Gestão da Biodiversidade - DGBio/IdeflorBio. Por: C. Lobato, (2017).

as áreas Protegidas no Estado do Pará.					
Nº	Grupo de Uso Sustentável FLOTAS e RDSs	Área por ha	% de cobertura	Ato legal de criação e alteração	Municípios.
01	Floresta estadual de faro	613.867,67	0,49	Dec, nº 2.605/06 (635.935,72) Dec. nº 2.557/10 (613.559,52) Dec. nº 201/11- retifica memorial	Faro (60%), Oriximiná (40%)
02	Floresta Estadual do Iriri	440.493,00	0,35	Dec. nº 2.606/06	Altamira
03	Floresta Estadual do Trombetas	3.172.978,00	2,54	Dec. nº 2.607/06.	Oriximiná (88%), Óbidos (12%)

04	Floresta Estadual do Paru	3.612.914,00	2,90	Dec. nº 2.608/06 Dec. nº 580/12 – desafeta, Dec. nº 968/14 – limites originais.	Almeirim (58%), Monte Alegre (20%), Alenquer (18%), Óbidos (4%).
	Subtotal	7.840.252,67	6,28	*****	****
05	Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Alcobaça (sobreposta à APA lago Tucuruí)	36.128,00	0,03	Lei nº 6.451/02	Novo Repartime nto e Tucuruí.
06	Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Pucuruí-Ararão (sobreposta à APA lago Tucuruí)	29.049,00	0,002	Lei nº 6.451/02	Novo Repartime nto e Tucuruí.
07	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel	22.956,88	0,02	Dec. nº 1.566/16	Senador José Porfírio.
08	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas	7.062,02	0,01	Dec. nº 1.567/16	Maracanã .
08	Subtotal	7.935.448,57	6,36	*****	*****

Quadro 6. Grupo de Áreas Protegidas de Uso Sustentável. Fonte: Diretoria de Gestão da Biodiversidade - DGBio/IdeflorBio. Por: C. Lobato, (2017).

as áreas Protegidas no Estado do Pará.					
Nº	Grupo de Uso Sustentável - APAs	Área por ha	Cobertura %	Ato legal de criação e alteração.	Municípios.
01	Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó – APA Marajó: Resex Soure, Mapuá e T.G. Pracuúba, Parque Charapucu e Res, Ecológica da Mata do Bacurizal – área = 381.804,63 ha	5.522.547,00	4,42	Constituição do Estado do Pará, art. 13, §2º, promulgada em 05/10/1989. Área total= 5.904.351,6 ha	Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currealinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.
02	APA de Algodual – Maiandeuá – APA Algodual	2.378,00	0,00	Lei nº 5.621/90. Cartografia antiga: 2.378,00 há. Limites atuais: 3.100,34 ha	Maracanã, APA = 2.844,69 ha
03	APA da Região Metropolitana de Belém. Inclui o Parque Utinga	5.832,92	0,01	Dec. nº 1.551/93 – 5.885,90 área total= 7.226,00 há. Dec. nº 265/11 – amplia o P. Utinga – 1.393,08	Ananindeua e Belém.
04	APA de São Geraldo do	29.655,39	0,02	Lei nº 5.983/96	

	Araguaia – APA Araguaia				São Geraldo do Araguaia.
05	APA da Ilha do Combú.	1.500,00	0,00	Lei nº 6.803/97	Belém
06	Área de Proteção Ambiental Paytuna – APA Paytuna	58.251,00	0,05	Lei nº 6.426/01 – 56.129,00	Monte Alegre
07	APA do lago de Tucuruí – APA Tucuruí. Inclui RDS Alcobaça e RDS Pucuruí-Ararão	503.490,00	0,40	Lei nº 6.451/02. Área total: 568.667,00 há, área das RDSs = 65.177,00 ha	Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, N. Ipixuna, N. Repartimento Tucuruí
08	Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu	1.679.280,52	1,35	Dec. nº 2.612/06	São Félix do Xingu e Altamira.
08	Subtotal APAs	7.802.934,83	6,25	*****	*****

Quadro 7. Grupo de áreas protegidas de Uso Sustentável. Fonte: Diretoria de Gestão da Biodiversidade - DGBio/IdeflorBio. Por: C. Lobato, (2017).

Resumo do quadro geral (figura 8) do quantitativo das áreas protegidas no Estado do Pará – Brasil.

Categoria	Nº	Área p/ ha	% cobertura
Grupo de Proteção Integral	9	5503470,82	4,41

Grupo de Uso Sustentável FLOTAS e RDSs	8	7935448,57	6,36
Grupo de uso sustentável APAs	8	7802934,83	6,25

Quadro nº 8. Resumo do quadro geral da cobertura e quantitativo das áreas protegidas de gestão ambiental Estadual para o Estado do Pará – Brasil. Fonte: produção própria, 2017.

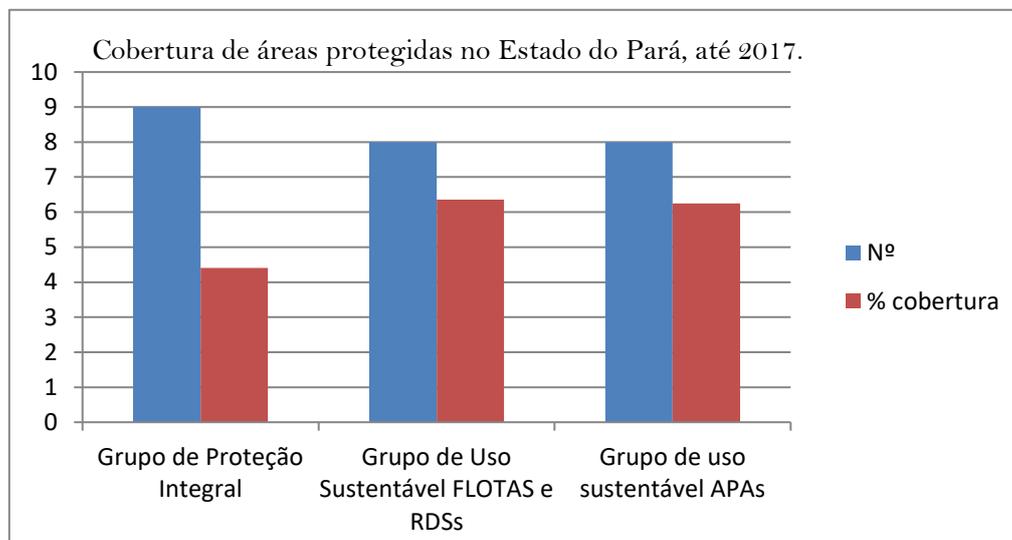


Fig. nº 11. Cobertura de áreas protegidas no Pará – Brasil, %. Fonte: produção própria, 2017.

O Pará, situado na amazônia oriental, possui cerca de 1.247.954,320 km², e a criação de áreas protegidas no Estado se configura como um dos instrumentos de ordenamento do território, onde se intenciona a gestão e manejo dos recursos naturais, a valorização e desenvolvimento das comunidades locais.

É consenso que a expansão da rede de áreas protegidas representa, na atualidade, a alternativa ecológica-ambiental mais sustentável, na qual o poder público, assim como, as comunidades locais, podem se legitimar para fazer frente ao desafio da conservação da biodiversidade e melhor manejo dos recursos ecossistêmicos, ou seja, onde em tese há uma menor probabilidade de extinção de espécies da fauna e da flora, e melhores oportunidades em contrapartidas para o *empowerment* das populações e desenvolvimento sustentado local.

E de que é possível o desenvolvimento de projetos e ações, onde se priorizam: a construção de infraestruturas e serviços básicos, a Educação ambiental e a conscientização política e ecológica *in situ*, o reflorestamento de áreas degradadas e aplicação de sistemas agroflorestais como alternativa da reposição da capacidade produtiva dos estoques florestais com Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

o cultivo de espécies (não) autóctones, as atividades de apicultura e a criação de espécies de peixes em tanques com as devidas contrapartidas econômicas. E ainda, o pagamento de compensações ambientais para a manutenção do equilíbrio ecológico de ecossistemas ameaçados, como: o ICMS³³ ecológico e o desenvolvimento de projetos através dos MDLs – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo em contrapartidas para as Instituições envolvidas.

Estas práticas podem ser mediadas pela gestão no âmbito das áreas protegidas, p. ex., nas de Uso Sustentável, que na atualidade representam 12,61 % (15.738.383,40 ha) de cobertura de áreas no Pará, e onde o Estado possui a legalidade e a legitimidade de intervenção junto às comunidades, no sentido da melhoria da qualidade de vida no lugar.

As áreas protegidas, também favorecem a melhor aplicação da legislação ambiental vigente da parte do Estado, para o maior controle dos processos de degradação da natureza, da preservação dos ecossistemas e das espécies autóctones para fins de prospecção científica, uma vez que, na atualidade já se tem demarcados 4,41% (5.503.470,82 ha) de áreas de Proteção Integral no Estado.

Para além das APAs, UCPI e das UCUS, estão também classificadas as TIs – Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas, como recortes geográficos espaciais para fins de proteção e conservação.

No contexto geral das áreas Protegidas, o Estado conta com a demarcação de áreas Militares e das Unidades de Conservação Federais (50 UCs no Pará) no ano 2017, entre estas as RESEX – Reservas Extrativistas, que se configuram como recortes territoriais, que pouco se diferenciam das Reservas de Uso Sustentável classificadas para gestão Estadual de acordo com o SNUC.

³³ O ICMS ecológico – Imposto sobre circulação de mercadorias *ecológicas* é um instrumento econômico que consiste na experiência de inclusão de critérios ambientais (após recolher tributos) aos repasses de impostos da parte dos Estados aos Municípios que cuidam das UCs no Brasil e geram as chamadas *externalidades positivas* ao ambiente e suas populações.

CAP. III - ESTUDOS DE CASO COMPARADOS EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DIFERENCIADOS

A ciência geográfica constitui o estudo da diferenciação e comparação entre áreas, a considerar a diversidade espacial e territorial inerente às diversas conjunturas que estão inseridas em estruturas política, cultural e econômica, também, diferenciadas.

Este trabalho nas páginas anteriores apresentou uma discussão teórica no que refere ao tema do Desenvolvimento e, em particular do Desenvolvimento Sustentável, das práticas espaciais e territoriais estruturadas em modelos de Desenvolvimento econômico, ambiental e sociocultural, diferenciados.

Procurou-se dar ênfase à realidade brasileira e à realidade portuguesa, com as devidas nuances históricas, sociais, ambientais - ecológicas, culturais e econômicas, dinamizadas no tempo e nos espaços, em diversos momentos do longo processo histórico e geográfico analisado por diversos autores a quem nos referimos no decorrer do trabalho.

Neste contexto, foi feita a escolha de dois objetos de estudo para a análise e diferenciação de áreas, no âmbito de recortes territoriais das áreas protegidas. Uma refere-se ao Complexo do Açor, onde se localiza uma Paisagem Protegida e sítios da Rede Natura, na região Centro de Portugal, a outra é uma Unidade de Conservação de Usos sustentável, caracterizada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Alcobaça, em Tucuruí (SE do Pará - Brasil).

Procurou-se aplicar metodologias de estudo e abordagens específicas aos dois casos, com base em estudo bibliográfico e investigação direta no campo, com a aplicação de inquéritos aos gestores institucionais, técnicos das Instituições responsáveis pela gestão ambiental das áreas, políticos e agentes comunitários, levantamento demográfico e socioeconômico e entrevistas aos residentes das comunidades envolvidas e análise da legislação ambiental específica.

A escolha dessas áreas para estudos de caso, se deu pelo conhecimento prévio do campo, sobretudo do caso brasileiro.

A autora já havia feito incursões e percursos geográficos, ainda no período da pós-graduação (Mestrado) entre 2007 e 2011, cujos resultados culminaram na produção de nossa Dissertação (em Geografia Física e Ambiente) sobre esse caso brasileiro.

É incontestável que Portugal e o Brasil constituem duas realidades geográficas muito diferentes no contexto geral das características físico-naturais e humana.

Estas áreas protegidas, tanto no Brasil quanto em Portugal, possuem características diferenciadas em termos da sociocultura, da socioeconomia, da sociopolítica e dos sistemas ambientais e ecológicos naturais. Ou seja, o caso brasileiro está localizado no contexto de uma Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

albufeira artificial em decorrência do represamento das águas por barragem hidráulica para exploração de energia hidroelétrica e, o caso português em domínio mediterrâneo atlântico em ambiente de montanha, localizado na Região Centro de Portugal.

Foi a questão da escala, em relação às dinâmicas geográficas espaciais e temporais em geografia humana, que nos imbuíu de atenção e cuidado quanto a abordagem metodológica comparativa entre os dois casos. Deve-se entender o caso português como um intercâmbio (*trade-offs*) de natureza comparativa, em análise geoambiental e geohumana, como um viés epistemológico necessário, para se chegar as conclusões práticas no contexto geral a que se propõe o trabalho.

3.1. RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Paisagem Protegida.

Sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a legislação brasileira (SNUC lei 9985/00) art. 20³⁴, caracteriza uma RDS da seguinte forma:

A RDS é uma área natural que abriga *populações tradicionais*, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. § 1º a Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por estas populações. § 2º A RDS é de domínio público, sendo as particulares de seus limites desapropriadas de acordo com a lei. § 3º O uso das áreas ocupadas pela população será regulado de acordo com o art. 23 desta lei. § 4º A RDS será gerida por Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão gestor, e constituído por representantes de órgãos

³⁴ As populações tradicionais de que trata o art. 20 do SNUC, refere às populações cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e desenvolvem papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica, correlacionada a questão étnica racial e a condição social.

públicos, de organizações da sociedade civil e das populações residentes. § 5º Serão desenvolvidas atividades: I. É permitida a visitação pública de acordo com interesses locais e o plano de Manejo. II – é permitida e incentivada a pesquisa científica, sujeita à autorização do órgão gestor. III – deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação. IV – é admitida a exploração de ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da floresta por espécies cultiváveis, sujeitas ao zoneamento estabelecidas no plano de Manejo e as limitações legais. § 6º o plano de manejo das RDSs definirá zonas de proteção integral, de uso sustentável, de corredores ecológicos e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da Unidade.

Em Portugal o Dec. lei 19/93, instituiu as diferentes tipologias de áreas protegidas, entre estas a Paisagem Protegida³⁵, onde se entende:

Uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interação harmoniosa do homem e da natureza que evidencia grande valor estético ou natural. A sua proteção tem por efeito possibilitar a adção de medidas que, a nível regional e local, permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica.

No caso brasileiro a área protegida RDS – Alcobaça, foi instituída pela lei estadual nº 6451/02 e, no caso da Paisagem Protegida da Serra do Açor pelo dec. lei nº 67/82.

Sobre as duas áreas protegidas, objetos de nossa investigação, para além da pesquisa bibliográfica oriunda de diversas fontes, procurou-se investigar diretamente no campo alguns aspectos que envolvem os processos de gestão e o *modus vivendi* das populações locais que estão sob a influência direta dos estatutos legais, e que orientam a permanência humana e o manejo de áreas.

Alguns aspectos de relevância geográfica foram levantados e observados a partir de entrevistas feitas aos agentes locais institucionalizados e a população residente, com a aplicação de Inquéritos abertos e fechados se apresentou algumas variáveis. Foi feito o levantamento demográfico diretamente no campo e através de documentos oficiais.

³⁵ Ver em: Fernandes (2012).

O trabalho empírico foi realizado em tempos distintos. No caso brasileiro as idas ao campo ocorreram entre maio e julho de 2017, e no caso português as idas ao campo ocorreram entre agosto de 2016 a fevereiro de 2017 e outubro de 2017 a dezembro de 2017.

No decorrer do trabalho, procuramos fazer uma abordagem diferenciada, a considerar que, as duas realidades possuem aspectos humanos e físicos-ecológicos-ambientais muito diferenciados, mas que podem perfeitamente ser comparados e analisados quanto a socioeconomia, a sociocultura, a sociopolítica, os processos de gestão e institucionalização de áreas (atores envolvidos), aspectos geohistóricos, aspectos da qualidade de vida, atividades econômicas agregadoras de valor na vida das comunidades - uso do solo, os projetos aplicados, os recursos destinados, os problemas e as oportunidades que vieram a surgir após a criação e sobreposição de territórios. Entre outras questões: quais os conflitos inerentes a gestão ambiental? Como se processa a resolução e mediação dos mesmos? Existe compatibilidade entre os propósitos legais e a realidade empírica? como a instância governamental compatibiliza a política do Ambiente com a qualidade de vida *in situ*?

A política direcionada a essas áreas protegidas e a gestão ambiental, no caso de Portugal, está sob a responsabilidade da Rede Nacional de Áreas Protegidas via ICNF e, o caso brasileiro sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Áreas Protegidas via IDEFLOR-Bio de jurisdição Estadual.

3.2. Enquadramento cartográfico temático das áreas de estudo.

I. A Paisagem protegida da Serra do Açor, Região Centro de Portugal

A análise cartográfica da PPSA (estudo de caso I) foi feita a partir da leitura de cartas na escala de 1:1000.000, 1:50.000 e 1:10000, na projeção de Gauss - Datum Lisboa, sob as coordenadas geodésica M=200 km/P=300 km ano 2007, ICNB (2007).

A figura 12 está a representar a base cartográfica da Paisagem Protegida da Serra do Açor, segundo o enquadramento Nacional.

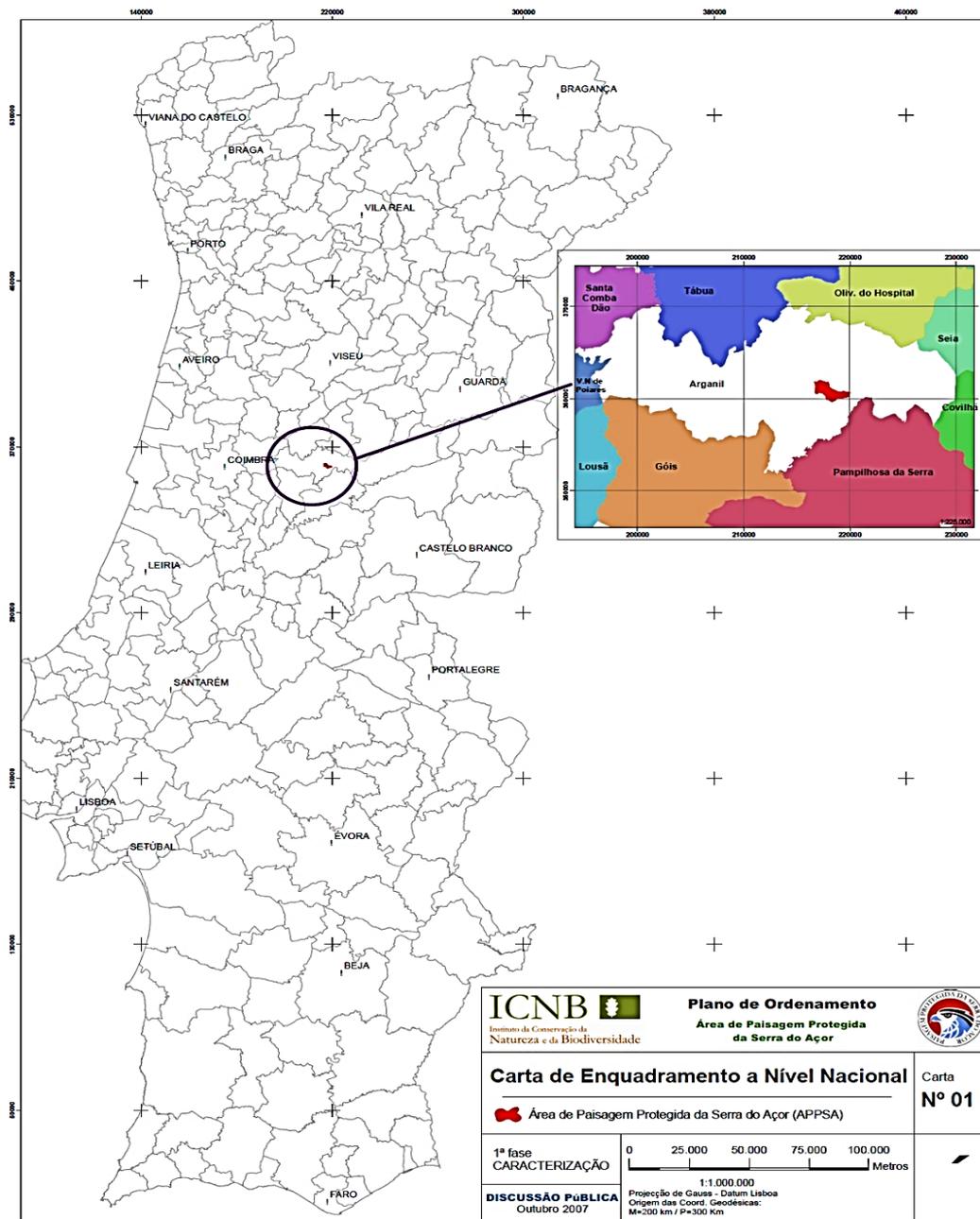


Figura 12. Enquadramento Nacional da área de estudo a PPSA. Fonte: ICNB (2007).

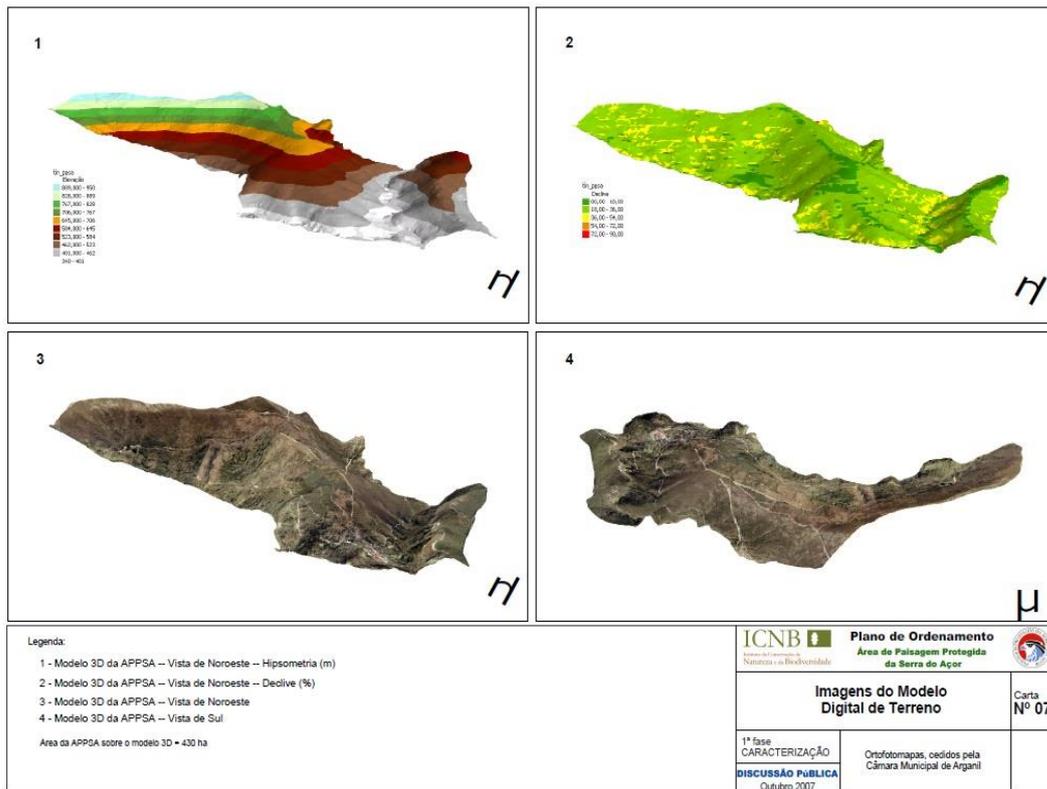


Figura 13. Posição cartográfica em modelo digital – PPSA. Fonte: ICNB, (2007).

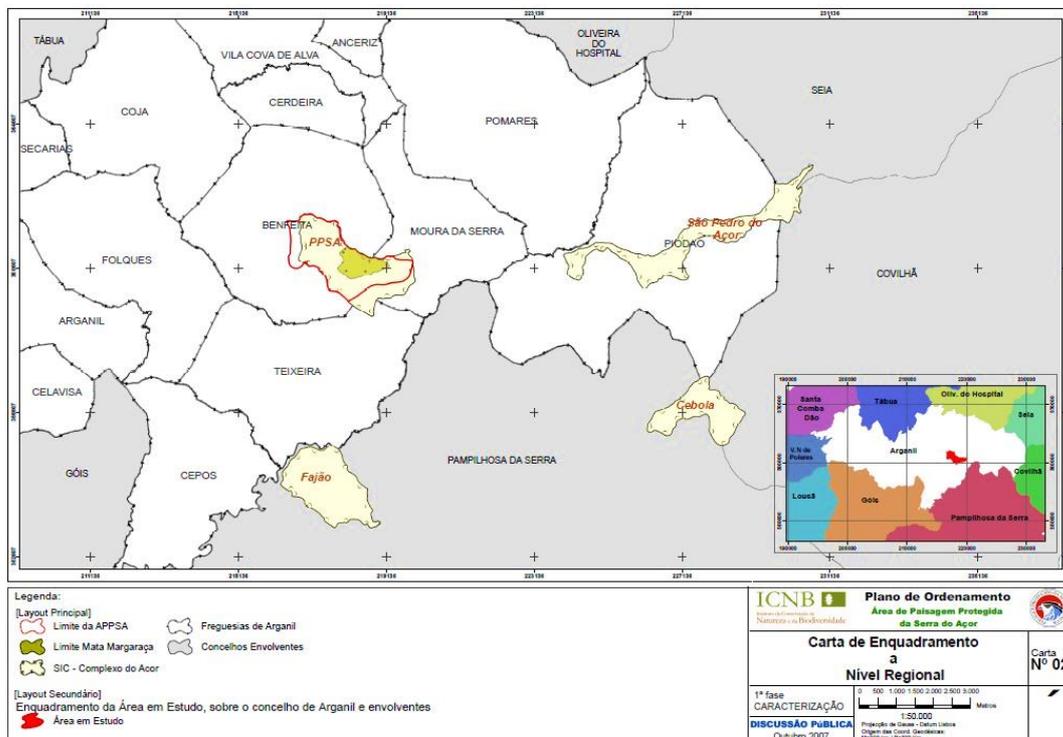


Figura 14. Enquadramento regional – ● PPSA e a ● Rede Natura 2000. Fonte: ICNB (2007).

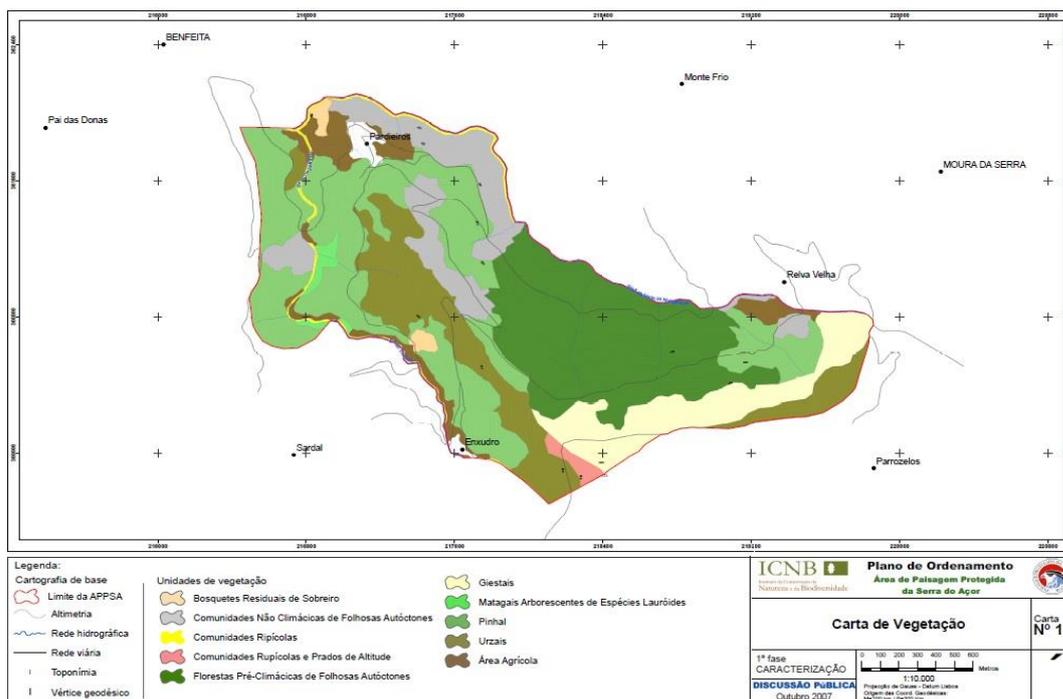


Figura 15. Aspeto da Vegetação na PPSA. Fonte: ICNB, (2007).

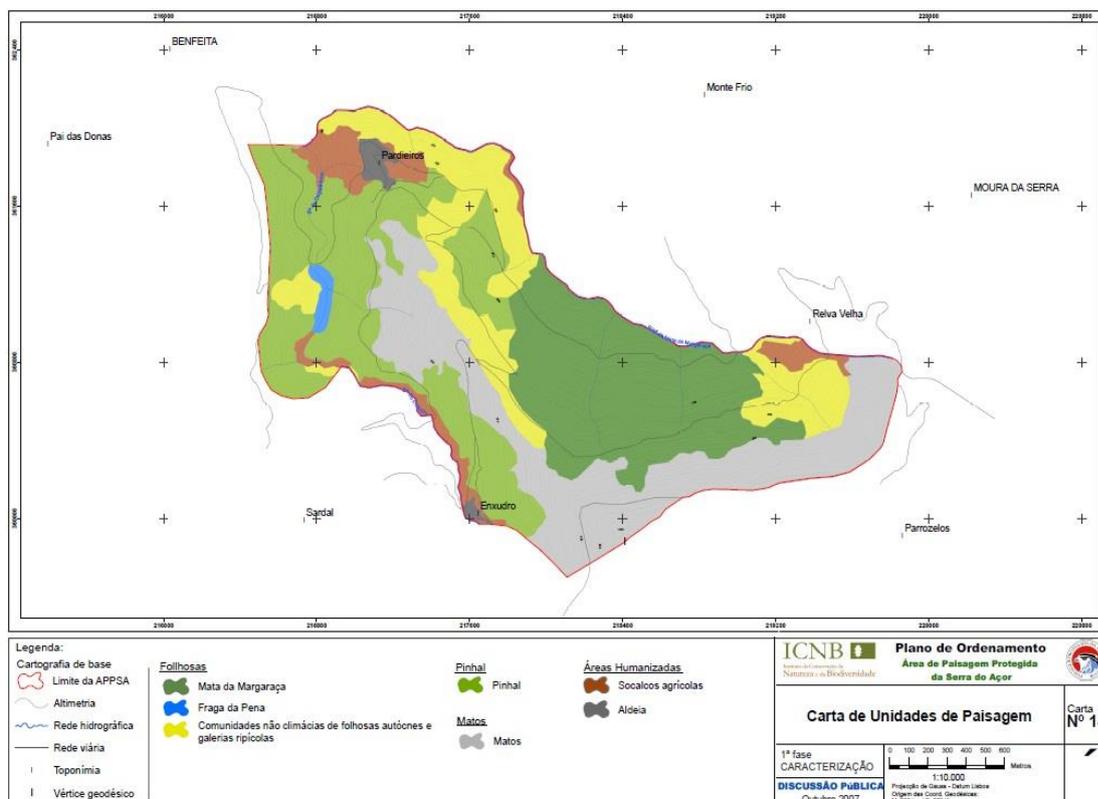


Figura 16. ● Unidades de paisagem na PPSA, ● Mata de Margarça, ● Fraga da pena, ● comunidades de folhosa autótonas e ripícolas. Pinhal, ● Socalcos agrícolas, ● Matos, ● Aldeia de Pardieiros.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil. 106

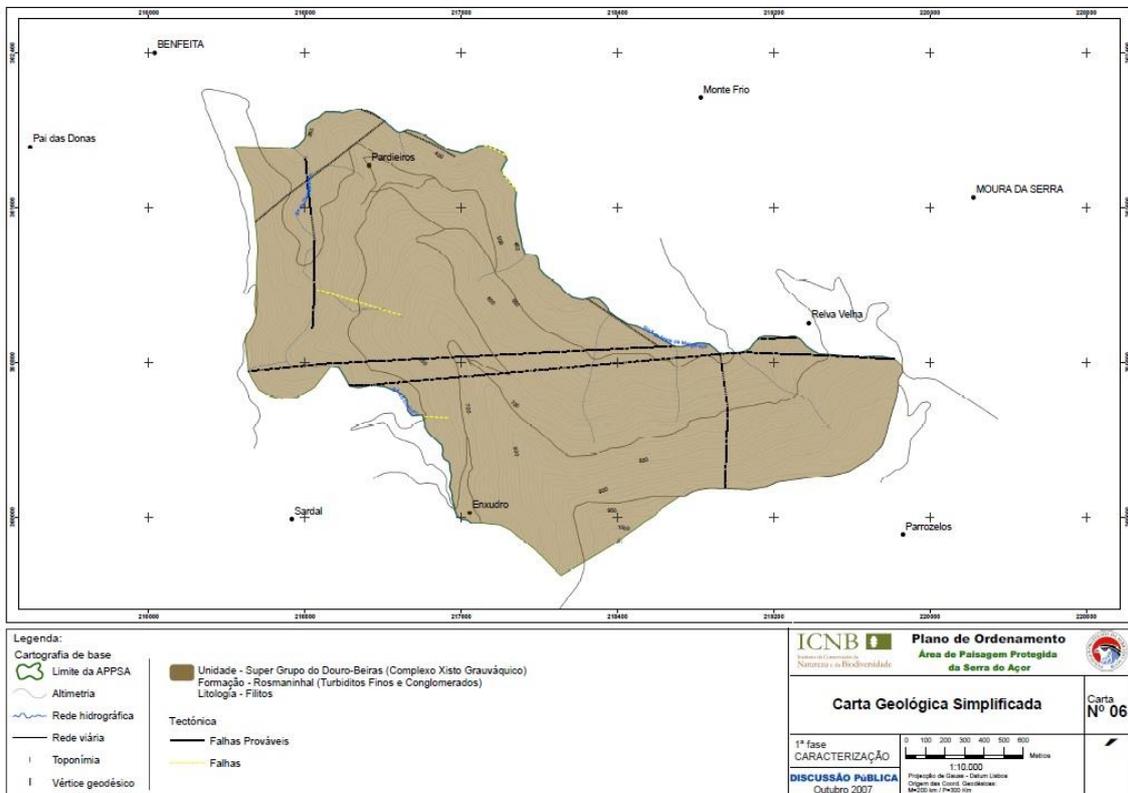


Figura 17. Aspectos da Geologia da PPSA. Unidade super grupo do Douro Beiras (Complexo Xisto Grauváquico), Formação: Rosmaninhal (Tubiditos finos e conglomerados), Litologia - filitos. Tectónica: — Falhas prováveis. — Falhas. Fonte: ICNB, (2007).

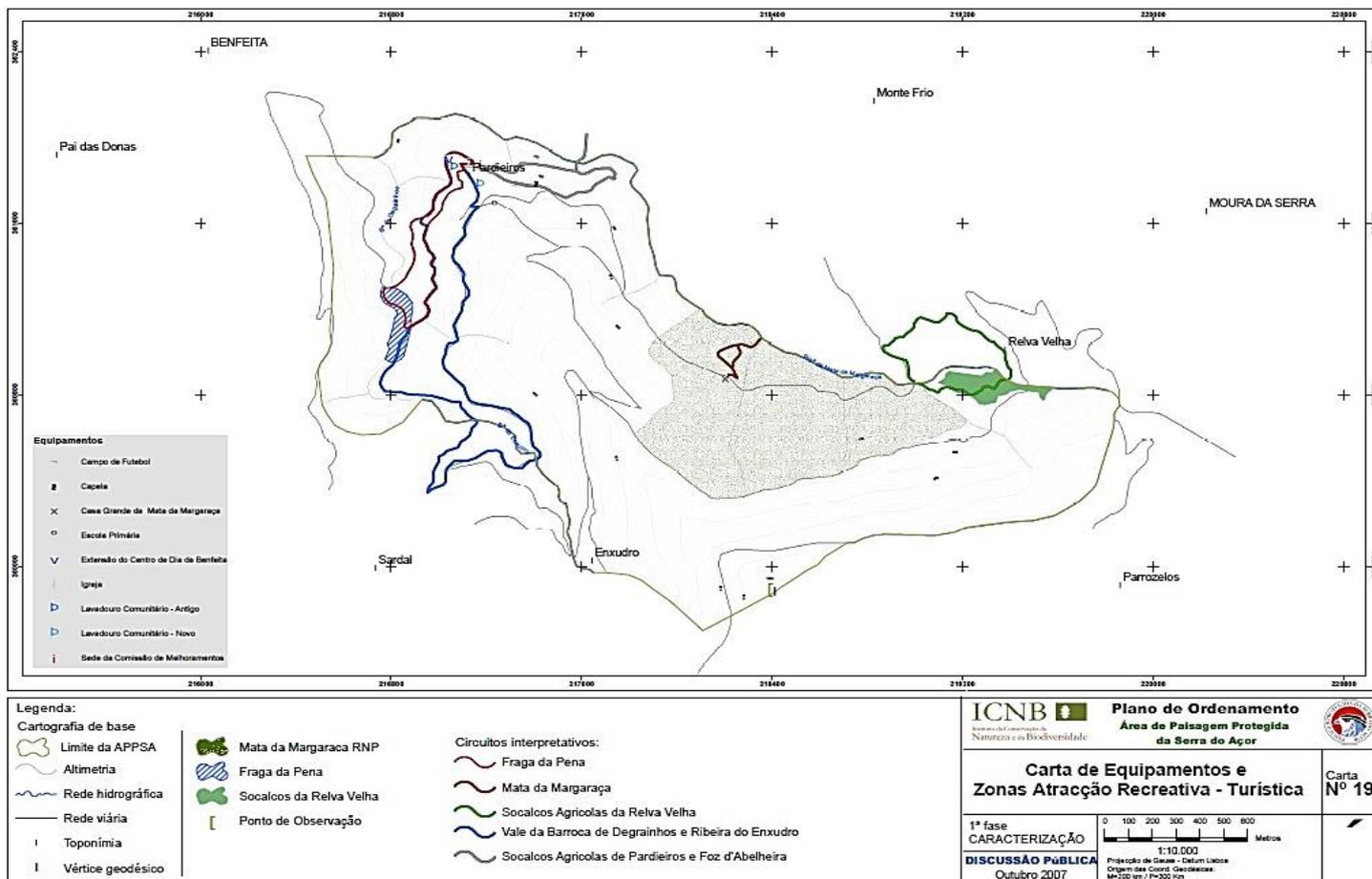


Figura 18. Equipamentos e zonas turísticas e recreativa na PPSA, Região Centro. Fonte: ICNB, (2007).

II. A RDS – Alcobaça no SE Pará – Amazônia Oriental, no Baixo Tocantins.

Os Mapas apresentados sobre os estudos de caso II – RDS – Alcobaça, foram projetados à escala de 1:240.000 e 1:480.000. Imagens: INPE/PRODES (2017), sob as bases (cobertura vegetal) SIVAM (1997), IMCBIO (2017), EMBRAPA (1989) e IBGe (2015). Figura 19.

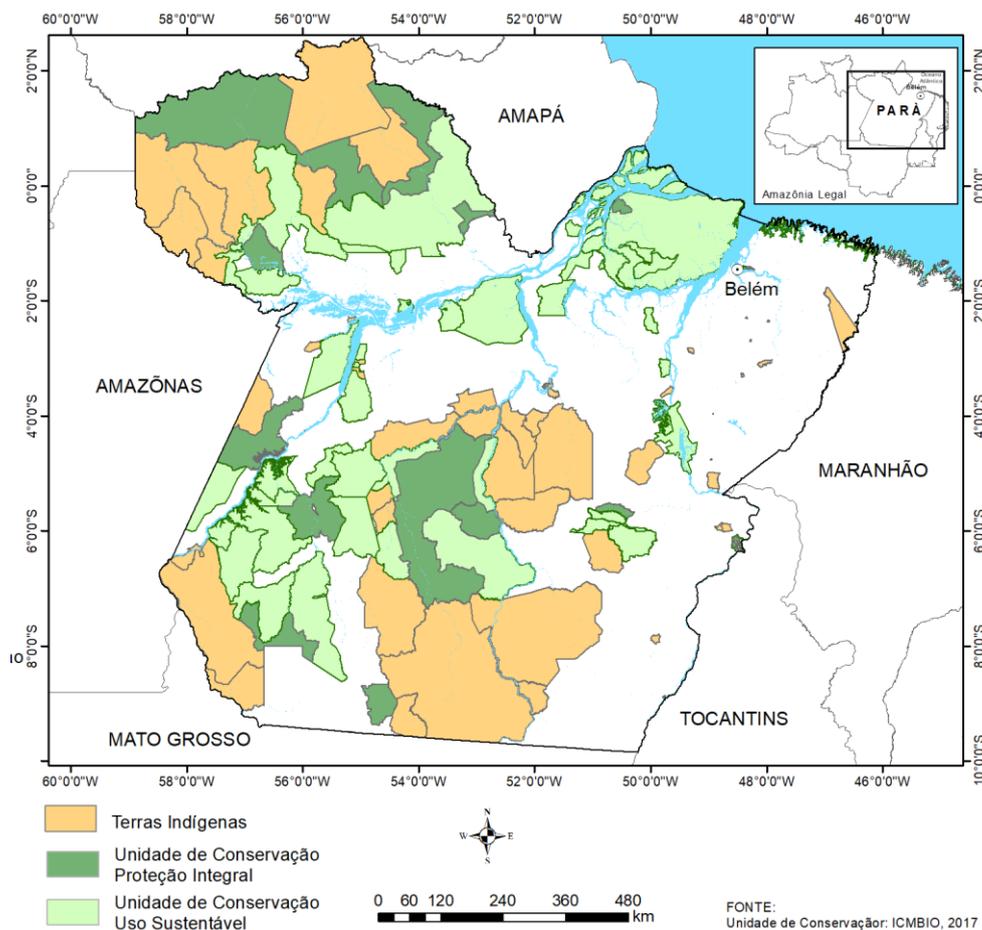


Figura 19. Enquadramento regional da área de estudo a RDS – Alcobaça no Pará. Fonte IMCBIO (2017).

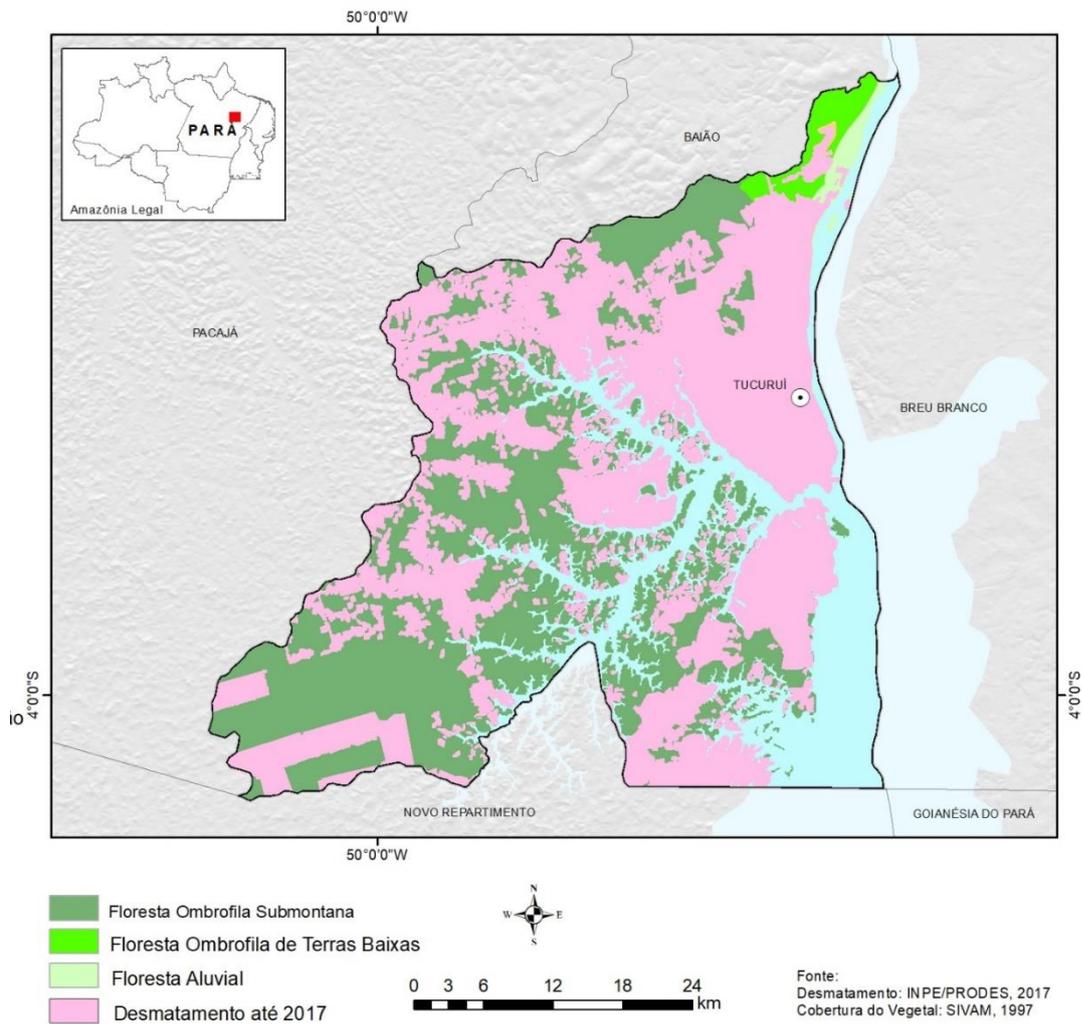


Figura 20. Aspeto da vegetação da RDS – Alcobaça, Sudeste paraense, Amazônia Oriental. Fonte: SIVAM, (1997).

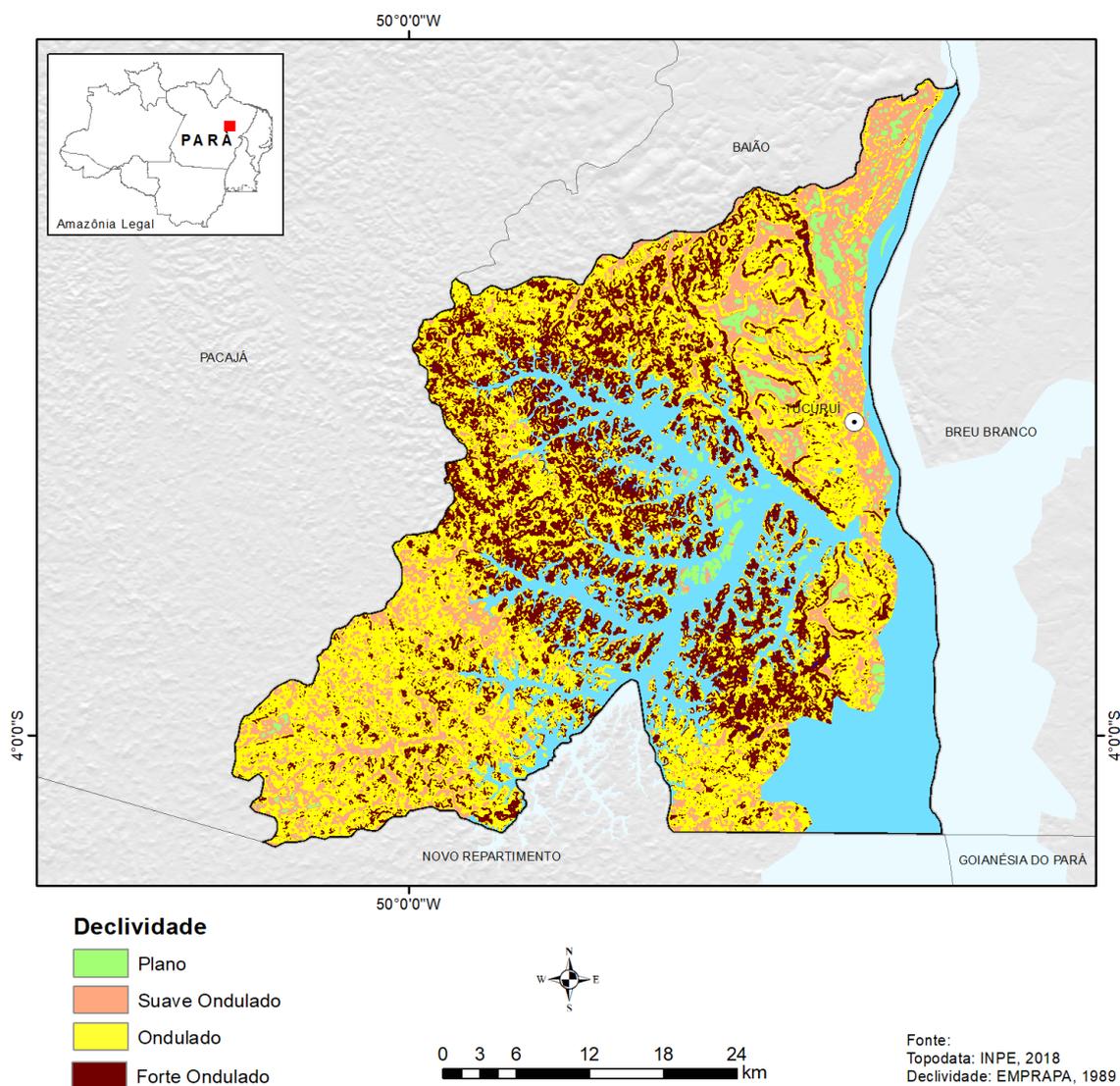


Figura 21. Aspetto da declividade e altimetria do terreno. RDS – Alcobaça no Baixo rio Tocantins. Fonte: INPE (2018).

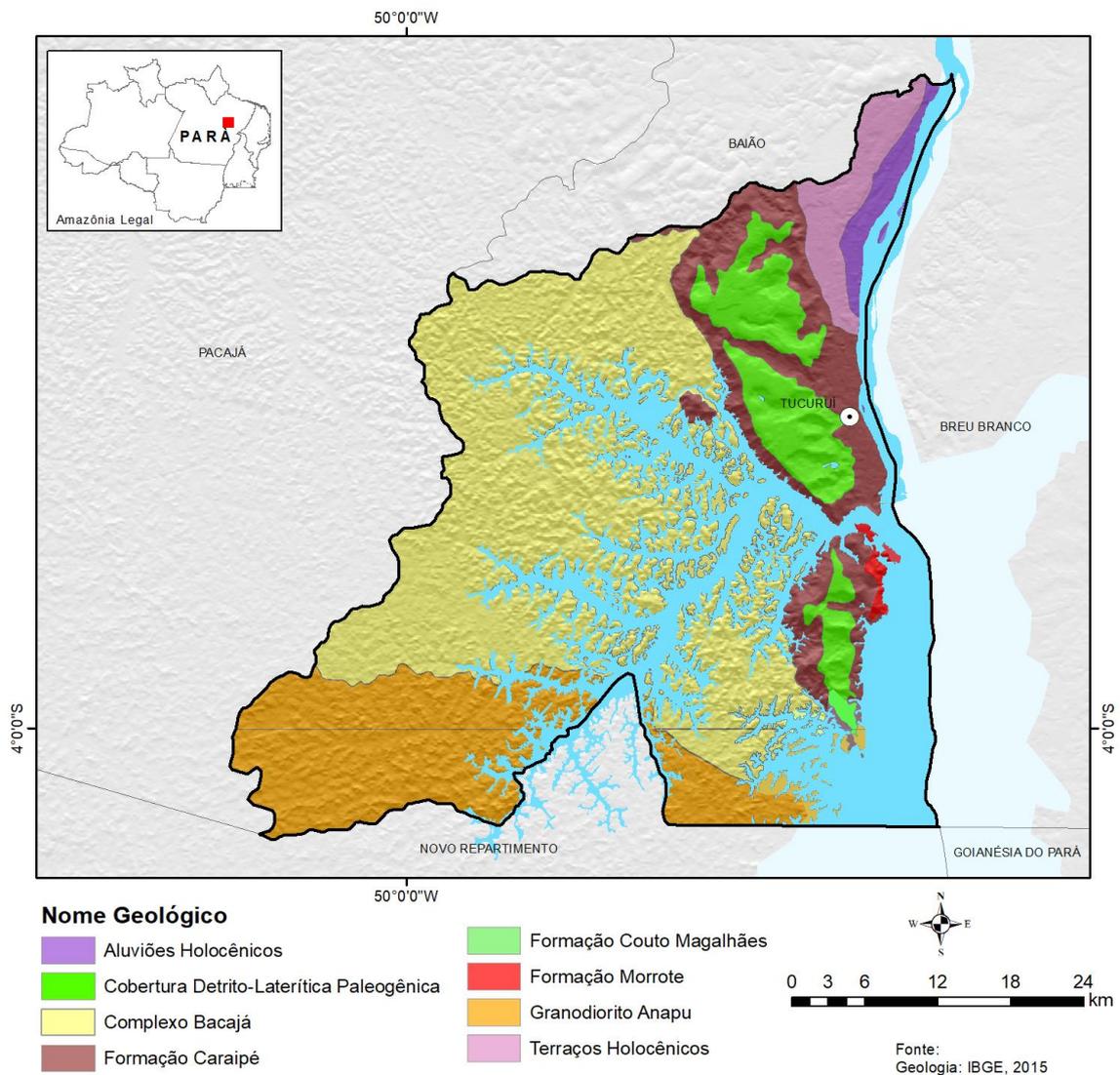


Figura 22. Aspeto da geologia. RDS – Alcobaça, Baixo rio Tocantins. Fonte: IBGE (2015).

3.3. O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Alcobaça, no Baixo Tocantins e dinâmicas territoriais.

A área a que refere a Reserva de Alcobaça, configura-se como um território remanescente dos impactos ambientais produzidos pela construção da barragem da UHT – usina hidrelétrica de Tucuruí, onde o rio Tocantins teve o seu curso normal das águas interrompido na altura da cachoeira de Itaboca (Tucuruí) em 1984, impactando ecologicamente territórios à montante e à jusante da barragem hidráulica (Figuras 23 e 24). Trata-se de um projeto iniciado na segunda metade da década de 1970, no Baixo rio Tocantins Sudeste paraense.



Figura 23 - Vista parcial das “ilhas” de Alcobaça. Figura 24 - Barragem da UHT. Fonte: acervo da autora. Dez., 2010.

Nos séculos anteriores essa região esteve dotada de muitos pedregulhos e pedras transparentes e coloridas, de cristais brancos e taliscas revestidas em ouro, que apareciam como formas de detritos das rochas cristalinas (embasamento cristalino).

O vale do Tocantins foi ocupado por diversos grupos indígenas, antes organizados em aldeias dos *Paracanãs*, dos *Apinayés*, dos *Jacundá*, dos *Pucuruis*, dos *Timbiras* e dos denominados Gavião (os *Pukóbye*, os *Parkatejê*, os *Kuykutejê*), como refere Hébette, (2004). Muitos sofreram os *descimentos* durante a colonização portuguesa.

Posteriormente, as populações cabocla e híbrida, passaram a viver da caça, da pesca, da coleta de frutos silvestres, em geral da prática do extrativismo da Castanha-do-Pará, espécie muito comum na área do entorno da represa hidráulica.

Trata-se de uma região dotada de imensos potenciais biogeográficos, com rica biodiversidade, por ser coberta pela floresta ombrófila densa e mista e por uma rede de canais Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

fluviais perenes, os recursos naturais necessários à permanência, sobrevivência e reprodução dos seres humanos.

No século XVII, XVIII e XIX, as mesorregiões do Médio e Baixo Tocantins, também teriam sido exploradas por religiosos portugueses, paulistas (bandeirantes) que desbravaram as áreas em busca de diamantes e ouro. Na época em *Alcobaça* (Tucuruí), em finais do século XVIII o governador José de Nápoles T. de Menezes teria ordenado a construção de um posto de fiscalização do escoamento do ouro e controle da fuga de escravos de Cameté e resistência de indígenas, como refere Rocha (2008).

Em finais do século XIX houve a dinamização da coleta do látex (borracha) nas seringueiras, sobretudo nas regiões de Ipixuna e Marabá. Na atualidade esse recurso é explorado e produzido em larga escala na Ásia.

Esse território habitado e construído pelas populações tradicionais, cabocla e de migrantes, em geral, nordestinos, nos anos seguintes a 1975, foi alvo de intensas alterações geográficas provocadas pela intervenção do Estado brasileiro aliado ao grande capital, para a dinamização do modelo de Desenvolvimento que se revelaram do tipo *Top-Down*.

Um modelo de Desenvolvimento, que do poder centralizado via Plano de Integração Nacional, passou a reorganizar os espaços e *modus vivendi* na região, através da introdução dos grandes projetos viabilizados pelo capital nacional e estrangeiro, com incentivos fiscais e endividamento interno através dos *suppliers credits*, cujo principal objetivo esteve na exploração dos recursos minerais existentes em reservas no subsolo do Pará - Marabá e do Maranhão. Esses Estados se configuraram como áreas de “fronteira aberta” na Amazônia oriental, planejados no PGC – Programa Grande-Carajás para se explorar o cobre, o ferro, o manganês, a bauxita, a cassiterita e o ouro, consoantes à exploração da madeira e dos solos, com a introdução da gropecuária.

Foi também pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – o POLAMAZÔNIA que se viabilizou grande parte das infraestruturas para a locação de famílias migrantes (em parte de sulistas e nordestinos) com o financiamento e créditos financeiros do governo para investimento nos empreendimentos (usinas siderúrgicas, a agropecuária, serrarias, madeiras, a agricultura de subsistência, a produção da monocultura e a construção de conjuntos habitacionais).

A população induzida para as áreas dos projetos, formada de pequenos e médios agricultores – camponeses, empreendedores e muitos aventureiros (em geral de nordestinos, mineiros, capixabas, goianos), em parte foram beneficiados pelos Programas induzidos de colonização, como os PICs – Projetos Integrados de colonização e os PADs – Projetos de assentamentos dirigidos. Outros submeteram-se as ilegalidades da grilagem, queriam Terras, para o gado, a agricultura de subsistência, a monocultura e, para construir na Amazônia.

Neste *status quo*, terras devolutas foram invadidas, outras griladas e tomadas de posse mediante as práticas de *roubalheiras*? Seja como for, foram grilos colocados em papéis para serem amarelados em gavetas. É certo que muitos chegaram com capital para a compra de Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

propriedades e construir a vida, nas terras localizadas, em geral, ao longo das principais rodovias. Processos acompanhados, posteriormente, pelos violentos conflitos agrários, que foram surgindo ao longo das décadas em meio ao “*salve-se quem puder*”.

Atores sociais, posteriormente, em parte, se deslocaram para a área do entorno do lago e da barragem da UHT³⁶ em busca de oportunidades, incluídos assim, nas dinâmicas territoriais socioeconômicas, socioculturais e sociopolíticas (re)produzidas em meio às paisagens e ecossistemas alterados. Em fato, causou os “inchaços” populacionais, sobretudo na área do projeto da UHT.

A escolha da rede fluvial da bacia Tocantins-Araguaia no trecho do Baixo Tocantins configurou-se, portanto, como uma área estratégica de exploração dos recursos hídricos, de apoio à logística capitalista industrial e dos processos de mais-valias, no que refere à geração de energia elétrica para a propulsão do modelo de desenvolvimento com base nos enclaves industriais, idealizados pelos pólos de crescimento, circunscrito no pensamento e na teoria da *polarização* de François Perroux, à época análoga à política de integração nacional e, em consequência, integrada aos cenários do mercado capitalista global.

Este foi um processo intensificado e consolidado pela abertura da rede rodoviária como a PA 150 (Belém-Brasília) interligada à PA 222 (Belém-Marabá-Brasília) e a PA 263 (Belém-Tucuruí-Maranhão), entre tantas outras, que foram abertas a formar um emaranhado mosaico em vias e redes de conexão geográfica espacial que vieram a dinamizar o Território ao longo das décadas.

3.3.1. Localização da área de estudo.

A figura 25 refere a localização e representação cartográfica da área de estudo – a RDS – Alcobaça, no Baixo rio Tocantins.

³⁶ A área que corresponde ao entorno do lago de Tucuruí é também denominada de “Região de Integração lago de Tucuruí” incluída no Plano Plurianual - PPI da SEIR – Secretaria de Integração regional do Governo Estadual e do Governo Federal via ELETRONORTE, cujo objetivo se concentra: no I. Ord. Territorial, regularização fundiária e na Gestão ambiental. II. Infraestruturas para o Desenvolvimento. III. Fomento às atividades produtivas sustentáveis. IV. Inclusão social e Cidadania. V. Modelo de Gestão (Desenvolvimento político e Institucional).

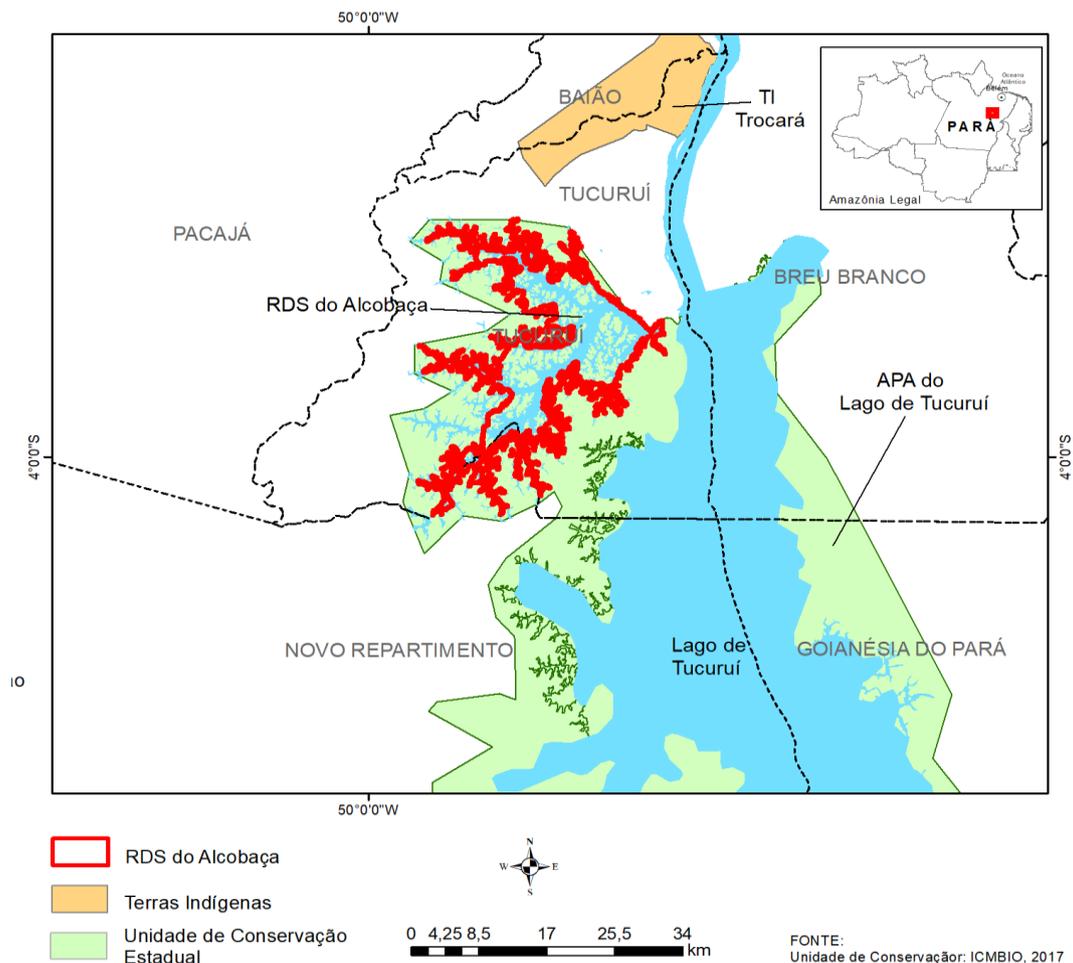


Figura 25. RDS – Alcobaça, Sudeste paraense. Fonte: ICMBIO, 2017.

A área de estudo se localiza na mesorregião Sudeste paraense, micro-região de Tucuruí. Neste território a união dos eixos fluviais da bacia Tocantins – Araguaia, extremo sententrional, formam o Baixo Tocantins, localizado quase que integralmente entre os paralelos 2° e 18° S, e os meridianos de longitude oeste 46° e 56° no Baixo rio Tocantins.

O rio Tocantins cobre parte dos ecossistemas amazônicos, ocupados pela floresta Ombrófila submontana e mista tropical de transição, e nasce no Planalto Central, numa altitude aproximada a 1.100 m na serra do Paranã a 60 km ao N de Brasília. Surge sob a denominação de rio Maraño, e assume o nome Tocantins na confluência com o rio Paranã, numa cota aproximada de 230 m., percorre aproximados 2.400 km, passa pelas (antes) corredeiras de *Itaboca* (local da barragem da UHT) e regiões contíguas Municipais e físicas (rios Moju e Capim) à jusante, até alcançar a foz da Baía de Marapatá no rio Pará confluência com o estuário e delta amazônico, imediações de Belém-do-Pará.

A geomorfologia do Baixo Tocantins apresenta uma depressão periférica, situada numa unidade de relevo em rochas pré-cambrianas, que abrange as áreas do pediplano pleistoceno de Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

dissecação fluvial (aplainamentos) em vales encaixados, onde são perceptíveis as colinas de topos aplainados em forma de *inselbergs* (morros isolados), que elevam suas cotas a S. O conjunto de terras baixas a colinosas em vales de encaixe, atingem a cota de 200 m de alt. nas imediações de Tucuuruí, onde se pode localizar a Reserva de Alcobaça.

A biogeografia regional corresponde a uma das regiões mais dotadas de potencialidades em biodiversidade, no que refere ao contexto geral dos ecossistemas amazônicos e, no que diz respeito a fitogeografia e a biogeografia do lugar. Este fato justifica a ocupação humana e sedentarismos muito antigos por populações indígenas e não indígenas, anteriormente à chegada dos primeiros grupos de estrangeiros – os colonizadores e *corsários*, e posteriormente à chegada destes, fato que facilitou os processos de miscigenação da população autóctone.

O Território da RDS – Alcobaça, configura-se, portanto, como um Território sobreposto, criado por lei Estadual nº 6451/02, e ocupa 16% da base territorial do Município de Tucuuruí e 3,94% do município de Novo Repartimento, sob as coordenadas geográficas 3° 45' Lat. S e 49° 41' Long. O.

O acesso a área se faz por via rodoviária, com percurso de pouco mais de 4 h a sair de Belém (400 km). Algumas das principais rodovias a PA 150 até Goianésia do Pará e a PA 263 segue-se até Tucuuruí.

A Reserva de Alcobaça localiza-se a 5 km a Oeste da Barragem de Tucuuruí, às proximidades da Reserva Pucuruí-Ararão em Novo Repartimento.

3.3.2. Aspectos geoambientais, riscos e atores envolvidos com a área de estudo.

O Baixo Tocantins constitui uma área situada na zona de contato entre dois grandes domínios geológicos assentes em rochas pré-cambrianas.

A aparecer o embasamento cristalino do complexo Xingu e o complexo das rochas metamórficas de baixo grau do grupo Tocantins, em domínios morfoclimáticos constituídos por planaltos e depressões periféricas resultantes da dissecação fluvial sob o pediplano pleistoceno, em vales encaixados em forma de *inselbergs* (morros isolados com cotas altimétricas máx. a 200 m altura) e colinas revestidas por solos em geral vermelhos-amarelos (latossolos), sobrepostos por florestas densas submontanas, o que inclui uma imensa faixa de floresta ombrófila, antes, dotada em rica biodiversidade, sob a influência do clima equatorial úmido a Oeste da Barragem Hidráulica da Usina Hidrelétrica de Tucuuruí – UHT. Todo esse ambiente, em grande parte, foi submerso pela barragem da usina em 1984.

A região das “*ilhas*³⁷” de Alcobaça refere a um ambiente pacato e de difícil acesso, coberto pelas águas do lago artificial da UHT, onde sobressaem as pontas de morros que foram ocupadas

³⁷ Morros isolados de diversas cotas altimétricas.

de forma irregular pela população de ribeirinhos, pescadores artesanais e de ex - expropriados rurais (lavradores) após o enchimento do lago em 1984.

A RDS Alcobaça, faz parte do Mosaico de áreas protegidas do lago Tucuruí, situado nas coordenadas 3°43'27" S e 4°52'38" de latitude e 49°11'53" W de longitude, onde se pode localizar uma Área de Proteção Ambiental – APA (em todo o entorno do lago), duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável – Alcobaça e Pucuruí-Ararão, e duas Zonas de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) a Oeste da Barragem.

O Mosaico Tucuruí inclui as áreas dos sete municípios do entorno do lago: Breu Branco (06,07 % da base física territorial em porcentagem total), Nova Ipixuna 03,30 %, Jacundá 10,09 %, Goianésia do Pará 14,00%, Novo Repartimento 41,40 %, Itupiranga 03,44 % e Tucuruí 19,94 %. A área total da Reserva de Alcobaça corresponde a 36.128,00 ha e a Reserva de Pucuruí-Ararão a 29.049,00 ha, com a inclusão de áreas indígenas relocadas, localizadas a Sul (TI Parakanãs e TI Mãe Maria).

O reservatório da UHT foi inaugurado em 1984 atingindo uma área de 300km para além da barragem que apresentou uma profundidade de 72 m acima do nível do mar, impactando toda a rede de drenagem a oeste de Tucuruí.

Para além dos impactos ecológicos (p. ex. alteração na calha do rio) à jusante foram atingidos diversos municípios (Mocajuba, Moju, Baião, Cametá) e aldeias indígenas à jusante e à montante do lago, que sofreram a perda de seus territórios, e posteriormente com os deslocamentos e remanejamentos territoriais como os Parakanãs e os Gaviões.

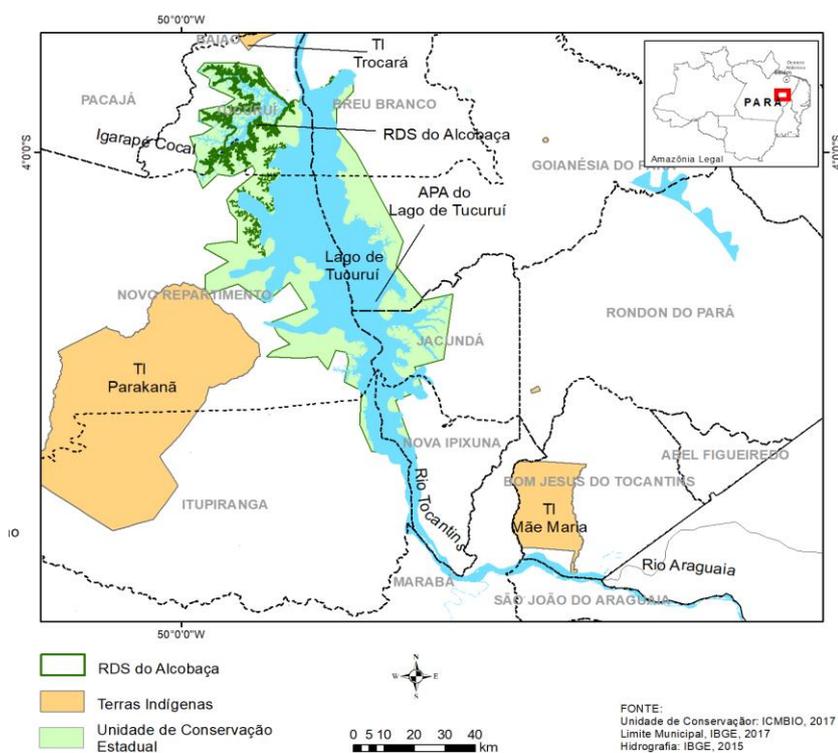


Figura 26. Representação cartográfica do Mosaico Tucuruí. Fonte: ICMBIO, 2017.

Nos anos que seguiram a 1990, o IBAMA esboçara algumas tentativas de criação de uma RESEX³⁸, fato que culminou com a formação de uma Comissão paritária instituída pelo Ministério do Meio Ambiente. A proposta de uma RESEX não deu certo, houve então a deliberação da criação da, então, RDS – Alcobaça, como solução para o ordenamento dos territórios do entorno do lago, assim como, para se valorizar o imenso potencial de recursos, postos em estoques de peixes, na diversidade florística dotada de espécies de frutíferas e madeiras nobres, e sobretudo, o controle e gestão dos conflitos socioambientais.

Assim, a Reserva de Alcobaça foi criada pela lei Estadual nº 6451/02, após um processo político de discussões entre partes: governos (Estadual e Federal), população local (movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias) e a Empresa subsidiária de energia (a Eletronorte), com estudos ambientais preliminares de impactos socioambientais e ecológicos, ocupações desordenadas, perdas, danos e muitos conflitos.

À época após a formação do lago (1985) a área foi ocupada, onde contou-se uma população de aproximados 3.000 habitantes, esta cresceu em números alarmantes com as ocupações desordenadas a partir de 1995 (Quadro nº 9).

Município	População
Breu Branco	52.493 hab.
Goianésia do Pará	30.436 hab.
Jacundá	51.360 hab.
Itupiranga	51.220 hab.
Nova Ipixuna	14.645 hab.
Novo Repartimento	62.050 hab.
Tucuruí	97.128 hab.

Quadro nº 9 . População circundante do Mosaico Tucuruí. Fonte: IBGE, 2010.

No ano 2010, houve da parte do órgão ambiental um novo levantamento demográfico, onde se constatou a presença de aproximados 7.000 habitantes para Alcobaça. Um número que correspondeu a 7 % da população total de Tucuruí.

³⁸ RESEX – Reserva Extrativista.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

Na atualidade o ambiente configurado pelas “ilhas” de Alcobaça continua a ser ocupado de forma desordenada e indiscriminada, um problema que resulta da falta de fiscalização ambiental e controle do território (ver fig. nº 76 - anexos).

Grande parte da floresta foi submersa pelo lago, problematizando a vida aquática e todo o ambiente.

Aparece na paisagem o que restou da floresta inundada, criando um cenário de “paliteiros” emersos, em forma de detritos orgânicos. É uma zona de risco ambiental para a prática da pesca artesanal, pois ainda podem encontrar grande quantidade de detritos imersos, que não foram retirados do ambiente aquático. Nesta zona do lago não se pode visualizar qualquer tipo de sinalização para o fluxo de embarcações.

De acordo com as figuras nº 27 e 28, observa-se zonas do lago impactadas pela ação antrópica, a imersão da floresta em detritos e, ainda, a construção de moradias em local inadequado.



Figura 27 - detritos da floresta emersa no lago RDS – Alcobaça e figura nº 28 - ocupação desordenada na RDS – Alcobaça. Fonte: Fotografias da autora. Maio de 2017.

Outro problema observado, resulta de um hábito coletivo comum: algumas zonas são utilizadas para banhos, o que se torna uma situação de eminente risco para residentes e visitantes, uma vez que não se pode ignorar o perigo constante de se encontrar animais perigosos, como as cobras, que descem das margens para o ambiente de águas livres represadas, em busca de alimentos, uma vez que na área alterada houve a quebra da cadeia trófica faunística.

Todo este território foi ocupado de forma precária pela população de ribeirinhos expropriados (pescadores, pequenos agricultores, ex migrantes nordestinos e remanescentes da população tradicional) deslocados da jusante e montante da barragem para Oeste (RDS – Alcobaça), um processo intensificado a partir da década de 1990.

Os impactos ambientais produzidos pela formação do lago da UHT não foram previstos nos estudos iniciais e nos planos práticos de viabilização do projeto. Este facto colaborou para a multiplicação dos riscos socioambientais e ecológicos, e ainda, para a marginalização ecológica Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

como efeito de expropriações mal indenizadas, perdas de pequenas propriedades agrícolas de subsistência, perdas de territórios de pesca à jusante, mobilidades e relocações inadequadas para a montante da barragem, inundações de territórios indígenas, o aumento expressivo da população local e a mobilização política comunitária com a dinamização dos movimentos sociais a envolver os diversos atores locais e extraterritoriais.

Ao longo dos anos vieram a surgir os complexos conflitos socioambientais, como reflexo da insatisfação popular, sobretudo, da parte da população marginalizada e não absorvida pelo projeto e mercado de trabalho, em consequência há no imaginário popular a naturalização dos problemas ecológicos e ambientais.

Segundo Thomas Homer-Dixon (1999), em tese, problematiza a privatização relativa através da *resource capture* estratégicos e indispensáveis à sobrevivência humana no território, que apropriados por grupos dominantes, deixam em desconforto ambiental as populações mais empobrecidas, processos que geram os déficits ambientais (conflitos e inseguranças) e, a consequente ecologia da marginalização, mediante os processos de remanejamentos a gerar os deslocados ambientais e as sobreposições de territórios das comunidades locais, questões correlacionadas as externalidades locais e aos grupos sociais: étnicos-culturais, políticos e econômicos locais e extra locais. O autor desenvolveu estudos de caso (em equipe) em diversas regiões de África, Oriente Médio e América Latina sobre as condições de pobreza, conflitos, violência e degradação ambientais locais.

Na micro-região de Tucuruí, estes conflitos envolveram a mobilização e a mediação dos seguintes atores: os órgãos governamentais, a organização política em Sindicatos, colônias de pescadores, MaB – Movimento dos atingidos pela Barragem, pelo CNPT – IBAMA – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações locais, pelo conselho Gestor do Mosaico, a ELETRONORTE, o IDEFLOR-Bio, o Centro Agroecológico de Educação popular, as associações comunitárias, pelas Prefeituras locais, pelas Instituições Financeiras bancárias, pelas ONGs, grupos de Ambientalistas e Empresários locais (madeireiros, pecuaristas, pequenos agricultores), pela Universidade (UFPa) e o CAT – Centro Agro-Ambiental do Tocantins, pela população tradicional de remanescentes, pela CPT – Comissão pastoral da terra, e pelos *mass média*.

Estes problemas, associados a outros diversos, como: reforma agrária e a posse da terra, violência no campo e a expropriação agrária, envolvem diretamente as áreas protegidas que estão na influência geográfica do lago, ou seja, as comunidades locais circundantes.

No decorrer do tempo, alguns dos muitos conflitos foram dirimidos através da aquisição de financiamentos em créditos financeiros, práticas orientadas e alternativas de manejo e exploração de recursos naturais, do envolvimento e da participação popular no conselho gestor, do ordenamento fundiário, da viabilização de serviços e infraestruturas, da intervenção do Ministério Público. Outros planos ainda estão na pauta política e econômica do órgão ambiental, como a aplicação do Plano de Manejo das áreas. Esta é uma demanda muito antiga, ainda não solucionada.

Nos anos entre 2004 e 2008 houve a contratação de Empresa (o POEMA³⁹ - UFPa) para o desenvolvimento de projetos Agroflorestais – os SAFs: Sistemas agroflorestais, junto as comunidades de Alcobaça e Pucuruí-Ararão, com objetivo do manejo dos solos, conservação da biodiversidade e educação ambiental, uso sustentado dos solos e prevenção de erosões.

A figura abaixo, refere ao aspecto do cultivo consolidado de espécies adaptadas (exóticas) em sistema agroflorestal e problemas ambientais que surgiram ao longo dos anos, com a desagregação dos solos frágeis em função do plantio em áreas inadequadas, as margens do lago, em cultivos deliberados pela população local.

Um problema que surge como um processo de degradação do ambiente aquático devido a constância de despejos de lixo orgânico a causar o açoreamento do lago.



Figura 29. Cultivo às margens do lago. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

Na atualidade, o território inundado, configurado pelas “ilhas” de Alcobaça, ou seja, pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, a 5 km da barragem hidráulica, está ocupada pelos deslocados ambientais, em parte, pescadores e colonos que foram atingidos à jusante.

3.3.3. Ações comunitárias e aspectos da qualidade de vida no lugar.

A população residente em Alcobaça, na atualidade vive sob a influência do estatuto de proteção, fato que veio a democratizar o diálogo com o Estado, um aspecto positivo que, em tese, favorece a educação ambiental, a melhor consciencialização ecológica, a reivindicação politizada

³⁹ Programa “Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia”.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

e legitimada, encaminhamentos de demandas socioeconômicas para se auferir as melhores condições de vida no território, embora em meio a quadros crônicos de pobreza, isolamentos e de riscos ambientais.

Ao longo dos anos, o Estado tem se mobilizado, via interlocução com a população, no sentido da resolução de problemas comuns. Onde há da parte do órgão gestor a administração de atividades a serem desenvolvidas com a comunidade, planejadas em cronogramas de atividades produzidos anualmente e discutidos em equipe em tempos distintos, onde consta o planejamento de reuniões mediadas pela equipe de técnicos⁴⁰ e pessoal operacional de apoio permanente na sede do IDEFLOR – Bio em Tucuuruí, localizada às margens do lago, de visitas regulares a região das “ilhas”, reuniões do Conselho gestor, reuniões e a articulação com autoridades políticas municipais, articulação política com os órgãos municipais, ações ambientais de fiscalização e levantamentos socioeconômicos, declarações de moradia, disciplina de uso dos recursos naturais e acordos de pesca. Em geral, ações que devem ser coordenadas pela Gerência das Unidades, no sentido da proteção a natureza, conservação de recursos e a promoção da qualidade de vida das comunidades envolvidas. O contexto da pesca artesanal na Reserva de Alcobaça lago de Tucuuruí no Baixo rio Tocantins (figura 30).



Figura 30. Aspecto da região do lago Tucuuruí. RDS – Alcobaça. Fonte: Fotografia da autora. Maio 2017.

Na Reserva de Alcobaça, existem 12 comunidades distribuídas pelas diversas “ilhas”, onde a população conta com os serviços de Educação básica do 1º ao 9º ano na comunidade de Água Fria. Embora, não tenha se verificado nenhum tipo de sinalização de localização de áreas,

⁴⁰ Na atualidade as reservas contam com uma equipe técnica em nº de 07, todos de nível superior, entre: Assistentes Sociais, Engenheiros de Pesca, Biólogo, Agrônomo e Engº Agrônomo, e alguns funcionários de apoio na sede em Tucuuruí, cedidos pela prefeitura, assim como alguns veículos que também são cedidos pela prefeitura de Tucuuruí.

ou mesmo placas e avisos de atenção e cuidados na Reserva em relação ao uso do solo e do ambiente aquático.

A principal escola da reserva, localizada na comunidade, foi reformada em 2013, onde se construiu sete salas de aula e alojamento aos professores (atualmente em número de 07) que moram nesses alojamentos de segunda a sexta-feira, em função da dificuldade de mobilidade diária até o núcleo urbano de Tucuruí.



Figura 31 e 32. Aspetto da escola local. Fonte: acervo da autor, 2017.

A unidade escolar, que atende alunos de diversas comunidades da Reserva foi renovada pela prefeitura de Tucuruí com apoio do governo Estadual, onde, nesta os funcionários estão atrelados à prefeitura. Para além dos professores, conta com atendimento pedagógico de três técnicos e demais profissionais de apoio. As figuras a seguir, referem a unidade escolar local, localizada em Água Fria – RDS – Alcobaça.

Segundo o coordenador pedagógico a escola já foi muito precária, onde havia apenas duas salas de aula em alvenaria e poucos alunos. Nos anos de 1980 era uma casinha de palha, hoje são em 290 alunos, que são atendidos em dois turnos e contam com transporte escolar gratuito, viabilizado pela prefeitura de Tucuruí.

Em contexto geral, na RDS Alcobaça, há mais duas escolas pequenas, uma na comunidade de Piquiá e outra na comunidade de Ouro verde.

Não se verificou, na reserva, a edificação de igreja católica, embora, tenha se verificado a construção de duas igrejas para a prática religiosa. Aqui, neste caso, de orientação protestante.

As comunidades desfrutam de uma vida “pacata”, reflexo do isolamento geográfico e da tranquilidade do ambiente. Constróem suas próprias habitações, em geral em madeira, onde se aproveita os recursos da floresta, entre artefatos associados aos conhecimentos adquiridos para se estabelecer as relações construtas com o meio ambiente.

O trabalho se faz por gênero, onde os homens vão à pesca ou à caça, constroem e renovam as habitações. As mulheres cuidam dos afazeres domésticos e da educação das crianças, até atingirem a idade escolar (aos 7 anos), quando estas começam a frequentar a escola em tempo parcial.

As atividades comuns ficam por conta da agricultura de subsistência, onde se cultiva hortas, plantam-se batatas-doce, macaxeira, acerolas, bananas, limões e sobretudo os roçados da mandioca, onde as famílias produzem a farinha de mandioca, em pequenas casas de farinha anexas ao domicílio, para o próprio consumo, e a venda de excedentes na cidade, uma fonte de renda alternativa para a economia familiar.

A caça na floresta, a pequena criação de gado (bovinos), a criação de aves e a produção de ovos nos quintais, são atividades complementares à pesca, para a resolução das necessidades protéicas diárias.

Há casos em que algumas famílias ficam mais expostas a riscos ambientais, que surgem em função dos descasos e falta de orientação técnica da parte da gestão ambiental. Constroem habitações muito próximas ao lago, em áreas conjugadas com as plantações de roçados e fossas sépticas às adjacências, um problema que pode significar em riscos de contaminações, sobretudo, da população infantil e má qualidade de vida. As figuras a seguir, representam o aspeto da prática da agricultura de subsistência na RDS – Alcobaça e risco ambiental com a construção de fossas improvisadas as margens do lago.

Em trabalho de campo, observou-se que o consumo de água se faz com a água do próprio lago, de onde se faz a coleta para beber, cozinhar e outras necessidades diárias. Este é um problema que afeta diretamente a saúde das pessoas, sobretudo, das crianças, facto confirmado pelo IDEFLOR-bio. Logo, a qualidade da água representa na realidade um problema que compromete a qualidade de vida dessas comunidades.



Figura 33 – Residentes em Alcobaça e figura 34 – aspeto da atividade da agricultura de subsistência dos residentes locais (plantação de roçado de mandioca). Fonte: Fotografias da autora, Maio de 2017.

As figuras 33 e 34, referem ao uso e ocupação do solo na Reserva de Alcobaça, no contexto do lago Tucuruí. Representam o aspeto da prática da agricultura de subsistência e o risco ambiental com a construção de fossas improvisadas as margens do lago. Um problema que afeta a qualidade da água no lugar

Em Alcobaça a principal fonte de alimentação das comunidades, está no lago, onde (nas rabetas⁴¹, ver figura 69 - anexos) se pesca de forma artesanal as diversas espécies: os curimatãs, as pescadas-brancas, os tucunarés, os barbados, os surubins, os mandís-moelas, os jaús, os acarás, os apapás, os jacundás, entre outras. Embora as comunidades, também utilizem a carne bovina, a de aves e de animais silvestres (pacas, cutias, iguanas, entre outras). Onde, também, se faz a coleta de frutos silvestres da própria floresta, para se compor e complementar as dietas alimentares. Colhem o acaí, a bacaba, tucumãs, bacurís, e o fruto dos remanescentes de castanheiras – a castanha-do-Pará.

No contexto das comunidades não há fornecimento de energia elétrica e, a iluminação no horário noturno, ainda se faz de lamparinas. O armazenamento do excedente de peixes se faz em caixas de isopor, ou em salgas do peixe. Observa-se que, o fornecimento de energia de forma convencional através dos cabos condutores não é viável, dado o risco muito elevado no que concerne a probabilidade de acidentes.

Não existe a oferta de serviços de saúde em Alcobaça, que se busca em Tucuruí, no posto de atendimento, localizado próximo à entrada da Reserva.

Todos os aspectos observados, ao que se refere as condições de vida das comunidades e consequentemente a qualidade de vida a que desfrutam, podem ser analisados apenas de forma mais ampla, uma vez da dificuldade que tivemos em fazer os percursos mais frequentes, para assim, se chegar a dados em pormenor, como por exemplo a real situação atual de demografia da região. É um trabalho difícil de se concretizar devido a extensão geográfica da área e, a dificuldade de se compatibilizar tempo e recursos a que se teve acesso.

Contudo, os percursos feitos e os contactos estabelecidos com alguns dos atores que se dispuseram em nos fornecer alguns dados, nos possibilitaram chegar a algumas conclusões mais concretas acerca dos processos de *empowerments* que vieram a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes nessa área protegida, ao longo do tempo, desde os primeiros contactos (2010) que tivemos com a população e, com os processos de gestão ambiental na área.

Em Alcobaça o tempo se limita ao da colheita da roça, ao tempo da pescaria, ao descanso que se faz na sesta diária em embalos na rede de dormir, ou ao movimento de vida das crianças. Curiosamente, o tempo de vida corre em ritmos desiguais (mais lento), com o maior proveito dos tempos livres, em comparação ao que se pode observar com o que ocorre a 5 km com os *modus vivendi* na cidade mais próxima – Tucuruí.

⁴¹ São embarcações em pequeno porte (motorizadas), utilizadas pelos residentes para diversos fins.

Aqui, o tempo amazônico é o do “isolamento” e do aparente sossego, que se tem preservado ao longo de décadas.

Os governos, tanto os Municipais, quanto o Estadual – representado pelo órgão gestor, fez feitos esforços no sentido da inclusão e cidadania para minorar os impactos socioambientais, sobretudo, no que refere aos serviços de Educação básica (nas séries iniciais), o que implica numa melhora na qualidade de vida para a população infantil, cuja demanda se limita do 1º ao 9º ano. Entretanto, em contexto mais amplo, se pode concluir que a população de jovens, que deveriam estar atendidos pelas séries finais do ensino Básico, ainda vivem os processos de exclusão e de *empowerments*, uma vez oriundos de famílias de pescadores e de agricultores que vivem da subsistência, logo, o que torna difícil manter os gastos com mobilidades diárias para o núcleo urbano mais próximo para continuar os estudos.

Outras atividades econômicas desenvolvidas pela população local, que estão a significar o acúmulo de capital para determinados produtores, se registram como um aspecto positivo, consoante a melhoria de aproveitamento racionalizado dos recursos naturais existentes. As figuras (figs. nº 35, 36, 37) mostram a ocupação do solo e uso dos recursos hídricos em investimentos econômicos na criação de peixes em tanques rede e no turismo ecológico, atividades que geram renda e capital na RDS – Alcobaça.



Figura 35 – a pesca em tanques rede na RDS - Alcobaça, figura 36 – a pesca em tanques redes na RDS - Alcobaça, figura 37 – aspecto da infraestrutura para a prática do lazer e do turismo de pesca na RDS – Alcobaça. Fonte: Fotografias da autora. Maio, 2017.

O exemplo da criação de peixes em tanques redes e o incipiente estímulo ao turismo ecológico da pesca esportiva (na “ilha do sol” e “espelho d’água”, comunidade Acapú I) geram renda e capital aos investidores e valorizam as potencialidades naturais no contexto geral da Reserva.

Em entrevista ao Engenheiro de pesca, se verificou que não existe um trabalho efetivo da parte do órgão gestor do controle diário da quantidade de pescado que sai do lago da UHT-Tucuruí, onde para além da pesca artesanal (feito em rabetas) e da pesca realizada em barcos Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

maiores, existe no interior do lago a produção de pescado em tanques redes através de projetos alternativos sujeitos aos vários condicionantes: ambientais e creditícios.

Contudo, há a intenção de se zonear as áreas de pesca, para o ordenamento da atuação das colônias de pescadores no lago. Na atualidade, o controle do manejo da pesca no lago se faz com os “acordos de pesca”, com o respeito ao período de defeso (período de reprodução de espécies e pagamento de subsídios aos pescadores).

3.4. Caracterização da Paisagem Protegida da Serra do Açor, Região Centro de Portugal.

Em Portugal grande parte das áreas protegidas se concentram em contexto rural, territórios que na atualidade passam por múltiplas transformações socioeconômicas, socioculturais e ambientais, com efeitos positivos e negativos (como a descaracterização dos lugares, sistemas ecológicos e o êxodo rural).

Por outro lado, no que concerne aos processos de reconfigurações espaciais, estes são inovadores e de atrativos multifuncionais, de efeitos positivos sobre o turismo sustentável de natureza, são espaços silvestres, bucólicos, localizados na montanha mediterrânica, que se integram nesse contexto.

As áreas protegidas, significam os novos recortes territoriais (institucionalizados), novos instrumentos de ordenamento do território e, mais um produto no contexto das mais-valias econômicas para os rurais, neorurais, e a população turística que buscam nesses espaços o consumo dos produtos *terroir*⁴², “típicos do lugar”, e as vivências mais próximas com os valores ditos ecológicos, onde se pode vislumbrar sob os diversos olhares, o futuro sustentado, posto na identidade, nas memórias e no desenvolvimento das paisagens naturais dotadas de singularidades, de potencialidades cênicas, econômicas produtivas, de história, de objetos espaciais modernos e antigos, de estéticas paisagísticas e culturais, de qualidade ambiental e cuidados, mas, também de fragilidades ambientais inerentes ao ordenamento e a gestão do território.

Os ambientes de montanha congregam os cenários raros de chuvas e abundantes de sol, ar puros, odores, espantos e miragens, repletos de brisas frescas e *ethos* cordiais.

⁴² Este termo refere à regulação e marcas de produtos agro-alimentares típicos do lugar (queijos, pães, geleias, doces diversos, mel, entre outros). Embora tenha surgido no século XIX e XX em França e Itália, através de procedimentos legislativos para se regulamentar as marcas de produtos como o vinho. Desde o século XVIII, a região do Dão em Portugal, um território de referência para se produzir vinho. Com o enfoque no saber-fazer (cultural) e nos aspectos bio-físicos naturais do lugar. Em Portugal, são produtos de regiões classificadas nos DOP – Designação de Origem Protegida. Livro de Actas (2010).

Na literatura grego/romana lugar de morada - *Odeon* e *Abaton*⁴³. Em contexto, a considerar as paisagens naturais, também, dotadas de harmonias e inspirações poéticas interessantes, de *topoflias*⁴⁴ e *autopoiese*. Mas, de críticas sociais como na literatura portuguesa de Aquilino Ribeiro, em uso de linguagem literária sob narrativas autênticas de raiz, ora densas e curiosas, ora engraçadas e afetuosas, por vezes, descontraídas e sensibilizadoras, levando o leitor à compreensão sobre as adversidades e as volúpias das condições naturais, das vivências e das condições humanas no ambiente rural e serrano.

3.4.1. Conceito de Paisagem Protegida, Dec. 19/93 e base cartográfica – PPSA.

Uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da natureza que evidencia grande valor estético ou natural. A sua protecção têm por efeito possibilitar a adoção de medidas que, a nível regional e local, permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica.

A Paisagem Protegida é, portanto, uma área demarcada para fins de protecção pelos potenciais naturais relativamente preservados da fauna e da flora típicas do lugar, e ainda, pelos potenciais cênicos, paisagísticos estéticos e ecológicos: relevo, clima, bioclimas, solos, subsolo e recursos hídricos. Constam nos planos e programas como espaços estratégicos para a conservação da natureza e sistemas culturais simbólicos e identitários conservados e preservados ao longo das gerações humanas. O texto abaixo, refere a algumas das características geoambientais da Serra do Açor, na Região Centro de Portugal.

Coisas sobre a Serra.

O inverno no Açor é que é inverno

O inverno no Açor é bem o inverno

⁴³ Na Grécia “*Odeon* – local onde se podia ouvir música tranquilizadora e eram lidos poemas de enlevo” (...) *Abaton* - santuários onde os enfermos dormiam para terem sonhos de comunhão com a divindade que os tocava e curava. Boff. (2012).

⁴⁴ Tuan, Yi-Fu (1980) refere a Topofilia como um termo que associa sentimento ao lugar. Em Boff (2012) este termo aparece como “amor ao lugar onde mora e onde constrói seu jardim”.

É o bem viver nem que seja para estar só e não morrer só quando o fim chegar, ainda que chegue no inverno
É observar os Papa Gaios por entre os carvalhos e vertentes, mas, não no inverno porque semear e plantar é sustentável para o inverno
A quanto tempo se tem invernos no Açor?
Lenhadores, carpinteiros e artesãos da floresta viveram alguns invernos no Açor
Sob as esfumaçantes neblinas frias que cobriam os imensos vales no Açor
Ou foram os suevos, romanos, íberos e sarracenos que viveram os invernos no Açor?
Nas cabanas rústicas e frias em xisto eles viveram invernos no Açor
Por entre paisagens *shan-shui* em meio as fraturas, planaltos e linhas de águas
Ainda se vive os invernos nos pequenos sobrados e casebres em pedras de cores castanhos em meio ao labirinto de vielas e fachadas em xisto e granito no Açor
Os turistas, também, vivem os invernos do Açor
O inverno no Açor é mais frio que qualquer outro inverno
Os invernos que ali se passam são, também, mais quentes que outro qualquer inverno
Os invernos dos que foram (são) felizes ao pé das lareiras aquecidas à lenha
De pães, doces de romãs, avelãs, castanhas e chás com mel...
nos invernos do Açor.

Texto da autora adaptado de “Literatura Explicativa”⁴⁵.

A Paisagem Protegida da Serra do Açor constitui uma área protegida instituída pelo Dec. Lei nº 67/82 que, à época, se limitou aos limites da Mata de Margaraça. Na atualidade essa área protegida faz parte do contexto geral do Complexo do Açor, o que inclui a Rede Natura em pontos/cumes de São Pedro do Açor, Pico da Cebola e Penedos de Fajão, com a extensão de 1.363 ha (Res. 76/00).

A paisagem protegida e a Rede Natura da Serra do Açor, se inserem no sistema topográfico altimétrico da cordilheira central, com altitudes máximas de 1.346 m, num cenário de várias elevações montanhosas onduladas em meio a falhas, dobramentos e fracturas, onde se apresenta em profundos vales e vertentes inclinadas, em função dos processos neotectônicos antigos, *apud* Lourenço (2013).

Os aspectos fisiográficos são marcantes, e a ocupação humana data dos tempos pré-históricos, segundo documentos de gravuras rupestres encontrada numa lage de xisto em

⁴⁵ Ruy Belo (2000).

degradação, localizada na estação arqueológica as proximidades da PPSA e a aldeia de Sardal – Barroca do Vale – Carcavão, *apud* ICN (2007), outros estudos revelam que a revolução Neolítica (invenção da agricultura e da pastorícia), dinamizaram esta Serra, com o surgimento do patriarcado, a predominar os valores masculinos e a dominação sobre a natureza, a aproximados 9 mil⁴⁶ anos, *apud* ICNF (2017).

No século XII, essa cordilheira central foi denominada por serra do Ermio⁴⁷, hoje o contexto geral se divide em Serra da Lousã, Serra do Açor e Serra da Estrela.

Os séculos XII ao XVII⁴⁸, foram dinamizados pela pastorícia, agricultura, a carvoaria e a construção naval, de onde saíram madeiras para a construção de *naus e caravelas* que navegaram para o Brasil e África no tempo dos descobrimentos.

A PPSA apresenta particularidades em termos de classificação de unidades de paisagens, *apud* ICN (2007), com destaque para: a aldeia de Pardieiros, os socalcos agrícolas do entorno desta aldeia, a Fraga da Pena, os matos baixos e altos (giestas, urzais), pinhais, as folhosas e a incipiente comunidade de neorurais (estrangeiros – belgas, alemães e ingleses) nos vales de encosta.

A Mata de Margaraça pode ser observada de pontos mais altos da Serra, utilizados como miradouros naturais, como o ponto observatório localizado na Aldeia Monte Frio, utilizado por turistas e a população local (figura 38).



Figura 38. Miradouro da Mata de Margaraça e Aldeias adjacentes. Fonte: fotografia da autora. Setembro, 2016.

⁴⁶ Informação exposta em painéis informativos, colhidas em trabalho de campo na sede do ICNF na mata de Margaraça. Setembro, 2016.

⁴⁷ Informações colhidas na sede do ICNF – Mata de Margaraça. Set., 2016.

⁴⁸ Informações em exposição na sede do ICNF – Mata de Margaraça. Setembro, 2016.

Na Idade Média, a Mata original mediterrânica foi intensamente explorada e devastada e era constituída por espécies de carvalhos – o alvarinho (*Quercus Robur L.*), castanheiros (*castânea sativa Miler*), a aveleira (*corylus avellana L.*), a cerejeira brava (*Prunus avium L.*), o sobreiro (*Quercus suber*), o carvalho-roble (*Quercus-robur*), hoje aparecem as várias formações de pinhais, castanheiros, medronhais, urzais e giestais. E uma fauna insígne: o javali (*Sus scrota L.*), o ginete (*genetta genetta L.*), a coruja-do-mato (*Strix aluco L.*), o açor (*A. Gentilis L.*)⁴⁹.

Muitas outras espécies já extintas e inventariadas concentravam-se em grande parte na Mata de Margaraça, mas também, pelas encostas da Serra. Os remanescentes desta Mata, estão classificados atualmente como uma Reserva Biogenética pelo Conselho Europeu, por, ainda, possuir propriedades faunísticas e florísticas muito singulares, fatores condicionados pelo bioclima e solos.

Em 1937, segundo Lourenço (2013) H. Lautensach classificou a Cordilheira Central como um conjunto regional independente, e foi denominada de “serras Centrais Divisórias”, que separavam a “Beira Alta” da “Beira Meridional”. Ao citar O. Ribeiro, L. Lourenço refere às serras de Xisto numa dinâmica de integração com a Cordilheira Central, a sub-região mais meridional do norte Atlântico, uma divisão que se traduziria de forma mais eficaz à realidade regional, o que para O. Ribeiro “*deve a sua massa e altitude o poder ligar-se ainda às regiões Atlânticas, de que forma uma espécie de promontório*”, *apud* Lourenço (2013).

Segundo H. Lautensach (2000, p. 149) a Serra “*é constituída por dois sistemas montanhosos, separados pelo Zêzere e alinhados rumo à NE-SW*”, de forma imponente o Açor se inclui nesse complexo da parte ocidental da cordilheira. E ainda descreve algumas das características geomorfológicas e de posição geográfica, da seguinte forma:

Os dois terços ocidentais do sistema NW são constituídos de Xistos argilosos e grauwackes pré-câmbricos, e formam uma montanha média, que só acidentalmente ultrapassa 1.200 m, e que é recortada por numerosos vales encaixados de vertentes rectilíneas. Perpendicularmente à direção geral do sistema, correm algumas cristas quartzíticas de dureza, cujo denteado bravio sobressai dos panaltos e cumes de Xistos argilosos. Uma destas cristas, a do Penedo de Góis (1.043 m) separa o terço SW, ou serra da Lousã (1.202 m), do terço do meio, ou serra do Açor (1.346 m). As serras de Xistos, terminam aproximadamente ao longo da linha Seia-Tortozento, que não atinge em lugar algum 1.000 m de altitude. É muito aconselhável limitar o nome “Serra da Estrela” ao último terço do sistema, que fica a NE e é

⁴⁹ O açor (*A. Gentilis L.*), constitui a ave silvestre símbolo da Serra, onde ainda se pode observar a distribuição rarefeita pela paisagem em raras aparições.

constituído quase unicamente por granito (...) (...) a 1.991 m de altitude”, *apud* O. Ribeiro & H. Lautensach (2000, p. 150).

Lourenço (2013, p. 40) situa a Serra do Açor, como:

De orientação geral NE-SW, elevam-se sobre a plataforma do Mondego, situada a noroeste e sob a superfície de Castelo Branco, localizada a sueste, desenvolvendo-se por cerca de 2954 km² de extensão (...) (...) estes relevos correspondem a um *host* complexo, motivo porque a sua delimitação não se escuda apenas em critérios topográficos e litológicos, mas assente fundamentalmente em aspectos tectônicos, os verdadeiros responsáveis pelo soerguimento destas serras e, por isso mesmo, pela existência de suas formas salientes.

Na atualidade, em termos político e administrativos, a Serra do Açor se integra à sub-região interior do Pinhal, Distrito de Coimbra, Conselho de Arganil, Pampilhosa da Serra e Oliveira do Hospital, *apud* (ICNF, 2017).

No contexto geral da Serra do Açor e, em meio as paisagens naturais, são inúmeros os aglomerados humanos que aparecem de forma rarefeita, por entre os planaltos, vales e vertentes. A contar com a aldeia Histórica do Piódão, visitada no contexto do turismo de Natureza e Montanha.

A pensar na essência do território e das paisagens, esta perpassa pela compreensão das complexidades urdidas nas interrelações e interconexões, das redes e infraestruturas espaciais simbólicas e culturais construídas ao longo de gerações, de signos e *modus vivendi* que interligam o território num todo articulado, tal qual uma bela figura de mosaicos que se apresentam em desenhos e interessante bordado feito de mil fios coloridos⁵⁰.

As rochas em Xisto, ao longo das inúmeras gerações são utilizadas para diversos fins, a aparecer na paisagem os muros em socalcos, as pontes, as fachadas das habitações, diversas ruínas, escadarias, vias alcatroadas em xisto, antigos alpendres, e outras construções abandonadas e degradadas.

As figuras 39 e 40, referem ao aspeto do simbólico e das dinâmicas geográficas (tempo-espço) dos objetos geográficos expressos na paisagem da Serra do Açor.

⁵⁰ Boff (2012)

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

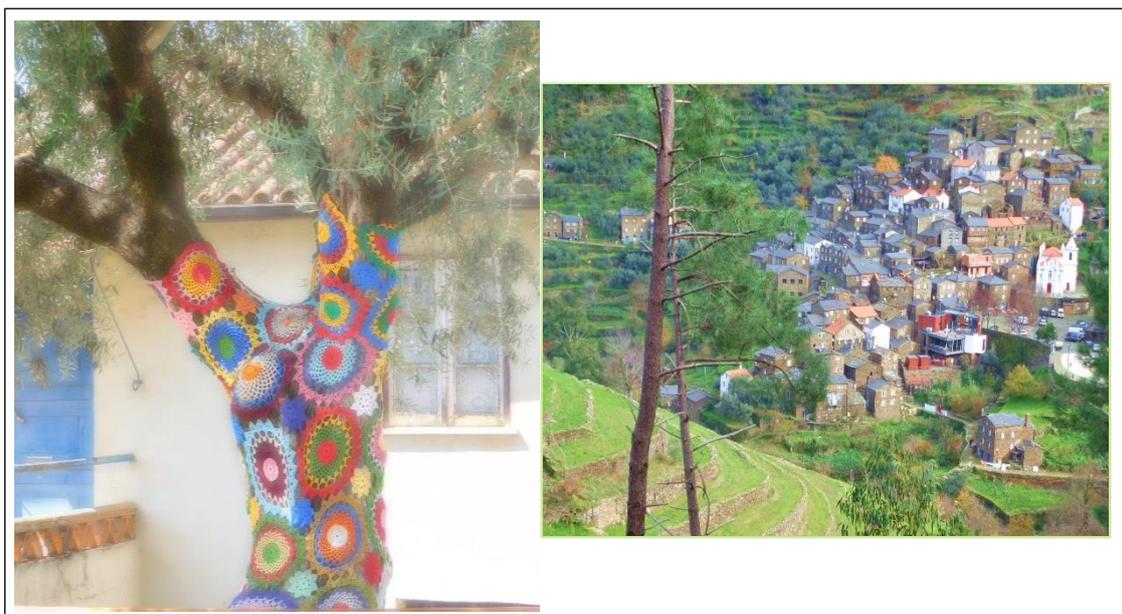


Figura 39 - Via de entrada para a Serra do Açor, acesso por Arganil (localidade de Secarias) e figura 40 - aspecto da Aldeia histórica do Piódão. Fonte: Fotografias da autora. Setembro e Outubro, 2016.

3.4.2. Localização da área de estudo: a Paisagem Protegida da Serra do Açor.

A PPSA tem seus limites inscritos no decreto lei 67/82, que estabelece o seguinte:

A PPSA localiza-se na latitude máxima e mínima de 40 13' 33.460'' N e 40 12' 15.098'' N, respectivamente e a longitude máx. e mín. de 07 56' 19.683'' W e 07 53' 54.843'' W, respectivamente, com variações de alt. entre os 400m e 1.016m. Estes limites estão condicionados nas cartas militares de Portugal nº 233 e nº 244, à escala 1:25000 que compreende os desvios da floresta de eiras (encosta), linha de água da Mata de Margaraça em direção a degraínhos E-W, segue a povoação da Benfeita – Lomba de Bujo N-S, a confluência das linhas que descem de Enxudro e Sardal até o marco geodésico seguindo a estrada na encosta de Eiras.

A paisagem protegida da Serra do Açor localiza-se na Região Centro de Portugal a aproximados de 200 km de Coimbra, pela IC2, IC1 IP3, 1C6 e N342-4 segue-se até a Mata de Margaraça.

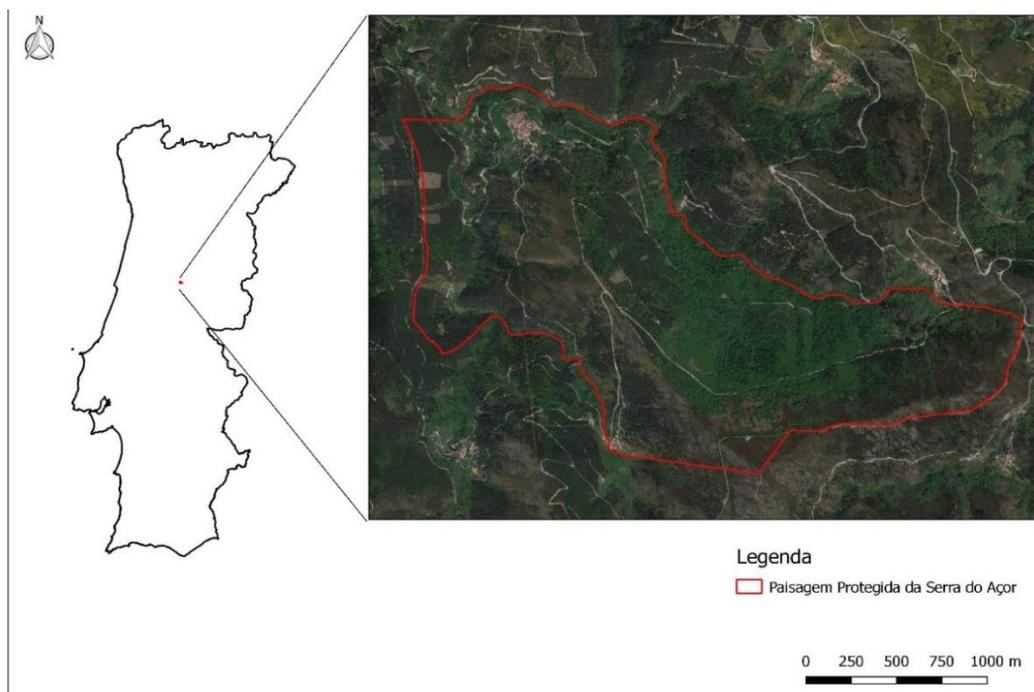


Figura 41 – Localização da PPSA. Fonte: CAOP – Carta administrativa Oficial de Portugal (Dg – Ordenamento do Território, 2018).

A PPSA integra-se no conjunto do património natural, o que inclui: o complexo de recreio de fraga da Pena, a aldeia de Pardieiros e a Mata de Margaraça com 346 ha. A Mata está localizada em uma encosta bastante íngreme em sentido N/NW a aproximados 600 a 800 m de altitude, entre vales, encostas e fracturas, a Mata de Margaraça corresponde ao recorte territorial de maior importância no que refere aos processos da conservação e da preservação e, é ponto de referência espacial no contexto da PPSA. O acesso à área se faz por vias de acesso em automóvel. De Arganil segue-se em direção à Coja, Benfeita, Fraga da Pena e Pardieiros até se alcançar a Mata de Margaraça.

3.4.3. Metodologia.

O levantamento de dados específicos sobre a área de estudo, se fez com o estudo bibliográfico (entre artigos, livros, documentos técnicos e encartes) e trabalho de campo em tempos distintos, que correspondem aos períodos de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 e um segundo momento de outubro de 2017 a dezembro de 2017. Nestes períodos, fizemos diversos percursos pela área em veículo próprio. Os primeiros contactos foram feitos com os agentes do governo, no caso, os funcionários do ICNF, na sede localizada no interior da Mata de Margaraça – o Casarão. Neste contexto foram realizados levantamentos de informações em conversas

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

informais com a assessoria técnica e o interlocutor de campo. Novos contactos foram feitos com o interlocutor da área protegida na sede do ICNF localizada no Choupal em Coimbra. Contactos foram feitos aos residentes da aldeia de Pardieiros. Foi feita entrevista aos atores locais, como o presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, técnicos do ICNF, Bombeiros e Neorurais, sobretudo no período em que sucedeu o incêndio florestal de grandes proporções em outubro de 2017. Aplicaram-se inquéritos socioeconómico e demográfico junto aos residentes da aldeia de Pardieiros. Foi feito o levantamento fotográfico e cartográfico da área.

3.4.4. Aspectos geohumanos da área de estudo.

Desde a antiguidade, as florestas de montanha desempenham papel fundamental no desenvolvimento das comunidades humanas, em função das potencialidades naturais inclusas, mediante os serviços ambientais prestados, capazes de manter as propriedades naturais do ecossistema como um todo, assegurar o uso das águas superficiais potáveis, os recursos lenhosos, a manutenção da produção microbiológica para a nutrição dos solos, o abrigo salubre dos mananciais e da rede hidrográfica do lugar, alimentos a partir dos frutos silvestres, madeira, a qualidade do ar, a prevenção de erosões e a retenção de carbono. Mas, sobretudo, são importantes como banco genético, que garantem estoques de biodiversidade e endemismos e, ainda contribuem para o equilíbrio ecológico e a atual pesquisa científica nas quais autores como Luciano Lourenço, Paulo Carvalho, Bento Gonçalves, entre outros.

Autores como G. Grabherr (2000) *apud* Bento Gonçalves (2006, p. 82) referem que *em nível mundial os sistemas montanhosos têm uma taxa superior a 50% da diversidade biológica e, que mais de 40% dos espaços juridicamente protegidos se situam em regiões montanhosa*. Por outro lado, os fatores orográficos, altimétricos, climáticos e antrópicos, implicam riscos de movimento de massa, na extinção dos animais silvestres e perigos de incêndios florestais, a causar os impactos e processos de degradação ambientais para esses espaços.

Bento Gonçalves (2006), ainda refere que, Portugal com os seus 92.360 km² apresenta 36.140 km² cobertos por montanhas, 20.000 km² da superfície de montanha são cobertas por florestas.

Sobre o conceito de montanha, são os critérios altimétricos, os declives, desníveis e dimensões que orientam a classificação desses espaços imponentes.

Bento Gonçalves (2006) cita a classificação de A. N. Strahler (1974) “*Mountain – áreas off step slopes with local relief more than 600 m*”. E ainda, a perspectiva de Lourenço “*absoluta*” e L. Cunha “*relativa*”, citados, respectivamente pelo autor:

As elevações podem tomar nomes particulares de acordo com a sua altitude e forma, se a altitude ultrassa os 500 m e os volumes forem consideráveis, e a s vertentes possuírem declives acentuados, chamam-

se montanhas ou serras (Lourenço, 1988)”. E, “Uma ocupação profundamente rural do espaço, seja ela de natureza agrícola, silvícola ou pastoril, e em que se descortinam claramente elementos de uma estrutura paisagística diferenciada, que se situam relativamente acima de um determinado lugar de observação e de identificação (L. Cunha no prelo)”, *apud* Bento Gonçalves (2006, p.89).

A paisagem protegida da Serra do Açor, se situa no sistema topográfico da cordilheira central, de fatores geomorfológicos e litológicos marcantes, com predominância dos xistos, mas também, aparecem os granitos e, as rochas secundárias como os quartzos e outros minerais, *apud* Lourenço (2013).

A Aldeia de Pardieiros representa o único aglomerado urbano localizado no interior da PPSA e, em parte, aparece na paisagem a Aldeia do Enxudro que se localiza numa área limítrofe a SW, de acordo com a cartografia da área.

Para efeitos deste estudo, considera-se a Aldeia de Pardieiros o principal parâmetro- escala em termos de aglomerado urbano consolidado.

As ruínas dos antigos casebres em xisto (pedra), construídos pelas gerações seguintes aos romanos e íberos, aparecem pelos vales circundantes à paisagem protegida como equipamentos geográficos alternativos, que são apropriados e revitalizados para fins de moradia.

No ambiente da Aldeia de Pardieiros não há muros, o quintal corresponde a extensão da casa. A cada rua (viela), Becos, Largo e inúmeras escadas, aparece o nome correspondente que identificam o território (Beco do Penanga, Beco Lopes, Escadas do Vale, Largo António José Felipe, entre outros). São comuns os pequenos jardins espontâneos, portas de cores violetas como das típicas urzes floridas e apreciadas pelas abelhas do lugar, vasos (com flores raras - *brincos de princesa*) e jarros em barro a significar os laços com as gerações vindouras, objetos que cada um coloca em seu espaço das vivências cotidianas, para expressar ou recordar memórias e valores, como um exercício constante de embelezamento estético e simbólico, em estímulos sensoriais, de *topofilia*.



Figura 42⁵¹ - Aspetto da habitação local na PPSA, figura 43 - o promontório da Serra, jardins espontâneos e urzes, figura 44. aspeto da habitação local. Fonte: fotografias da autora. Agost. a Dez., 2017.

No ambiente da Serra sobressaem os jardins espontâneos para anunciar a nova estação climática em meio as comunidades de rupícolas e prados de altitude. No contexto dos pequenos quintais da Aldeia de Pardieiros, aparecem os jardins ornamentais, floridos ou não, cultivados em vasos no entorno das residências, varandas e entradas

A utópica ideologia do inconsciente coletivo – o das memórias e cultivo dos valores da bem-aventurança e de uma vida feliz no lugar em que se vive, constitui uma busca constante no imaginário dos seres humanos, que sonham com um ideal de integração do homem *versus* homem *versus* natureza, na perspectiva do bem-estar para todos, conectado a idéia de aldeia global. Foi esse o discurso de culto idealizado pelo mito da idade de ouro - do deus Cronos/Saturno dos gregos e romanos⁵².

A Mata de Margaraça compreende um pequeno remanescente da floresta original com 70 ha, onde se pode observar espécies da flora autóctone, localizada num terreno de encosta sentido N/NW a 600 e 800 m de altura. Um espaço alvo da conservação e de ações pedagógicas e científicas promovidas pela gestão ambiental, comunidades locais e extra-locais, que a utilizam no contexto das excursões turísticas e pedagógicas escolares, percursos ecológicos em paragens

⁵¹ Em Ovídio (43 a. C.-17 d.C) *apud* Boff (2012) a idade ouro de Crono e Saturno – o *deus do tempo e da utopia* – idade da sabedoria, justiça, da abundância, liberdade, integração, da solidariedade, da alteridade e da ética (tal como idealizada por Platão para a política e as leis burguesas – das possibilidades e oportunidades para as classes menos abastadas em Aristóteles e da crítica à exclusão e às injustiças sociais em Sócrates), significara “*a primavera eterna onde os ventos com seu hálito suave acariciavam as flores nascidas sem precisar de sementes*”.

⁵² Ver em: Boff (2012).

observatórias e exploratórias. As figuras ao extrato florestal mediterrâneo-atlântico e seus recursos lenhosos. Onde se pode encontrar diversas espécies arbóreas: castanheiros, carvalhos, cerejeiras, entre outras plantas.

A Mata de Margaraça no contexto geral da PPSA, assim como, a área de recreio de Fraga da Pena, desfrutam de um *status* nobre e de fundamental importância devido as características físico-naturais inerentes.



Figura 45. Aspeto do extracto florestal da Mata da Margaraça na PPSA. Figura 46. Recursos lenhosos da Mata. Fonte: Fotografias da autora. Setembro e Dezembro, de 2016.

A Paisagem Protegida faz parte da Freguesia da Benfeita, onde esta jurisdição conta com 09 aldeias: Monte frio, Enxudro, Sardal, Pai das Donas, Dréia, De Flores, Luadas, Benfeita e Pardieiros. O Concelho de Arganil pertence ao Distrito de Coimbra e possui o total de 14 juntas de freguesias.

A área protegida da Serra do Açor, inclui-se na jurisdição da Freguesia da Benfeita, onde os recursos destinados a esta freguesia obedecem uma estruturação burocrática que se limita à CCDRC – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional da Região Centro – atrelada ao Tribunal de contas de Lisboa, à DGALL – Direção Geral das Autarquias Locais, onde em reuniões decidem investimentos e prioridades ao Território, às aldeias circundantes a área protegida.

Em contexto geral, na PPSA, integram-se um conjunto de elementos naturais patrimoniais sob o estatuto de proteção: a área de recreio de Fraga da Pena, a Aldeia de Pardieiros e a Mata de Margaraça e possui 346 ha de área total.

A rede hidrográfica da Serra está coberta pela Bacia do rio Mondego, que distribui os afluentes e sub-afluentes, onde, também, aparece as diversas linhas de água. É o caso do rio Alva (margem esquerda) para onde escoa a ribeira da Mata de Margaraça da PPSA, alimentada pelas barrocas do Sardal e do Enxudro.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

A Paisagem Protegida, conta com dois aglomerados urbanos já consolidados (a Aldeia de Enxudro e a Aldeia de Pardieiros) e, ainda, a incipiente comunidade de neorurais que se distribuem pelos vales e vertentes da PPSA.

A Mata de Margaraça, antes de ser incluída no contexto da área protegida se configurava como um território (Quinta) de uso público e privado. Segundo Paiva (1981) *apud* Neves (1995) no século XII a Mata pertenceu ao Bispado de Coimbra, passando à propriedade do Estado em 1985, cujo primeiro inventário foi realizado em 1950 por R. Pinto da Silva, que à época, chamou a atenção do governo para que se incluisse a Mata no contexto das paisagens naturais a serem protegidas, pelo alto valor biogenético, onde está situada em ambiente pré-atlântico sub-úmido das zonas úmidas mediterrânicas, [(Neves (1995) *in* Alcoforado)].

A Aldeia de Pardieiros possui uma estrutura arquitetônica e urbanística já consolidada, típicas das Aldeias históricas de Portugal em ambiente serrano da Região Centro⁵³, onde se pode observar construções muito antigas em Xisto, vielas estreitas e as inúmeras escadarias (figura 47).



Figura 47. Escadarias alcatroadas em Xisto no interior da Adeia de Pardieiros – PPSA. Fonte: Fotografias da autora. Set. e Out., 2016.

⁵³ As Aldeias Históricas e de Xisto em Portugal caracterizam-se pelo aspeto rústico e antigo, na Região Centro podem ser visitadas no ambiente serrano da Lousã e no Açor.

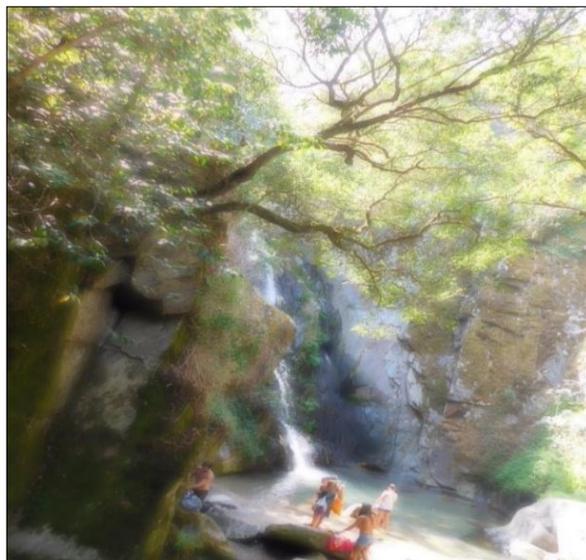


Figura 48. A cascata de Fraga da Pena está inserida num conjunto de dez quedas d'águas, constitui uma fratura de 19 m de altura, num sistema local de desnível de 65 m de altura. Fonte: acervo da autora, Agosto, 2017.

Na atualidade, a grande ameaça aos remanescentes ao patrimônio natural florestal no contexto da Serra do Açor e aos sistemas florestais, está no risco de incêndios florestais. Onde, desde o século vinte, este se tornou o problema de maior relevância no que se refere aos processos de degradação do patrimônio florestal.

Segundo Lourenço (1988), em 1940, os espaços circundantes à Mata teriam sido alvo de intervenção estatal (com os projetos de reconversão agrícola), onde houve o reflorestamento de espécies como, o pinheiro bravo (*Pinos pinaster Ait.*) e do eucalipto de introdução mais recente. Fato que favoreceu o aumento dos riscos a incêndios.

No contexto da região centro e adjacências da Serra, há diversas estações climáticas termopluviométricas para a monitorização das precipitações e medições bioclimáticas locais, a saber as principais: Pampilhosa da Serra, Góis, Côja, Fundão, Vidual de Cima, Penhas Douradas, Castelo Branco, Covilhã, Fajão, Meãs e Coimbra, *apud* ICN (2007). Na Serra do Açor as precipitações mais intensas - chuvosa (10 a 14 dias) ocorrem entre outubro a maio e, um período mais seco (2-7 dias) entre junho a setembro, *apud* ICN (2007).

O contexto da Serra do Açor possui influência climática Atlântico-mediterrânica, a incidir na parte NW (Mata de Margaraça) as variações atlânticas e mediterrânicas nas encostas e vales abrigados a SE, *apud* ICN (2007).

3.4.5. Aspectos da qualidade de vida no lugar.

Sob a influência do estatuto legal de proteção, apenas a aldeia de Pardieiros se inclui nesse parâmetro de aglomerado humano consolidado. A contar as habitações de neorurais que se localizam nas adjacências, nos vales arredores em processos de ocupação recente para fins de moradia no contexto da PPSA.

A Aldeia se localiza numa zona de relevo acidentado com a presença dos socalcos de encostas a O/NW na PPSA, em área coberta por vegetação densa que facilita a concentração de humidade local, em parte, atingida pelos incêndios florestais de 2017.

A Aldeia de Pardieiros, refere a uma comunidade que conta com 103 habitações, das quais apenas 25,2 % dessas habitações estão ocupadas de forma permanente. Uma vez, que há um período de mobilidade anual, onde nos verões as habitações passam a ser ocupadas por proprietários, ou familiares que vivem nos centros urbanos, em geral em Lisboa. Isto se sucede devido os processos do êxodo rural, onde a população mais jovem – os chamados *herdeiros de propriedade* precisam viver no contexto das cidades, ou até mesmo, migrar para o estrangeiro em busca de melhores oportunidades de trabalho, renda e formação profissional. Sem querer perder os laços com o ambiente de Montanha, nos verões retornam à Serra, para desfrutarem do viver em meio ao que é rural.

Na Aldeia, embora, em quintais pormenorizados, fáceis de limpar, há o cultivo simbólico de espécies ornamentais e não ornamentais, comuns, por vezes, de macieiras, pessegueiros, limoeiros, laranjeiras, pereiras, oliveiras, entre outras plantas, onde é possível observar estreitas vielas alcatroadas em xisto ou granito.



Figura 49. Aspectos das habitações na Aldeia a renovar, figura 50. Onde aparecem o cultivo de espécies ornamentais em quintais de espaço limitado. Fonte: fotografias da autora. Dez. 2017.

Em trabalho de campo, se fez o levantamento demográfico da pequena comunidade que reside na aldeia de Pardieiros, onde detetou-se que são poucos os *apelidos* que aparecem nos dados levantados, onde em alguns casos se repetem em várias habitações da aldeia. Das habitações habitadas e inquiridas, 90% foram adquiridas por herança de gerações anteriores.

A economia familiar dos residentes da aldeia de Pardieiros está em torno das pensões e reformas, adquiridas com os anos de trabalho. Essas reformas não ultrapassam um salário mínimo por pessoa, de acordo com as informações colhidas por domicílio em número de 26 domicílios inquiridos, do total de domicílios verificou-se 103 habitações, exceto as habitações dos neorurais, que se localizam nas vertentes próximo a aldeia, no total de uma residência inquirida.

Na Aldeia de Pardieiros cerca de 70% (dos 26 domicílios inquiridos) vivem apenas o cônjuge (duas pessoas) a dividir as habitações, outros vivem só, outros em família nuclear ou em família extensa. 100% dos inquiridos são de católicos.

O grau de literacia dos residentes da aldeia em 90% estudaram até a 4ª classe e 10% estudaram até a conclusão do 1º ciclo, não se verificou residentes com o nível de Ensino Superior (Universitário). Foi verificado nas amostras que, aproximados 90% dos casos são atendidos pelos serviços de Saúde em Côja.

A mobilidade diária dos residentes se faz em geral em veículo público, entre a Aldeia - Arganil – Coimbra, uma vez por dia.

A coleta de resíduos sólidos (lixo) da aldeia é feita pela câmara de Arganil, uma vez por semana. 100% dos residentes possuem acesso a telefonia móvel.

Em relação aos equipamentos geográficos públicos e privados, foi observado 01 praça, 01 cemitério comunitário, 01 hospedaria (pequeno hotel), 01 restaurante/café e 01 Igreja (católica).

A família de neorurais que vive fora do contexto da aldeia, mas, dentro dos limites da área protegida, está configurada como família nuclear (03 pessoas). Aqui, a população adulta possui grau de literacia superior e inferior ao 1º ciclo.

A coleta de dados se fez por levantamento de algumas variáveis no campo, em domicílio, onde foi inquirido um morador, que em geral apresentou-se como um dos proprietários do imóvel. A Aldeia apresenta baixa densidade demográfica, uma população envelhecida acima dos 60 anos, (Quadro 10).

Aldeia de Pardieiros

Total de habitações	103	%		
habitadas	26	25,2		
sexo	H	M	% H	% M

Total	17	25	40,5	59,5
Iliteracia	5	8	29,4	32
1º ciclo	10	15	58,8	60,0
Superior ao 1º ciclo	2	2	11,8	8
> 60 anos a	14	22	82,4	88,0
< 60 anos	2	2	11,8	8,0
Adolescentes	1	0	5,9	0,0
crianças	1	0	4,0	0,0

Quadro 10. Caracterização demográfica da Aldeia de Pardieiros, Fonte: pesquisa de campo da autora, 2017.

O levantamento de campo foi feito em três dias do mês de Outubro de 2017 – no dia 12/10, a investigadora aplicou *in loco* 23 inquéritos, posteriormente (ainda em outubro) se fez a coleta de mais 4 domicílios com a ajuda de uma residente local, o que inclui a agenda prévia com os neurais. Um dos cônjugue foi entrevistado pela autora. Nesta entrevista embora produtiva, tivemos alguma dificuldade em diálogo verbal devido o idioma da residente ser o inglês, mas que, percebe razoavelmente o português (Quadro nº 10).

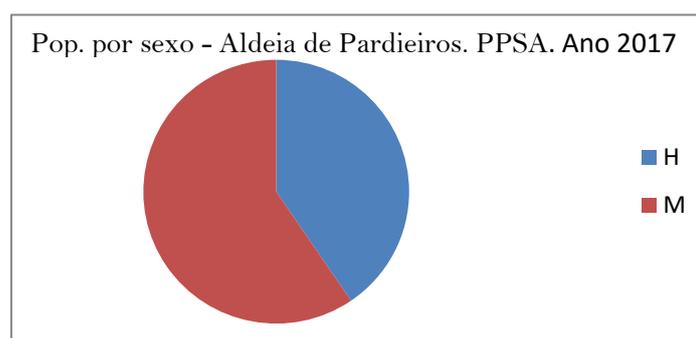


Figura 51. População em Pardieiros: idade e sexo – PPSA. Produção da autora. Dez. 2017.

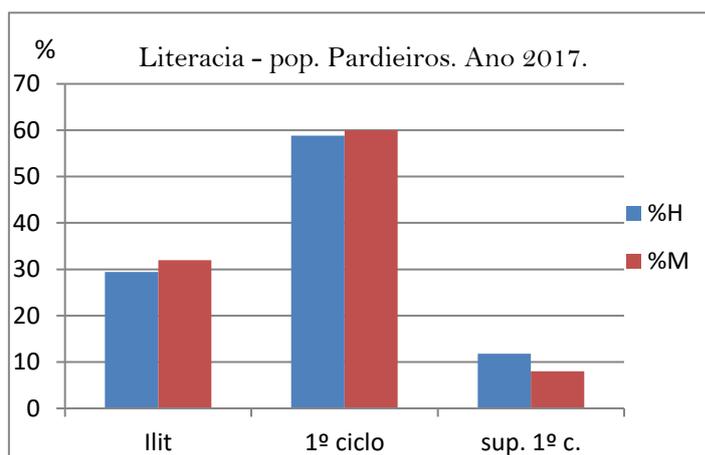


Figura 52. Dados demográficos da população da Aldeia de Pardieiros – aspetos da literacia. PPSA. Fonte: Produção da autora. Dez. 2017.

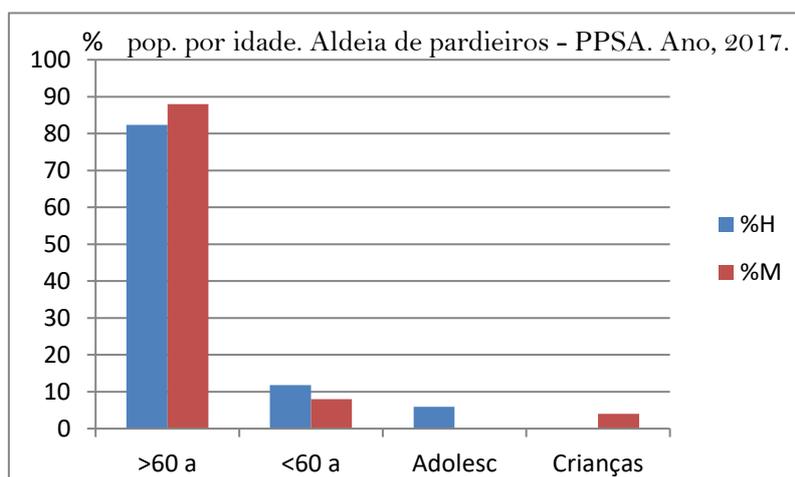


Figura 53. Dados do nível de Literacia da pop. da Aldeia de Pardieiros em %. PPSA. Fonte: Produção da autora. Dez., 2017

Há, ainda, um pequeno grupo de estrangeiros que vive no contexto da área protegida e, que se divide entre alemães e ingleses, existindo ainda pelos vales próximos os belgas e irlandeses. Estes, possuem seus *modus vivendi* consoantes aos valores ecológicos, onde buscam nos processos de sedentarismos o contacto com a natureza, o ar puro, a liberdade do ser e a do existir no mundo. Aqui o fator linguístico se torna o maior entrave nos processos de socialização e convivência com as comunidades de portugueses serranos. E, por fim, acabam por encontrar formas alternativas de construir suas vidas nos espaços circundantes às habitações em Xisto renovadas, e as formas de introdução das crianças à escolarização em *escola alternativa*, onde o ensino dessas se dá em idioma universalizado, no caso o inglês. Seriam estes os remanescentes daqueles personagens românticos – do movimento *contracultura?* das comunidades *hippies* dos anos que seguiram a segunda metade dos anos de 1960? Esta analogia está percebida na aparência Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

da realidade dos neorurais que tivemos acesso em trabalho de campo exploratório na PPSA da Serra do Açor.

Na Serra percebeu-se que levam o mesmo estilo de vida das comunidades *hippies*, embora, advindos de realidades econômicas e sociais, onde difícil se torna comprar um imóvel para habitação, devido os custos altos, como nos foi observado em entrevista pela residente da área protegida.



Fig. nº 54. Aspeto da ocupação do solo por neorurais e nº 55. Aspeto da habitação renovada por neorurais. Fonte: acervo da autora. Nov. 2017.

A figura 55, refere ao aspecto da ocupação por neorurais nos limites da PPSA – britânica (residente) em dia de trabalho na moradia atingida pelos recentes incêndios florestais na área. A fig. nº 56 (em fotografias cedidas pela residente), refere ao aspecto da habitação reformada por estes neorurais, nas dinâmicas espaço-tempo.

Embora, em contexto, essa comunidade se apresente de forma diversificada, no que se refere aos níveis de literacias e formação profissional e, desfrutem de modos de vida não tanto “empobrecida”, mas em contacto constante com seus países de origem, a utilizar os meios tecnológicos alternativos e sofisticados, disponíveis para a resolução das necessidades básicas do dia-dia, como: painéis de captação de energia solar, aquecedores internos movidos a lenha, filtros para a purificação da água retirada das ribeiras, computadores, a internet e os telemóveis. E, ainda, formas alternativas de trabalho e geração autónomas de renda, com a produção de artesanatos, produções de textos e literaturas para a venda no mercado externo publicitário, venda de produtos fontes dos recursos do meio natural, como: diversas espécies de madeiras (castanheiros, Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

pinheiros) para fabricação de janelas, pequenos mobiliários, suportes para quadros, porta-retratos, entre outros.

Entretanto, tudo em contraste com habitações que se localizam em pontos inóspitos e isolados, nos profundos vales de encostas extremamente íngremes, de difícil acesso devido as vias (em pequenas, estreitas e tortuosas estradas) estarem até o devido momento sem alcatroamentos, onde só se pode descer com tração nas rodas dos automóveis. Este, se torna um aspecto negativo no contexto geral da qualidade de vida dos neurais.

Por outro lado, a presença da pequena comunidade de neurais, representa um dado positivo aos intercâmbios socioculturais com outros estrangeiros de diversas nacionalidades (turistas) e com os próprios serranos, onde o espaço de montanha é considerado de grande procura para a prática do turismo de natureza, de montanha ou verde e o ecoturismo, tanto por nacionais quanto pela população estrangeira, que em geral se comunicam em Inglês, francês ou Espanhol.

A Aldeia de Pardieiros, constitui um aglomerado urbano (unidade de paisagem) que está como parte do plano de ordenamento do território e gestão da Paisagem Protegida, a dividir este *status* com a aldeia Enxudro que possui parte de seus limites dentro da PPSA.

A Aldeia aparece como um dos primeiros aglomerados da área protegida para a exploração de rochas, solos e dos recursos da floresta. Onde se pode observar em seu entorno os antigos socacos que foram utilizados para a prática agrícola durante várias gerações, na atualidade já degradados e abandonados. Os solos das vertentes a S são incipientes e de baixa espessura (litossolos) onde aparecem as urzes. Nas vertentes a N, menos atingidas pelos fogos, os solos possuem maior espessura e há a conservação de vegetação primária e cultivos (*castanea sativa*, *pinus pinaster*, olivais) e giestas, *apud* ICN (2007).

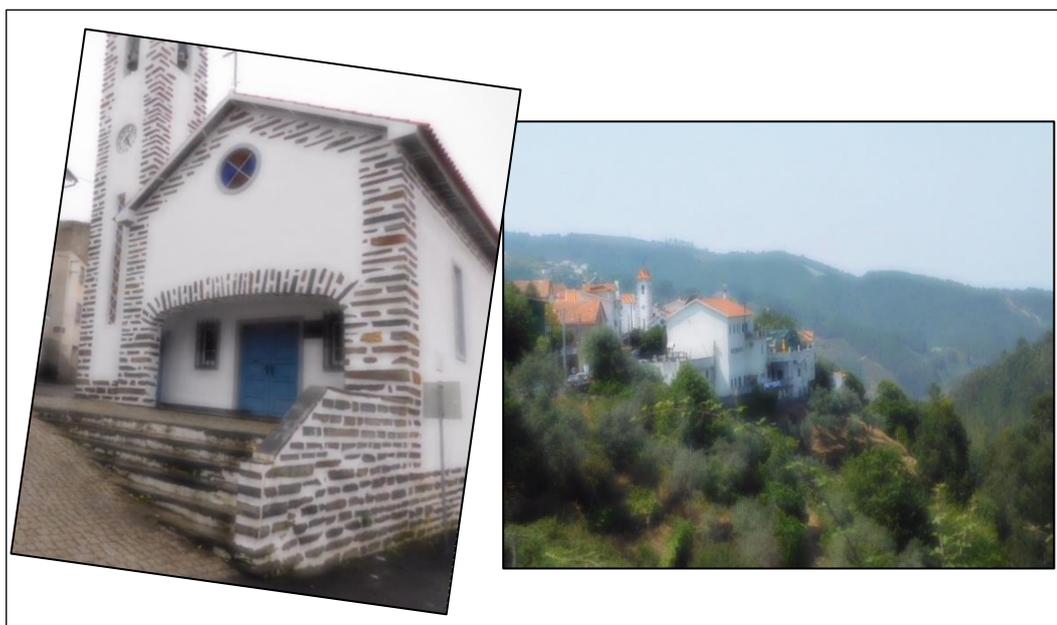


Figura 56. A igreja local – em Pardieiros, e figura 57. Aldeia de Pardieiros. Fonte: fotografias da autora. Outubro e Dez., 2017.

A Aldeia possui o aspecto arquitetónico antigo expresso nas fachadas em xistos e habitações em constante renovação, mediante aprovação de projetos aprovados pela câmara, que garantem a permanente salubridade urbana local, muitas ainda em xistos, outras renovadas, em telhados e cores que caracterizam a paisagem mediterrânica, em meio ao patrimônio natural de grande beleza cênica.

Ali, a população serrana de residentes permanentes, em geral constituída quase que na totalidade por idosos acima dos 65 anos de idade, ficaram (em cónjugue) a viver da agricultura, ou retornaram ao lugar depois do êxodo de várias décadas nos centros urbanos, para agora viver das reformas concedidas pelo governo. Uma vez que a vida na serra é muito mais vantajosa, em termos de economias e condições biofísicas ambientais de melhor qualidade, com o ar puro e silêncios.

Foi observado, que na aldeia não há quintais circundantes nas habitações, por isso a compra e aquisição de alimentos se dá fora da Aldeia, ou nos arrendamentos de terras, onde alguns residentes ainda praticam a pequena agricultura, nos cultivos de hortaliças, tomates, pimentos, entre outros.

O contexto abaixo, refere ao alojamento secular construído pelos exploradores da floresta nativa – o Casarão, e ainda o cemitério da Aldeia de Pardieiros. Enquanto equipamentos geográficos, o Casarão foi refuncionalizado e o cemitério comunitário modernizado. O Casarão configura-se como ponto de chegada à Mata e atual sede do ICNF na área da Paisagem Protegida.

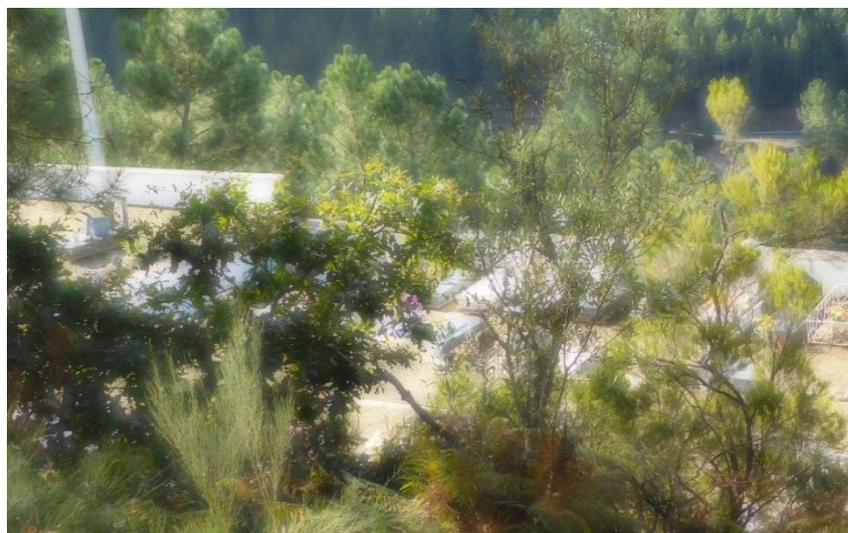


Figura 58 – Cemitério local. Fonte: Fotografias da autora. Set. e Out., 2016.

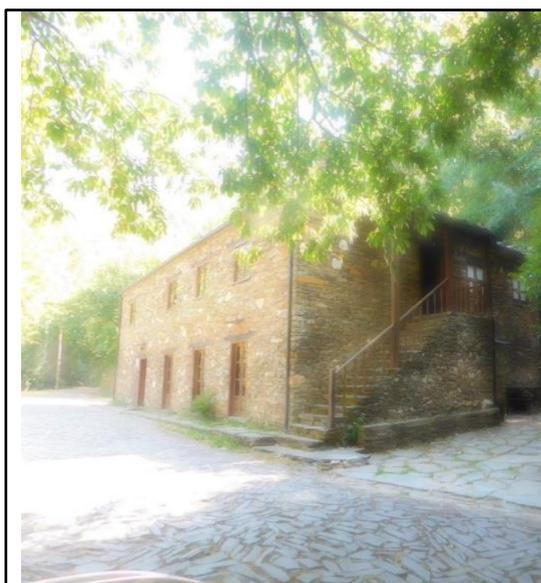


Figura 59. O Casarão. Fonte: Fotografias da autora. Set. e Out., 2016.

A Paisagem Protegida conta com a gestão do ICNF, que entre outras atividades, fiscaliza as áreas, promove a limpeza dos caminhos, o abate de ervas das estradas, a reflorestação de espécies autóctones, promove a educação ambiental, a orientação a turistas, sobretudo em tempos de verão, onde há um fluxo mais intenso de pessoas e automóveis pelas áreas de recreio de Fraga da Pena e da Mata. As figuras a seguir constituem em amostras de espécies (desidratadas) da flora existentes na Mata e, utensílios artesanais confeccionados com os recursos florestais da Serra e painéis, em exposição educativa e cultural no Casarão, sede do ICNF – Mata de Margaraça.



Figura 60 – Artesanato em exposição no Casarão – PPSA e figura 61 – amostras de sementes desidratadas. Fonte: Fotografias da autora. Set. 2016.

A gestão do ICNF, ainda se insere em projetos desenvolvidos, pela comunidade escolar, como o projeto experiência promovido pela escola secundária de Côja (2015/2016), consoante ao agrupamento de escolas de Arganil, cujo título se resume: “**A Escola vai à Mata**”, que entre Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

outros objetivos, está a previsão de indicadores de impactos relacionados ao uso da Mata por visitantes locais e externos e, para além, há as atividades anuais, promovidas pelo ICNF todo mês de março em comemoração ao dia do “ambiente” “dia da árvore”, outras, são a manutenção de exposições culturais e educativas para se receber visitantes (ver figs. nº 61 e 62) e promover as potencialidades da Mata e a consciencialização ecológica para todos.

3.4.6. A Paisagem Protegida e os riscos de incêndios florestais.

Os incêndios florestais em Portugal, se tornaram um problema ambiental e econômico preocupante, que a cada ano, ou evento catastrófico de grandes proporções, causam grandes traumas e prejuízos às comunidades rurais atingidas. Este fato representa danos aos campos de cultivo, áreas pastoris, áreas agrícolas em socos, ao turismo ecológico verde ou de montanha, habitações e pessoas. Para além disso há danos ecológicos que devastam imensas áreas de florestas mistas e ecossistemas naturais a incluir o património zoobotânico original inerente.

Isto está a se suceder, em primeiro lugar, pela ausência de uma política eficaz, no que refere à Proteção Civil, que nesse país se limita à organização de atores sociais como as Associações autónomas (dos Bombeiros), que funcionam de forma precária e com escassez de recursos, inclusivamente os aéreos, no que refere ao combate de incêndios que venham a ocorrer em grandes proporções, e ainda a ações de consciencialização mediante sinalizações na Mata e promoção publicitária mediante com divulgação de encartes educativos.

Segundo, porque essas Associações, em Portugal, não contam com um plano de carreira, cargos e salários destinados às corporações de bombeiros, ou seja, para todos os profissionais que atuam em pontos estratégicos do país, para o atendimento às crises deflagradas pelos incêndios florestais, em tempos de maiores probabilidades climáticas de ocorrências de risco, associadas às ações antrópicas. As pessoas em meio às florestas promovem a limpeza dos quintais e, em desatenção esquecem pequenas fogueiras a queimar. Logo, a floresta, em lugar de fonte de recursos, passa a fonte de problemas.

Tudo correlacionado a deteção de eventos meteorológicos de risco, resultantes das condições meteorológicas sobre o Atlântico Norte, advindos, das dinâmicas marinhas (sob a influência da corrente de Portugal), como das ondulações e do movimento sinóptico anticiclónico (pressão atmosférica), advindos do litoral sob violentos ventos orientados pelo sistema orográfico para determinadas direcções, em períodos transicionais (entre os verões e invernos) a atingir com maior frequência o N/O/NW/SW, como foi observado por Lautensach (2000). Embora, esta, seja uma questão de interesse específico da investigação científica em climatologia.

E, noutra perspectiva concebidas a partir das dinâmicas climáticas naturais e das alterações climáticas globais em curso na atualidade. Há o período anual de maior risco das

aparições de violentos ventos e furacões a abalar as estruturas naturais das paisagens naturais e antrópicas em meio serrano.

Há, ainda, o agravo das características “verdes” paisagens plantadas de forma indiscriminada - áreas florestadas antropizadas, cobertas pelas chamadas “*florestas combustíveis invasoras*” (a espécie australiana – os *Eucalyptus globulus* Labill) de fácil combustão e propagação dos fogos e, expostas a constante ação antrópica induzida e deliberada dos focos de incêndios, em tempos de fortes temporais e ventos.

Um facto que não se pode correlacionar às formas sustentáveis de antigas gerações humanas, que utilizavam o fogo de forma sustentada para a limpeza e preparo do terreno nos tempos de maior expressão da economia agropastoril. Embora, estas atividades (aliadas ao aumento demográfico no passado) tenham representado, também, a substituição gradual das Matas nativas por áreas de cultivo e da pastorícia. Mas, na atualidade se apresentam de forma complexa, a envolver diversos atores sociais, atrelados a uma economia de mercado que envolve o pequeno produtor e a baixa rentabilidade, associada aos condicionantes limitadores da política Ambiental.

As figuras 62, 63 e 64, referem aos efeitos dos incêndios florestais. Áreas de cultivo de oliveiras no entorno da PPSA atingidas pelos incêndios e habitação em xisto (antes e depois dos incêndios - na PPSA).



Figura 62 – Efeito do incêndio florestal em 2017, figura 63 – aspeto da habitação antes dos incêndios na PPSA em 2017, figura 64 – habitação ardida após os incêndios em 2017. Fonte: Fotografias da autora. Out., 2017.

Paisagens produzidas pelos interesses das socioeconomias nacionais/locais, sujeitas aos processos recessivos de concorrência com o mercado externo e, com a baixa dos preços do produto no mercado interno, no que se refere a Indústria da celulose, como observa Schmidt (2016). É o que ocorre em contexto atual em Portugal, na corrida por madeira a baixo custo. Fato

que de tempos em tempos causam os incêndios. Estes se tornaram em fator decisivo na baixa do produto no mercado interno.

Por outro lado, na Serra do Açor as paisagens florestadas antropizadas com o plantio dos eucaliptos e pinheiros – bravo, estão facilmente visíveis, associadas a propagação natural de outras espécies invasoras e regenerativas como as Acácias (*A. dealbata* Link), os fétos (*Pteridium aquilinum*), as giestas (*Cytisus spp*), os tojos (*Ulex spp*), entre outras.

Há um esforço constante, da parte dos atores sociais, voluntários, funcionários do trabalho de apoio do ICNF e, funcionários ligados aos apoios à freguesia da Benfeita na manutenção de limpezas dos bosques e vias de acessos, mas em relação ao contexto geral do *status quo* (a política florestal em curso) do indiscriminado plantio de invasoras nocivas ao ambiente, se tornaram ações, embora preventivas, mas paliativas na prevenção dos incêndios florestais.

Na atualidade o fenômeno dos incêndios florestais, se revelam na realidade portuguesa de forma violenta em desastres ecológicos complexos e sem precedentes. A causar os danos e prejuízos aos campos de cultivo, pessoas e à socioeconomia local.

O contexto da Serra do Açor, nos últimos 30 anos, tem passado por importantes incêndios florestais, onde os de grandes proporções foram registrados em 1987, 2005 e mais recente os de outubro de 2017, que atingiram a Região Centro, a incluir a área da Paisagem Protegida e os remanescentes da floresta nativa – a Mata de Margarapaça.

Os registros dos incêndios em Portugal são feitos em Relatórios técnicos, a partir de estudos que envolvem as diversas instituições do governo e as universidades. Este é um esforço constante de instrumentalização técnica e científica para a minimização dos efeitos e problemas que afetam as comunidades locais e suas paisagens naturais.



Figura 65 – Via de entrada para as Aldeias Benfeita e Pardieiros. Fonte: Fotografia da autora. Out. e Dez. 2017.

A Aldeia de Pardieiros esteve a contar os prejuízos ao Turismo de Natureza ou de Montanha, depois dos incêndios florestais de outubro de 2017 (figura 67).



Figura 66. Incêndios florestais. Fonte: fotografia da autora, 2017.

Muitos são os danos materiais sobre as comunidades locais, há ainda, uma preocupação com os danos ecológicos, pois, os incêndios florestais comprometem todas as formas de vida e ameaçam de forma violenta os habitats naturais das espécies endêmicas da fauna autóctone, que após os incêndios se tornaram cada vez mais raras na floresta e na paisagem da Serra do Açor, onde em meio a propagação dos fogos fogem, isolam-se, refugiam-se e, nestes cenários do “*salve-se quem puder*” os animais perdem território devido a degradação da floresta e a escassez de alimentos, por isso em tempos de perigo migram para outros habitats em busca de sobrevivência (Quadro 11).

Os estudos taxonômicos sobre a Serra de Açor, contribuem para o constante processo de monitoração da distribuição de espécies e do processo de extinção de espécies da fauna típicas do lugar, (Quadro 11).

Caracterização da biogeografia na PPSA - Espécies ameaçadas de extinção.	
AVES	MAMÍFEROS
Accipitridae Circus pygargus (Águia caçadeira)	Soricidae Sorex granarius (musaranho-de-dentesvermelhos)
Accipiter gentilis (Açor)	Rhinolophidae Rhinolophus hipposideros (Morcego-lanudo)
Strigidae Asio flammeus (Coruja-do-nabal)	Myotis nattereri (Morcego-de-franja)
Alcedinide Alcedo atthis (Guarda-rios)	Myotis bechsteinii (Morcego-de-Bechstein)
Motacillidae Anthus trivialis (petinha-das-árvores)	Myotis daubentonii (Morcego-de-água)
	Meles meles (texugo)
Sylviidae Sylvia borin (Toutinegra-de-barrete)	Pipistrellus pipistrellus (Morcego-anão)
Sylvia undata (Toutinegra-do-mato)	Pipistrellus kuhli (Morcego-de-kuhl)
Muscicapidae Muscicapa striata (Taralhão-cinzento)	Nyctalus leisleri (Morcego-arboricola-pequeno)
Fringillidae Fringilla montifringilla (Tentilhão-montês)	Erinaceus europeus (ouriço-cacheiro)
	Martes foina (fuiha)
	Herpestes ichneumon (casa-rabos)
Águia-de-asa-redonda (Buteo búteo)	Lepus capensis (lebre)
	Sciurus vulgaris (esquilo-vermelho)
	Crocidura russula (musaranho-de-dentes-brancos)
Emberizidae Emberiza hortulana (Sombria)	
RÉPTEIS/ANFÍBIOS	
Lagarto-de-água (Lacerta schreiberi)	
víbora-cornuda (Vipera latastei)	

lagartixa-de-Bocage (<i>Podarcis bocagei</i>).
rã-ibérica (<i>Rana iberica</i>)
Salamandra-lusitânica (<i>Salamandridae Chioglossa lusitânica</i>)
<i>Salamandra salamandra</i> (<i>Salamandra-de-pintasamarelas</i>)
Sapo-parteiro (<i>Discoglossidae Alytes obstetricans</i>)
Sapo (<i>Bufo</i>) (<i>Bufo bufo</i>)
Tritão-marmoreado (<i>Triturus marmoratus</i>)
Tritão-de-ventre-laranja (<i>Triturus boscai</i>)

Quadro 11. Aspetos da biogeografia no contexto da Serra do Açor. Fonte: ICN, 2007.

Para além dos perigos de extinção de espécies da fauna, que os incêndios causam, há ainda os riscos sobre as espécies da flora, catalogada em alguns remanescentes da floresta alta original, é o caso dos castanheiros (em castiçais antigos – *Castanea sativa*), cerejeiras (*Prunus avium*), sobreiros (*Quercus Suber*), espécies de carvalhos (carvalhais galaico-portugueses – *Quercus robur* e *Q. pyrenaica*) e, uma diversidade de matos - ripícolas (matos altos: louriçais, medronhais-azereirais, amieiros, salgueiros, sabugueiro, azevinhos) muitos localizados no fundo dos vales a salvos dos fogos, os rupícolas (matos baixos de altitude: urzes, rosmaninhos) e, ainda a aparecer na paisagem a última vegetação regenerativa dos efeitos dos fogos – os giestais e tojais (matos secos).

Estes incêndios florestais de outubro, que atingiram toda a região centro de Portugal, foram veiculados pelos meios de comunicação nacional e internacional.

Na Serra do Açor estes iniciaram oficialmente em 13 de outubro, em focos e fogos de rápida propagação por toda a Região Centro, atingindo vastas áreas de eucaliptais e pinhais, campos de cultivo e pastos. A população local, localizada nas várias aldeias no contexto da Serra do Açor, entre os serranos e a comunidade de neorurais (os mais atingidos) contaram com os prejuízos de perdas parcial e total de bens e imóveis e, para além, sujeitos aos precários mecanismos de resiliências, ficaram vários dias sem serviços de energia elétrica, telefone fixo e internet.

O verão mediterrânico em 2017, foi alvo de complexos incêndios florestais que atingiram Portugal, Espanha e o Sul da França, em escalas e mecanismos de resiliências diferenciados.

A figura 67 refere ao aspecto das paisagens naturais na PPSA que foram atingidas pelos incêndios florestais em outubro de 2017. Habitação de neorurais no fundo do vale de encosta, próximo a Fraga da Pena e a Aldeia de Pardieiros atingida pelos fogos. Onde se pode perceber

visivelmente os processos de degradação ecológica ambiental em grande extensão na paisagem protegida.

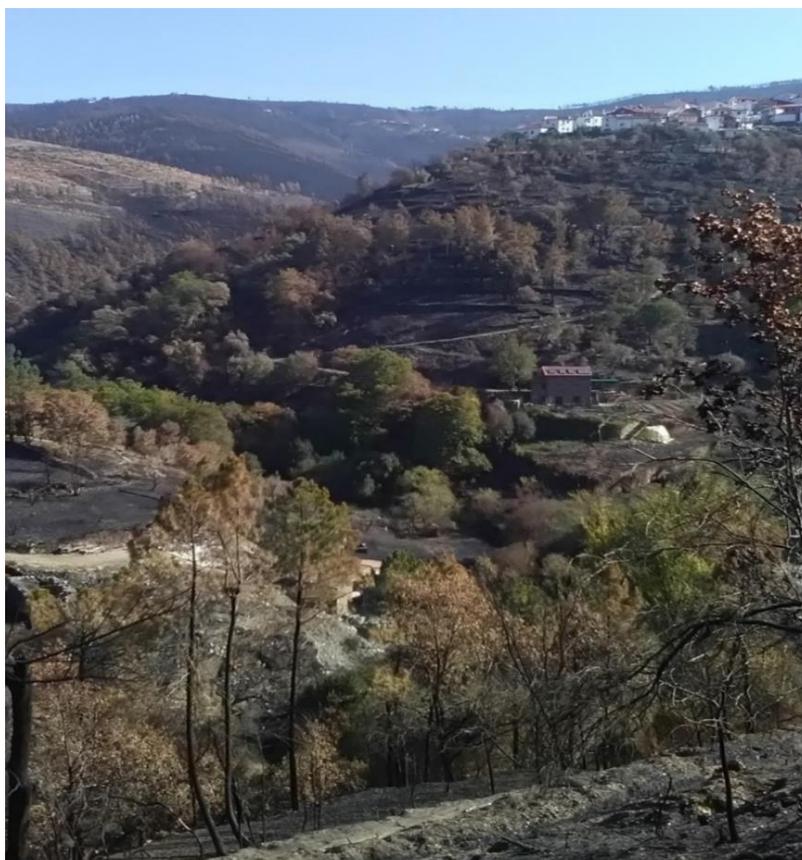


Figura 67 – Aspeto dos incêndios que atingiram a PPSA em 2017. Fonte: Fotografia da autora. Nov. 2017.

Nos dias seguintes aos incêndios, revelou-se na paisagem serrana o quão devastadores se tornaram os efeitos destes acontecimentos para os sistemas naturais e para a população atingida em seus bens patrimoniais. Em diversos casos, houve a perda parcial ou total dos imóveis e mobiliários. Assim ocorreu com algumas das habitações dos neorurais.

3.4.7. Dias de trabalho de campo pelo Açor. Os incêndios florestais em 2017.

Em outubro de 2017, estivemos em visita à Paisagem Protegida para aplicação de questionários pré elaborados sobre a caracterização geohumana através de inquéritos socioeconômico e demográfico. A intenção era a de inquirir o maior número de domicílios possível. Um trabalho que foi realizado pela parte da manhã, onde fizemos o levantamento da situação de 23 domicílios, cada domicílio ocupado em geral por duas pessoas. Encontramos muitas Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

habitações fechadas e alguns residentes não estavam naquele momento. Posteriormente (e com a ajuda de uma colaboradora residente) conseguimos levantar mais três domicílios. Nos foi comunicado por um morador que o fogo havia iniciado um foco de incêndio na parte do cimo da Mata de Margaraça

No dia 19 de outubro, pelas 8:30 min. saímos de Coimbra, com o percurso pela A2, IP3, IC6 e N342-4, onde durante o percurso até Arganil, observou-se a grande quantidade de áreas aridas e devastadas, ainda com focos de fumaça e forte cheiro de dióxido de carbono e outros gases (de efeito estufa) em suspensão, a comprometer visivelmente a qualidade do ar na região. As 9:30 min, já a subir para Côja e de lá até Pardieiros, encontramos na aldeia alguns moradores e passamos a nos informar sobre o evento ecológico dramático e trágico local, percebemos lá que ainda estavam assustados e desolados, a contar os prejuízos, e o pior, que no dia dos incêndios não tiveram hipótese de fuga, a viver em dias sem energia elétrica e telefone fixo.

Ao inquirir uma residente, esta nos informou o seguinte:

O fogo começou no cimo da mata, na parte de Relva velha, já com grande rapidez, uma sensação que haviam jogado gasolina ou pólvora, uma velocidade muito grande da propagação do fogo, labaredas assustadoras. Fiquei bloqueada, até as labaredas saltarem à casa e nos carros, aterrorizada e impotente. Vi as oliveiras cheias de fagulhas. (Sr^a I. R. 72 anos).

A Aldeia esteve dias sem energia elétrica, desde o dia 13 até 4^a feira, ficaram um dia sem água, e vários dias sem rede telefônica, a fiação elétrica e postes caídos pelas estradas de acesso. Em continuação, nos dirigimos até o casarão, onde encontramos com o interlocutor da área o Sr. J. Boléo, que nos disse que não menos que 85% da Mata haviam sido atingidos, e que foram os fortes ventos (devido o furacão) que assolaram a região, estes haviam facilitado a propagação dos fogos. Retornamos até Côja, onde contactamos com Bombeiros em serviço, um dos chefes da guarnição nos atendeu e, nos informou o seguinte:

Já trabalho nesta corporação a 24 anos, aqui temos 80 homens e para o combate aos incêndios 10 viaturas. Dos 80 bombeiros apenas 14 possuem contrato de trabalho estável, com salário fixo, os outros são voluntários (...) 90% dos bombeiros não são regularizados. Todos fazemos 12 horas de trabalho por dia, todos os dias da semana. Os contratados são obrigados a 8 horas de trabalho por dia, mas fazemos horas extras com todos os outros. Temos apoio dos associados que pagam cota de £10,00 (dez euros) por ano, apoio do governo via Câmara e, organizamos eventos sociais para angariar fundos. (...) os incêndios do último domingo foram de grandes proporções, todas as

viaturas estiveram na rua, foram para as aldeias, para se evitar danos às pessoas e habitações, mas não conseguimos chegar às áreas mais distantes. E, o abastecimento de água das viaturas são feitas aqui. A corporação de Arganil foi para os lados de Coimbra (Sr. J. G., 39 anos).

Ainda em Outubro, se fez novo retorno a área, onde contactamos com o presidente da junta da freguesia, o Sr. A. M., que nos informou sobre a situação dos neurais que vivem pelos vales da serra, próximos e adjacentes à PPSA (área severamente atingida pelos fogos – ver fig. nº 73) , este nos disse que na semana que ocorreu o incêndio e, após estes, alguns estrangeiros se alocaram em casas de amigos, na igreja, na liga de melhoramentos e receberam alguns apoios, muitos tiveram grandes prejuízos, inclusive com perda total de bens, onde diversas residências foram atingidas pelos fogos. Sem meios para resiliências abandonaram seus imóveis, outros entraram em trabalho de reconstrução e reparos dos bens danificados.

Na PPSA as linhas de água existentes são de difícil acesso e em pouca quantidade – em caso de incêndios os meios de acessos se tornam ainda mais precários pela dificuldade de mobilidade das pessoas no terreno, configurado por áreas íngremes dos vales circundantes às residências. Fato que se torna em riscos, ainda, maiores a essa população localizada nesses vales.

Os incêndios florestais em Portugal, se tornaram um problema ambiental complexo, que envolve diversos setores da sociedade, inclusivamente, no que refere a Educação ambiental, a sensibilidade ambiental e a responsabilidade ambiental se tornou, portanto, uma questão política da ordem do dia, sobretudo, por conta dos processos de exposição a riscos e perigos aos profissionais bombeiros e a população mais empobrecida sujeita aos danos maiores.

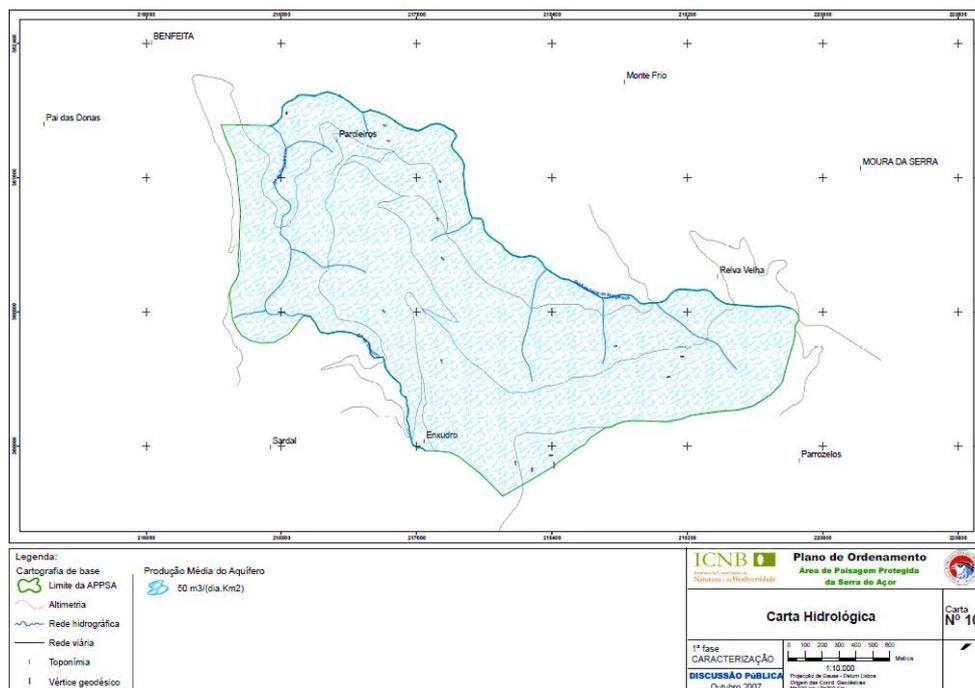


Figura 68. Linhas de águas e aquíferos na PPSA. Fonte: ICNF, 2017

Em Pedrógão, uma zona em meio rural, houve a perda de dezenas de vidas, entre tantos feridos e desabrigados, no último verão.

E, mais: o viver em meio rural é, antes de tudo, uma questão de sobrevivência alternativa das comunidades e, de onde sai, em geral, grande parte dos abastecimentos em alimentos para o meio urbano mais densificado em termos de demografia.

No caso do ambiente de montanha, o turismo de natureza ou de montanha é a atividade que mais implica na autoestima dos residentes locais, até mesmo por estarem contemplados por paisagens naturais de raras belezas e equilíbrio ecológico, a interagir com a população de turistas, que procuram nesses espaços o sossego, o proveito dos tempos livres no contacto com a natureza.

O problema se configura, no entanto, de ordem da política de Ordenamento do Território, de demandas sustentáveis para a política florestal, no sentido do planeamento das ações que se voltem para minorar danos em casos de incêndios. Mas, também, do olhar inteligente e sensível sobre o território, no sentido da prevenção de causas e efeitos.

No âmbito do desenvolvimento sustentável o que se pensa é o (re)plantio de espécies autóctones e diversificadas e formas mais sustentadas de exploração da floresta, para que assim, se alcance a sustentabilidade dos sistemas florestais, e a conservação do património florestal e das socioeconomias locais.

O contrário, é continuar a contar das *cinco palavras, cinco pedrinhas*⁵⁴, no que refere aos efeitos dos incêndios florestais sobre as comunidades locais, que também são autossustentáveis, que vivem em meio à ruralidade e ecossistemas naturais, ou seja, dependem das socioeconomias com base nas atividades agropastoris e no Turismo de Natureza e de Montanha e, no que refere a conservação da natureza no âmbito das áreas protegidas.

4. Análise comparada. Uma discussão para a promoção da qualidade de vida.

As áreas protegidas, objetos deste estudo, configuram-se como recortes geográficos institucionalizados, sob a influência de estatutos legais. No caso brasileiro é o SNUC e outros instrumentos (cód. de pesca, cód. das águas, cód. florestal, a lei de crimes ambientais, consoantes a legislação Estadual) que orientam a gestão ambiental e o ordenamento do território.

Neste contexto, em Portugal, a situação das áreas protegidas não é diferente, elas também, são objeto da gestão ambiental, que estão sob a influência de legislação específica em decretos leis instituídos, reformulados e, em contexto mais específico consoantes a política do ordenamento do território e a política florestal, situadas no plano global das políticas de desenvolvimento Sustentável, discutidas pelos organismos internacionais, seja, no âmbito da

⁵⁴ Sobre “Cinco palavras cinco pedras”. De Ruy Belo (2000) Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

IUCN ou das Conferências e eventos internacionais, onde se promulga novos meios de se interagir com a natureza e explorar (de forma sustentada) os recursos naturais existentes no planeta. Em particular, essas áreas protegidas, estão inclusas nos Planos e programas das políticas do Ambiente, da conservação da natureza e do ordenamento do território a nível local.

Essas áreas representam, portanto, os novos recortes geográficos espaciais *sobrepostos* para fins de planeamento e ordenamento do território. São percebidos como um instrumento de poder e valor *bargain*, no contexto dos processos de mais-valias e *empowerments* pelos atores envolvidos com essas áreas, que desde o final do século XIX, vem passando por significadas reorientações quanto ao uso, manejo e processos de valoração, exatamente por estarem dotadas de imensas potencialidades físico-naturais, ecológicas, socioculturais e econômicas, postas no plano atual das socioeconomias locais, quer no plano das socioeconomias e sociopolíticas ou no plano ético-jurídico, todas as ações governamentais intencionam o desenvolvimento de políticas mais sustentáveis para o Ambiente.

Considera-se que no contexto dos estudos de caso, essas realidades geográficas espaciais, estão situadas, em processos de desenvolvimento socioeconômicos, socioculturais, socioambientais e ecológicos diferenciados, pois, Portugal se situa numa economia emergente no âmbito da União Européia e, o Brasil numa economia em desenvolvimento latino americana (região de domínio amazônico).

Logo, as áreas protegidas, objetos deste estudo, configuram-se como o reflexo das políticas do Ambiente, tanto em Portugal quanto no Brasil estão a se desenvolver consoante aos fatores sociais, históricos, culturais - identitários, políticos, econômicos e ecológicos/ambientais diversos, de acordo com suas peculiaridades, no que se refere aos processos de *empowerments* técnicos-científicos, tecnológicos, econômicos e no campo da promoção da educação ambiental, no sentido da conscientização e consensualização de interesses e conflitos que surgem em torno da gestão ambiental e uso do território.

Tanto da parte dos protagonistas diretamente envolvidos com a promoção das políticas e ações nas áreas protegidas - legisladores e técnicos do governo, a população local de residentes, também, são atores incluídos nos estatutos legais e interesses institucionais do governo, neste contexto concebidos como parte do património natural e ambiental.

Por outro lado, os instrumentos legais de limitação de usos, que passam a cercear as autonomias dos atores sociais civis no território (os residentes), no âmbito da produção e da reprodução destes nos espaços de vivências, estes mesmos instrumentos, agora, são percebidos, também, como alvo de reivindicações e polémicas, no que concerne as políticas mais específicas e de proximidades com os agentes do governo, responsáveis pelas ações de desenvolvimento e, das contrapartidas econômicas, pois esperam sempre uma melhor perspectiva com a demarcação dessas áreas.

Tudo isto é considerado um fator positivo no contexto da politização, da cidadania e da participação proactiva dos atores no território.

É exemplo o envolvimento de residentes em diversos projetos sustentáveis, direcionados às áreas protegidas, que se revertem no manejo dos solos, das águas, da floresta, do turismo de natureza ou de montanha e no campo da educação ambiental. Embora, a considerar, que o território não está excluído das influências e das dinâmicas externas, mais amplas e globais, ou seja, dos processos de oscilação da economia e das instabilidades política, no que refere ao contexto nacional/global. Assim como, das próprias dinâmicas internas, a culminar, inclusivamente com a destituição legal, reconfigurações e alteração de áreas, através dos decretos leis e ações judiciais via Ministério público, de que é possível para a realidade brasileira, sobretudo, por conta dos conflitos mal geridos e não resolvidos e dos riscos ambientais inerentes.

Neste caso, o Território está percebido a partir dos condicionantes jogos sociais, expressos nas relações de “dominação”, *teias*, territorialidades construídas no tempo e no espaço, por entre as correlações de forças ético-político-jurídicas e, que diferenciam os atores e seus interesses em relação à exploração de recursos, direitos de uso e de posses da terra, manutenção dos recursos e das potencialidades do território, no caso, também justificados pelos condicionantes políticos – jurídicos, ideológicos e ecológicos, que norteiam as mentalidades, concepções e condutas desses atores.

As concepções naturalistas e de sustentabilidade ecológica do ambiente natural, cultivadas pelos atores sociais, determinadas pela essência da paisagem, impressas na valoração da estética e das potencialidades inscritas nos serviços ambientais prestados: silêncios, sossego, ar puro e a oportunidades de usos alternativos e criativos artesanais dos recursos naturais disponíveis, transformados em valor *bargain* (mais valor), expresso na dinâmica dessas paisagens naturais, acabam por justificar a permanência dos residentes, que buscam no contacto com a natureza as formas alternativas e criativas de sobrevivência, a expressão de suas “liberdades” e a convivência com os ambientes ditos mais saudáveis (e realmente o são). Se realizam, longe do meio urbano conturbado e mais dinâmico. E desfrutam de modos de vida mais simples e módicos, percebidos a partir da perspectiva ecológica, no sentido da colaboração com a natureza e da sustentabilidade alternativa, como foi observado no contacto com os residentes do caso português.

No caso brasileiro, a ocupação do território está percebida como meio alternativo de reprodução social, determinado pelas questões econômicas e políticas, mas também culturais e dos conflitos socioambientais, ou seja, das condições de pobreza generalizadas. Neste caso, a concepção naturalista perpassa pela questão utilitarista – formalista do espaço (homem agindo sobre a natureza sem a devida reflexão do *cuidado* e da sua própria adequação ao ambiente “natural”), onde grande parte dos residentes estão como *deslocados ambientais*, em função dos processos de *escassez* de recursos em seus territórios de origem, no caso, que se dera à jusante da barragem hidráulica da UHT, mas, também em consequência da marginalização ecológica, dos processos exclusivos de *empowerments* no que refere aos acessos à cidade em termos de habitação, educação e emprego/trabalho. Estes processos se desenvolveram com o surgimento dos diversos conflitos em meio aos processos de degradação ambiental, que surgiram ao longo dos anos após a formação do lago da usina. Embora o lugar se apresente em paisagens tranquilas e de potenciais

naturais por entre remanescentes de floresta nativa, onde se observou muitos animais autóctones, como os diversos pássaros a sobrevoar as paisagens e outros animais silvestres. Nesses remanescentes da floresta original, ainda se encontram diversas espécies de árvores, que são exploradas para diversos fins: medicinais, fontes de alimentos, construção civil e mobiliários.

Contudo, observa-se que os contextos investigados, também, apresentam semelhanças em alguns aspectos, onde podemos citar as exposições a riscos ambientais e processos de degradação ambiental.

- I. No caso português essa exposição se percebe a partir dos riscos de incêndios florestais, que há vários anos atingem diretamente a área da paisagem protegida e indiretamente os seus residentes. No caso dos neorurais, os riscos de exposição são ainda mais elevados, por conta da localização das habitações, reformadas ou construídas nas encostas do vale entre a ribeira que sai de Fraga da Pena e as Aldeias do entorno (Pardieiros e Benfeita) e, por estarem em meio a grande quantidade de vegetação, em geral entre os pinheiros e eucaliptais, em áreas de difícil acesso e sem meios adequados de acesso às águas para o combate, como foi observado no caso inquirido. Isto sucede, devido ao fato desta comunidade (a dos neorurais) terem acesso a água de forma precária e insalubre, uma vez que retiram a água da própria ribeira do vale de Fraga da pena, em pequenas quantidades (de baixo para cima), apenas para o consumo diário, em processos alternativos de bombeamentos. Neste caso, embora, os atores percebam-se enquanto cidadãos e possuam uma melhor consciência ecológica no que refere ao *ser* e o *estar* no mundo que os cerca, estão sujeitos aos condicionantes políticos, jurídicos, econômicos e culturais aos quais se inserem.

A recolha dos resíduos sólidos da Aldeia de Pardieiros, que se faz apenas uma vez por semana, é outro problema ambiental que foi detetado em contexto local.

Outro problema detetado foi o processo de degradação dos socialcos (muros de contenção de solos), já a aparecer na paisagem do entorno da aldeia de Pardieiros em situação de abandono e inutilizados. E ainda, no contexto da aldeia de Pardieiros diversas habitações em xisto fechadas e em processos de degradação.

- II. No caso brasileiro, a exposição a riscos se dá, primeiro pelos processos excludentes no que refere a educação básica que contemple a população juvenil, o que incide efeitos nos processos de educação ecológica dos adultos, pois no imaginário popular já se naturalizou os processos de desorganização dos sistemas naturais, antes configurados pelos vales fluviais de águas correntes (afluentes e sub-afluentes do rio Tocantins) e que, após a construção da barragem, passou a uma imensa área inundada de água parada (albufeira), por isso não foi ocupado de forma efetiva por indígenas, mas por uma população miscigenada (em grande parte oriunda da jusante) e de

migrantes empobrecidos. Segundo, porque, embora estes problemas tenham ocorrido a mais de trinta anos atrás, a área ainda é alvo de interesses para fins de moradias indiscriminadas, onde a reserva é concebida como um ambiente tranquilo, mas de difícil acesso, o que condiciona a vida dessas populações a processos de exclusão e clausuras permanentes.

A população vive em meio aos refúgios e isolamentos, um tipo de viver em Ítaca às *avessas*⁵⁵, porque nas “*ilhas*” de Alcobaça não se pode contar com as fontes de águas frescas e nem com bons solos, é certo que há abundância em chuvas, mas não há retenção hídrica para a formação de aquíferos sustentados devido os processos de desmatamentos e alterações ecológicas no terreno *in toctum*. Outrossim, há as ausências em contrapartidas da parte do órgão gestor a nível, de sinalização de áreas, de atenção e educação ecológica, cuidados e alertas a perigos. A gestão se dá de dentro do gabinete, não em contacto direto com a área, que é muito extensa 36.128,00 ha. Um ambiente resultante de crime ambiental, mas que foi naturalizado no que refere aos processos de degradação ambiental, dos riscos ambientais e, ocupado de forma desordenada para fins de moradia e de sobrevivência humana, muito devido a facilidade que se tem de obtenção dos recursos pesqueiros do lago (que é artificial) e da exploração nos remanescentes de florestas nativa, em processo de extinção da fauna e da flora⁵⁶.

A partir de inquéritos abertos, alguns moradores nos informaram que a gestão (na pessoa da coordenação da área) não acessa as “*ilhas*”, onde os contatos são feitos na cidade, nas poucas oportunidades quando são comunicados de reuniões.

Outro problema detetado, se processa nas construções de fossas sanitárias muito próximas as margens do lago e às residências, a representar perigos eminentes de contaminação, uma vez que se usa as águas do lago para o consumo e afazeres domésticos, mas, sobretudo, a atingir a população infantil, que utiliza as águas para o banho diário e para a prática da natação. No ambiente aquático de águas mais rasas, há o perigo de se encontrar animais nocivos.

Em relação à coleta de resíduos sólidos, detetou-se que não existe coleta de lixo na área protegida em Alcobaça, onde os moradores resolvem esse problema de acordo

⁵⁵ Ao contrário das epopeias homéricas, na Odisséia de Atena e Ulisses as ilhas na Grécia antiga (“Ítaca *um lugar mais para cabras do que para cavalos*”) eram dotadas de bem-aventurança, de abundantes recursos e de colheitas fabulosas - em mito, Tuan (1980). Na visão utópica sobre o Novo mundo, esta, esteve voltada à concepção das ilhas dotadas de inocência e plenas de sol, um conjunto de pequenas ilhas jardins, um mito que se desfez nas inter-relações do europeu com as adversidades e hostilidades do mundo tropical, Tuan (1980).

⁵⁶ Ver em: Barata (2011/12).

com os hábitos comunitários e, de cada família. O que significa em processos de degradação ao ambiente e riscos à saúde pública.

Não existe energia elétrica, por isso, a população está ainda mais isolada, sem acessos a eletrodomésticos essenciais e, ou seja, sem acessos à frigoríficos, TV e serviços de internet.

Todas estas questões implicam potenciais riscos, limitação de suas territorialidades, má qualidade do ambiente e, de má qualidade de vida *in situ*, onde a realização de ações, sobretudo ao que cabe ao órgão gestor, devem erradicar alguns dos problemas levantados no contexto destes estudos de caso.

Abaixo, apontou-se em algumas notas, o que refere a prevenção e possível superação dos problemas ambientais em curso nas áreas protegidas investigadas, no sentido da melhor qualificação da gestão ambiental, da conservação da natureza, da promoção da qualidade de vida dos residentes e do desenvolvimento sustentado *in situ*.

- » No caso português a oferta de água para os neurais, pode ser explorada, p. ex., a partir da linha de águas procedentes da barroca de Degraínhos mediante a canalização (a obedecer os condicionantes técnicos, entre outros, de análise da qualidade das águas), uma alternativa possível e, por se encontrarem dentro dos limites da área protegida, sujeitos ao Estatuto de proteção.

- » O ordenamento das árvores com o cultivo de folhosas e jardins, devem ser feitos no entorno da moradia, o que significam ações preventivas e ecológicas, em relação ao uso do terreno, contra os incêndios florestais. Em Portugal existe leis específicas de cortes de árvores em torno de residências para a proteção das mesmas.

- » Entende-se que a atenção à prevenção dos incêndios está na providência de sistemas de alertas em pontos estratégicos, através de sirenes ou meios de comunicação direto com as aldeias, e ainda do incentivo e investimento ao trabalho de guardas florestais nas chamadas residências temporárias, que pode ser feito em regime de plantões, construídas em pontos de acessos às formações florestais, como mecanismo de monitorização, vigilância e prevenção a focos de incêndios, sobretudo, quando os fatores meteorológicos se revertem em riscos.

- » A coleta dos resíduos sólidos, uma vez por semana, torna a gestão da coleta e destino do lixo inadequados, sobretudo, porque a aldeia é ponto de paragens de turistas, onde param e usufruem das belezas e bem-estar do turismo de montanha ou de natureza. Embora, se considere que, apesar das amostras de variáveis demonstrarem o baixo nível de literacia no contexto da aldeia, a população de residentes em grande parte de idosos, configuram-se como uma população de conscientizados e disciplinados, em relação aos cuidados e ao equilíbrio ecológico do ambiente.

- » A recuperação dos socacos agrícolas, mediante assessoria técnica em projetos de revitalização da sociedade rural, se configura como uma alternativa de intervenção viável e

empowerment para as futuras gerações serranas, prevenção aos processos de êxodo rural e promoção do desenvolvimento sustentado.

- No caso brasileiro, a presença⁵⁷ mais constante da coordenação, junto aos residentes da Reserva, significa em ações estratégicas e de proximidade com as comunidades, no sentido do fomento das discussões sensibilizadoras e da quebra de resistências, para que se chegue a um consenso de um melhor destino à reserva, dado os processos de degradação do ambiente e os riscos socioambientais e ambientais inerentes que podem comprometer a longo prazo os remanescentes ecológicos na área e população envolvida. O que inclui o fato da não possibilidade de fornecimento de energia elétrica e do impasse da não aplicação dos Planos de Manejo da área que, segundo legislação ambiental em vigor, o funcionamento de uma área protegida deve obedecer o tempo limite para a aplicação de Planos de Manejo (05 anos), ainda que em tempos sucessivos de impasses técnicos, jurídicos e políticos. No caso da reserva, os impasses se colocam desde a criação da área em 2002 até os dias atuais. Embora, estas áreas do entorno do lago de Tucuruí estejam a desfrutar de vantagens comparativas no contexto geral das áreas protegidas do Estado, por serem contempladas por diversas fontes de recursos advindos das três esferas de governo para compensação e mitigação de impactos ambientais e para a promoção da qualidade de vida das populações locais.

- Torna-se necessário a análise regular das águas do lago em laboratório especializado, no sentido do maior controle da qualidade das águas represadas em constante exposição a contaminações, isso envolve o controle da qualidade do pescado do lago.

- Existe a necessidade de zoneamentos em áreas específicas no contexto do lago para a exploração dos recursos pesqueiros, onde verificou-se que no contexto da reserva, as áreas de inundação de florestas, apresentam grande quantidade de detritos orgânicos submersos que inviabilizam a pesca nessa área.

- Enquanto não se chega a um consenso de possíveis deslocamentos⁵⁸ (o que representa um problema complexo a se resolver) o zoneamento de áreas para o uso do solo constitui, portanto, uma demanda urgente a ser solucionada pelo órgão ambiental, uma vez que em meio a dezenas de “ilhas”, em áreas impróprias para se fixar moradias, a população de residentes está sujeita aos isolamentos insalubres e precários, a ausência da gestão institucionalizada do lixo, aos desabastecimentos, tudo implica na má qualidade do ambiente, na má qualidade de vida e nos riscos e perigos à saúde pública.

- Foi verificado em trabalho de campo que, não existe a possibilidade de fornecimento de energia elétrica através de cabos condutores, dada a característica e extensão da área, configurada por pontas de *inselbergs* emersas, o que representa em elevados riscos de acidentes.

⁵⁷ A ausência (que se configura como uma demanda negativa) da gestora da área da reserva, foi observada nas falas dos residentes entrevistados, como no caso de residentes em Acapú II (J. 29 a.) e de outras “ilhas”.

⁵⁸ As primeiras críticas e resistências de especialistas ambientais e de geógrafos, no que concerne a não compatibilidade da ocupação humana na reserva de Alcobaça, foram inscritas e amplamente discutidas em meio acadêmico como da UFPa, nos anos que seguiram a 1990.

• A reconfiguração de área e as realocações, configuram-se como uma alternativa possível à Reserva Sustentável de Alcobaça, onde o órgão responsável pela gestão ambiental, deve conduzir ações compatíveis com a sustentabilidade do ambiente em prol da qualidade de vida e do bem-estar das populações tradicionais e suas gerações na região, como inscrito no art. 42 e § 1º da legislação específica. Uma vez que, as atuais concessões de posse não estão a garantir a integridade da Reserva e das populações residentes, de acordo com a orientação inscrita no art. 20 § 5º e III e IV e § 6º da lei SNUC, pois são alvo constante das pressões antrópicas, das ocupações humanas desordenadas, sem um controlo mais efetivo da gestão.

4.1. A realidade geográfica percebida em esquemas comparados.

O Quadro 12 comparativo, representa a dinâmica do modelo de Desenvolvimento *Bottom-Up* ou Territorialista no contexto dos estudos de caso investigados.

Variáveis	RDS – Alcobaça, Pará – Brasil.	PPSA – Paisagem Protegida da Serra do Açor.
Superfície	36128 ha área configurada por terrenos ondulados até 200m alt.	346 ha. ambiente serrano, 1346 m alt.
População residente	Aproximados 7000 habitantes (IBGE, 2010).	De 103 habitações na PPSA, contou-se o nº de 45 habitantes.
Atividades econômicas	Pesca artesanal individual, piscicultura em tanques redes para exportação interna, agricultura de subsistência, caça e coleta de frutos silvestres, Turismo ecológico da pesca.	Produção de artesanato com produtos da floresta: colheres de pau, porta-retratos, cestos em fibras, ornamentos para decoração, suportes em madeira para quadros, exportação de texto literários, cortes de lenhosas, pequena agricultura em terrenos

		arrendados, comércio de produtos <i>terroir</i> ; Turismo de Natureza/Montanha.
Atores	Residentes (Pescadores artesanais, agricultores de subsistência, caçadores, coletores, ribeirinhos, migrantes da jusante), agentes da Gestão Estadual, políticos locais, Conselho Gestor, ELETRONORTE.	Residentes (população rural e neorurais) agentes da Gestão ambiental (técnicos, apoio administrativo, interlocutor de campo) políticos locais (presidente da junta da Freguesia) turistas, Conselho Gestor.
Conflitos	Há a mobilização e participação política em torno de interesses comuns, como: a aprovação de projetos alternativos de fomento às atividades econômicas de emprego e renda, reivindicações para acessos a créditos bancários, impasse da parte do órgão gestão na aprovação de Empresa mediante processo licitatório para aplicação do Plano de Manejo da área. > envolvimento político entre residentes e agentes políticos, > envolvimento político entre os agentes do governo e políticos locais, > envolvimento político entre os residentes e os técnicos do governo.	Há conflito em torno dos condicionantes legais limitadores do uso do solo e das reformas de imóveis degradados, < envolvimento político entre os gestores e residentes locais, > envolvimento político entre os técnicos do ICNF e políticos em diversas escalas.
Problemas ambientais e qualidade de vida das comunidades locais	Ambiente natural alterado, ausência de saneamento básico, não acesso à Educação básica nas séries finais, não acesso à energia elétrica, mobilidade precária entre a Reserva e o meio urbano, desabastecimentos, desmatamentos	Ambiente natural alterado e em constante exposição aos efeitos negativos de incêndios florestais, perda de biodiversidade, socalcos degradados, mobilidade

	indiscriminados, perda de biodiversidade, Plano de Manejo não efetivado, > expressão da população jovem, < consciencialização ecológica, ocupações desordenadas.	limitada, > expressão da população acima dos 60 anos, > Consciencialização ecológica, Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida concluído em 2018.
Soluções futuras	Aprovação e aplicação do plano de Manejo, zoneamento ecológico de áreas para a pesca sustentada, formas alternativas de saneamento (fornecimento de água potável e recolha de resíduos sólidos), formas alternativas de fornecimento de energia elétrica (p. ex. as placas solares), oferta de Educação básica nível Médio de ensino, requalificação da área a longo prazo, maior fiscalização para prevenção da ocupação do solo e Educação ambiental e ecológica.	Promoção de discussão pública a envolver os residentes quanto ao plano de Ordenamento da área protegida a envolver a educação ambiental, oferta de guardas florestais em regime de vigilância permanente em pontos estratégicos da PPSA, sinalizações estratégicas.

Quadro nº 12. Diferenciação e comparação geográfica entre as áreas de estudo Fonte: Elaboração própria, 2019.

Nos dois casos foram detetados os desequilíbrios ambientais apresentados e as oportunidades socioeconómicas no sentido dos investimentos e mudanças qualitativas de que estes territórios protegidos estão a apontar.

Neste contexto, espera-se que as ações comunitárias mediadas pela gestão ambiental e governação envolvida, possam promover as mudanças ao território, no sentido da melhoria da qualidade ecológica ambiental e da qualidade de vida das comunidades locais, a partir dos pressupostos e princípios do desenvolvimento alternativo e Sustentável.

Conclusão

Os estudos de caso no campo da Geografia, configuram-se como um dos instrumentos metodológicos para se conhecer e desvendar as problemáticas inerentes a produção e reprodução dos seres humanos no espaço geográfico, são de inferência empírica em recortes territoriais específicos que se apresentam em escalas diferenciadas. São, também, estudados no âmbito da Geografia Humana – em análise geoambiental crítica, geosistêmica, geoeconômica, o que inclui a geografia social e cultural integrada às dinâmicas do meio físico. Nestes estudos se podem fazer a diferenciação e comparação entre casos, aqui no caso, dos recortes territoriais institucionalizados (áreas protegidas), situados em modelos de desenvolvimento diferenciados *Bottom-Up* ou Territorialista.

Inicialmente, neste estudo, algumas questões foram levantadas, formuladas e posteriormente respondidas no decorrer das reflexões e análises feitas acerca dos problemas que envolvem os territórios protegidos, a partir do estudo e de nossa aproximação e interação com o objeto investigado: os dois casos de estudo comparados – a área protegida da realidade brasileira, no Baixo Tocantins, e a área protegida localizada na região centro de Portugal.

O pensamento se desenvolveu a não perder de vista, as palavras-chave: território, lugar, região, paisagem, áreas protegidas, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento *Bottom-Up* e Desenvolvimento Territorialista.

Percebe-se que, o papel da abordagem geográfica, que se voltou a idiografia e corologia dos fenômenos em seus aspectos físicos e humanos, no contexto da descrição, diferenciação e comparação entre dois casos de estudo, em áreas protegidas localizadas na Amazônia brasileira e em Portugal, também, se preocupou com a abordagem crítica, no sentido da compreensão das relações de poder e de dominação entre atores, das relações estabelecidas entre homem *vs* natureza *vs* recursos naturais *vs* instituições do Estado, dinamizadas no território a partir da ideologia e *práxis* promulgadas pelo modelo de Desenvolvimento Sustentável, análogo a criação e a gestão das áreas protegidas e, na perspectiva das ações proativas, da autoafirmação cidadã, das compensações em contrapartidas socioeconômicas para a melhoria na qualidade de vida *in situ*. Uma vez, da tomada do território da parte do Estado para fins da inserção, deste, na política Ambiental e econômica, na conservação da natureza, no ordenamento do território e no controle dos processos de degradação ambiental e dos conflitos socioambientais.

É certo que o Território sugere a porção do espaço produzido a partir das relações de poder, dominação e interconexões simbólicas culturais complexas, aqui no caso, mediadas pelo arcabouço legal a orientar os usos e exploração dos recursos e a reorientar ações no sentido da contemporização dos conflitos que surgem no decorrer do trabalho de gestão das áreas protegidas. Este, está percebido através do sistema de relações na perspectiva do *vir a ser*, que se deve a um *continuum* no construto das ações que envolvem homem - espaço - território - lugar – paisagem

e tempo, onde, nestes, expressam suas territorialidades, os conflitos socioambientais, os *modus vivendi*, seus anseios, necessidades e *topofilias*.

Logo, esses territórios protegidos, a partir do Desenvolvimento Sustentável alternativo *Bottom-Up* (onde o poder e os jogos de interesses são dinamizados a partir da participação proativa e dos direitos de cidadania das comunidades) e Territorialista - dinamizado pelas práticas sociais e territoriais (onde as políticas públicas estão adaptadas às características locais, orientadas pelos poderes locais) e a que se fez referência no contexto geral deste trabalho. Esse se configura como um processo a que refere o *empowerment* sistemático inscritos nos planos de ações proativas e criativas, na contemporização de interesses, na participação e nas experiências vividas dos atores envolvidos na política do ambiente análoga a política econômica direcionada ao território, no sentido de auferir as compensações em valor *bargain* e em consequência a melhor qualidade de vida no âmbito das comunidades locais e a melhor expressão de seus direitos de cidadania no lugar de vivência e de reprodução humana.

Neste caso as comunidades estão, portanto, inseridas nos planos de ordenamento do território em prol da causa ecológica e da sustentabilidade ambiental e social, inseridas no Planeamento do Território em espaços demarcados para fins de proteção e conservação do patrimônio natural e sociocultural.

É a pensar na dinamização do território que as áreas protegidas se inserem, no sentido da valorização do Território, com a constante presença do Estado em lugares distante dos grandes centros urbanos, daí a importância do Estado nessas áreas remotas, isso também implica uma inovação para as Instituições quando se cria uma realidade que antes não existia, novos atores (técnicos, planos de Ordenamento, Estatutos de proteção, entre outros) que atuem em direto com as comunidades locais. Por outro lado, este é um processo implica o surgimento de conflitos, em função das normas e regras, limitações do uso do solo que colidem com práticas tradicionais orientadas pelo livre arbítrio.

Históricamente as populações amazônicas são concebidas como populações que se realizam no âmbito material e espiritual, a utilizar os recursos do meio natural para a autodeterminação humana em meio aos sistemas culturais originais que são repassados de geração em geração, consoante as vivências em meio aos sistemas naturais geográficos dotados de potencialidades: hidrográfica e biodiversa.

Contudo, o caso de estudo (aqui) investigado – a Reserva de Alcobaça, localizada a Oeste da barragem hidráulica de Tucuruí no Baixo Tocantins, corresponde a um ambiente natural alterado, impactado ecologicamente e impróprio para efeito de ocupação e habitação humana permanente, como foi demonstrado em alguns pontos e problemas levantados neste trabalho. Problemas que vieram a comprometer os direitos de cidadania, de (não) acessos como: a água potável, o fornecimento de energia elétrica, a coleta de resíduos sólidos, a oferta de Educação básica em sua concretude (totalidade), a abastecimentos, a serviços de Saúde e no que refere as limitadas mobilidades no espaço. Processos que também comprometem a própria expressão das territorialidades dos residentes, construídas e dinamizadas às *avessas* aos propósitos do modelo Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

de Desenvolvimento Sustentável e Sustentado, que intenciona o equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e o desenvolvimento das populações comunitárias locais no sentido do bem-estar das gerações seguintes às atuais.

Os conflitos socioambientais se sucedem, no caso da Reserva de Alcobaça, em função da apatia social, que por um lado se revela como formas de resignências e resistências, por conta dos processos de marginalização ecológica e socioeconômica a que os residentes se submeteram ao longo dos anos, uma vez que os deslocamentos ambientais surgiram em função da necessidade de sobrevivência, pois, estas populações rurais amazônidas ao longo do processo histórico desenvolvem formas de sustento e reprodução a partir da relação direta com o meio natural. Por isso, neste caso, a falta e a escassez de recursos em seus territórios de origem surge como a causa da procura por sobrevivência noutros espaços – os espaços de isolamentos geográficos de áreas impróprias que surgiram a montante da represa hidráulica, após a barragem do rio Tocantins, nas imediações de Tucuruí.

Por outro lado, não é do interesse da gestão ambiental fomentar conflitos que possam se reverter a quadros de violências e colapsos críticos entre a gestão e os residentes, devido aos montantes significativos em recursos (compensações ambientais) econômicos destinados às áreas do Mosaico Tucuruí, o que inclui a Reserva de Alcobaça. Neste cenário, tais conflitos passam a ser geridos de forma impositiva, por vezes, autoritária, dinamizados pelas relações de poder assimétricas, que na essência dos fenômenos (da degradação ambiental e das inseguranças) são negados e mal resolvidos.

Aqui compreende-se a insegurança ambiental no sentido dos efeitos negativos a longo prazo que podem comprometer o equilíbrio ecológico dos sistemas de remanescentes florestais, da autoafirmação cidadã e desenvolvimento social das comunidades e de suas gerações futuras. E, ainda, dos estoques pesqueiros que são explorados sem o controle do órgão ambiental, onde a pesca se dá de forma aleatória, embora, haja um período de Defeso e fiscalização para a reposição desses estoques. A considerar, que não há da parte do órgão gestor um controle efetivo dos processos de ocupação das “ilhas”, um processo que se dá de forma constante, problema detetado em trabalho de campo. Ou seja, embora, na aparência da realidade o Desenvolvimento Sustentável se apresente em formato *Bottom-Up* ou no modelo Territorialista, em processos alternativos de exploração de recursos e autogestão, quer sejam: a pesca artesanal, a coleta de frutos, a agricultura de subsistência, a caça, na essência, o território se converte em riscos socioambientais e ecológicos de efeitos negativos a longo prazo, a culminar para a escassez de recursos do lago e da floresta, devido a constante chegada de novos ocupantes para as *ilhas* de Alcobaça.

No estudo do caso português, detetou-se que o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida está concluso. Onde a gestão se faz na interlocução entre as comunidades e o órgão ambiental, que através das atividades desenvolvidas procuram dinamizar a política ambiental voltadas à Paisagem Protegida da Serra do Açor.

Alguns problemas ambientais foram detetados, como os riscos de incêndios florestais, que se configuram como a maior ameaça à integridade dos remanescentes da floresta original, Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

cuja extensão atual é de 70 ha. E, ainda os processos de degradação dos solos em socacos, que devem ser recuperados e potencializados como uma oportunidade para a dinamização do meio rural no âmbito das áreas protegidas.

Os incêndios ocorridos em outubro de 2017 na Região Centro de Portugal, atingiram uma imensa área da Mata de Margaraça, um fenômeno de aspetos devastadores. Configuram-se em problemas que estão para além das competências técnicas da gestão, porque envolve uma complexidade de fatores, o que inclui os da Política Florestal nacional e seus instrumentos legais, a Proteção civil uma política de segurança estratégica, mas percebida de menor importância, a funcionar como uma atividade de terceiro setor (voluntariado) e, por fim, o setor Industrial (como os da indústria da celulose) dependente dos processos da globalização, que envolvem políticas análogas aos processos extra-territorial e do livre movimento do capital a nível da União Europeia.

Por fim, a estratégia da comparação de casos de estudo no âmbito deste trabalho surgiu como a possibilidade metodológica para trazer novidade e reforçar o entendimento do caso principal (o brasileiro). Nessa perspectiva, o caso português serve como comparação e caso de controlo. Embora existam diferenças de escala, este fato não é impeditivo de comparação. No caso brasileiro, a área protegida é alvo de grande pressão por parte de múltiplos atores, a população é jovem que depende em direto dos recursos locais. Trata-se de um processo de sobrevivência dessa população no território. No caso português, a área protegida foi criada num ambiente geográfico e geohumano diferente. A população é envelhecida, há um fluxo de recursos económicos que recebem de fora (as reformas, aposentadorias) e de alguma procura do turismo local. Há a população de estrangeiros (incipiente) que chegam com algum capital para reorganizar a vida num contexto rural de baixa densidade, promovendo atividades alternativas, como o artesanato, oferecendo novos conhecimentos e novos usos ao território.

Por outro lado, a noção de área protegida está hoje popularizada em todo o mundo. No entanto, é importante destacar que a sobreposição e territorialização das áreas protegidas se dá de forma diferente por se localizarem em diferentes lugares, o que implica diferentes resultados. Por isso, é importante que essas áreas devam estar sensíveis ao local e ao modelo Territorialista de gestão do Território.

Bibliografia

- AB'SABER, A.N. (2004). *AMAZÔNIA. Do discurso à Práxis*. SP, Edusp.
- ANJOS, L.J.S. (2016) et al. *O Futuro da Fauna Ameaçada do Pará. Implicações para a Conservação da biodiversidade em diferentes cenários*. 1ª edição. Ideflor-Bio. Belém.
- ARON, R. (1999). *As etapas do pensamento sociológico*. 5ª edição. Martins e Fontes. São Paulo.
- BARATA, A.S.N. (2011/2012). Risco Ambiental decorrente de desmatamentos e potencialidades para um desenvolvimento Sustentável em espaços de micro-zoneamento ecológico Amazônico. O caso da Reserva de Alcobaça na região do lago de Tucuruí-Pará. *Cadernos de Geografia*, nºs 30/31. FLUC. Coimbra.
- BAUMAN, Z. (1998) *O Mal-Estar da pós-modernidade*. RJ. Jorge Zahar editora.
- _____. (1999) *Modernidade e Ambivalência*. Jorge Zahar editora, RJ.
- _____. (1999). *GLOBALIZAÇÃO. As consequências humanas*. RJ. Jorge Zahar editora,.
- BECK, U., GIDDENS, A., SCOTT, L. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no mundo Moderno*. Editora Celta. Oeiras,.
- BECKER, B.K. (2006). *AMAZÔNIA. Geopolítica na virada do III milênio*. RJ. Garamond. 2ª Edição,
- BELO, R. (2000). *Todos os Poemas*. Círculo de Leitores. Braga, Portugal,
- BERMAN, M. (1986). *Tudo que é sólido se desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. Companhia das Letras,
- BOFF, L. (2012). *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 18 ed. Petrópolis. RJ. Editora Vozes,.
- BOGOST, I. (2016). Big eletrodoméstico is watching you. *Revista the Atlantic*. Washington D.C. 11/. In: *Revista Courier internacional*, nº 252, 2017.
- BORDIEU, P. (2014). *O poder Simbólico*. Edições 70.
- CAEIRO, S. (2015). Planos e Políticas de Gestão Territorial na Europa e Portugal. Publicação eletrónica.- Universidade Aberta. Coimbra. Acesso: [18.10.2016]. disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2817/1/IGTEuropaPortugal.pdf>
- CALVINO, Í.(1990). *As cidades invisíveis*. SP. Companhia das Letras,. 1ª ed. (1972). Tradução: Diogo Mainardi.
- CARNEIRO, A.J.D. (2013) A dinâmica econômica dos castanhais no Médio Tocantins e os povos da floresta (1948-1980). *Revista Estudos Amazônicos*, Vol IX nº 1. Disponível em: http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/index.php?option=com_content&view=article&i d=13 5:vol-ix-n-01-2013&catid=6:noticias-pphist&Itemid=1. [Acesso: 17-11-2015]. 180-215 pp. (Artigo). (título consultado na internet).
- CAMARGO, L.H.R. (2012). *A Geoestratégia da Natureza. A Geografia da complexidade e a Resistência à possível mudança do padrão Ambiental planetário*. Bertrand. RJ,.
- Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

- CARVALHO, J.M. (2013). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. RJ. Civilização brasileira.
- CARVALHO, N. (2007). *O Ambiente como problema social em Portugal*. OIKOS. Lisboa.
- CARVALHO, P. (2012). *Ordenamento Territorial e Desenvolvimento*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra,.
- CASTELLS, M. (1996). *A sociedade em Rede*. Vol. 1. 8ª edição. Paz e Terra. SP.
- _____. (2008). *O poder da Identidade. A era da Informação: Economia, sociedade e cultura*. Vol. 2. 6ª edição. Paz e Terra. SP., 5
- CASTRI, F. Di. (2001). La Ecologia, entre la realidade y os Mitos. *Rev. Pirineos*, nº 156. Jaca,.
- COLANGELO, A.C. (2004). Geografia Física, Pesquisa e Ciência Geográfica. SP. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, nº 15,.
- CLAVAL, P. (2007). *A Geografia Cultural*. 3ª ed. Editora da UFSC. Florianópolis,.
- COSTA, A.A., SCHMIDT, L. Et al (Coords.). (2001). *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. ADECAP – Associação para o desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular. Porto,.
- COSTA, R.H. (2010). *Regional – Global. Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. RJ. Bertrand Brasil,.
- COY, M.; KOHLHEPP, G. (Coords.). (2005). *Amazônia sustentável. Desenvolvimento Sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiência locais*. RJ. Garamond; Tubinger, Alemanha: geographischen Instituts der Universität Tubingen,.
- DEAN, W. (1991). A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*. RJ. Vol. 4. Nº 08,.
- DIXON, T.F.H.. (1999). *Environment, scarcity and violence*. Princeton University Press,.
- DOMINGUES, Â. (2012). *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de poder, Governança e Informação no Brasil colonial*. Centro de História do Além-Mar – CHAM. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Univ. dos Açores. Lisboa.
- _____. (1991). Viagens de exploração Geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura. Coleção EHA – Memórias. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico. Lisboa,.
- FALCES, N.Z.G. Conflictos por recursos naturales y pueblos indígenas. Disponível em: http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biboteca/Conflictos_sociecológicos/Conflictos_recurso_naturales.pdf. (Acesso em 25-11-015).
- FAORO, R. (2004). *Os donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. Ed. Globo. Vol. 1. 16ª edição. São Paulo,.
- FERRY, L. (2009). *A Nova Ordem Ecológica. A árvore, o animal e o homem*. RJ. Difel,.
- FERNANDES, J.L.J. (2012). *Parques naturais e outras áreas classificadas no modelo de desenvolvimento português*. Terras de Sena. Seia/Coimbra, Portugal,.

- FERREIRA FILHO, A.A. (2010). *A elevação da cota do Reservatório Hidráulico da UHT Tucuruí e seus efeitos sobre a população da RDS Alcobaça (PA)*. Dissertação de Mestrado. NUMA/UFPa,.
- FLORES, F.M.. (1939). A Proteção da Natureza. *Separata da Revista Agronômica*. Vol. XXVII. Diretrizes atuais. Lisboa,.
- FRIEDMANN, J. (1996). *EMPOWERMENT. Uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta editora. Oeiras - Portugal,.
- GONÇALVES, A.J.B. (2006). *Geografia dos Incêndios em Espaços Silvestres de Montanha – o caso da Serra da Cabreira*. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, (Tese de doutoramento).
- HARVEY, D. (2005). *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, (coleção Geografia e Adjacências).
- HÉBETTE, J. (2004). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. A Questão Agrária: problemas e conflitos não resolvidos*. Vol. II. Belém: EDUFPA,.
- _____. (2004). *Cruzando a fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia. I. Os Grandes Projetos. II – A Questão Ambiental: problemas e propostas*. Vol. III: EDUFPA,.
- _____. (2004). *Cruzando a fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia. Um novo campesinato Amazônico. O papel das Instituições científicas e de seus pesquisadores*. Vol. IV. EDUFPA,.
- INFOREGIO (2008) – panorama pt – união Europeia política Regional. Livro Verde sobre a Coesão Territorial: Perspectivas futuras. Nº 28, . Revista eletrônica.
- IDEFLOR- (2017). Bio. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará. Termo de referência para plano de Manejo. Comissão de Licitação. Edital de concorrência IDEFLOR - Bio nº 02/2017. Belém, . Doctº. Oficial.
- JUNK, W.J. (1983). As águas da região Amazônica. In: SALATI, Enéas et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia*. SP. Brasiliense,.
- _____; NUNES DE MELLO, J. A. S.. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. Scielo – Brasil.
- LEFF, H. (2015). Political Ecology. A Latin American perspective. Ver. Desenvolvimento e Meio Ambiente. SER – Serviço eletrônico de Revista, UFPR. Vol. 35. Dez.. (www.ser.ufpr.br).
- LEPSCH, I.F. (2002). *Formação e Conservação dos Solos*. SP. Oficina de Textos,.
- LIMA, D.M. A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. UFPa - Belém. Novos Cadernos NAEA, Vol. 2 nº 2, dez., 1999. (Revista eletrônica).
- LOBATO, C. (2017). Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Pará – Áreas, Atos Legais e Municípios. DGBio. Belém,.
- LOJKINE, J. (2002). *A Revolução Informacional*. 3ª Ed. SP. Cortez,.
- LOPES, V. (2010). *Mato Grosso, Território de oportunidades*. Entrelinhas. Cuiabá – MT,.
- Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

- LOPES, J.M. (2012). *O projecto Educativo da Companhia de Jesus. Dos exercícios espirituais aos nossos dias*. ALETHÉIA. Associação Científica cultural e Faculdade de Filosofia de Braga. Universidade Católica Portuguesa. Braga.
- LOURENÇO, L. (2013). *Serras de Xisto da Cordilheira central. Contribuição para o seu conhecimento geomorfológico geo-ecológico*. Publicação eletrônica.
- _____ (Coord.). (2006). Projeto TERRISC. Recuperação do património e da Paisagem de socacos em lugares das serras do Açor e da Estrela. Relatório Técnico Bacias hidrográficas das ribeiras do Piódão e de Pomares. Conselho de Arganil. NICIF – Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais. FLUC,.
- _____. (1991). Aspectos Sócio-Económicos dos Incêndios florestais em Portugal. FLUC. Separata de *Biblos*, LXVII. Imprensa de Coimbra,. (Miscelânea em honra do Dr. Américo Costa Ramalho).
- MARX, K. & ENGELS, F. (1997). *O Manifesto do Partido Comunista*. 2ª Edição. Coleção Avante, Lisboa,. Publicação eletrônica.
- MEADOWS, D.H.; MEADOWS, D.L. & RANDERS J. (1993). *Além dos limites: da catástrofe total ao futuro sustentável*. Difusão cultural. Lisboa,.
- MEDEIROS, R., *et al.* (2004). A proteção da Natureza no Brasil: Evolução e conflitos de um Modelo em construção. *Revista de Desenvolvimento Económico*. Ano VI. Nº 9. Bahia . Acesso eletrónico [30.10.2016] em: revistas.unifacs.br/index.php/le/viewFile/115/119
- MOURA, I. (1989). *De Belém a São João do Araguaia: Vale do rio Tocantins*. Belém. Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. SECULT,.
- MOTA, A.E. (2012). Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil na América Latina. *Configurações*, 10|, posto online no dia 17 fevereiro 2014, acesso: 10.10.2016. Url: <http://configuracoes.revues.org/1324>
- MORIN, E. (2000). *O paradigma perdido: A natureza humana*. Europa-América. Portugal,.
- NETO, Miranda. Marajó. *Desafio da Amazônia*. Editora EDUFPA, Belém, 2005.
- NEVES, Silvia P. Bento. (1995). *A Margaraça 8 anos após os Incêndios*. Rel. de Estágio. Univ. De Coimbra,.
- PSRN. Plano Setorial da Rede Natura 2000. Relatórios e fichas de sítios da Lista Nacional. V. I
- PRADO Jr., Caio. (1994). *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Brasiliense. São Paulo, 3ª Edição,.
- PESSOA, F. (1985). *Ecologia e Território: Regionalização, Desenvolvimento, Ordenamento do Território numa perspectiva Ecológica*. Edições Afrontamento. Porto.
- QUEIRÓS, Eça de (2015). *A Cidade e as Serras*. Leya/Bis,. Portugal.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. Editora Ática. SP.
- RODRIGUES, A.J. (2008). *Geografia. Introdução á ciência geográfica*. São Paulo. Avercamp.
- REBELO, F. (2010). *Geografia Física e Riscos Naturais*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra,.

- _____. (2014). Geografia, espaço, natureza e sociedade. *Cadernos de Geografia* nº 33,. FLUC, Coimbra. Revista anual.
- RIBEIRO, A. (2011). *Quando os Lobos Uivam*. Bertrand Editora. Lisboa.
- _____. (2013). *O Malhadinhas*. Bertrand Editora. Lisboa.
- RIBEIRO, O. & LAUTENSACH, H. (2000). *Geografia de Portugal. A posição geográfica e o Território*. VI. Edições João Sá da Costa. Lisboa, 5ª Ed.
- ROCHA, G.M. (2008). *Todos convergem para o lago! Hidrelétrica Tucuruí, Municípios e Territórios na Amazônia*. NUMA. Belém.
- SANJAD, N.R. (2001). *Nos Jardins de São José: uma História dos Jardim Botânico do Grão-Pará 1796 – 1873*. Universidade Estadual de Campinas. Inst. De Geociências. Campinas, SP,. (Dissertação Mestrado).
- SALATI, E., et al. (1983). *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. SP. Editora Brasiliense – CNPq. Brasília.
- SALES, V.C. (2004). Geografia, Sistemas e Análise Ambiental: Abordagem Crítica. SP. GEOUSP –*Espaço e Tempo*, nº 16, pp. 125-141.
- SANTOS, B.S. (2011). Introdução: Las Epistemologías del Sur. Texto apresentado após o Fórum de Davos (Senegal),.
- _____. (Org.). (2004). SEMEAR outras soluções. Os caminhos da Biodiversidade dos conhecimentos rivais. In: SHIVA, V.. *Bioversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização*. Vol. 4. Edições Afrontamento. Porto – Portugal.
- _____. (Org.) (2002). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. In: NAVARRO, Z. “*Mobilização sem emancipação*” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. RJ. Civilização Brasileira.
- SANTOS, M. et al. (2011). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª Edição. RJ. Lamparina.
- SANTOS, Norberto & CUNHA, Lúcio. (2007). Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no centro de Portugal. VI Congresso da Geografia Portuguesa. Lisboa.
- SOUZA FILHO, C.F.M. & ARAÚJO, E.F. Et al (Orgs.). (2015). *Direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais em situação de conflitos socio-ambientais*. IPDMS. Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais. Brasília.
- SELVIN, J. (2017) “*Summer of love*”, uma alucinação coletiva. Jornal San Francisco Chronicle. São Francisco. In: *Rev. Courier internacional*, nº 258. Agosto.
- SEMAS. (2016). Boletim de monitoramento de Queimadas e Incêndios florestais no Estado do Pará,. Ver em: <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Boletim-de-situnf>
- SILVA, J.M.P. (2013). *Território e Mineração em Carajás*. Ed. GAPTA/UFPa. Belém,
- SCHMIDT, L.; GIL NAVE, J., et al. (2005). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e novas estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos. Porto. 1ª Ed..
- _____. (2008): Itinerários. A Investigação nos 25 anos do ICS. Editora: Imprensa de ciências sociais Lisboa. Cap. 14. Ambiente e Políticas ambientais: escalas e desajustes. Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

- Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Luisa_Schmidt/publication/303689643_Ambiente_e_Políticas_Ambientais_Escalas_e_Desajustes/links/574da94208aec988526b9af8.pdf.
Acesso: 23.03.2017.
- _____. (2016). *Portugal: Ambientes de Mudança: erros, mentiras e conquistas*. Temas e Debate. Circulo de Leitores. 1ª Edição, Lisboa,.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2005). *Metamorfozes: entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Europa-América. Portugal,.
- _____. (2001). *Natureza e Ambiente: Representações na cultura Portuguesa*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa,.
- SOUZA, R.G. (2015). A evolução do conceito de Risco à luz das ciências naturais e sociais. *Territorium* nº 22, , pp. 31-44. FLUC. Universidade de Coimbra. Disponível em: www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/documentacao/territorium/T22_Art/T22_Art01.pdf.
- TUAN, Yi-Fu (1980). *Topofilia. Um estudo do desenvolvimento da percepção, atitudes e valores*. SP. Difel,.
- VERÍSSIMO, A. Orgs. et al. (2011). *Áreas protegidas na Amazônia brasileira.: Avanços e desafios*. Belém. Imazon. São Paulo – Instituto Socioambiental,.
- VIEGAS, D.X. & LOURENÇO, L. (1988). *Análise do Incêndio Florestal ocorrido em Arganil/Oliveira do Hospital de 13 a 20 de set. de 1987*. Relatório Técnico FCT – Secção Autónoma de Engª Mecânica. Universide de Coimbra,.
- VITTE, A.C. & GUERRA, A.J.T. (orgs). (2004). *Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil*. RJ. Bertrand, Brasil,.
- WARREM D. (1991). A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas Brasil. *Estudos Históricos*. RJ. v. 4, nº 08,.
- WILK, P. (2016). Os piratas da areia. *Revista Polityca – Varsóvia* 10/2016. In. *Courrier internacional*. Nº 250.
- ZEISS. (2017). Balanço - Verão Infernal set./out. 2017. *Courrier internacional*. Nov., nº 261.
- I CONGRESSO TERRITÓRIOS DE ÁGUA. WATER TERRITORIES. (2016).. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território – CEGOT. FLUC. Coimbra,
- IV CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS: (2010). *Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, múltiplos futuros*. Livro de Actas. Universidade de Aveiro,.

Sítios acessados na internet:

www.ibama.gov.br

www.scielo.br

www.ibge.gov.br

www.ser.ufpr.br

www.imazon.org.br

www.icnf.pt

www.ine.pt

www.uc.pt/fluc/nicif/publicações/estudos-de- https://www.researchgate.net/profile/Luisa_S
colaboradores/pt chmidt/publication/303689643
www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/articlhttp://configuracoes.revues.org/1324
e/viewFile/115/119 www.dgterritorio.pt/cartografi-e-
www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/documentacao/tergeodesia/cartografia/carta-administratia
ritorium/T22_Art/T22_Art01.pdf
www.iclei.org

Anexo I. Documentos utilizados durante o processo de investigação.

**Inquérito Simplificado aberto e fechado aplicados às comunidades da RDS – Alcobaça –
Pará – Brasil.**

Coleta de dados.

Data: ___/___/_____

I. Levantamento socioeconômico da população local.

Nome: _____

Comunidade/localidade: _____

1. Quantas pessoas habitam na residência?

() homens () mulheres () crianças () idosos.

2. Quais as atividades laborativas mais desenvolvidas?

3. Quantas pessoas trabalham fora da Reserva?

4. Tempo de estudos dos residentes?

() nível básico até 4º ano () nível básico até 9º ano () nível médio 13º () analfabetos

5. Qual o tempo de residência da família na Reserva? _____

6. Fonte de renda da família _____

7. Acessos à telefonia móvel () sim () não

8. Acessos à tv? _____

9. Acessos à internet? _____

10. Prática religiosa? Qual a religião? _____

11. Acesso à Saúde pública? _____

12. Coleta de resíduos sólidos? Como? _____

13. Equipamentos públicos na comunidade? Quais? _____

14. Quais os meios de transporte mais utilizados para mobilidade? _____

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da
qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

15. Edificação da moradia: () madeira () alvenaria

16. Configuração da edificação: _____

Adriana S. do N. Barata. Doutoranda pela FLUC.

Inquérito simplificado aplicado à PPSA, Região Centro de Portugal.

Coleta de dados.

Data: ____/____/____

I. Levantamento demográfico e socioeconômico da população local – aldeia de Pardieiros.

Nome: _____

Endereço: _____

1. Quantas pessoas habitam na residência?

() homem () mulher () crianças () idosos Total

2. Quantas pessoas estão empregadas?

3. Atividade laborativa exercida pelos residentes

R.

4. Nível de literacia dos residentes.

() nível básico

() nível superior

5. Residentes acima dos 60 anos?

6. Tempo de residência dos ocupantes

7. Média de rendimento familiar

8. Atividade de lazer?

9. Configuração familiar

10. Configuração física arquitetónica residencial

11. Acesso à internet em domicílio?

12. Acesso à telefone móvel?

13. Prática religiosa?

14. Acesso ao sistema de saúde pública?

15. Qual o meio de transporte mais utilizado?

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

16. Coleta de resíduos sólidos (lixo)

() uma vez por semana () duas vezes por semana () três vezes na semana

II. Equipamentos públicos existentes na comunidade

() igreja () escola de ensino básico () praças () posto de Saúde

Outros

Adriana S. do N. Barata: Doutoranda – FLUC. adriana.nbarata@gmail.com

Entre:

Primeiro Outorgante: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., doravante designado por ICNF, pessoa coletiva n.º 510 342 647, com sede na Av. da República n.º 16, 1050-191 Lisboa, instituto público integrado da administração indireta do Estado, dotado de autonomia patrimonial e financeira, neste ato representado pelo Diretor do Departamento da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, na Quinta do Soqueiro, Viseu, Eng.º Viriato Garcez, com poderes para o ato,

Segundo Outorgante: Departamento de Geografia e Turismo, pessoa coletiva n.º 501617582, com sede na Universidade de Coimbra, neste ato representada por Norberto Nuno Pinto dos Santos, com poderes para o ato,

Terceiro Outorgante: Adriana Simone do Nascimento Barata, titular do Cartão de Cidadão n.º 810W201D6, válido até 27/10/2018, contribuinte fiscal n.º 260490938, residente em Rua Oliveira de Azeméis, 1, 2B, Aveiro.

Considerando que:

O trabalho a realizar correspondente ao Doutoramento em Geografia Humana — ministrado pela Universidade de Coimbra;

O doutoramento é realizado sob a orientação de um docente da Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras;

Nesse contexto, Adriana Simone do Nascimento Barata, aluna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, propôs-se realizar uma pesquisa na Paisagem Protegida da Serra do Açor, subordinado ao tema Geografia Humana, conducente à obtenção do título de doutoramento, sob orientação de uma docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ao ICNF, nos termos das atribuições que constam do n.º 2 do artigo 32 do DL 135/2012 de 29 de junho, cabe assegurar a conservação e a gestão sustentável de espécies, habitats naturais da flora e da fauna selvagens e de geossítios, promovendo a elaboração e implementação de planos, programas e ações, designadamente nos domínios da inventariação, da gestão, da monitorização, da vigilância e fiscalização e dos sistemas de informação

O projeto proposto: Estudo e Investigação Altamente Qualificada;

O ICNF tem por atribuição, nomeadamente, acompanhar a realização de atividades de investigação e experimentação relevantes nas áreas de conservação da natureza e da biodiversidade e florestas nos termos previstos na alínea x) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho;

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.

É, assim, celebrado o presente acordo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1

1. O presente acordo que tem por objetivo estabelecer as condições de acesso à Paisagem Protegida da Serra do Açor da Aluna Adriana Simone do Nascimento Barata, bem como o acompanhamento da aluna, no âmbito do Doutoramento ministrado pela FLUC.
2. O Doutoramento será realizado sob a orientação do Professor Doutor João Luís Jesus Fernandes, do Departamento de Geografia e Turismo.

Cláusula 2

A componente prática do trabalho desenvolve-se na Paisagem Protegida da Serra do Açor do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do ICNF, entre novembro de 2015 e novembro de 2016, e consiste na observação direta dos aspetos físicos/paisagísticos/ambientais e aplicação de inquéritos,

1. O modelo de inquérito deve ser submetido previamente à consideração do ICNF.
2. As atividades desenvolvidas pela Aluna não são remuneradas, não gerando qualquer contrapartida, nomeadamente de ordem financeira, por parte do ICNF.
3. O ICNF disponibilizará um vigilante da natureza para acompanhamento das ações que forem realizadas no interior da Paisagem Protegida da Serra do Açor, e que tenham uma relação direta com as atribuições deste instituto.

Cláusula 3

1. O projeto é enquadrado por um plano definido, em colaboração, pelo responsável indicado pelo ICNF e por um orientador da FLUC, pertencente ao quadro docente, e pela Aluna.
2. Cabe ao docente orientador a validação da correspondência do trabalho aos objetivos do doutoramento,

Cláusula 4

1. No final dos trabalhos deve ser apresentado um relatório que compreenda uma reflexão crítica e informada da atividade realizada no seu âmbito.
2. O relatório, quando finalizador deve ser objeto de parecer do responsável indicado pelo ICNF.
3. O relatório final do trabalho, bem como as publicações resultantes do mesmo, devem ser disponibilizados ao ICNF.

Cláusula 5

A Aluna, durante e após a realização do trabalho, obriga-se a manter sigilo rigoroso quanto às informações utilizadas que o ICNF entenda não tornar públicas.

Cláusula 6

1. Em caso de força maior e devidamente justificado, ou de incumprimento de qualquer das suas obrigações pela Aluna ou pela FLUC, o ICNF reserva-se o direito de interromper ou cessar o trabalho, sem que desse facto decorra para a FLUC, ou para a Aluna o direito a qualquer reclamação ou indemnização.
2. O ICNF não se **responsabiliza**, durante o período de estágio, por quaisquer acidentes resultantes, nomeadamente, do contacto com materiais, aparelhagens ou outros meios utilizados, ou do transporte em viaturas do ICNF, cabendo à FLUC assegurar a existência de seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos das deslocações a que estejam obrigados, bem como das atividades a desenvolver, incluindo danos causados nas instalações, equipamentos e trabalhadores do ICNF.

Cláusula 7

O presente acordo não gera nem titula relações de trabalho subordinado, não conferindo à Aluna a qualidade de prestadora de serviços, ou de trabalhadora em funções públicas, ou qualquer vínculo de qualquer natureza ao ICNE e caduca com a conclusão do projeto para que foi celebrado.

Cláusula 8

O presente acordo só pode ser alterado por documento escrito, assinado pelas Partes, com expressa referência ao mesmo.

Cláusula 9

Qualquer alteração que venha a ser introduzida no presente acordo nos termos do número anterior e que respeite a qualquer uma das suas cláusulas considera-se automaticamente integrada no primeiro texto contratual.

Feito em 03/04/2018, em três exemplares destinados um a cada um dos Outorgantes,

O Primeiro Outorgante
Viriato Garcez
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO
DA NATUREZA E DAS FLORESTAS DO CENTRO
Assinatura e carimbo

O Segundo Outorgante
Assinatura e carimbo

A terceira Outorgante
Assinatura e carimbo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nº da autorização	003/2017		Validade	Julho/2017	
Área de concentração					
<input type="checkbox"/> Fauna	<input type="checkbox"/> Flora	<input checked="" type="checkbox"/> Ecologia	<input type="checkbox"/> Geologia	<input checked="" type="checkbox"/> Socioeconomia	<input type="checkbox"/> Arqueologia
<input checked="" type="checkbox"/> Ed Ambiental		<input type="checkbox"/> Cavidades Naturais	<input checked="" type="checkbox"/> Outros: Geografia	<input type="checkbox"/> Turismo	<input type="checkbox"/> Recursos Hídricos
Tipo			Município		
Coleta de material faunístico			Procedência	Tucuruí/PA	
Coleta de material botânico				Destino	Coimbra/Portugal
Coleta de material mineral			Unidade de Conservação: Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí		
Transporte de produto e/ou subproduto da fauna					
Transporte de produto e/ou subproduto botânico					
Depósito de material biológico					
Cronograma de Coletas: Maio a Julho de 2017					
Título do Projeto:					
Territorialidade e conflitos em áreas protegidas. A promoção da qualidade de vida das comunidades locais. Estudo de caso no Brasil e em Portugal.					
Instituição vinculada:	Universidade de Coimbra - Portugal		CNPJ	501617582 - CEGOT - FLUC	
Instituição depositária:	Não se aplica		CNPJ	-----	
Pesquisador Responsável:	Adriana Simone do Nascimento Barata		CPF	329.931.702-44	
Equipe de Trabalho					
Nome			CPF		
1. Adriana Simone do Nascimento Barata			329.931.702-44		
Indicação dos grupos taxonômicos (lista de espécies)					
Quantidade	Nome vulgar	Nome científico			
-----	----	-----			
Observações importantes:					
<ol style="list-style-type: none"> As atividades devem ser realizadas em consonância com a legislação ambiental vigente e com a metodologia informada na documentação encaminhada a este Instituto, com devido cuidado e habilidade do pesquisador. É obrigatório submeter à apreciação deste IDEFLOR-Bio qualquer modificação dos integrantes da equipe de campo indicados no projeto, bem como dos procedimentos e/ou metodologia de trabalho. É obrigatório enviar cópia do acervo fotográfico, em meio digital, caso este seja gerado durante as coletas, com localização e os devidos autores para compor o banco de imagens do IDEFLOR-Bio. Cabe lembrar que em toda informação, que futuramente venha ser usada pelo IDEFLOR-Bio, constará a referência do autor e ano; É obrigatório encaminhar a este Instituto Relatório Final do referido Projeto de pesquisa de responsabilidade para compor nosso acervo, contendo todas as informações do trabalho desenvolvido nas Unidades de Conservação, sob pena de não fornecimento de novas autorizações. É facultada a presença de técnicos do IDEFLOR-Bio durante as coletas, caso haja a necessidade de realizar o monitoramento das atividades de pesquisa a serem executadas; Atender a todas estas exigências para que não sejam suspensas as atividades em curso e a vigência desta autorização; É obrigatório portar a Autorização concedida e documento de identificação por ocasião da coleta de informações no interior das Unidades de Conservação, evitando, assim, problemas com a fiscalização ambiental. A autorização ora concedida é intransferível e somente será válida mediante a apresentação da carteira de identidade ou documento equivalente. 					



Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará
Avenida João Paulo II, s/nº. Parque Estadual do Utinga. CEP 66.610-770. Curis-Utinga. Belém - Pará
Fone: 3184-3642 <http://www.ideflorbio.pa.gov.br>

**IDENTIFICAÇÃO DO(S) TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA EMISSÃO DA
AUTORIZAÇÃO:**

Nome: Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro

Cargo/função: Técnica em gestão de pesca e aquicultura/Engenheira de Pesca **Matrícula:** 55585772/2

Nome: Mônica Ferreira dos Santos

Cargo/função: Técnica em gestão de pesca e aquicultura/Engenheira de Pesca **Matrícula:** 5899717/1

Local e data de emissão

Belém - PA, 18 de maio de 2017

Autoridade expedidora


Gerente da Região Administrativa Lago
de Tucuruí – IDEFLOR-Bio

II. Anexo de Figuras (fotografias temáticas).

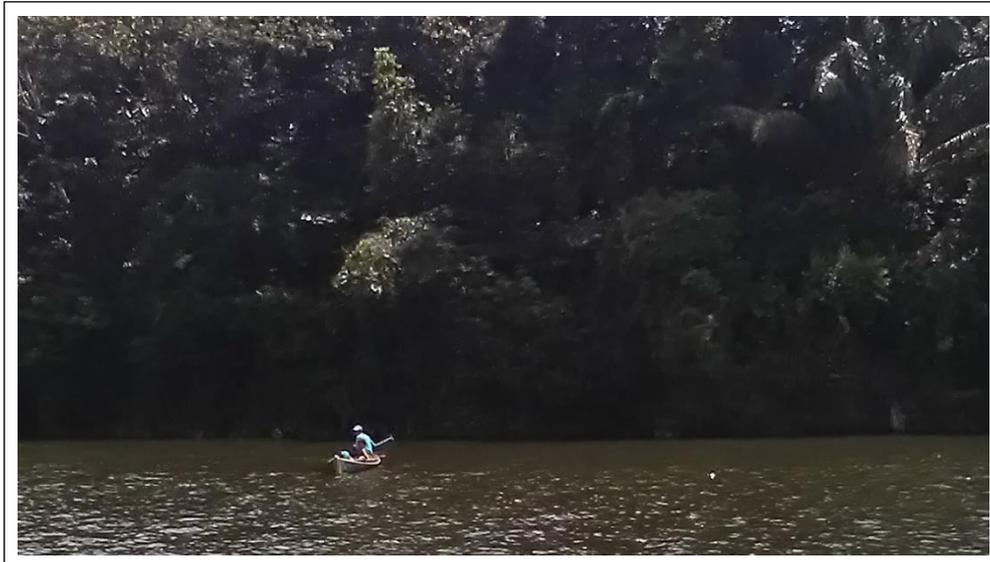


Fig. nº 69. A pescaria cotidiana na RDS – Alcobaça. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Fig. nº 70. Uso e ocupação do solo na RDS – Alcobaça. Fonte: Fotografia da autora, 2017



Fig. nº 71. Ocupação humana nas “ilhas” de Alcobaça. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Fig. nº 72 . Os barcos das “ilhas” de Alcobaça”, para transporte de residentes. Fot. da autora, 2017



Figura 73 e figura 74. Aspectos da ocupação humana nas “ilhas” de Alcobaça. Fonte: acervo da autora, 2017.

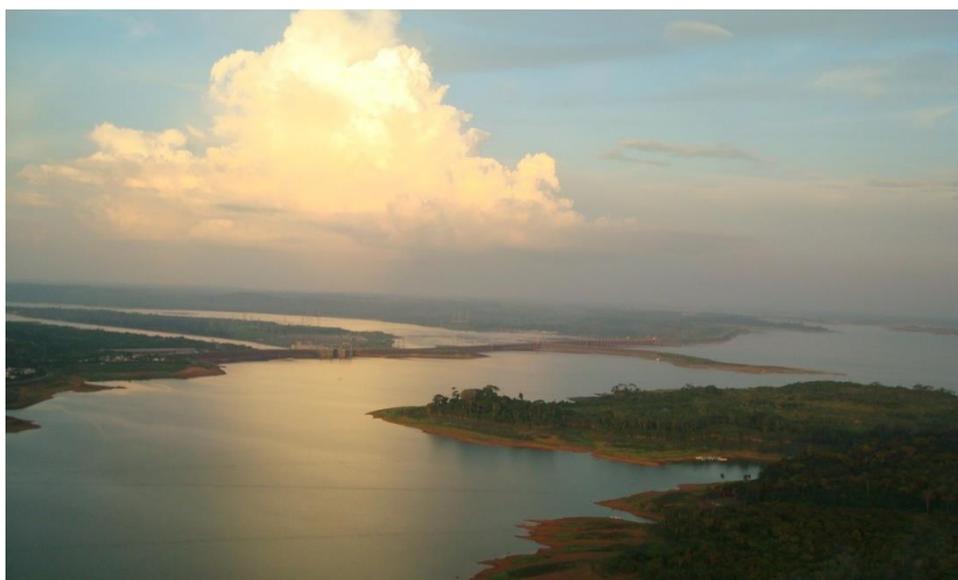


Figura 75. Aspecto da Barragem hidráulica no Baixo rio Tocantins. Fonte: fotografia aérea da autora, 2010.



Figura 76. Aspectos gerais das ilhas de Alcobaça – RDS. Fonte: acervo da autora, 2010.

Territorialidades e conflitos nas áreas protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida das comunidades locais em Portugal e no Brasil.



Figura 77. Sede do ICNF, Choupal – Coimbra. Fotografia da autora, 2017.



Figura 78. Encartes educativos disponibilizados no INCF, Choupal - Coimbra, 2018.



Figura 79. Sede do ICNF – Mata de Margarça, PPSA e Exposição Educação ambiental. Fonte: fotografia da autora, 2017.



Figura 80 e figura 81. Exposição educativa no interior da Sede do ICNF – Mata de Margarça. Fonte: fotografia da autora, 2017.

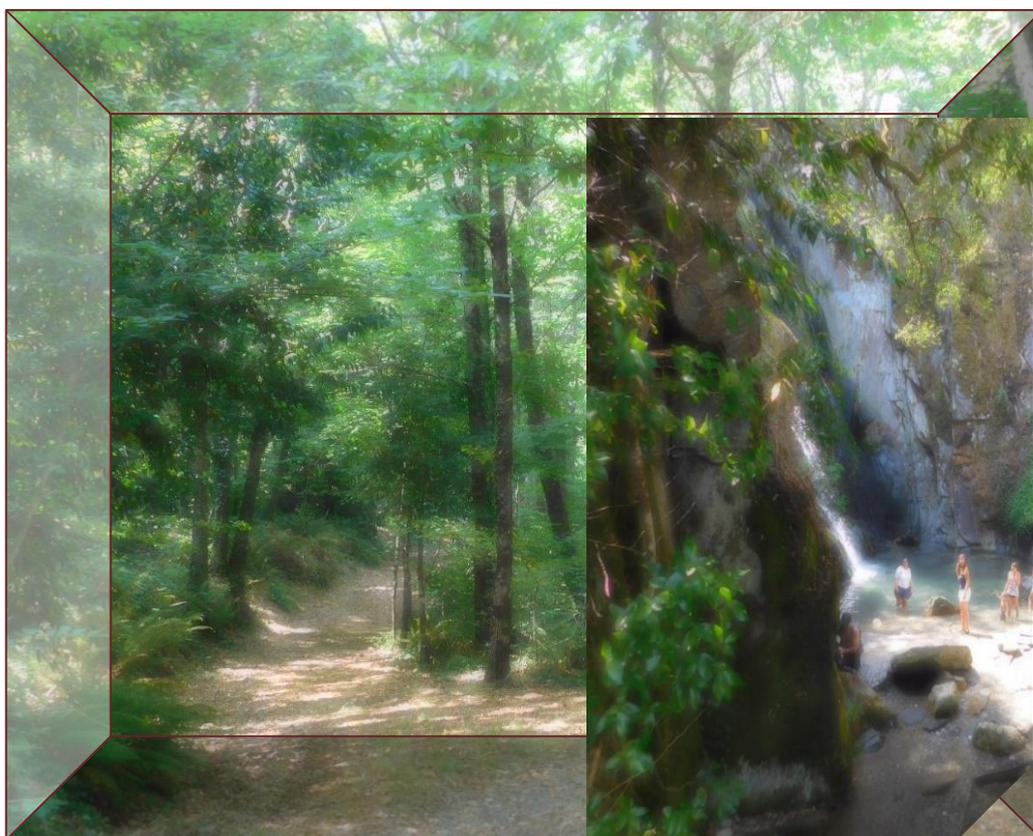


Figura 82. Aspeto da Mata de Margarça. Figura 83. Área de recreio Fraga da Pena. Fonte: acervo da autora, 2017.



Figura 84. Logotipo da Paisagem protegida da Serra do Açor. Fonte, ICNF, 2018.

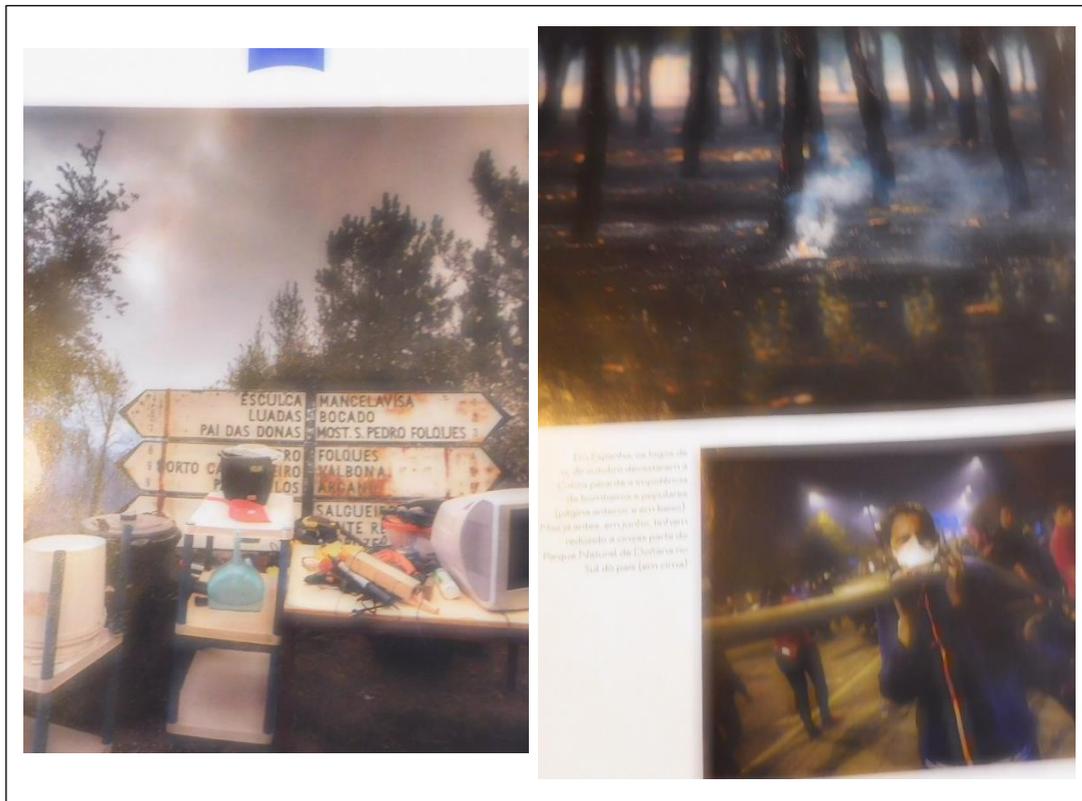


Figura 85 (incêndios na Serra do Açor), figura 86 (incêndios no parque natural de Doñana, Sul de Espanha). Exposição midiática dos incêndios florestais que atingiram Portugal e Espanha em 2017. Fonte: Courrier, 2017. Nov. 2017, nº 261.



Figura 87. Dinâmicas territoriais. Produção da soja no Sul do Pará. Fonte: fotografia Rodney Salomão, 2018.